

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

GUILHERME AUGUSTO MAREND A BORG O

A CARACTERIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE JUVENTUDE DE IRATI-PR

PONTA GROSSA

2014

GUILHERME AUGUSTO MAREND A BORG O

A CARACTERIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE JUVENTUDE DE IRATI-PR

Dissertação apresentada para a obtenção de título de mestre em Ciências Sociais Aplicadas, na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de Cidadania e Políticas Públicas.

Orientadora: Danuta Estrufika Cantóia Luiz
Co-orientador: Alfredo Cesar Antunes

PONTA GROSSA

2014

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

B734 **Borgo, Guilherme Augusto Marenda**
A caracterização das organizações de
juventude de Irati-PR/ Guilherme Augusto
Marenda Borgo. Ponta Grossa, 2014.
200f.

Dissertação (Mestrado em Ciências
Sociais Aplicadas - Área de Concentração:
Cidadania e Políticas Públicas),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientadora: Prof^a Dr^a Danuta Estrufika
Cantóia Luiz.
Coorientador: Prof. Dr. Alfredo Cesar
Antunes.

1.Organizações – Juventude.
2.Juventude. 3.Participação política.
4.Práxis. I.Luiz, Danuta Estrufika
Cantóia. II. Antunes, Alfredo Cesar. III.
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas.
IV. T.

CDD: 305.23

TERMO DE APROVAÇÃO

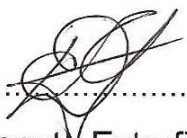
GUILHERME AUGUSTO MAREND A BORG O

“A CARACTERIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE JUVENTUDE DE IRATI-PR.”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

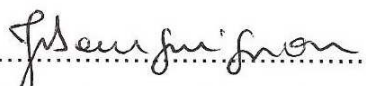
Ponta Grossa, 17 Setembro de 2014.

Assinatura pelos Membros da Banca:


.....
Profa. Dra. Danuta Estrufika Cantóia Luiz - UEPG – Presidente


.....

Profa. Dra. Ana Karina Brenner – UERJ


.....

Profa. Dra. Jussara Ayres Bourguignon – UEPG

.....
Profa. Dra. Lenir Ap. Mainardes da Silva – UEPG - Suplente

À minha família, porto e farol sem o qual
nenhuma navegação teria sido possível.

Às/aos jovens que constroem ações e reflexões críticas,
e que lutam pela superação das injustiças sociais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos imensos “acazos” em minha vida que me possibilitaram algumas potencialidades. Às transformações significativas que se fizeram na simplicidade de algumas ações. Agradeço aos sem-número de agentes do “acaso” - que o foram sem saber.

Agradeço às tantas pessoas na história que lutaram e ainda lutam para que a educação seja um direito universal, para que cada vez mais pessoas como eu possam realizar uma pesquisa de mestrado, independente de sua classe social, gênero ou raça/etnia. Que essxs lutadorxs sejam lembradx, e que essa dissertação, ainda que modesta, seja celebrada como uma conquista social, e não individual.

Agradeço à minha família que possibilitou a existência – concreta e simbólica – do sujeito pesquisador. À minha mãe Raquel, pela força com que nos criou e a sensibilidade que nos provocou. Sou hoje fruto de sua luta. Meu pai Luiz, pelo respeito que sempre teve aos nossos sonhos. Minha irmã Letícia, pelo seu acolhimento e por me inserir nos primeiros grupos de adolescentes do bairro. À minha sobrinha e sobrinhos Nathally, Kauã e Caio, pela *produção de vida*.

À minha orientadora, Danuta Estrufika Cantóia Luiz, pela sua competência e comprometimento profissional, e pela sensibilidade, tato e paciência com que acolheu as inquietações e orientou nosso trabalho.

Às Organizações e movimentos de jovens de Irati que se dispuseram a participar da pesquisa. Pela abertura, rodas de conversa, vivências e ricas trocas de saberes.

À Fabíola Ferreira de Souza, por *segurar minha mão* e ser minha companheira nessa jornada.

À Glaucia Orth, eterna *dupla de estágio*. Pela sua amizade e apoio ainda nos tempos da Psicologia. Seu incentivo foi imprescindível para que eu ingressasse na pós-graduação.

À Professora Dra. Jussara Bourguignon, pelo ser humano que é, pelo apoio e atenção que teve nas etapas de qualificação e defesa.

À Professora Dra. Ana Karina Brenner, por aceitar participar desse processo de arguição e pelas importantes contribuições que fez ao trabalho.

À professora Claudia Regina Magnabosco Martins, pela inspiração profissional e estímulo à pesquisa.

Aos amigos e amiga Thaysa Valente, Gregory Pawlak e Rafael Clabonde, pela presença histórica na minha vida e serem meus *lugares de conforto no mundo*.

Às amigas e amigos Marcelo Ferracioli, Fabiane Bogdanovicz, Pedro Miranda, Nicelle Moraes, Diego Adur, Eliton Moreira, Jaílton Camargo, Maria de Carvalho, Solange Struwka, meus *nós cegos*, dos quais eu não quero desatar.

À equipe *Jovens em Cena*: Alessandra Coesel, Carolina Fornazari, Edson Silva, Gilmar Cruz, Marcela Rosa, Nájila Camargo, Pedro Wasileswski, William de Chaves, e aos jovens do bairro Alto da Lagoa e Vila São João, pelo que construímos e aprendemos juntos nesse ano de caminhada.

À CAPES, pela bolsa de estudos.

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

(Fernando Birri, citado por Eduardo Galeano)

Prática é condição de historicidade. A história concreta nunca é o que a utopia sonha, o que a teoria constrói, mas é o possível concretamente, a maneira de acontecer.

(Pedro Demo)

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo realizar uma caracterização das organizações políticas de jovens do município de Irati-PR, atuantes no ano de 2013. Para tanto, buscou identificar nas organizações quais as suas práticas, seus modos de realizá-las, bem como suas concepções de mundo e teleologias, tendo como referências algumas dimensões da categoria práxis. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa de método dialético que utilizou como instrumentos de coleta de dados a pesquisa documental e bibliográfica, além da pesquisa de campo. Nesta, inicialmente foram aplicados formulários a 22, das 26 organizações de jovens identificadas no município. Em seguida, foram selecionadas organizações que tivessem participação política a partir dos critérios: participação em espaços públicos de tomada de decisão; realização de espaços de formação e debates políticos e/ou busca pela transformação estrutural da sociedade. Neste recorte, foram identificadas 15 organizações de jovens, que foram convidadas a participar do segundo momento da pesquisa, que consistia na observação participante e participação no Círculo de Cultura. A análise dos dados foi realizada por meio da Análise de Conteúdo, sendo trabalhadas nove categorias: origens; práticas; condições materiais; público destinatário; relações externas; relações internas; arranjos organizacionais; concepções de mundo e finalidades. Dentre os principais resultados, identificou-se a influência das *instituições-matriz* na formação das demandas e identidades das organizações. Suas práticas são marcadas pela produção e difusão de interpretações da realidade social e suas concepções de mundo dividem-se entre as que se fundamentam em elementos do senso comum (empírico), aquelas que se baseiam em referenciais marxistas e suas derivações e um terceiro grupo daquelas cujo referencial teórico se apresenta de maneira híbrida e não sistematizada. Predominam as organizações que possuem poucos recursos e escassa estrutura, com abrangência de ações a nível local ou municipal, direcionadas para a sociedade e para as/os jovens da própria organização. A maior parte das organizações mantém parcerias com outras organizações e movimentos sociais, no sentido de redes e fóruns, conectando suas demandas locais às ações em nível global. Internamente, observou-se que a maioria das organizações tem um número de participantes inferior a 20 pessoas e que uma parte significativa destes participantes vincula-se a mais de uma organização. Também a *transitoriedade*, das e nas organizações, tem como consequências o problema da herança (material e simbólica), que tende a ser perdida, além da oscilação das organizações, que podem passar períodos desativadas. Predominam os arranjos organizacionais baseados no sistema assembleia-direção, sendo também significativo o da horizontalidade. Vimos que dois terços das organizações pesquisadas têm a garantia e defesa de direitos entre suas finalidades. A superação do sistema capitalista e construção do socialismo estiveram em seis organizações e quase todas apostam em processos educativos e de vivências metodologia na construção do socialismo. Nas experiências de conferência e conselho de juventude, vimos uma ação inter-organizações que fez emergir para o município a/o jovem enquanto sujeito coletivo. Nas manifestações de junho, observamos o princípio da horizontalidade, a repulsa por estruturas convencionais de poder e a mobilização por meio das redes sociais.

Palavras-chave: Organizações – Juventude; Juventude; Participação política; Práxis.

ABSTRACT

The present research is aimed to qualify political organizations of youngsters from the city of Irati, PR, in 2013. In order to do so, it was sought to identify the organizations' practices, their ways of conducting them and their conceptions of world and teleologies by taking as references some dimensions of the praxis category. It is a qualitative, dialectical-based research using documentary and bibliographical research as data collection tools in addition to field research. Initially, twenty-two forms were applied to the twenty-six organizations identified in the municipality, and organizations with political participation were selected based on the criteria of participation in public spaces of decision making, space for development and political debates, and/or search for the structural transformation of society. Considering this scenario, fifteen organizations were identified and invited to participate in the second stage of the research, which consisted of the attendant's observation and participation in the *Círculo de Cultura (Circle of Culture)*. Data analysis was carried out through content analysis in nine categories: origins, practices, material conditions, public receiver, external relations, internal relations, organizational arrangements, world conceptions, and purposes. Among the major results, the influence of *parent institutions* in the development of the demands and identities of the organizations was identified. Their practices are indicated by the production and diffusion of interpretations of social reality, while its conceptions of the world are divided into those based on elements of common sense (empirical), those based on Marxist referential and its derivations, and a third group of those whose theoretical framework is presented in a hybrid and non-systematized manner. Organizations with few resources and little structure prevail, and they have a range of actions at local or municipal level towards society and the youngsters of the organization itself. Most organizations have a partnership with other organizations and social movements for networks and forums, connecting their local demands to actions at a global level. Internally, it was observed that most organizations have a number of participants of less than twenty people, and that a significant part of these participants is linked to more than one organization. Moreover, switching of and from the organizations results in consequences such as the problem of inheritance (material and symbolic), which tends to be lost, besides the oscillation of the organizations once they can have periods of inactivity. Organizational arrangements based on the assembly-direction system predominate, but horizontality is also significant. It was noticed that two-thirds of the surveyed organizations' purpose are related to protection and guarantee of rights. The overcoming of the capitalist system and the construction of socialism were identified in six organizations, and almost all of them presume that educational processes and methodological experiences are valid to construct socialism. In the experiences regarding the council and conference for youth, we saw an inter-organization action that led to the rise of the youngsters as collective subject in the city sphere. In the demonstrations held in Brazil in June 2013, the principle of horizontality was observed, as well as rejection of conventional structures of power and organization by means of social networks.

Keywords: Organizations - Youngsters; Youngsters, Political Participation; Praxis.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –	REPRESENTAÇÃO DE ARRANJO ORGANIZACIONAL DO TIPO COLEGIADO.....	125
FIGURA 2 –	REPRESENTAÇÃO DE ARRANJO ORGANIZACIONAL DO TIPO COORDENAÇÃO.....	126
FIGURA 3 –	REPRESENTAÇÃO DE ARRANJO ORGANIZACIONAL DO TIPO ASSEMBLEIA-DIREÇÃO.....	127
FIGURA 4 –	REPRESENTAÇÃO DE ARRANJO ORGANIZACIONAL DO TIPO HORIZONTALIDADE.....	128
FIGURA 5 -	ESQUEMA DE PERGUNTAS PARA CLASSIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE IRATI-PR.....	169

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 -	CONSELHOS MUNICIPAIS DE JUVENTUDE DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES.....	34
GRÁFICO 2 -	FORMAS DAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS REALIZAREM SUAS PRÁTICAS.....	108
GRÁFICO 3 -	FONTES DE RECURSOS FINANCEIROS DAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS.....	111
GRÁFICO 4 -	ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS DE IRATI-PR DE ACORDO COM O NÍVEL DE ABRANGÊNCIA DE SUAS AÇÕES.....	113
GRÁFICO 5 -	PÚBLICO PARA O QUAL AS AÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS DE IRATI-PR SÃO DIRECIONADAS.....	114
GRÁFICO 6 -	PÚBLICO PARA O QUAL AS AÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS DE IRATI-PR SÃO DIRECIONADAS, DE ACORDO COM AS SUAS ÁREAS DE ORIGEM.....	115
GRÁFICO 7 -	INSTITUIÇÕES COM AS QUAIS AS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS MANTÉM PARCERIA.....	116
GRÁFICO 8 -	ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS DE IRATI-PR SEGUNDO O NÚMERO DE PARTICIPANTES.....	120
GRÁFICO 9 -	ANO DE CRIAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS ATUANTES EM 2013 NO MUNICÍPIO DE IRATI-PR.....	121
GRÁFICO 10 -	ARRANJOS ORGANIZACIONAIS DAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS DE IRATI-PR.....	124

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 –	ORGANIZAÇÕES DE JOVENS PARTICIPANTES DO CÍRCULO DE CULTURA JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE IRATI-PR.....	94
QUADRO 2 –	SISTEMATIZAÇÃO DAS ETAPAS DE COLETA DE DADOS DA PESQUISA.....	95
QUADRO 3 -	NOME DAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS PARTICIPANTES DA PESQUISA E SEU NOME ABREVIADO.....	104
QUADRO 4 –	ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS E SUAS INSTITUIÇÕES-MATRIZ.....	105
QUADRO 5 –	NÚMERO DE ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS SEGUNDO O TIPO DE PRÁTICAS REALIZADAS.....	107
QUADRO 6 –	ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS DE IRATI-PR DE ACORDO COM AS SUAS MATRIZES TEÓRICAS OU CONJUNTO DE IDEIAS DE REFERÊNCIA.....	129
QUADRO 7 -	NÚMERO DE ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS DE IRATI-PR DE ACORDO COM SEUS OBJETIVOS E FINALIDADES.....	134
QUADRO 8 -	LEIS DE CRIAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE JUVENTUDE NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES.....	167
QUADRO 9 -	ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE IRATI-PR, ANO DE 2013.....	171

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACRI	Associação Cultural Regional de Irati
AEJ	Assessoria Especial de Juventude
ANEL	Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre
CEB	Conselho de Entidades de Base
CLACSO	Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CORAJEM	Comissão Organizadora da Adolescência e Juventude Ecumênica Missionária
CPC	Centro Popular de Cultura
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DNJ	Dia Nacional da Juventude
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor
FSM	Fórum Social Mundial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEEP	Instituto Equipe de Educadores Populares
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JPT	Juventude do Partido dos Trabalhadores
JUC	Juventude Universitária Católica
JUFRA	Juventude Franciscana
LPJ	Levante Popular da Juventude
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
MPL	Movimento Passe Livre

MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MUDES	Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIB	Produto Interno Bruto
PJ	Pastoral da Juventude
PJB	Pastoral da Juventude do Brasil
PJE	Pastoral da Juventude Estudantil
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PUCSP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
REJUMA	Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade
SECJ	Secretaria de Estado da Criança e da Juventude
SINAJUVE	Sistema Nacional de Juventude
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste
UPES	União Paranaense dos Estudantes Secundaristas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. JUVENTUDE E POLÍTICA	24
1.1 JUVENTUDE E CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL.....	24
1.2 PRÁXIS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE JOVENS.....	35
1.3 ALGUMAS MEDIAÇÕES ENTRE JUVENTUDE E POLÍTICA	52
2 ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS.....	59
2.1 CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL	59
2.2 ATIVIDADES POLÍTICAS DAS ORGANIZAÇÕES DE JOVENS NO BRASIL	61
2.3 MEIOS E INSTRUMENTOS DAS PRÁXIS	69
2.4 DIMENSÕES COGNOSCITIVAS E TELEOLÓGICAS: IDEOLOGIAS E UTOPIAS DAS PRÁXIS	76
3 A CARACTERIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DAS/DOS JOVENS DE IRATI-PR	88
3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA.....	88
3.2 O CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE IRATI-PR.....	96
3.3 AS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS DE IRATI-PR	104
3.4 OUTRAS EXPERIÊNCIAS ORGANIZATIVAS ENTRE JOVENS	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
REFERÊNCIAS	156
APÊNDICE A – Leis de criação dos Conselhos Municipais de Juventude no Paraná ..	166
APÊNDICE B – Esquema de perguntas para classificação das organizações da sociedade civil de Irati-PR.....	168
APÊNDICE C – Quadro do total de organizações da sociedade civil de Irati-PR identificadas na pesquisa	170
APÊNDICE D – Material entregue às organizações de jovens participantes do Círculo de Cultura.....	177
APÊNDICE E – Formulário aplicado às organizações de jovens de Irati-PR.....	186
APÊNDICE F – Organizações de jovens participantes do Círculo de Cultura.....	191
ANEXO A – Programas da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude do Paraná	196

INTRODUÇÃO

O ano de 2013 foi marcado por conjunturas que colocaram em evidência a temática da juventude. Foi neste ano que o Brasil sediou a Jornada Mundial da Juventude, da Igreja Católica, que teve também sua campanha da fraternidade com o tema “Fraternidade e Juventude”. Também este foi o ano em que foi instituído no país o Estatuto da Juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Os meses de junho e julho foram emblemáticos para a história do Brasil com a ocorrência das jornadas de manifestações protagonizadas pelos jovens. Tais fatos, contudo, não ocorreram de maneira descontextualizada: os anos anteriores foram também caracterizados por uma forte presença desta temática, a partir, por exemplo, da campanha nacional contra a violência e o extermínio de jovens, e em especial da juventude negra (2009), as Conferências Nacionais de Políticas Públicas para Juventude (2008 e 2011), o Ano Internacional da Juventude da ONU (2010-2011), entre outras.

A preocupação é válida: o mundo vive os efeitos da crise do capital iniciada no ano de 2008, cuja tendência é a de redução de emprego e corte de gastos públicos das áreas sociais. Neste cenário, as/os jovens¹ são o segmento mais vulnerável.

Como consequência, o mundo viu o florescer de manifestações sociais, tais como a *Primavera Árabe* (2010), as manifestações das/dos estudantes do Chile (2011-2012), dos *Indignados* da Espanha (2011), entre outras. Estas manifestações, protagonizadas pelas/pelos jovens, reivindicavam direitos e, mais do que isso, afirmavam uma postura de enfrentamento às estruturas cristalizadas de poder, propondo uma forma de participação e organização política diferente daquilo que até então lhes era socialmente oferecido.

Trata-se de uma geração que recebeu uma herança política de sucessivos escândalos de corrupção, fraudes, e ações ilícitas que repelem as/os jovens de participarem da política partidária e eleitoral. Tampouco a herança da esquerda lhes parece mais promissora; vivem o período pós 1989, fim da União Soviética e um desgaste político da perspectiva de uma revolução socialista. Experienciam o período da história humana em que mais se produz e se difundem informações, com acessos quase irrestritos. É o grupo social que mais está exposto a essa imensa rede de informações, conforme aponta Melucci (1997), e com elas um sem-número de referências (teóricas, espirituais, ideológicas, modelos explicativos de mundo, etc.) que lhes oferecem muitas possibilidades de identificação e vinculação e que, ao mesmo tempo, coloca em xeque a ideia de verdades absolutas. As/os jovens, portanto, herdam uma

¹ Ao longo deste trabalho optamos por evidenciar o gênero feminino e masculino das palavras *jovem* e *jovens*, na perspectiva da linguagem inclusiva.

crise de representatividade política, uma crise de projetos políticos e utopias sociais, uma crise de referências.

Mesmo neste cenário conturbado é possível encontrar organizações políticas de jovens ocupadas com o exercício do poder na sociedade. Conforme afirma Vázquez (2007, p. 231), “o poder é um instrumento de importância vital para a transformação da sociedade”. Contudo, cabe a reflexão: que transformações sociais as/os jovens querem realizar na sociedade? Que tipo de sociedade essas/esses jovens almejam e se colocam a construir? Que caminhos pretender percorrer para chegar a esse “lugar ideal”? Quais são as ações que elas/eles têm feito para alcançar esse objetivo?

Com estas questões em mente, buscamos investigar, a partir da realidade local, de que maneira as organizações políticas de jovens tem se organizado, se relacionado interna e externamente, realizado suas práticas e principalmente, a que fins tem se destinado suas ações. Nosso intuito era de saber que projetos de sociedade as/os jovens se propunham a defender e construir, mas também buscar perceber se os *ventos da mudança*, expressos nas manifestações políticas pelo mundo, também poderiam ser sentidos em âmbito local. Assim, foi escolhido o município de Irati como local de pesquisa por conta da observação prévia de um campo fértil de participação política das/dos jovens, no qual o pesquisador já tinha uma imersão anterior, a partir do trabalho de acompanhamento de algumas das organizações políticas de jovens do município.

Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, de método dialético e caráter exploratório, que utilizou como procedimentos de investigação a pesquisa bibliográfica e documental e a pesquisa de campo, nesta última, utilizando-se da observação participante, formulário e Círculo de Cultura. A análise dos dados se deu por meio da análise de conteúdo.

De acordo com Richardson (1999), o método dialético configura-se pelos princípios de conexão universal dos objetos e fenômenos e de seu movimento permanente de desenvolvimento. Pauta-se, basicamente, em três leis: unidade e luta dos contrários; a transformação da quantidade em qualidade e vice-versa e a negação da negação (RICHARDSON, 1999). Demo (2009) compreende a dialética como a processualidade de estruturas históricas, o movimento da realidade social. Desse modo, compreende-se que toda a realidade social é contraditória e essa condição lhe possibilita ser historicamente superada. Isso quer dizer que a própria realidade produz consigo a sua negação (unidade de contrários), que lhe será a antítese que provocará a síntese. Ao tratar da relação teoria e prática na dialética, Demo (2009) afirma a impossibilidade de separá-las, ou de estudar problemas

sociais sem enfrentar problemas sociais. Contudo, conforme aponta, a prática apequena a teoria, pois não pode ultrapassar a condição histórica de uma versão dela (DEMO, 2009).

Nossa compreensão dialética da realidade atribui à categoria práxis um importante papel de mediadora no processo de investigação das organizações de jovens. Compreendida por Vázquez (2007) como atividade prática, consciente e objetiva, adequada a determinados fins e que transforma o mundo (natural e humano), a práxis para o autor apresenta alguns elementos, dentre os quais destacamos a *dimensão cognoscitiva* (conhecimentos que orientam a atividade prática), a *dimensão teleológica* (finalidade da atividade prática) e os *meios e instrumentos* que se utiliza para realizar tais atividades. Buscamos, portanto, caracterizar as organizações políticas de jovens de Irati-PR a partir da investigação de alguns elementos que compõem suas práxis e, ainda, compreendendo que tais organizações são produto e produtoras da práxis humana. Desse modo, utilizamo-nos da categoria práxis como recurso que orientou a coleta e a análise dos dados da pesquisa; da decomposição da dinâmica das organizações em práticas, teorias, telos e instrumentos/meios, dentro de um referencial epistemológico que compreende as relações dialéticas próprias do agir-pensar. A categoria práxis permitiu pensar as práticas das organizações de juventude de maneira integral, considerando para além da atividade em si, também as suas dimensões cognoscitivas e teleológicas.

Ressalta-se que os sujeitos desta pesquisa foram as organizações políticas de jovens do município de Irati-PR e, portanto, buscou-se trabalhar a práxis não de maneira individualizada, mas coletiva, a partir da compreensão da práxis das *organizações*, e não das/dos jovens individualmente. Nesse recorte, parte-se da compreensão de que as ações, compreensões de mundo e sentidos teleológicos das organizações estão partilhados, explícitos ou acordados entre os sujeitos da organização, de maneira formal ou tácita. Não nos coube, nesse sentido, avaliar se os elementos teóricos que compõem a organização (sua concepção de mundo, objetivos, telos) se apresentam mais ou menos alinhados com suas práticas efetivas. Certamente chegaríamos a resultados que nos apontariam para incoerências entre o pensar e o agir, considerando a inerente contradição na qual se constrói a realidade social. Interessou-nos mais neste trabalho identificar quais transformações buscam operar na realidade concreta, ainda que apenas de maneira declarada. Estes dados, julgamos, nos darão um importante panorama sobre os projetos e horizontes políticos dos jovens na sociedade.

Os procedimentos de coleta de dados da pesquisa consistiram inicialmente na pesquisa documental e bibliográfica acerca do conjunto de organização da sociedade civil do município. Nesse sentido, por meio de cadastros nas secretarias municipais e instituições

públicas, registros em listas telefônicas, notícias em jornais locais (busca online) e indicações de outras organizações, identificou-se um total de 116 organizações da sociedade civil (ver relação de organizações no APÊNDICE C). Dentre essas, foram selecionadas aquelas que tivessem entre os seus membros predominantemente pessoas entre 15 e 29 anos (esquema de perguntas apresentado no APÊNDICE B). Este recorte nos deu um universo de 26 organizações e, para 22 dessas, foram aplicados formulários para levantamento de informações sobre as características das organizações (ver formulários no APÊNDICE D).

Acerca dos formulários, de acordo com Gil (1987), alguns autores distinguem o termo formulário de questionário e entrevista, pois se trata de uma técnica de investigação que possui um número relativamente elevado de questões, cujo interesse é o de conhecer as crenças, opiniões, situações vividas, etc. e cuja aplicação se dá pela leitura e preenchimento dos campos pelo próprio pesquisador.

Em um segundo momento, foi realizado um novo recorte dentre essas organizações de jovens, sendo selecionadas aquelas que durante a aplicação do formulário, deliberadamente declaravam-se com atuação política, entendidas como: 1) aquelas organizações que afirmaram a participação nos espaços de tomada de decisão junto ao Poder Público, em seus mais diversos espaços, instituições e equipamentos de atuação e/ou 2) aquelas que declararam realizar espaços de debate e formações políticas e/ou 3) aquelas que tinham por finalidade atuar sobre o conjunto da sociedade, buscando transformar suas relações sociais e de produção. Foram identificadas 15 organizações de jovens com esse recorte, sendo que estas foram convidadas a participar da pesquisa, a partir da observação participante e posteriormente da participação de um Círculo de Cultura sobre a participação política da juventude no município.

Por observação participante, May (2004) afirma que o pesquisador coletará os seus dados pela sua participação ativa no mundo social, inserindo-se nas atividades diárias das pessoas a quem se pretende entender. Esse método parte da ideia de que a vida social e as relações sociais entre as pessoas estão em constante transformação, sendo necessário que o pesquisador se torne parte dessas vidas para que compreenda tais mudanças; ao se tornar parte desse ambiente do pesquisado, o pesquisador poderá se apropriar dos significados que dão sentido as ações, aos costumes e linguagens das culturas (MAY, 2004).

De acordo com Richardson (1999), na observação participante o observador não é apenas um espectador do fenômeno estudado, mas se coloca na posição das outras pessoas que compõem tal fenômeno, de modo a ter melhores condições de compreender os hábitos, atitudes, interesses e características da vida diária de um grupo ou uma comunidade. A

observação participante se deu a partir da inserção do pesquisador nos espaços de participação política de jovens no município, tais como o da construção das conferências municipais e conselho municipal de juventude, na organização e realização das manifestações de junho, além da participação em eventos, ações, reuniões de algumas das organizações de jovens do município.

Por Círculo de Cultura entendemos serem os espaços criados pelo educador Paulo Freire, para substituir a ideia de sala de aula. Para Paulo Freire, a construção do conhecimento acontece a partir do diálogo entre as pessoas e, portanto, criar espaços onde as pessoas possam dialogar é criar espaços de ensino e aprendizagem (MARINHO, 2009).

A cultura, para o Freire, é fruto da produção humana, ou seja, ao agirmos no mundo e sobre o mundo nós produzimos cultura. Os espaços de diálogo, como o caso do Círculo de Cultura, através da nossa linguagem e do processo de falar e refletir sobre nossas ações, possibilitam a interpretação e a consciência daquilo que fazemos no mundo, a construção do sentido para as nossas práticas. Ao questionarmos as nossas práticas, o mundo, potencializamos as nossas ações e temos melhores capacidades de decidir sobre nossas escolhas, e provocar as transformações no mundo e de nos posicionarmos diante dele. Desse modo, o Círculo de Cultura apresentou-se como uma proposta de espaço onde as organizações de juventude pudessem nomear suas práxis e refletirem coletivamente sobre elas.

Realizado no dia 14 de junho de 2014, o Círculo de Cultura foi um espaço de debate entre representantes de organizações de jovens de Irati sobre as formas de participação política dos jovens no município. Realizou-se na manhã de sábado, tendo duração de aproximadamente 3h 30min e contando a participação de 10 pessoas e representação de 5 organizações. Neste espaço, foi apresentada uma sistematização parcial dos dados coletados das organizações de jovens no município por meio do formulário, e discutido coletivamente os modos como as/os jovens tem participado politicamente. O Círculo de Cultura foi filmado e posteriormente transcrito para análise.

A análise dos dados ocorreu por meio da análise de conteúdo que, segundo Bardin (1994), consiste em um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que por meio da descrição do conteúdo de tais mensagens, permitem a realização de inferências acerca das condições de produção de tais mensagens.

A pesquisa está organizada em três capítulos, sendo o primeiro intitulado Juventude e Política. Neste capítulo, iniciamos com uma análise da juventude e seu contexto histórico-social, a partir do debate acerca da concepção de juventude, enquanto categoria de difícil definição e que ainda permanece em disputa na sociedade. Vemos como a/o jovem se forja a

partir dos processos da modernidade e da industrialização e definimos juventude enquanto condição e representação social, marcada pelo tempo histórico, cultura e nosso modo de produzir riqueza (DAYRELL, 2003). Neste item apresentamos o contexto de crescimento populacional das/dos jovens no mundo e com ele o aumento das demandas por políticas públicas. São apresentados alguns fragmentos dessa tematização da juventude nas políticas públicas no mundo, no Brasil e no Estado do Paraná. Como espaço legítimo de construção e debate destas Políticas Públicas, as Conferências e Conselhos de Juventude se apresentam como possibilidades de participação política de jovens da sociedade civil, foco do segundo item deste capítulo. Em *Práxis e Participação Política de Jovens*, partimos da compreensão de práxis, em especial a práxis política e social, para levantar elementos que nos auxiliem a caracterizar as ações das/dos jovens no conjunto da sociedade. Este capítulo, por fim, apresenta um item que discute algumas mediações entre a juventude e a política, notadamente no campo das artes e da religião, que tem possibilitado a aproximação de jovens da política.

No segundo capítulo, intitulado *Organizações Políticas de Jovens*, procuramos apresentar nosso referencial de sociedade civil, baseado em uma perspectiva gramsciana, para no item seguinte, *Atividades Políticas das Organizações de Jovens no Brasil*, construir um breve histórico das práticas das organizações de jovens no Brasil e principais instrumentos utilizados em suas atividades políticas. No item *Meios e Instrumentos das Práxis* buscamos discorrer sobre os meios possíveis para a transformação da sociedade e procuramos ressaltar a internet como instrumento privilegiado neste contexto histórico para as ações políticas, especialmente se tratando de jovens. No item seguinte, sobre as dimensões cognoscitivas e teleológicas, procuramos apresentar as principais ideologias políticas presentes ao longo do século XX no mundo e a forma como o liberalismo/neoliberalismo conquistou a hegemonia na sociedade e provocou o debate no campo político e acadêmico acerca do chamado “fim das utopias”, ou o fim dos demais projetos políticos.

No terceiro e último capítulo, inicialmente apresentamos algumas questões acerca da metodologia de pesquisa. Em seguida, discutimos alguns elementos históricos, culturais e sociais do município de Irati, que abrangem a sua formação, ocupação do seu território, bem como a influência da religiosidade em sua cultura. No item *As Organizações Políticas de Jovens de Irati-PR*, apresentamos os dados coletados das organizações políticas de jovens a partir de nove categorias de análise: origens; práticas; condições materiais; público destinatário; relações externas; relações internas; arranjos organizacionais; concepções de mundo e finalidades. Tais categorias buscam caracterizar as organizações políticas de jovens do município. Por fim, apresentamos no item *Outras Experiências Políticas entre Jovens* um

relato e uma breve análise de duas experiências políticas protagonizadas pelas/pelos jovens do município que expressam posturas e formas organizativas entre as/os jovens.

Dentre os principais resultados obtidos da pesquisa ressaltamos a influência do que chamamos de *instituições-matriz*, enquanto aquelas que oferecem as condições concretas para a formação das organizações. São as instituições em torno das quais as/os jovens irão se reunir e estabelecer algum tipo de relação. Foram identificadas como instituições-matriz as escolas, universidade, ONGs/movimentos sociais, partidos políticos e instituições religiosas. Estas instituições são significativas, pois oferecem às organizações uma herança (valores, teorias, práticas, protocolos ou procedimentos para a ação), que poderá ser apropriada, modificada, intercambiada ou negada pelas organizações de jovens. Além disso, da relação com sua instituição-matriz, as organizações derivam suas demandas e sua identidade.

Acerca de suas práticas, a pesquisa demonstrou o esforço das organizações em produzir e difundir interpretações acerca da realidade social, disputando os significados e, conseqüentemente, o sentido da sociedade, enquanto formas de mediações entre os sujeitos e seu cotidiano.

Sobre as concepções de mundo das organizações, pode-se dividir entre as organizações compostas por jovens de 15 a 17, notadamente os grêmios estudantis, em que se tem uma interpretação de mundo pautada em elementos do senso comum. A ausência de um referencial crítico de sociedade faz com que a base do conhecimento que operam seja fundamentalmente empírica. Um segundo grupo seria daquelas organizações que se baseiam em referenciais marxistas e suas derivações. Estas partem de um olhar crítico da realidade social e suas ações tem a perspectiva de uma transformação estrutural da sociedade, com vistas à superação do capitalismo e construção de um socialismo no Brasil. Um terceiro grupo seria o das organizações cujo referencial teórico se apresenta de maneira híbrida e não sistematizada pela organização. Nestas, o que define e forma a organização não é a interpretação que fazem da realidade social, mas a transformação que buscam realizar na sociedade. As/os jovens, neste caso, se agregam em torno da resolução de um problema.

Sobre as condições materiais para a realização de suas práticas, predominam as organizações que possuem poucos recursos e escassa estrutura. As organizações que fizeram parte desta pesquisa fazem uso, principalmente, de recursos oriundos dos seus próprios membros. Tais condições tendem a influenciar o potencial e a abrangência de suas ações. Vimos que as organizações tendem a priorizar o nível local ou municipal, direcionando suas ações para a sociedade como um todo e para as/os jovens da própria organização, sendo

observado que um número reduzido de organizações promove ações para a juventude enquanto uma categoria específica.

Nas suas relações externas, vimos que a maior parte das organizações mantêm parcerias com outras organizações e movimentos sociais, o que remete às ações em redes e fóruns. As tecnologias de informação tem possibilitado às organizações conectarem suas demandas locais às ações em nível global. Como uma das consequências destas trocas simbólicas entre organizações vimos a reprodução de modelos de manifestações ocorridas em outros lugares do país ou do mundo, naquilo que denominamos de *franquia de manifestação*. Trata-se do uso do nome de uma manifestação, um jeito de fazer, como uma estratégia de mobilização que atinge mais facilmente a população, especialmente aquela que não possui uma cultura de participação política e social.

Acerca da forma como se dá as relações internas das organizações, observou-se que as organizações, em sua maioria, têm um número reduzido de participantes (a maior parte inferior a 20 pessoas) e que uma parte significativa destes participantes vincula-se em mais de uma organização, ocorrendo o que chamamos de *multivinculação* das/dos jovens. Outra questão refere-se à *transitoriedade*, das e nas organizações, que tem como consequências o problema da herança (material e simbólica) da organização, que tende a ser perdida, além da oscilação das organizações, que podem passar períodos com suas atividades suspensas.

Quando tratamos dos arranjos organizacionais, vimos predominar aqueles baseados no sistema assembleia-direção, enquanto arranjo mais tradicional do associativismo. Outro arranjo significativo identificado foi o da horizontalidade, que visa formas mais igualitárias de distribuição de poder nas organizações. Tais arranjos são significativos, pois materializam uma postura de jovens com relação às estruturas de poder tradicionais.

Sobre as finalidades, pudemos observar que as organizações comumente alimentavam mais de uma finalidade para suas ações, mas dois terços das organizações pesquisadas tem a garantia e defesa de direitos entre suas finalidades. Para algumas dessas organizações, embora a garantia de direitos seja uma finalidade, ela é compreendida como um estágio, uma mediação em um processo mais amplo de transformação estrutural da sociedade. Em seis organizações políticas de jovens foi identificada a finalidade de superação do sistema capitalista e construção do socialismo como horizonte político. Tais organizações divergem quanto aos caminhos a serem percorridos, mas quase todas apostam em processos educativos, vivências e espaços de formação e reflexão sobre a sociedade como momentos importantes para a construção deste socialismo, no sentido da consolidação de um pensamento contra hegemônico.

Na análise das experiências de conferência e conselho, vimos uma ação inter-organizações que fez emergir para o município a/o jovem enquanto sujeito coletivo, autônomo e participativo, que reivindica seu papel junto ao Estado na formulação das políticas públicas para a juventude. Este acontecimento político é síntese de um processo amplo, que envolve desde a abertura do próprio Estado para a democracia participativa, até a maturidade política das organizações de jovens de reconhecerem e ocuparem o espaço que lhes é de direito. Assim, se por um lado existe certa resistência de jovens a participar diretamente da política partidária e eleitoral, as conferências e conselhos se apresentam como espaços de mediação para que as/os jovens operem o Estado. O desafio passa a ser o da efetividade destes espaços.

Já as manifestações de junho de 2013, protagonizadas pelas/pelos jovens, tiveram como características o princípio da horizontalidade, a repulsa por estruturas convencionais de poder - tais como partidos políticos, e a organização e mobilização primordialmente feita através das redes sociais. A pesquisa procurou demonstrar que tais manifestações guardam traços de similaridade com princípios anarquistas, como horizontalidade, autogestão, ação direta, embora não se possa atribuir tais manifestações a qualquer matriz teórica ou ideológica, dada sua pluralidade e diversidade. Embora para a maior parte das/dos manifestantes as causas se traduzissem em indignação, o que estava em jogo era a garantia de direitos, que iam desde o direito ao transporte público, ou direito de acesso à cidade, até o próprio direito de se manifestar, tão duramente reprimido pela Polícia de São Paulo na ocasião que desencadeou as manifestações.

Por fim, ressalta-se que este trabalho tem um caráter interdisciplinar uma vez que, em consonância com a perspectiva teórica que o embasa, compreende a realidade como um complexo sistema de determinações que atravessa as mais diferentes áreas do conhecimento. Assim, buscamos compreender o objeto de pesquisa não como um fenômeno em si, mas como produto de um conjunto de determinações e através de uma totalidade que lhe atribui sentido.

1. JUVENTUDE E POLÍTICA

Trataremos neste capítulo acerca da temática da juventude e a maneira como ela se relaciona com a política. Para tanto, buscaremos definir nossa concepção de juventude e apresentar o cenário onde essa temática se desenvolve, especialmente em relação ao Estado. Em seguida, analisaremos as categorias práxis e participação política das/dos jovens e, por fim, discutiremos duas possibilidades de mediação entre as/os jovens e a política, a saber, a arte e a religião.

1.1 JUVENTUDE E CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL

A concepção do que é juventude é divergente, quer na literatura, na política ou no senso comum. Buscaremos neste tópico, de início, tratar dessa divergência e situar a concepção de juventude adotada nesta pesquisa para, em seguida, discutir a inserção desta temática nas políticas públicas e no conjunto da sociedade.

Se iniciarmos nossa busca pelas concepções de juventude a partir das ideias que circulam no imaginário popular e pelas representações construídas historicamente na sociedade, poderíamos dizer que a juventude seria a fase intermediária entre infância/adolescência e fase adulta, dotada de potencial rebelde, revolucionário e transformador, por vezes remetendo a questões como um momento da vida onde se possui maior “vitalidade”, “energia” e “potencial”. Não raras às vezes em que a juventude é percebida como imatura e inexperiente, o que justificaria ações “inconsequentes”, “inescrupulosas” ou “imponderadas”.

Certamente essas ideias não surgiram espontaneamente; estão referenciadas em elementos concretos, frutos de uma série de condições sociais, históricas e culturais, que serviram de base para a construção social do significado da juventude. Devem-se observar ainda os elementos ideológicos presentes nessas concepções, que atribuem à juventude determinado papel na sociedade, ou ainda, que deslegitimam suas ações por uma falsa “imaturidade”. Trata-se, portanto, de uma concepção do senso comum que carrega em si questões que não podem ser desconsideradas, mas sim problematizadas, historicizadas, contextualizadas.

Talvez a definição mais simples de juventude ainda esteja em sua faixa etária. No Brasil, a compreensão da juventude a partir do recorte etário entre 15 e 29 anos está definida

na Lei nº. 11.129, de 30 de junho de 2005, em seu artigo 11, e nos serve como um primeiro parâmetro para uma definição de juventude no país. (BRASIL, 2005).

Considerando esse referencial, o Brasil teria, de acordo com o último censo de 2010, aproximadamente 190 milhões de habitantes, sendo destes 50 milhões com idade entre 15 e 29 anos (IBGE, 2011), representando aproximadamente 25% da população nacional. Tais dados nos oferecem um importante parâmetro do público a que nos referimos, além de ser uma definição bastante útil em termos de políticas públicas, uma vez que estas necessitam de concepções objetivas para realizar diagnósticos e propor ações. No entanto, este recorte parece insuficiente quando se pensa que uma mesma faixa etária é vivida de maneiras tão diferentes, a partir de condições concretas de vida, de culturas e especificidades locais. Dessa forma, outras concepções de juventude vêm sendo construídas na sociedade, buscando contemplar a complexidade do tema.

Em seu documento base para a 2ª. Conferência Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE, aponta para a compreensão da juventude para além da simples preparação para a vida adulta, mas que esta adquiriu sentido em si mesma. A concepção de juventude defendida pelo CONJUVE é a de uma juventude diversa e cheia de especificidades, sendo que o modo de ser jovem vai variar conforme for o nível de renda, o acesso a políticas, conforme o gênero, a raça, a orientação sexual, o local de moradia, entre outras questões (BRASIL, 2011a).

A juventude, nesta concepção, não pode ser considerada de maneira genérica. Necessita ser pensada em um contexto social e histórico, em um território, atravessada por um complexo de determinações que a torna plural e diversa, em suas culturas e identidades. Quando pensamos as/os jovens em seu contexto, percebemos que se trata de sujeitos que expressam várias formas de exclusão da sociedade e que, portanto, necessitam de políticas públicas que lhes garantam direitos. Diante esta complexidade, a juventude provoca o Estado a formular ações que tenham articulação intersetorial e interministerial, para atender a juventude de modo integral. O CONJUVE (BRASIL, 2011a) defende que as políticas públicas para a juventude devem ser universais, respeitando essa diversidade e garantindo o desenvolvimento do jovem, de maneira que este tenha melhores condições de se inserir na vida social.

Esta concepção defendida pelo CONJUVE é fruto de um processo, ainda em curso, de construção de um referencial e, mais ainda, desconstrução de ideias concebidas e enraizadas no senso comum. Também na produção acadêmica a concepção de juventude se

apresenta em constante reconstrução, a partir de alguns enfoques epistemológicos através dos quais se concretizam as pesquisas científicas.

De acordo com Islas (2009), a concepção moderna de juventude veio a partir de Rousseau, de sua obra *Emílio*, de 1762, quando neste livro o autor faz uma separação entre a criança-adolescente e o adulto. Também com o viés da educação, Durkheim, em 1911, defende que a educação é a ação dos adultos sobre os jovens, uma forma de socialização metódica que permite ao jovem aprender a ter uma vida moral e social (ISLAS, 2009).

Conforme aponta León (2009), a própria necessidade de categorizar e definir a juventude é processo da modernidade e de sua ânsia pela objetivação. Como reflexo dessa perspectiva tem-se a categorização da juventude a partir do estabelecimento de uma faixa etária. A Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) estabeleceram a juventude como a idade entre 15 e 24 anos, tendo como parâmetros a entrada mínima no mundo do trabalho e o máximo da escolarização formal. Essa concepção foi bastante utilizada, principalmente, a partir de 1964, quando ocorreu a Conferência Internacional sobre Juventude (Conferência de Grenoble), e no Brasil é adotado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e Instituto Cidadania (LEÓN, 2009). Também a Secretaria Nacional de Juventude - SNJ, e as Políticas Públicas para a juventude no Brasil a partir da instituição desta Secretaria - 2005, adotaram o critério da faixa etária estabelecida em lei, conforme vimos anteriormente, diferenciando da Organização Mundial da Saúde por estender a juventude até os 29 anos.

Para León (2009), o recorte enquanto categoria etária permite que se estabeleçam limites precisos acerca do que é a juventude. No entanto, mesmo estes limites variam conforme os países: em El Salvador, a juventude compreende a idade entre 7 e 18 anos; na Nicarágua de 18 a 30, e na Costa Rica de 12 a 35 anos, apenas para darmos alguns exemplos apontados pelo autor.

A diversidade de proposições, mesmo no que se refere ao estabelecimento de uma definição a partir de um parâmetro cronológico (passível de universalidade), nos sinaliza importantes questões acerca da juventude: a) a dificuldade de se estabelecer um critério universal; b) a insuficiência da questão etária, frente a elementos históricos, sociais e culturais de determinado território e c) ao percebermos as múltiplas determinações acerca do conceito, devemos considerá-lo também como mutável e dinâmico, na medida das transformações próprias das condições sociais postas em determinado momento histórico.

Disso desponta o que alguns autores vão defender acerca da heterogeneidade da concepção de juventude, que necessita ser compreendida enquanto plural e diversa. Dayrell

(2003) utiliza-se da palavra “juventudes” para afirmar no termo a perspectiva através da qual compreende essa categoria. Para o autor, devem ser considerados aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, na perspectiva da multicausalidade na compreensão da juventude. Não haveria, portanto, um caráter universal, pois será muito variada a forma com que cada sociedade, cada momento histórico e cada grupo no interior desta sociedade, irá compreender este momento e representá-lo (DAYREL, 2003). Para o autor, a juventude deve ser compreendida como:

[...] parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. É um momento, mas não se reduz a uma passagem: assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. (DAYRELL, 2003, p.42).

Alguns autores defendem que a juventude surge junto com a modernidade e com os processos de industrialização. Marques (1997) chama a atenção para o processo de socialização do jovem, afirmando que nesse modelo de desenvolvimento urbano industrial, a socialização deixou de ser competência familiar e passou a ser responsabilidade da educação formal, na perspectiva de formação de mão-de-obra qualificada.

Para León (2009), a categoria juventude pode ser definida a partir do conceito de juvenil e de cotidiano, sendo o primeiro referente ao processo psicossocial de construção de identidade, e o segundo referente ao contexto de relações e práticas sociais em que esse processo acontece. Segundo o autor:

A importância dessa visão reside, substancialmente, na possibilidade de ampliar a visão sobre o ator, incorporando a variável sociocultural à demográfica, à psicológica ou a categorizações estruturais que correspondem às que tradicionalmente foram utilizadas para sua definição. Então, o que deve ser incluído nessa visão é a variável vida cotidiana, capaz de definir a vivência e experiência do período juvenil. (LEÓN, 2009, p. 55).

Otávio Ianni, em sua obra *O jovem Radical* (1968), define juventude levando em conta o contexto do capitalismo, conforme aponta:

A história do regime capitalista tem sido a história do advento político da juventude. Em cada país em que se desenvolve o sistema capitalista de produção, os jovens assumem importância crescente no campo da ação política. Para instaurar-se ou durante o seu desenvolvimento, o capitalismo transforma de maneira tão drástica as condições de vida dos grupos humanos que a juventude se torna rapidamente um elemento decisivo dos movimentos sociais, em especial das correntes políticas de direita e de esquerda. E são nestas duas polarizações que a singularidade do

comportamento político do jovem se tem revelado mais abertamente, abrindo possibilidades a uma interpretação globalizadora. (IANNI, 1968, p. 225).

O autor defende que a chamada “crise” da juventude, sua “revolta” ou “subversão” tem sua natureza no próprio sistema social onde ela se desenvolve, e a sua “rebeldia” característica seria fruto de sua percepção das contradições da sociedade capitalista e do modo como esse sistema lhe conforma comportamentos. Esta percepção ocorreria em espaços mais amplos do que os familiares, tais como a escola ou os grupos de amigos (IANNI, 1968). O comportamento do jovem estaria vinculado, portanto, às suas condições materiais de existência, as determinações sócio-históricas e, mais do que tudo, ao modo como nós produzimos nossa riqueza no mundo – sistema capitalista, e as relações sociais que construímos a partir disso.

Em suma, compreenderemos neste trabalho a *juventude* enquanto uma categoria que nos remete a um grupo social que emerge na sociedade moderna conforme foram se dando os processos de industrialização e socialização. Entende-se que não se deve naturalizar seu modo de ser: agem, pensam, representam de maneira tão plural e diversa quanto podem ser as formas destes sujeitos sociais interagirem, assimilarem e representarem as condições sociais, históricas, econômicas e culturais que, em nossa sociedade, são frutos do sistema capitalista.

Aproximamo-nos, desse modo, da concepção de juventude dada por Dayrell (2003) quando define a juventude enquanto condição social, ao mesmo tempo em que é representação. Isso significa que se admite que ocorram mudanças físicas e psicológicas, tais como a capacidade física de procriar, a independência, os sinais de necessidade de menor proteção da família/cuidadores, provas de autossuficiência, entre outras. Trata-se de mudanças corporais, afetivas e relacionais próprias da maturação biológica, mas que serão significadas e representadas de acordo com uma determinada sociedade, um tempo histórico e de acordo com os grupos sociais no interior desta sociedade. Cabe ressaltar ainda que recorreremos, em determinados momentos, aos recortes etários, quando em nossa análise não for possível abranger as especificidades desse grupo social.

Observe-se ainda que denominaremos *jovem* ou *jovens* aqueles *sujeitos sociais* que se encontram nas condições sociais e representações supracitadas. E ao identifica-los como sujeitos sociais, utilizamo-nos da concepção defendida por Wanderley (1992), ao compreender sujeito como aquele que faz a ação ou a dirige, ou seja, como ser humano livre e igual, dono de direitos, que constrói seu mundo e é construído por ele.

Embora tenhamos definido nosso referencial para a concepção de juventude nesta pesquisa, do ponto de vista das ações do Estado, a juventude ainda é uma concepção em

disputa e sua luta principal é a percepção do jovem enquanto um sujeito de direitos, que necessita de políticas integrais. Houve no Brasil um grande avanço nacional acerca da tematização da juventude nas políticas públicas, que resultaram, no ano de 2005, na instituição da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ, do Conselho Nacional de Juventude – CONJUVÉ, e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJÓVEM. Estas três ações do Estado fazem do ano de 2005 um marco para a juventude no Brasil, e necessitam ser pensadas enquanto partes de um processo que se iniciou antes ainda de 2005, ou seja, como fruto do trabalho de organizações e sujeitos engajados, no Brasil e fora dele.

Conforme vimos anteriormente, consideram-se jovens no país, de acordo com a Secretaria Nacional de Juventude, as pessoas com idade entre 15 e 29 anos, sendo que o Brasil hoje registra a maior população jovem de sua história, com mais de 50 milhões de pessoas nesta faixa etária (IBGE, 2011). Em outros países, especialmente da África, a maioria da população é jovem e aproximadamente 43% da população mundial tem idade de 25 anos ou menos (ONU, 2011). Estima-se que não haja outro momento da história com tantos jovens no mundo, visto que na medida em que se desenvolvem, os países sofrem uma tendência ao alargamento do topo de sua pirâmide etária e um envelhecimento de sua população.

Esse grande número de jovens pode ser observado em vários países do mundo. No entanto, não se trata apenas da questão quantitativa; junto ao crescimento populacional surgem as demandas e necessidades sociais, que colocam a juventude como sujeito de atenção do Estado, demandantes de políticas e ações específicas. Questões como o desemprego, abandono escolar, doenças sexualmente transmissíveis, drogas, violência, apatia ou pouca participação política, vão compondo um cenário, ora real e concreto, ora fruto de representações sociais ou de desinformações interessadas. Crescem também o número de organizações e instituições sociais, pesquisadores e centros de pesquisa, sensíveis a esta nova realidade e buscando dar respostas a ela.

A juventude como público de políticas públicas é uma questão que tem se discutido com maior intensidade a partir da década de 80 em vários países do mundo, e que chega ao Brasil quase uma década depois. A grande fomentadora destas discussões foi a Organização das Nações Unidas (ONU), que em 1985 instituiu o Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz. Sobre isso afirma Novaes (2012):

Não por acaso, 1985 foi decretado o Ano da Juventude pelas Nações Unidas. Viviam-se, na época, o ápice da nova divisão internacional do trabalho, com o aprofundamento dos processos de globalização dos mercados, de desterritorialização dos processos produtivos e de flexibilização das relações de trabalho. No Brasil, assim como em vários países da América Latina, tais processos também foram

acompanhados pelo esgotamento do modelo de modernização conservadora dos anos 1980 e pela crise da dívida externa. Assim, em tempos de Consenso de Washington, projetos de ajustes e “enxugamento do Estado” priorizaram o equilíbrio fiscal e o corte de gastos, interrompendo várias iniciativas de políticas sociais distributivistas e comprometendo as democracias que sucederam os regimes autoritários nos países da região. Tais mudanças econômicas, tecnológicas e culturais afetaram particularmente a juventude (NOVAES, 2012, p.10).

A ONU, portanto, trata internacionalmente do tema da juventude em um contexto de intensa crise financeira, de reestruturação do capitalismo e de um desenho neoliberal, que ao desterritorializar o trabalho enfraquece também o poder organizativo das/os trabalhadoras. O esvaziamento do Estado com a significativa baixa na seguridade social atinge especialmente a juventude, pois são os jovens os que mais sofreram com essas transformações sociais, permanecendo por vezes “à margem” da sociedade, no sentido de uma não inclusão social, especialmente no trabalho e emprego. No Brasil, por exemplo, de acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (2001), o desemprego entre os jovens no ano de 1997 era quase três vezes maior do que dos adultos.

Se nesse cenário neoliberal o baixo número de empregos ofertados aos jovens compõe a realidade do país e do mundo, ao final da década de 80 e década de 90 a violência apresenta-se como um tema frequentemente vinculado à juventude e que foi amplamente disseminado pelos grandes meios de comunicação. De acordo com Sposito; Silva e Souza (2006), durante a década de 90 ocorreram fatos, tais como as rebeliões da FEBEM² e o caso do assassinato do índio Pataxó Galdino Jesus dos Santos, queimado vivo em um ponto de ônibus por cinco jovens em Brasília, que tiveram grande repercussão e que colaboraram para associar a juventude a problemas de violência, influenciando municípios a pensarem estratégias de ação e enfrentamento.

Se 1985 foi o Ano Internacional da Juventude, de acordo com a ONU, no Brasil um impacto mais efetivo desta preocupação internacional foi ocorrer em meados da década de 90. Foi nesta década que as primeiras iniciativas a nível nacional começam a ganhar corpo, ocorrendo debates sobre a necessidade de políticas nacionais que considerassem a juventude. Uma das primeiras iniciativas foi o I Encontro Nacional de Técnicos em Juventude, realizado pela Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES), em 1995 no Rio de Janeiro, onde foram debatidas e indicadas as diretrizes para a formulação de uma Política Nacional de Juventude (BRASIL, 2011b). Em 1997 criou-se uma Assessoria específica de Juventude, vinculada ao gabinete do ministro da educação, e também a

² A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), desde 2006 passou a ser denominada Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo do Adolescente (Fundação CASA).

Organização Brasileira de Juventude, articulação composta por gestores de juventude de governos e prefeituras (BRASIL, 2011b). Também foram significativas a realização do I Festival Nacional de Juventude, em Brasília, evento que contou com a presença de aproximadamente 5 mil jovens, e o surgimento do Fórum Nacional dos Movimentos e Organizações Juvenis (BRASIL, 2011b).

Embora essas e outras tantas iniciativas também ocorridas em contextos locais buscassem debater políticas públicas para a juventude, até a década de 90, segundo Novaes (2012), a juventude é compreendida como um “problema social”, e as ações, ainda que pontuais nos municípios ou estados, tem o objetivo de conter, remediar e reduzir danos. (NOVAES, 2012). Sposito e Carrano (2007) realizaram uma análise das políticas públicas direcionadas para a juventude durante os anos de 1995 e 2003, período antecedente ao Governo Lula, e identificaram 33 ações com foco nos jovens, sendo que 3 delas de iniciativa de organizações não-governamentais e de abrangência nacional. Como resultado da análise de tais projetos e programas, os autores identificaram que as ações do Estado para a juventude ocorriam ainda de modo isolado e pouco articulado entre si, tendo pouca capacidade de acompanhamento e avaliação de resultados, demonstrando a dificuldade de delinear estratégias de ação orgânica e duradoura, ou mesmo de possibilitar a criação de canais democráticos de participação da população nessas políticas.

Embora as políticas ainda se apresentassem insuficientes para dar conta da demanda social, cresciam concomitantemente os espaços de debate e pesquisa na área. Brenner; Carrano e Lanes (2005), chamam a atenção para três momentos anteriores à criação do CONJUVE e que foram significativos para o acúmulo do debate na sociedade e a mobilização de sujeitos acerca da temática da juventude. São eles: o Projeto Juventude; a Comissão Especial de Políticas Públicas da Juventude da Câmara dos Deputados e o Grupo Interministerial de Juventude, todos realizados nos primeiros anos do Governo Lula e com o intuito de discutir políticas públicas para a juventude.

O Projeto Juventude, realizado pelo Instituto Cidadania, foi composto por seminários, oficinas e pesquisas sobre temas relacionados à juventude. Este projeto produziu um documento com um diagnóstico da juventude, diretrizes para políticas e ações, que foi direcionado à Presidência da República, além de outras publicações. A Comissão Especial da Câmara dos Deputados foi composta por 43 deputados, realizando pesquisas, audiências públicas e encontros de juventude, entre elas as conferências estaduais e nacional de juventude no ano de 2004. Da mesma forma, produziu-se um relatório com diagnóstico, recomendações e propostas para a juventude. O Grupo Interministerial, formado por 19

representantes de ministérios e secretarias especiais, também realizou um diagnóstico acerca da juventude, além de um mapeamento das políticas existentes a nível federal, trazendo elementos para contribuir na construção de uma política nacional de juventude.

Todas essas ações, de uma forma ou outra, pautaram a temática da juventude na sociedade, sensibilizando os mais diferentes sujeitos sociais para o debate. A construção das já citadas instâncias de proposição e debate de políticas públicas para a juventude (Secretaria Nacional de Juventude e Conselho Nacional de Juventude) são resultados do acúmulo de pelo menos 10 anos de discussões, encontros, pesquisas e demais ações.

As repercussões destes debates nacionais, contudo, chegam em tempos diferentes nos estados, bem como nos municípios – em especial naqueles de menor porte. Manifestam-se através de políticas públicas para a juventude ou espaços dentro do governo, tais como secretarias e departamentos de juventude, podendo ainda oscilar no investimento (econômico e político), de acordo com a conjuntura.

No caso do Governo do Estado do Paraná, criou-se ao final do ano de 2006 a Secretaria de Estado da Criança, durante o Governo de Roberto Requião de Mello e Silva (Requião, PMDB, 2003-2010). Esta Secretaria, por meio da Lei nº. 15.604/2007, passou a denominar-se Secretaria de Estado da Criança e da Juventude – SECJ (PARANÁ, 2007). Ainda que esta Secretaria utilizasse o termo Juventude, as políticas e programas estavam voltados prioritariamente ao público de 12 a 18 anos, fazendo menção constante ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em seus projetos e meios de divulgação³. No entanto, dentre as ações do estado para este público, merece destaque o programa *Centros de Juventude*, iniciado no ano de 2009.

De acordo com o seu projeto, os Centros da Juventude são “[...] espaços abertos de convivência, de formação e de cidadania dos jovens, para jovens, pelos jovens”, que foram planejados para serem implementados em 31 municípios do Estado e “[...] destinados à população jovem, com prioridade para 12 e 18 anos, definidos como adolescentes pelo artigo 2º. do ECA e como adolescentes-jovens (15 a 17 anos), pelas políticas públicas para juventude”. (PARANÁ, [2009], p.3).

O projeto tem sua base no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, além do chamado *Pacto pela infância e juventude*,

³ De acordo com a divulgação feita pelo Governo sobre as ações de suas secretarias, a SECJ apresentou 18 programas e políticas que executava ou apoiava. Destas, nenhuma delas tinha como público alvo específico pessoas com idade entre 15 e 29 anos (ver ANEXO A).

estabelecido pela Secretaria e fundamentado no ECA⁴. Tem como pressuposto que a população entre 12 e 18 anos está mais exposta às condições de violência e violação de direitos fundamentais e se fundamenta ainda no *apoio socioeducativo em meio aberto*, presente no artigo 90 do ECA, que consiste em um modo de atendimento formativo aberto, que possibilita a participação da comunidade e da família, com vistas em uma inserção social qualificada e a garantia de direitos.

A Secretaria da Criança e da Juventude, responsável por este programa, foi substituída por meio da Lei nº 16.840/2011, pela Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, no Governo de Carlos Alberto Richa (Beto Richa, PSDB, 2011-2014), que passou a ser responsável por dar continuidade a alguns dos projetos da SECJ. O Governo Richa terá um espaço específico para a juventude dois anos depois, quando instituiu, em 2013, a Assessoria Especial para Assuntos de Políticas Públicas para a Juventude - AEJ, cujo objetivo é de “[...] articular e garantir os programas e projetos destinados ao público jovem das secretarias e órgãos do Governo do Estado” (PARANÁ, [2013]).

Ainda com relação às políticas públicas, as conferências realizam um importante papel de promoção da participação da sociedade na questão pública. As conferências são frutos de lutas históricas de diversos sujeitos sociais do país, sendo que esta conjuntura de fomento à participação social e política se deu de maneira mais expressiva no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula, PT, 2003-2010), visando à criação de espaços de diálogo entre sociedade civil e Estado. Um grande número de conferências e conselhos gestores passou a debater a sociedade de maneira ampla, a partir de sua diversidade e singularidades.

No caso da juventude não foi diferente; a I Conferência Nacional, ocorrida em 2008, conforme já citamos, teve em suas etapas locais a realização de 840 conferências municipais e regionais e 690 conferências livres pelo país, com o envolvimento de mais de 400 mil pessoas, sendo dessas mais de 70 mil no estado do Paraná, estado de maior número de participantes no país (BRASIL, 2008). Ao todo foram aprovadas 70 resoluções e 22 prioridades para as políticas de juventude, sendo destas, três propostas fazendo menção à participação política, reivindicando: um Sistema Nacional de Juventude, que crie mecanismos

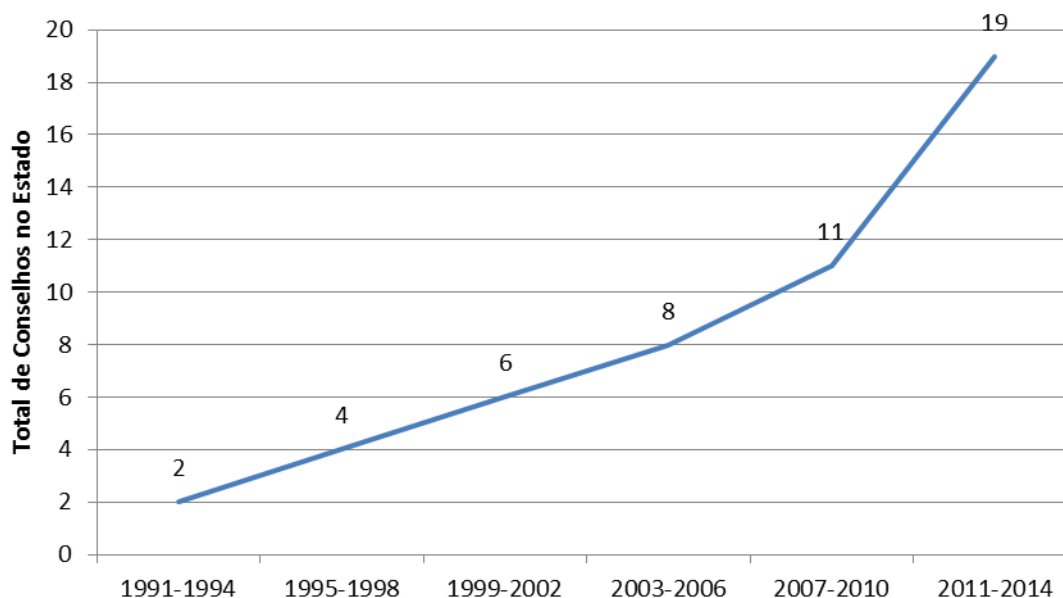
⁴ Este pacto se baseia em dez pontos, a saber: 1) Um ambiente familiar fortalecido e protetor; 2) O enfrentamento das violências praticadas contra crianças e adolescentes; 3) A redução da violência juvenil; 4) O combate ao uso de drogas lícitas e ilícitas e a garantia de tratamento especializado; 5) A inclusão escolar efetiva; 6) O convívio social saudável, estimulante, interessante, criativo e produtivo; 7) A erradicação do trabalho infantil e ampliação das oportunidades de qualificação e colocação profissional dos jovens; 8) A implementação e ampliação de redes de proteção e de apoio às crianças, aos jovens e suas famílias; 9) O fortalecimento das estruturas de defesa dos direitos de crianças e adolescentes e 10) A participação social da juventude (PARANÁ, [2006]).

institucionais de participação nas esferas do governo; uma Reforma Política que propicie a participação da juventude em partidos e modificando as idades para a elegibilidade; e o incentivo e a formação para a participação política nas escolas e universidades, por meio de mecanismos e disciplinas (BRASIL, 2008)⁵.

Com potencial de capilaridade pelo país, as conferências de maneira geral contribuem, além de tudo, para o agendamento das temáticas na sociedade, tencionando agentes públicos e sociedade civil a debaterem e buscarem estratégias para as questões referentes a cada tema. Um dos espaços mais propícios para esse debate, sem dúvida, são os Conselhos gestores ou, nesse caso, os Conselhos de Juventude.

Realizando um levantamento nas legislações dos municípios com mais de 50 mil habitantes no Estado do Paraná, podemos observar o crescimento no número de Conselhos Municipais de Juventude nos últimos quatro anos no estado. Dos trinta e dois municípios pesquisados, dezenove possuem uma lei de criação de Conselho de Juventude, sendo que dos dez municípios com maior população no Estado, oito possuem a referida lei.

GRÁFICO 1 – CONSELHOS MUNICIPAIS DE JUVENTUDE DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES.



Fonte: O autor

É importante salientar que estamos tratando em termos de legislação e reconhecimento legal dos Conselhos, e não de sua efetividade. Em outras palavras, não podemos aqui assegurar a existência real destes conselhos, se não apenas inferir que as Leis

⁵ Até o ano de 2014, apenas mais uma Conferência Nacional foi realizada, sendo que os dados da participação desta não foram até o presente momento divulgados pela Secretaria Nacional de Juventude.

de criação dos Conselhos são indicadores de anseios e necessidades sociais dos municípios e que, portanto, sugere-nos a existência de um acúmulo de debate local sobre o tema.

Com relação ao gráfico, podemos observar que os Conselhos de Juventude surgem nos municípios com mais de 50 mil habitantes a partir da década de 1990 e segue com um crescimento constante de dois conselhos a cada quadro anos. Uma elevação no crescimento se dá no período de 2007-2010, quando três conselhos novos foram criados. No entanto, esse valor tem um salto entre os anos de 2011 e 2014; foram oito conselhos criados, somando dezenove municípios com Conselho de Juventude, do total de trinta e dois que possuem mais de 50 mil habitantes.

Certamente essa elevação no número de conselhos é atravessada por diversas determinações. Interessa-nos especialmente a ideia de um amadurecimento democrático dos sujeitos sociais, que passaram a se apropriar de maneira mais qualificada dos instrumentos institucionais de participação política.

A participação em conselhos municipais de juventude, contudo, é apenas uma das expressões da participação políticas das/dos jovens na atualidade. No tópico seguinte, analisaremos a participação política de jovens, tomando como ponto de partida a categoria práxis enquanto atividade humana na história, a fim de identificarmos neste agir-reflexivo elementos que nos possibilitem caracterizar as ações políticas e sociais das/dos jovens.

1.2 PRÁXIS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE JOVENS

Será constante neste trabalho o esforço de identificar e caracterizar as ações dos sujeitos jovens na realidade, em suas intervenções políticas e sociais, especialmente ocorridas por meio de suas organizações da sociedade civil. Contudo, faz-se necessário aprofundar a questão da ação destes sujeitos, explanando com maior clareza suas dimensões a partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético.

De acordo com Triviños (1987), pode se compreender o materialismo histórico como a ciência filosófica do marxismo voltada ao estudo das questões sociológicas, que envolvem o desenvolvimento histórico e a prática social dos seres humanos. Para o autor, um dos princípios da concepção materialista é que todos os processos, fenômenos e objetos que se realizam na realidade são materiais, concretos. Um segundo princípio seria de que a matéria é anterior à consciência, ou seja, a consciência surge como reflexo da matéria (TRIVIÑOS, 1987).

Estes princípios do materialismo nos oferecem as bases para a investigação científica com o enfoque no marxismo. Escrevem Marx e Engels (1998):

[...] Não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua **atividade real** [...] Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência (MARX; ENGELS, 1998, p. 19, grifo nosso).

A fundamentação materialista e histórica estabelece como ponto de partida de uma análise aquilo que se tem de mais concreto: as práticas, ações, o agir do ser humano na realidade. A própria história da humanidade é a história de suas práticas, e compreender a história é compreender as ações dos seres humanos no tempo (ANTUNES, 2005).

Konder (1992) ao realizar um resgate do modo como o ser humano realiza as suas atividades no mundo, retoma Aristóteles que divide a atividade humana em *práxis*, que corresponde à atividade ética e política, *poiésis*, que era a atividade produtiva, e ainda a *theoria*, que seria a atividade de busca da verdade. Segundo Martins (2011), Aristóteles faz uma clara distinção entre o conhecimento referente ao fazer (produzir) e o agir (ação que não produz nada fora de si mesmo). Aos escravos era designada a primeira atividade (produtiva), enquanto aos senhores era destinada a ação (política, moral, etc.).

Hegel (1992), ao retomar a forma de divisão das atividades humanas entre senhores e escravos, faz salientar a maneira como essa divisão produz, não apenas o resultado material da atividade, mas a maneira como os homens irão se relacionar entre si, e conseqüentemente a própria história humana. A partir da ideia de que o homem disputaria o reconhecimento e a liberdade entre os demais (uma característica humana de desejar não apenas o que é material, mas desejar o próprio desejo do outro), Hegel desenvolve a ideia de dialética, que consistiria no próprio movimento da realidade. O escravo, destinado às atividades laborais e práticas, privado de sua liberdade pelo senhor, tem, a partir da sua relação com o material, com a natureza que ele transforma pelo seu trabalho, domínio sobre essa mesma natureza e suas leis. Ao transformar a matéria, desenvolver sua cultura, seu conhecimento sobre a natureza, seu potencial criativo, o escravo adquire relativa liberdade e torna-se *mais humano* que o seu senhor. Este, ao mesmo tempo em que se encontra livre de suas atividades materiais necessárias para a garantia de sua sobrevivência, encontra-se também escravo de seu escravo, pois vive condicionado ao trabalho deste. Seria por meio destas contradições existentes na realidade (sua dialética, a constante negação do que está dado), que aconteceria a história da humanidade, através do seu movimento de constante superação.

A dialética hegeliana oferece dois importantes fundamentos, que posteriormente Marx irá adotar e que nos serão de suma importância: primeiro que Hegel nos oferece uma definição do que é a realidade, apontando para o seu movimento como dialético, ou seja, movido pelas suas contradições internas, a partir da lógica da tese, antítese e síntese. Um segundo ponto de igual importância foi a ideia de que a história da humanidade passa pelas mãos do escravo. Marx fará uma releitura de Hegel e da própria história da humanidade a partir do ponto de vista dos trabalhadores.

Marx, segundo Konder (1992), fará a distinção entre a atividade humana da atividade animal, afirmando que a primeira tem a capacidade de ser livremente decidida, planejada, antecipada pelo sujeito da ação, enquanto a segunda ocorre por força dos instintos da natureza, da repetição. Marx define práxis como essa *atividade possibilitada pela reflexão*; a teoria que remete a ação, que avalia acertos e descompassos, ou seja, as consequências de suas ações, modificando-se e reconstruindo-se a partir desse movimento. A práxis, desse modo, é uma *atividade possível apenas aos sujeitos humanos*, na qual estes, conscientemente, transformam a realidade objetiva e a si mesmos. (KONDER, 1992).

Teoria e prática encontram-se, deste modo, em uma relação de interdependência. De acordo com Bourguignon (2008), a práxis é uma categoria filosófica que expressa a articulação entre ação e conhecimento que resulta num processo de transformação da ação, do conhecimento e também do próprio sujeito.

Kosik (1986) defende que esta unidade entre teoria e prática tem valor supremo dentro da perspectiva marxista. Para o autor, a partir do conceito de práxis foi possível se compreender o mundo como algo construído pelo homem, e não como algo dado em si mesmo. Assim, a realidade não existiria para além da práxis: a realidade é um processo ontocriativo, em que só podemos ter acesso por meio da práxis.

A práxis na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não-humana, a realidade na sua totalidade). A práxis do homem não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade (KOSIK, 1986, p. 202).

De acordo com Bourguignon (2008), o ser humano tem uma existência real, histórica e concreta, que se objetiva no mundo por meio de sua práxis, produzindo bens materiais, relações, instituições sociais, ideias, emoções, a fim de possibilitar os recursos para suprir as suas necessidades, permitindo-se a produção e reprodução de sua existência.

O homem é um ser da práxis porque é um ser prático, ativo, que age sobre a natureza para atender às suas necessidades de sobrevivência como espécie; porque orienta a satisfação de suas necessidades pela sua vontade e intenção de dominar a natureza, desvendar seus mistérios e superar obstáculos à sua existência; porque é um ser de relações, ou seja, constrói a si mesmo e a sua existência através das relações que estabelece em condições sócio-históricas determinadas e porque é histórico, ou seja, se movimenta no contexto das transformações societárias, reproduzindo o conhecimento acumulado pela humanidade (BOURGUIGNON, 2008, p. 56).

Conforme salienta Konder (1992), a práxis nasce a partir do trabalho, mas vai para além desta categoria. Kosik (1986), tomando como referencia a já citada dialética hegeliana do senhor e do escravo, afirma o momento existencial da práxis: para além do que esta produz materialmente, ela forma a própria subjetividade humana. A práxis é também a objetivação da própria liberdade humana, na sua luta pelo reconhecimento. Os “momentos existenciais”, tais como a angústia, a alegria, o medo, são resultantes da experiência ativa do homem neste processo de realização de sua liberdade. A práxis cria valores, subjetividade, para além do trabalho. Para Kosik (1986, p. 205) “[...] Sem o momento existencial, quer dizer, sem a luta pelo reconhecimento, que acomete todo o ser do homem, a práxis se degrada ao nível da técnica e da manipulação”.

O filósofo Adolfo Sanchez Vázquez, em sua obra “Filosofia da práxis” (2007), fez uma importante contribuição no estudo sobre a categoria práxis. Reconhecida a sua importância e centralidade, adotaremos neste trabalho a sua concepção sobre este tema.

Inicialmente deve-se estabelecer que para o referido autor, assim como para Gramsci, o marxismo pode ser compreendido como filosofia da práxis e não uma práxis da filosofia, ou seja, uma reflexão filosófica dos processos de transformação do real, sendo ele mesmo, o marxismo, enquanto teoria, parte da transformação deste real.

Vázquez (2007) diferencia práxis do que habitualmente chamamos de prática. Segundo o autor, o termo práxis tem sua origem do grego antigo e se referia as ações que tinham um fim em si mesmas, ou que não produzia algo exterior ao próprio agente da ação, tal como a ação moral. Ao contrário, as ações que produziam objetos exteriores aos sujeitos, como o caso das ações dos artesãos, eram chamadas de *poiésis*. Embora hoje essa terminologia tenha adquirido outro sentido em nossa língua e cotidianamente práxis e prática sejam usadas como sinônimos, o autor diferencia os termos, considerando que “prática” está mais relacionado ao caráter “utilitário” da ação (VÁZQUEZ, 2007, p. 27).

O autor faz ainda uma distinção ao que habitualmente chamamos de atividade. Segundo Vázquez (2007, p. 219), “[...] por atividade em geral entendemos o ato ou conjunto de atos em virtude dos quais um sujeito ativo (agente) modifica uma matéria-prima dada”, que

é também entendida como sinônimo de ação: “[...] ato ou conjunto de atos que modificam uma matéria exterior ou imanente ao agente”. Na concepção de atividade não se tem distinção de agente da ação, seu objeto ou mesmo seus resultados. Pode referir-se a ação de um microrganismo ou a um animal de outra espécie, por exemplo. O que caracteriza a atividade como humana, para o autor, é quando as ações para a transformação de determinado objeto se iniciam com um resultado ideal, planejado, e terminam com um resultado real. Desse modo, as ações tem uma dupla determinação: os estados anteriores à ação (que conduziram a ela, e que se apresentam no passado), como também aquilo que ainda está por vir, apresenta na idealização do sujeito da ação, e que se apresenta no futuro.

Podemos definir a práxis como uma atividade prática material, concreta e real, adequada a fins, e que transforma o mundo natural e humano. Trata-se de uma ação consciente e objetiva de um sujeito humano, que ao transformar uma matéria-prima, pode gerar resultados em diversos níveis, como a criação de novos instrumentos, conceitos, obras artísticas ou sistemas sociais.

Para uma análise acerca da práxis devemos considerar alguns elementos que a configuram, a saber:

- a) o conjunto de conhecimentos que orientam tal atividade prática, que configuram a **atividade da consciência**, ou a chamada *dimensão cognoscitiva*, mediante a qual os seres humanos conhecem a realidade;
- b) o **objeto** ou matéria-prima real e concreta sobre a qual opera tal atividade prática, levando em conta as limitações que este mesmo objeto pode estabelecer a essa atividade. O objeto da atividade prática pode ser a *natureza*, o *produto de práxis anteriores* e o *ser humano e/ou sociedade como um todo*. Vázquez (2007) chama a atenção para o fato de que toda a práxis há um objeto, uma matéria-prima sobre a qual se atua, que é independente da consciência do ser humano que o transforma. O resultado do trabalho, da atividade prática e consciente do ser humano, resulta também em um novo objeto (transformado), que do mesmo modo subsiste independentemente da consciência daquele que o criou. Este objeto pode ser a natureza, a sociedade ou os seres humanos;
- c) a **finalidade** por meio da qual essa atividade prática é adequada. Esta é a chamada *dimensão teleológica*. Tal finalidade corresponde à transformação objetiva do mundo natural ou social para satisfazer determinada necessidade humana;

- d) os **meios** e **instrumentos** pelos quais os seres humanos se utilizam para realizar as atividades práticas. Tais atividades vão encontrar expressão por meio do *trabalho*; da *criação artística* e da *práxis revolucionária*;
- e) o **resultado** que esta atividade prática produz (ou, poderíamos dizer, as consequências da atividade): uma nova realidade, que permanece independente dos sujeitos da ação, e que só existe pelo e para o ser humano, como um ser social.

Embora não esteja explicitado na obra do autor, poderíamos considerar como um importante ponto para a compreensão da práxis os **elementos antecedentes**, ou ainda, a análise do **contexto social, cultural, político e econômico** no qual se realiza tal práxis. É esse complexo conjunto de determinações que proporcionam as condições para que essa atividade prática possa se realizar. Trata-se de elementos de ordem macro, tais como o momento histórico em que se realiza a práxis, a cultura local, a correlação de forças entre as classes sociais, etc., mas também as referentes às micro determinações, que de modo algum estão descoladas das relações macro, mas que se expressam com suas especificidades. Uma vivência específica de um sujeito, que pode ser desde uma dada emoção frente a uma situação, uma privação ou cerceamento de uma condição básica de sua sobrevivência, ou uma experiência de injustiça, podem ser elementos que favorecem ou não as ações que visem suprir uma necessidade ou desejo humano. No entanto, por mais particulares que sejam, as experiências são atravessadas pelas macro relações, que estão presentes desde a apresentação do conjunto de significados para as nossas experiências, a linguagem através da qual a simbolizamos e atribuímos sentido, até a lógica que perpassa as relações humanas, da qual desvendamos por meio de um processo de análise da totalidade das relações. Em linhas gerais, os elementos antecedentes darão aos sujeitos uma realidade a ser negada e superada, no sentido da própria dialética.

Vázquez (2007) nos coloca ainda a questão da atividade da consciência e a teleologia como dimensões cognoscitivas da práxis. Para o autor, é a atividade da consciência que coloca a prática humana diferenciada da atividade dos demais animais. A capacidade de prever a ação, idealizar os seus resultados, planejar, simbolizar, representar, faz a atividade humana transcender ao que é instintivo. A consciência é, portanto, um elemento chave na compreensão da práxis.

Acerca da consciência, Vázquez (2007), aponta a necessidade de superação da consciência comum e imediata do mundo para a compreensão da práxis de modo objetivo e científico. O senso comum olha a realidade como algo que está dado, estático, e não

compreende a complexidade de determinações, contradições, relações que estão impressas nela. Para o autor, a consciência comum:

[...] baseia-se em ver a atividade prática como um simples dado que não requer explicação. Nela, a consciência comum acredita estar em uma relação direta e imediata com o mundo dos atos e objetos práticos. Seus nexos com esse mundo e consigo mesmo aparecem diante dela em um plano ateuórico. Não sente a necessidade de rasgar a cortina de preconceitos, hábitos mentais e lugares comuns sobre a qual projeta seus atos práticos. Acredita viver – e nisso vê uma afirmação de seus nexos com o mundo da prática – à margem de toda teoria, à margem de uma reflexão que só viria arrancá-la da necessidade de responder às exigências práticas, imediatas da vida cotidiana. (VÁZQUEZ, 2007, p. 31).

O pensamento e a ação, para o autor, poderão unir-se quando desmistificada essa realidade, desveladas as suas determinações, atitude essa possível por meio de uma reflexão filosófica e teórica sobre a prática. O autor, contudo, afirma não ser possível dizer que a consciência comum viva em um mundo ateuórico. Considera o ser humano como ser social e histórico, e por essa condição, imerso em uma complexa rede de relações sociais que lhe permitem acúmulos e apropriações teóricas (ainda que de maneira degradada), mas também apropriação de valores, preconceitos, juízos que são ideológicos e estão condicionados histórico e socialmente. Faz-se necessária a superação da consciência comum para a compreensão da necessidade que a prática tem da teoria e de que modo sua atividade prática se insere em uma práxis humana e social. Somente com a superação da consciência comum é que o ser humano poderá realizar uma práxis verdadeiramente criadora e revolucionária, transformadora da realidade. Para o autor:

[...] vemos que esse homem comum e corrente não deixa de ter uma ideia da práxis, por mais limitada ou falsa que ela possa ser. Há nele, certamente, uma consciência da práxis que se foi forjando de um modo espontâneo e irreflexivo ainda que nela não falem, como já assinalamos, por ser consciência, certos elementos ideológicos ou teóricos em forma degradada, grosseira ou simplista. Ele tem consciência do caráter consciente de seus atos práticos; isto é, sabe que sua atividade prática não é puramente mecânica ou instintiva, e que exige certa intervenção de sua consciência; mas no que diz respeito ao verdadeiro conteúdo e significação de sua atividade, ou seja, no que se refere à concepção da própria práxis, ele não vai além da ideia antes exposta: práxis em um sentido utilitário, individual e auto-suficiente (ateuórico) (VÁZQUEZ, 2007, p. 35).

Outro elemento a ser considerado é o de ser a práxis uma atividade adequada a fins. Essa capacidade de antecipar idealmente a ação, adequando-a a determinados fins, confere ao ser humano o caráter consciente de sua atividade prática, diferenciando-o dos demais animais por ser capaz de agir para além de sua herança de espécie, seus instintos, sendo capaz ainda de criar coisas novas.

O fim, por sua vez, é a expressão de certa atitude do sujeito diante da realidade. Pelo fato de traçar um fim, adoto certa posição diante dela. [...] se o homem vivesse em plena harmonia com a realidade, ou em total conciliação com seu presente, não sentiria a necessidade de negá-los idealmente nem de configurar em sua consciência uma realidade ainda inexistente. [...] pelo fato de traçar fins, o homem nega uma realidade efetiva, e afirma outra que ainda não existe. Mas os fins são produtos da consciência e, por isso, a atividade que regem é consciente. (VÁZQUEZ, 2007, p. 222).

Ainda quando tratamos da práxis enquanto atividade da consciência, Vázquez (2007) faz uma consideração sobre a intencionalidade da práxis. Para o autor, a práxis humana pode ser intencional, quando busca conscientemente determinado fim, ou não intencional, quando se integra com as demais práxis individuais ou de grupos humanos presentes na sociedade e tem como resultado algo que transcende as consciências e as vontades individuais. Assim, para o autor, a própria história é o resultado não intencional das práxis intencionais presentes no conjunto da sociedade. Embora defenda que o desenvolvimento humano nos possibilitou até hoje a construção não intencional da história a partir das práxis individuais, Vázquez (2007) acredita ser possível, no curso de nosso desenvolvimento histórico atual, a realização de uma práxis intencional coletiva da história, feita de modo consciente pelos seres humanos, que levaria ao socialismo, como algo necessário e desejável:

A história se faz de tal modo, que o resultado final sempre deriva dos conflitos entre muitas vontades individuais, cada uma das quais, por sua vez, é o que é por efeito de uma multidão de condições especiais de vida; são, pois, inumeráveis forças que se entrecruzam umas com as outras, um grupo infinito de paralelogramos de forças, das quais surge um resultado – o acontecimento histórico –, que, por sua vez, pode ser considerado produto de uma potência única, que, como um todo, atua *sem consciência* e *sem vontade*... desse modo, até aqui toda a história discorreu como um processo natural e submetida também, substancialmente, às mesmas leis dinâmicas. Mas do fato de que as distintas vontades individuais... não alcancem o que desejam, senão que se fundam todas em uma medida total, em uma resultante comum, não deve inferir que estas vontades sejam igual a zero. Pelo contrário, todas contribuem para a resultante e se encontram, portanto, incluídas nela (MARX; ENGELS, 1952 apud VÁZQUEZ, 2007, p. 222).

O autor define ainda que a práxis pode apresentar-se de diferentes formas. Uma delas seria a *Práxis produtiva*. Sobre ela entende-se a transformação da natureza para a criação de instrumentos que supram as necessidades humanas, humanizando o mundo e sendo, desta forma, humanizado por ele. Trata-se, para o autor, da relação que o ser humano estabelece com a natureza mediante o trabalho. É por meio da transformação da matéria-prima que o ser humano se objetiva em seu produto, transformando-o de acordo com seus fins esperados.

Sobre *Práxis artística*, Vázquez (2007) compreende a transformação da matéria, agora não para suprir as necessidades práticas, mas as de expressão, comunicação e objetivação humana, possibilitando também a criação de outra realidade sobre a já criada. De acordo com Vázquez (2007):

Como toda verdadeira práxis humana, a arte se situa na esfera da ação, da transformação de uma matéria que deve ceder sua forma para adotar outra nova: a exigida pela necessidade humana que o objeto criado ou produzido deve satisfazer. A arte não é mera produção material nem pura produção espiritual. Mas justamente por seu caráter prático, realizador e transformador está mais próxima do trabalho humano – sobretudo, quando este não perdeu seu caráter criador – do que de uma atividade meramente espiritual. (VÁZQUEZ, 2007, p. 229).

A *Práxis experimental e científica*, para Vázquez (2007), possibilita a criação de teorias, mas que não necessariamente se restringe ao campo científico, mas também artístico, educativo, econômico ou social. Quando se trata de uma experimentação científica, a finalidade da práxis é teórica; quando tratamos, contudo, das demais formas de experimentação já citadas, trata-se de uma forma específica de práxis. Sobre essa diferenciação, aponta Vázquez (2007):

Desse modo, vemos que enquanto na ciência o fim da atividade experimental é teórico – fortalecer ou impulsionar o desenvolvimento de uma teoria – e, de um modo mediato, serve portanto a determinada atividade prática, em outros campos a experimentação contribui para o desenvolvimento da práxis correspondente, mas de uma maneira direta e imediata: enquanto seus resultados se aplicam na esfera prática adequada. (VÁZQUEZ, 2007, p. 230).

Por fim, o autor trabalha o conceito de *Práxis política*, que acontece quando o homem atua sobre si mesmo, enquanto sujeito e objeto da ação. Na práxis política, quando são tomados não apenas os indivíduos, mas os grupos, as classes, a sociedade como um todo, pode se denominar *Práxis social*. Esse tipo de práxis refere-se às ações orientadas para a transformação das relações econômicas, políticas e sociais, para a organização e direção da sociedade ou ainda as mudanças realizadas mediante o Estado (VÁZQUEZ, 2007). O autor salienta que na sociedade dividida em classes sociais antagônicas, as ações políticas se dão no sentido de conquista do poder e orientação da sociedade a partir de determinados interesses. Para o autor, embora se trate de modificar as relações, a direção ou organização da sociedade, a política é também uma atividade prática humana:

A política é uma atividade prática na medida em que a luta travada pelos grupos ou classes sociais está vinculada a certo tipo de organização real de seus membros

(instituições e organizações políticas, como são, por exemplo, os partidos); em segundo lugar, ainda que a atividade política seja acompanhada de um choque e contraposição de ideias, projetos, programas, etc., e essa luta ideológica exerça uma influência indubitável nas ações políticas reais, concretas, o caráter prático da atividade política exige formas, meios e métodos reais, efetivos, de luta; assim, por exemplo, o proletariado em sua luta política vale-se de greves, manifestações, comícios e inclusive de métodos violentos. Em terceiro lugar, a atividade política gira em torno da conquista, conservação, direção ou controle de um organismo concreto como é o Estado. O poder é um instrumento de importância vital para a transformação da sociedade. (VÁZQUEZ, 2007, p. 231).

O autor ainda afirma que, levada à última instância, a práxis política se configura enquanto práxis revolucionária, quando da transformação prática de construção de uma sociedade. Na concepção marxista, será o proletariado o agente principal desta mudança, “por meio de uma luta consciente, organizada e dirigida, o que pressupõe a existência de partidos que elevem sua consciência de classe e tracem claramente os objetivos dessa luta, sua estratégia e sua tática, que organizem as forças e as dirijam”. (VÁZQUEZ, 2007, p. 232).

A práxis política, enquanto atividade prática transformadora, alcança sua forma mais alta na práxis revolucionária como etapa superior da transformação prática da sociedade. Na sociedade dividida em classes antagônicas, a atividade revolucionária permite mudar radicalmente as bases econômicas e sociais em que se assenta o poder material e espiritual da classe dominante e instaurar, assim, uma nova sociedade. O agente principal dessa mudança é o proletariado por meio de uma luta consciente, organizada e dirigida, o que pressupõe a existência de partidos que elevem sua consciência de classe e tracem claramente os objetivos dessa luta, sua estratégia e sua tática, que organizem as forças e as dirijam (VÁZQUEZ, 2007, p. 232).

Trataremos adiante de maneira mais aprofundada acerca da práxis política e social, enquanto atividades conscientes das/dos jovens, realizadas no conjunto da sociedade, com o propósito de intervir na sua forma de organização ou em sua direção, nas suas relações ou modos de funcionamento. É preciso observar que este agir das/dos jovens no conjunto da sociedade tem sido objeto de diversas pesquisas científicas, conforme veremos, mas que estas tratam desta questão em termos de participação política da juventude. Desse modo, buscaremos fazer algumas aproximações sobre essa práxis das/dos jovens a partir da perspectiva da participação política.

De acordo com Dallari (1984), o ser humano é um ser social por natureza e, portanto, deve buscar a organização da sua vida em comum. Nesse sentido, a participação política se apresenta como uma conjunção de ações individuais e coletivas direcionadas para um mesmo objetivo, que produzam efeito sobre a organização, o funcionamento e os objetivos de uma sociedade. Embora indique a possibilidade de participação política individual, Dallari (1984)

defende que a organização em grupos, a participação coletiva, se organizada, potencializa as ações, pois compensa as limitações individuais e aumenta a influência política.

Entendendo a questão da participação como conceito fundamental para a compreensão das ações dos movimentos, organizações, e da própria estrutura do Estado, Gohn (2003a) também busca explicar sobre algumas concepções de participação. Para a autora, o resgate dos processos históricos de participação nos remete às lutas sociais por acesso a direitos e a cidadania, por melhores condições de vida e benefícios à civilização.

Em termos conceituais, a autora aponta quatro vertentes de onde o conceito de participação pode ser interpretado, são elas: liberal, autoritárias, revolucionária e democrática. Na interpretação **liberal**, a participação tem o objetivo de fortalecer a sociedade civil, para que esta não seja controlada pelo Estado. Trata-se de desestimular a intervenção do governo e ampliar os canais de comunicação com os cidadãos, para que estes possam manifestar suas preferências antes das decisões serem tomadas. Parte da concepção de que todas as pessoas são iguais e a participação é o meio através do qual se consegue a satisfação de suas necessidades. (GOHN, 2003a).

A participação corporativa, ainda como parte da concepção liberal, se constrói através de processos de identificação dos indivíduos em torno de um chamado “bem comum”, que lhes é exterior individualmente e que vão além de seus próprios interesses. A participação comunitária também se deriva da concepção liberal e compreende o fortalecimento da sociedade civil em termos de integração entre os órgãos representativos da sociedade aos deliberativos/administrativos do Estado, se caracterizando como uma forma institucionalizada de participar.

A participação **autoritária**, segundo Gohn (2003a), ocorre em regimes políticos autoritários, onde se busca a integração e o controle social da sociedade e da política. Aqui os espaços de participação são as políticas públicas que, advindas de instâncias superiores, tem a finalidade de atenuar os conflitos sociais.

A participação **democrática** tem por princípio a soberania popular, e a participação ocorre tanto na sociedade civil quanto nas instituições formais políticas. Baseia-se também no sistema representativo por meio do processo eleitoral, cabendo ainda a competição no interior da sociedade civil (princípio liberal), devendo ser respeitadas também as hierarquias do Estado.

A participação **revolucionária**, para a autora, constitui-se em estruturas coletivas organizadas na luta contra relações de dominação e pela divisão do poder político. Ocorrem em espaços jurídicos ou canais paralelos, no sistema político e burocrático do Estado. Na

concepção da autora, são fortemente representados pelos sistemas políticos, e reivindicam uma democracia participativa e uma redistribuição do poder, para a mão da comunidade.

Por fim, uma mescla entre as duas últimas formas citadas de participação seria a concepção democrático-radical, que segundo Gohn (2003a) tem o objetivo de fortalecer a sociedade civil na busca de novos caminhos para superação das injustiças e desigualdades sociais. Tem o viés do pluralismo, da participação dos partidos e dos movimentos sociais. Participar aqui significa dividir, criar uma cultura de divisão de responsabilidades com as comunidades, para a construção coletiva de um processo.

Diferentemente de Gohn, Nogueira (2005) avalia a participação não pelo seu princípio teórico, mas pela finalidade mesma da ação participativa. Segundo o autor, a temática da participação cresceu consideravelmente no final do século XX, pois os países “do sul do mundo” percebem a participação como um elemento estratégico para um desenvolvimento sustentável e para a formulação de políticas públicas.

Nogueira (2005) faz uma análise sobre as fontes de pressão sob as quais um governo sofre. Aponta para quatro vetores, a saber: mercado, subnacional, transnacional e sociedade civil. Cada qual, ao exercer sua pressão nos governos, provoca-os a cederem de acordo com seus interesses. Para o autor, às pressões da sociedade civil o governo tem respondido com participação.

O autor aponta para quatro tipos de participação, observados na sociedade moderna. São eles:

- a) participação **assistencialista**: seriam as formas de participação filantrópicas ou solidárias, que remetem aos segmentos mais pobres e marginalizados. Trata-se de ações para a garantia de proteção e de qualidade de vida. São formas de participação de grupos menos maduros e organizados, e que foram mais comuns nos tempos que precederam a garantia dos direitos de cidadania;
- b) participação **corporativa**: referentes à defesa de interesses específicos de grupos sociais, categorias profissionais. Quase sempre de caráter econômico, foram as origens dos sindicatos, e o resultado de suas ações reverte em ganhos apenas aos que pertencem a determinado grupo;
- c) participação **eleitoral**: modo de participação que inicia um caminho mais político do que os anteriores. Nesse modo de participação não são atendidos apenas interesses particulares, mas uma coletividade. Não são apenas direitos individuais (civis), mas também direitos em relação ao outro (políticos). No entanto, o autor reconhece que há uma limitação nesta forma de participação por estar

condicionada a atos e escolhas individuais, além de se tratarem, por vezes, de ações episódicas e, portanto, ainda insuficientes do ponto de vista democrático;

- d) participação **política**: nessa forma de participação se tem em vista a comunidade, a organização da vida social como um todo, ou seja, o próprio Estado. Aqui a participação é uma prática ético-política, e será mediante essa forma de participação que se tornam explícitos os interesses e ocorre o compartilhamento do poder, consolidando e protegendo a cidadania.

Nogueira (2005) afirma haver ainda a chamada participação cidadã, que tem por objetivo o compartilhamento das decisões do governo, do direcionamento de seus recursos e ações. No entanto, tem o foco na obtenção de resultados em detrimento a um esforço de modificação de correlações de força e padrões estruturais. Subcategoria ainda dessa forma de participação seriam as participações gerenciais, cujo foco estaria numa relação de troca entre governantes e governados.

Com relação à participação política de jovens, de acordo com Castro (2008), não podemos tratá-la sem levarmos em conta os elementos históricos e culturais que constroem as subjetividades dos sujeitos, promovendo ou não o sentimento de pertencimento a determinada coletividade. De acordo com a autora:

Certamente, hoje, no Brasil como em outros países, a cultura do consumo globalizada conduz todos, inclusive os jovens, a uma privatização crescente da experiência, em que o importante é a fruição de prazeres ditos "privados", como as emoções intensas relacionadas a experiências corporais e estéticas orientadas por valores como o bem-estar e a felicidade individuais, a segurança e o conforto (ARENDT, 1972; SENNETT, 1992). Contrariamente a isso, o processo de subjetivação política pauta-se por experiências que levam os jovens a interrogarem-se sobre o que está inadequado e difícil na convivência humana ao seu redor. Dessa forma, esse processo coloca o jovem frente às contradições de sua época e no encalço de outros que possam ajudá-lo a responder tais questões e a agir frente a elas (CASTRO, 2008, p. 255).

Nesse sentido, a autora aponta para a construção dos laços sociais, possíveis pela identificação com objetivos considerados coletivamente importantes, como o suporte para a condução a um sentimento de pertencimento e responsabilização com a coletividade (CASTRO, 2008). A participação, para a autora, deve se caracterizar como uma demanda subjetiva, ou seja, como uma necessidade do indivíduo se reposicionar diante da sociedade para afirmar-se como membro dela. A participação política, nesse sentido, consiste numa responsabilização frente a um destino comum, que pode manifestar-se de diferentes formas para além da militância em organizações partidárias e parapartidárias (CASTRO, 2008).

Se, conforme nos aponta Castro (2008), vivemos em um cenário que nos provoca à individualização das experiências e dificulta o olhar sobre o coletivo, pode-se afirmar uma falta de participação política das/dos jovens nos dias de hoje?

Existem algumas pesquisas científicas, conforme nos apontam Castro e Vasconcelos (2007), que afirmam que a juventude perdeu suas utopias e teria centrado suas lutas nas questões de identidade, reforçando dessa forma a ideia de uma juventude despolitizada. Esta questão também encontrou lugar no discurso do senso comum, que atribui à juventude certa apatia e falta de interesse político. Ancoradas nas nostálgicas memórias das ações das/dos jovens nos tempos de ditadura militar, na campanha “Diretas Já” ou no “Fora Collor”, em 1992, tais olhares tendem a desconsiderar as expressões políticas presentes, assim como as tantas limitações sócio-históricas que limitam a participação das/dos jovens. Nesse sentido, afirma Krischke (2008):

Infelizmente, muitas vezes há certo determinismo ou linearidade nesses estudos sobre a cultura política, pretendendo, por exemplo, que os processos de democratização sejam inexoráveis ou irreversíveis. [...] Muitas vezes os pesquisadores e as lideranças investem na juventude expectativas de mudança extraídas de outros contextos, que não condizem com a trajetória histórico-cultural do país nem com os incentivos e condições abertos à sua participação. Contudo essa sobrecarga de expectativas acerca da adesão da juventude à democracia talvez seja mais compreensível que aquela linearidade que muitos estudos atribuem aos processos de democratização. Pois o ingresso dos jovens no eleitorado e na atividade produtiva manifesta uma renovação demográfica constante e crescente que, às vezes, pode desafiar o conjunto da população e das instituições que devem reger o presente e o futuro do país. (KRISCHKE, 2008, p. 323-324)

Além da falsa linearidade no desenvolvimento democrático e o peso das expectativas sociais, o autor aponta para as condições e incentivos para a participação dos jovens. Num contexto onde a burocracia tem direcionado a uma profissionalização da política, que espaços a sociedade tem reservado à participação da/do jovem comum? O que aproxima e o que afasta a/o jovem da política? Como temos instrumentalizado as/os jovens para tratarem de política? Para que tipo de democracia temos convidado as/os jovens a participar?

Ao lançarmos um olhar ao cenário político onde se espera que esta participação ocorra, observamos que este se apresenta pouco atrativo, quer seja para jovens ou para qualquer outro segmento da sociedade. Não raro se vê através dos meios de comunicação denúncias de corrupção, de desvio de dinheiro público, superfaturamentos, que só vem a fortalecer um discurso neoliberal de um Estado burocratizado e corruptível. Nesse sentido, Castro e Vasconcelos (2007), ao discutirem os resultados da pesquisa Ibase/Polis, demonstram um significativo número de jovens entrevistados que se disseram descrentes das

instituições políticas tradicionais. Dos entrevistados, 84,6% declararam não confiar em partidos e 76,7% não confiar no governo.

Nogueira (2005) faz uma análise desse cenário de insatisfação com a coisa pública, apontando que ao invés de gerar um sentimento de impulso para reivindicação de direitos, na maior parte das vezes gera um deslocamento para o uso privado. Pode-se pensar esse deslocamento no desuso e descrença no equipamento público, mas também na gestão e execução de projetos e ações sociais, que cada vez mais passam das mãos do Estado para a sociedade civil, quer por entidades filantrópicas, assistencialistas, quer por organizações não-governamentais. Como consequência se tem a perda da referência e da confiança da população para com os serviços públicos e com o Estado.

Para Brenner e Carrano (2008), não se trata de uma despolitização ou uma falta de participação, mas antes de uma mudança nas formas e conteúdos dessa participação da juventude, tendo em vista o novo contexto em que esta atua. Para os autores, o que ocorre é um desgaste e uma falta de confiança nos espaços tradicionais e institucionais de se fazer política, que não mais dialogam com as vivências destes jovens. De acordo com Castro (2008), ocorre um declínio nos comportamentos políticos institucionalizados da juventude, por conta de uma mudança dos valores, especialmente no que se refere à identificação com estruturas hierarquizadas e burocratizadas. A autora afirma que existe uma preferência por experiências não-convencionais, expressivas e informais.

Sobre a participação dos jovens, Castro e Vasconcelos (2007), em análise a uma pesquisa feita pela UNESCO em 2004 com mais de 10.010 jovens de diferentes regiões do país, demonstram que destes, 27,3% participam ou já participaram de alguma organização associativa. A forma de participação de maior destaque foi a religiosa, com 81,1% dos entrevistados participantes. Os partidos políticos nesta pesquisa representaram a menor proporção, com 3,3%. A participação político-partidária tem aparecido como pouco atrativa, sendo que outras instâncias de participação, tais como a esportiva e a artística, por meio de suas características lúdicas e expressivas, têm maior capacidade de mobilização de jovens.

Neste mesmo sentido, os autores apontam para algumas perspectivas de participação que tem buscado ampliar os modos de expressão na juventude. Os princípios da irreverência, do questionamento, da crítica são características importantes para os jovens, e por meio de outras formas de linguagem, como as artes, a dança e a música, o jovem tem criado interessantes canais de participação política. (CASTRO; VASCONCELOS, 2007). Conforme pontua Carrano (2006, apud CASTRO; VASCONCELOS, 2007), a participação do jovem é necessária não apenas para o jovem, mas para a própria política, que necessita de seu

rejuvenescimento e do questionamento de suas verdades. Brenner; Carrano e Lanes (2005) sugerem que essa participação da juventude em torno de questões culturais e religiosas podem sinalizar uma reconfiguração das formas de associativismo no país. Além disso, espaços de participação direta dos jovens têm sido priorizados, tais como em organizações não-governamentais, onde os jovens podem ser os principais atores (BRENNER; CARRANO; LANES, 2005).

O Projeto Juventude (INSTITUTO CIDADANIA, 2004), buscou levantar, entre outros dados referentes à juventude no país, aqueles com relação às formas de participação e atuação coletiva dos jovens. A pesquisa identificou as seguintes formas de agrupamento de jovens:

- a) militância em partidos políticos;
- b) movimentos estudantis;
- c) sindicatos e associações profissionais;
- d) grupos de bairros periféricos;
- e) grupos relacionados a questões de cultura e lazer, tais como bandas musicais, grupos de teatro, torcidas organizadas, entre outros;
- f) mobilizações em torno de causas e campanhas, tais como grupos ecológicos, contra a violência, Acampamento Internacional de Juventude, entre outros;
- g) grupos que atuam no espaço público enquanto pastorais, redes, movimentos, entre outros;
- h) grupos reunidos em torno de identidades específicas, tais como mulheres, negros, homoafetivos;
- i) atuação em ONGs com trabalhos sociais e comunitários.

Embora tenham organizado nessas categorias, salientam que os grupos e as/os jovens podem se intercruzar em cada uma dessas modalidades ao longo de sua participação, participando mesmo simultaneamente de mais de uma organização ou grupo (INSTITUTO CIDADANIA, 2004). Estes dados nos mostram a diversidade de formas de agrupamento juvenis, bem como de temáticas em torno das quais as/os jovens se envolvem.

Müxel (1997), em seu artigo sobre as/os jovens dos anos noventa, faz importantes questionamentos acerca da visão das/dos jovens sobre a política e as suas formas de ação e engajamento social. Ao realizar um panorama sobre a representação da política junto às/aos jovens franceses, observa uma crise de representação política, uma demanda por uma nova política, de decomposição do sistema dado para uma recomposição (MÜXEL, 1997). Segundo suas afirmações, são as juventudes desta época mais “realistas” e “pragmáticas”.

Segundo a autora, a negatividade da imagem da política é resultado de algumas situações, tais como a promessa não cumprida pela esquerda no século XX e que levou à falência a própria ideia de projeto político, os conflitos politiquieiros que retiram da política seus conteúdos e projetos, as “maracutaias” financeiras e ambições pessoais de políticos e os escândalos políticos. Para a autora, tais situações contribuíram para esse descrédito dos cidadãos para com a política (MÜXEL, 1997).

Estariam, dessa forma, as/os jovens interessados na construção de um “novo” repertório políticos, que de acordo com a autora, teriam alguns elementos característicos. Um deles seria a necessidade da moralização da política, a partir de comportamentos de maior transparência. A partir da fala de seus pesquisados, Müxel (1997) observa que antes de clivagens ideológicas, os jovens optam por ideias “desideologizadas”, privilegiando a eficácia, a competência e a boa vontade política. Desse modo, a fronteira entre a esquerda e a direita na política seria cada vez menos perceptível e representariam formas vazias de filiação, gerando uma diluição das referências. Segundo a autora:

Há uns vinte anos atrás, no quadro de uma pesquisa similar, teríamos aparentemente encontrado discursos mais estruturados ideologicamente, e coletado pedaços inteiros de retórica doutrinária ou profissões de fé políticas. Sem dúvida, não entre todos, mas certamente de alguns. Hoje em dia, a ausência total deste tipo de discurso é reveladora da mudança que ocorreu. [...] Os discursos políticos não são, em absoluto, a receita, da base ao cume da pirâmide política! (MÜXEL, 1997, p. 157).

O que ainda é identificável nos jovens pesquisados, segundo a autora, são os “extremos” da direita e da esquerda, do qual acreditam ser as únicas posições políticas que se estruturam o debate político atual. No que se refere ao voto nas eleições, a pesquisa demonstrou que a abertura, fluidez da adesão e o livre arbítrio são os elementos que mais se sobressaem nas escolhas políticas dos jovens, independente de suas orientações ideológicas serem mais ou menos definidas. Ocorre a mobilidade do voto em detrimento do conteúdo e substância das identificações ideológicas (MÜXEL, 1997).

Sobre as ações políticas destes jovens, Müxel (1997) observa nas falas uma necessidade por ações “concretas” e “verdadeiras”, relacionadas às questões cotidianas, mas também às questões em “escala planetária”. Segundo a autora:

Eles não acreditam na possibilidade de grandes mudanças e medem os limites de eficácia das ações que eles poderiam realizar à sua altura. Eles desenvolvem uma outra visão da mudança social, ao mesmo tempo mais modesta e mais realista, e imaginam a generalização e a multiplicação de pequenas ações, uma ampliação de um engajamento “artesanal”, segundo os meios e as vontades de cada um, uma avanço por “passinhos”. Não se trata de “mudar o mundo”, mas de tão somente

“melhorar as coisas”. Nem pensar ser “revoltados”, “anarquistas” ou “utopistas”, mas também, muito menos se desengajar, se “desligar” de uma obrigação de consciência, e talvez de um dever de solidariedade [...] (MÜXEL, 1997, p. 162).

A autora faz uma aproximação desse modo de ação política com um conceito de Gilles Lipovetsky denominado “cidadania planetária”, que consiste numa espécie de ética de síntese de reconciliação entre ecologia e economia, moral e eficácia, qualidade e crescimento, natureza e proveito.

A forma de engajamento das/dos jovens busca, portanto, o afastamento da política que remete ao partidarismo. Ocorre a recusa dos rótulos, regimentos, assujeitamentos e restrições no pensar e agir. Buscam formas de engajamento que apelam aos valores morais, a autonomia dos indivíduos em relação às instituições políticas e a ausência da marca política. Para a autora, teriam os jovens, desse modo, um grande potencial ativo e de tomada de consciência dos problemas sociais, baseadas em valores morais, mas que negam uma relação de devoção, sem implicar o indivíduo ou ter uma incidência direta sobre a sua vida.

Vimos neste tópico que a participação política das/dos jovens, por conta do próprio momento histórico e social, tem se configurado de maneira bastante específica, com base em uma série de valores morais próprios deste momento de desenvolvimento dos modos de produção de nossa sociedade. A falta de dados sobre a participação política de jovens em outros momentos da história nos impede de avaliar uma maior ou menor participação efetiva de jovens no cenário político de hoje. O que podemos inferir, contudo, são as mudanças na forma e na finalidade de suas participações.

Neste cenário de interação da/do jovem com a política, vimos pelo menos duas mediações que consideramos relevantes: a arte e a religião. Ambas se apresentam como caminhos possíveis de aproximação de jovens com a política, que seja pelos instrumentos de comunicação e expressão dos quais lançam mão, quer pela perspectiva de mundo que oferece. Veremos cada uma delas no tópico a seguir.

1.3 ALGUMAS MEDIAÇÕES ENTRE JUVENTUDE E POLÍTICA

Observamos no tópico anterior que o cenário de descrença na política institucionalizada tem favorecido a uma diversidade de expressões políticas de jovens, quer seja em sua forma, quer em seu conteúdo. Avaliamos oportuno, no bojo deste trabalho, tecermos considerações sobre práticas e ideias que possibilitam uma mediação entre a/o jovem e a política. Para tanto, apresentaremos duas formas de mediação que nos servirão de

ilustração para as tantas possibilidades que ocorrem e se reinventam na sociedade: a arte e a religião.

Como já tratado anteriormente, a práxis artística corresponde às transformações na matéria (e no sujeito da ação), que atendem as necessidades de expressão e comunicação humana, e não necessariamente uma necessidade produtiva. Quando pensamos a práxis política e social e a práxis artística, podemos observar que uma mesma ação na realidade concreta (uma peça de teatro ou uma música, por exemplo), pode ter em si uma finalidade artística e ao mesmo tempo política e social, na medida em que pode, em seu conteúdo, problematizar questões sociais, mistificar ou desmistificar a realidade, etc. A impossibilidade de separarmos os conteúdos artísticos dos políticos, nos sugere a transversalidade da práxis política e social, uma vez que toda a ação consciente e intencional, em alguma medida, promove transformações na sociedade. No caso da arte, a intenção (dimensão teleológica) pode estar na expressão artística em si e/ou no conteúdo que tal expressão comunica na sociedade.

Acerca dessa relação entre arte e política, Cedeño (2010) afirma que as produções acadêmicas se concentram em torno de duas perspectivas: a arte como propaganda política ou como crítica/resistência a ordem política vigente. No primeiro caso, a arte aparece como um mecanismo educativo, na busca de alterar a própria percepção da realidade, fortalecendo uma determinada representação e um modo de compreender o mundo. Esta forma teria sido utilizada para legitimação de poder de algumas ordens e regimes políticos na história. Para a autora, mesmo na Antiguidade, a arquitetura e a escultura eram utilizadas para fins políticos, como representações de poder (CEDEÑO, 2010).

No caso da arte como crítica/resistência, apresenta-se não apenas como um questionamento às concepções dominantes que ditam o que deve ser lembrado na história, mas também como espaço alternativo de expressão para os grupos excluídos da chamada história oficial (CEDEÑO, 2010). Neste caso, a arte possibilita outro olhar sobre a história e uma diferente apropriação desta, tornando salientes as contradições, tensões e conflitos entre os grupos “subalternos” e os dominantes (CEDEÑO, 2010). Nesse sentido, a juventude torna-se um importante agente na construção de um discurso contra-hegemônico e de resistência à ordem vigente.

Tendo em vista essa característica subversiva, a arte como crítica/resistência nem sempre encontra espaços legitimados de expressão, podendo ocorrer em grande parte em espaços pouco convencionais. A chamada arte de rua ganha aqui atenção especial, e dentre

suas inúmeras possibilidades de expressão, destacaremos o grafite como a forma de expressão predominantemente utilizada por jovens.

Sendo o grafite uma das expressões de arte de rua tipicamente urbanas, Ivo (2007) propõe um olhar para as cidades como um meio, uma ferramenta de expressão e comunicação em si mesma. Isso significa dizer que a maneira como a cidade se organiza, a sua arquitetura, suas edificações, são expressões de determinados grupos ou indivíduos, e podem causar coesão identitária e cultural ou mesmo de dominação (IVO, 2007).

Herrera e Olaya (2011) caracterizam a arte de rua como uma intervenção na rotina e no cotidiano social e que colocam em tensão pelo menos dois pontos: ela subverte a ordem discursiva sobre o espaço público questionando onde começa o espaço público e onde termina o privado; e um segundo ponto é que essas expressões questionam o próprio modo como se compreende esse espaço da cidade, pois as suas linguagens falam do modo como os sujeitos podem transformar e aparecer na cidade, exigindo o seu direito a ela, questionando a ordem e a lógica que a constituem. Para os autores, a arte de rua se manifesta nas cidades onde a política é menos discutida e mais gritada; por permitir expressar e visualizar a alteridade, o antagonismo e a disputa na sociedade, a arte de rua pode ser caracterizado como um espaço do político (HERRERA; OLAYA, 2011).

A arte como meio de materialização de conteúdos políticos foi tradicionalmente utilizado por organizações de jovens. Os grupos artísticos da União Nacional dos Estudantes – UNE já sinalizavam, em meados do século XX, a busca por formas de expressão cultural, artística, além de política. Nos exemplos mais atuais, são emblemáticas algumas atuações, tais como as do Levante Popular da Juventude que, dentre suas práticas, utiliza-se do chamado “escracho”.

Os escrachos têm sido instrumentos de luta de organizações de jovens que buscam denunciar e tornar públicos um fato condenável em relação a uma pessoa ou a um lugar (MELO, 2012). Nasce na Argentina, na década de 90, como forma de denúncia dos agentes da ditadura militar que permaneciam até então impunes, mas suas manifestações também podem acontecer em locais que sejam representativos de seus antagonistas sociais, tais como bancos e empresas multinacionais (MELO, 2012). Em entrevista realizada com um representante do movimento, Luiz; Antunes e Borgo (2013) identificam alguns dos elementos presentes neste tipo de manifestação. Nas palavras do jovem entrevistado:

[...] a gente usa muito a questão da batucada, com as músicas, a panfletagem, a questão do teatro, dos clowns, que são os palhaços, e de fazer uma forma diferente da palavra de ordem, daquela coisa que não dialoga mais e que na verdade

caricaturiza o militante de esquerda [representante do Levante Popular da Juventude] (LUIZ; ANTUNES; BORGO, 2013, p. 185).

O uso de elementos artísticos tais como a música (na forma de batucadas e dos cantos criados pelos jovens), o teatro (na forma de representação dos clowns, encenações e intervenções urbanas), além de outros recursos como as pichações e filmagens, possibilitam formas de ações políticas que conciliam elementos irreverentes, expressivos e de exercício de criatividade, criando novos canais de diálogo e de identificação entre as/os jovens participantes.

Além das artes, outro importante elemento mobilizador da práxis de jovens é a religião. Com uma inserção capilarizada e histórica no território do país, a religião teve (e ainda tem) uma característica de agrupamento social que, por vezes, possibilita a criação de vínculos afetivos e de sensibilidade social em seus participantes. Faremos aqui uma breve consideração acerca do modo como a religião tem sido expressada nas práxis de algumas organizações de jovens.

Inicialmente deve-se ter em conta que a própria religiosidade hoje, no contexto brasileiro, tem se apresentado de modo mais diverso do que em outros momentos da história. Trata-se do chamado pluralismo religioso (NOVAES, 2007), em que se pode ver, além dos tradicionais católicos (e mesmo suas novas congregações internas), também os evangélicos protestantes, pentecostais, os espíritas, os umbandistas, candomblecistas, as religiões orientais, da Nova Era, de Santo Daime, e outras tantas formas de expressão religiosa. Estas têm emergido na sociedade e ampliado o leque de possibilidades, experiências e vivências místicas. Novaes (2004) ilustra essa pluralidade religiosa e as diferentes maneiras de vivenciar o sagrado quando relata que na pesquisa do Censo de 2000, para a pergunta “Qual é a sua religião?”, o IBGE obteve 35 mil respostas diferentes.

Em pesquisa realizada com 3.880 jovens moradores próximos da Capital de Minas Gerais, Perez; Oliveira e Assis (2004) apontam que da população pesquisada, 5,3% identificou-se como de outras religiões que não a católica ou a evangélica. Os autores chamam a atenção para estes números afirmando que estes se apresentam significativos se comparados ao Censo realizado no ano de 1989, quando o percentual de pessoas que se dizia de outras religiões era de 1,3%.

Novaes (2004), sintetizando as pesquisas realizadas pelo Censo do ano de 2000 e a pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira”, realizada pela fundação Abramo (ABRAMO; BRANCO, 2008), provoca uma análise que indica uma tendência no comportamento religioso da juventude brasileira. Em relação ao ano de 1990, o ano de 2000 identificou: a) diminuição

de pessoas que se afirmam católicas; b) aumento do número de pessoas que se dizem “evangélicas” (protestantes, pentecostais e neopentecostais) e c) aumento das pessoas que se dizem “sem religião” (NOVAES, 2004).

A análise que a autora faz dos dados é de que, embora seja crescente o número de jovens que se dizem “sem religião”, não necessariamente quer dizer que esses jovens não tenham fé, mística ou espiritualidade. Correlacionando com uma pesquisa que realizou no Rio de Janeiro, Novaes e Mello (2002) demonstraram que 98,5% dos jovens entrevistados diziam acreditar em Deus, ou seja, uma porcentagem que inclui parte dos jovens que se diziam “sem religião”. O que ocorre, para a autora, é um movimento de busca e experimentação das religiões.

Assim, pode-se dizer que não se trata de uma juventude pouco religiosa, mas de uma juventude que deseja explorar e conhecer essa infinidade de religiões das quais tem informação e acesso.

Observa-se aqui o papel dos meios de comunicação na difusão de tais religiões. Sabe-se, por exemplo, que outras gerações tinham contato com as religiões a partir do que seus familiares ou pessoas do seu convívio lhes apresentava. Hoje se vê processos mais horizontalizados de propagação, por meio de mídias como televisão, rádio e internet. Mesmo as religiões mais tradicionais já perceberam isso e atuam no sentido de angariar mais fiéis por estas vias. Amplia-se, assim, o potencial de alcance das doutrinas e visões de mundo das religiões, ampliando-se por consequência o seu poder de influência. As religiões, aqui, têm muito a dialogar com a política.

No plano da política eleitoral, o que as pesquisas têm verificado é o crescente posicionamento religioso dos candidatos a cargos políticos em suas campanhas (PÁTAMO; MEZZOMO, 2012). A religião tornou-se instrumental de campanha e observa-se uma crescente presença de religiosos candidatando-se a cargos políticos, e neste caso com predomínio de pastores de igrejas evangélicas⁶.

Não se pode dizer, contudo, que se trata de um retorno da religião às questões políticas, visto que não se tem nenhum indício de que a religião em algum momento tenha se desconectado da política (PÁTARO; MEZZOMO, 2012), mas antes, trata-se da percepção do uso dos valores e fundamentos religiosos, a sua cosmovisão e perspectivas de mundo, para fundamentar o conjunto da sociedade.

⁶ Ver: A onda conservadora. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano 6, número 63. Outubro de 2012. Também: Bancada de Deus. *Carta Capital*. Ano XVIII, Nº 745. 17 de Abril de 2013.

O Estado, compreendido nos termos de Gramsci como Estado ampliado, define-se como o espaço onde a sociedade civil, por meio de suas organizações e instituições, disputa a hegemonia da sociedade. O Estado seria, assim, a sociedade política somada à sociedade civil, ou ainda, a hegemonia protegida pelos mecanismos estatais. A hegemonia, basicamente, compreende o consenso e a legitimidade política. Nesta concepção poderíamos dizer que tais igrejas, ao comporem o Estado, buscam tornar hegemônicos seus valores, expressando-os por meio de leis e ações estatais (Políticas Públicas).

Novaes (2008), aponta em sua pesquisa para a influência da religião na escolha do candidato a presidente da república no ano de 2002. De acordo com a pesquisa, o candidato Anthony Garotinho, declaradamente evangélico presbiteriano e com o apoio das igrejas, alcançou valores próximos a 17% dos votos dos jovens evangélicos entrevistados, enquanto nos demais jovens a porcentagem de votos para esse candidato, em média, foi pouco superior a 6%. Na soma final, o candidato alcançou 17,9% dos votos, ficando em terceiro lugar, atrás de José Serra, que fez 23,2%. Embora o candidato mais votado entre os jovens evangélicos ainda tenha sido o Lula, com aproximadamente 36% dos votos, para a autora a pesquisa demonstrou um “significativo capital eleitoral” entre os evangélicos, acrescentando:

Embora todas as alternativas religiosas sejam porosas e se deixem entremear pelos processos sociais em curso, evangélicos históricos e não-pentecostais e, sobretudo, os pentecostais são os que mais apresentam probabilidades de fazer a religião influenciar eleitoralmente. Isto porque, comparativamente, são eles que apresentam o pertencimento institucional como marca distintiva da vida religiosa (NOVAES, 2008, p. 288-289).

De acordo com Löwy (2007), a religião, tal qual Marx e Engels descreveram no século XIX, continua conservadora e fundamentalista. No entanto, o autor aponta para algumas expressões religiosas que exigem uma nova análise marxista: trata-se do cristianismo revolucionário e da Teologia da Libertação. (LÖWY, 2007). Para o autor, ocorre um crescente compromisso de cristãos com as lutas populares, principalmente nas últimas três décadas na América Latina, em que um setor da Igreja Católica colocou recursos materiais e espirituais a serviço dos mais pobres.

Para Löwy (2007), a tradição marxista nem sempre seguiu a famosa ideia da religião como “ópio do povo”. O autor cita Rosa Luxemburgo, que dizia serem os socialistas mais fiéis aos princípios cristãos do que o clero conservador que apoia aqueles que exploram e oprimem o pobre. Também Gramsci, segundo Löwy (2007), teria mostrado simpatia às formas progressistas de religiosidade, quando afirma que a religião é a maior utopia da

história ao afirmar ideias de igualdade, fraternidade e liberdade entre os homens que, filhos de um mesmo Deus, seriam irmãos entre si, iguais e, portanto, livres. Gramsci ainda salienta que não se pode considerar a religião de maneira homogênea: internamente, a religião também é composta por forças e interesses que, por vezes, são contraditórios. Löwy (2007) provoca uma análise marxista sobre a religião que permite pensar no modo como esta pode contribuir na construção do imaginário deste lugar utópico do socialismo/comunismo, resgatando nos elementos místicos da religião o impulso do espírito revolucionário.

Como uma possibilidade de práxis política a partir da religião tem-se o caso da Pastoral da Juventude da Igreja Católica. A Pastoral da Juventude do Brasil (PJB) nasce na década de 80 e subdivide-se em: Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Pastoral da Juventude Estudantil (PJE) e Pastoral da Juventude (PJ) para as/os jovens do meio urbano e das paróquias. Suas características seriam o protagonismo do jovem, a evangelização a partir da realidade do jovem, a apresentação de Jesus Cristo como amigo, a vivência comunitária e da fé, a promoção do senso crítico e a proposta de fomentar uma pastoral de conjunto. (SOFIATI, 2012). Tem seus princípios pautados na Teologia da Libertação, que balizou a formação de diversos grupos de jovens da igreja Católica a partir da década de 50, por meio da Ação Católica Especializada. Utiliza-se de conceitos marxistas na interpretação da realidade e tem como característica a “opção pelos pobres”, numa referência a concepção de classes. (SOFIATI, 2012).

Por fim, cabe ressaltar, a partir dos exemplos da arte e da religião expostos neste tópico, a relevância da questão cultural no âmbito da política. Tanto a arte como a religião se apresentam como meios possíveis de significação e ressignificação das vivências sociais, reafirmando condições de exploração e dominação de classe ou contrapondo-se a elas, no cenário de disputa da hegemonia na sociedade.

No capítulo seguinte trataremos das organizações da sociedade civil, buscando analisa-las a partir da concepção de práxis tratada neste capítulo, nas dimensões da atividade prática, meios, instrumentos, teorias e teleologias.

2 ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS

Neste capítulo buscaremos trabalhar a questão da sociedade civil, utilizando como eixo norteador a categoria práxis. Inicialmente apresentaremos a concepção de sociedade civil adotada neste trabalho para em seguida desmembramos nossa análise em três eixos: o das atividades políticas (práticas), os meios e instrumentos da práxis e o último as suas teorias e finalidades. Trata-se de uma divisão meramente didática, uma vez que estes fenômenos estão intrinsecamente ligados. O propósito deste capítulo é apontar alguns elementos que auxiliem na caracterização das organizações políticas de jovens a partir da análise de sua ação-reflexão.

2.1 CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL

A sociedade civil, a partir da dialética hegeliana, compreende a esfera dos interesses individuais e coletivos (SIMIONATTO, 2010). Para Hegel, é na sociedade civil onde ocorrem as disputas dos interesses individuais e dos grupos e, conseqüentemente, do conflito entre essas particularidades. A sociedade civil, para Hegel, é um momento que antecede o Estado; na dialética, a família constitui uma totalidade orgânica, ou uma unidade (tese), que é negada (antítese), ou seja, essa unidade é fragmentada, individualizada na sociedade civil em razão do trabalho e do mercado. Serão por meio destes dois últimos, trabalho e mercado, que as pessoas irão satisfazer suas necessidades particulares, assegurar suas liberdades, suas propriedades e posses, sustentados em regulamentações jurídico-administrativas. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010). Tais necessidades não podem ser supridas individualmente, mas somente na relação com os demais, no reconhecimento mútuo das necessidades, estabelecendo-se assim uma relação de interdependências individuais. A síntese entre a família (tese) e a sociedade civil (antítese) corresponderia ao Estado, lugar do universal, momento superior da vida social, onde seriam superadas as contradições de interesses da sociedade civil (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

Em Marx o conceito de sociedade civil assume um papel invertido em relação à concepção hegeliana. Para Hegel, o Estado se constitui a partir da universalização dos interesses particulares da sociedade civil, no seu ordenamento e materialização, para a formação de um interesse comum (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010). Marx resgata a raiz histórico-materialista do Estado (capitalista) como construção da própria sociedade civil, entendida por Marx como a sociedade burguesa (BOBBIO, 1994). Nesta acepção insere-se, por suposto, a condição de classe: o Estado tem a sua origem dos interesses da sociedade

civil-burguesa e, portanto, se constitui de maneira a atender as suas necessidades e garantir a sua dominação.

Segundo Bobbio (1994), a sociedade civil em Marx é o espaço das relações econômicas entre os indivíduos; relações estas que estruturam a sociedade e dão a base concreta sobre a qual irá se desenvolver a superestrutura jurídica e política (Estado). Assim, para Marx, sociedade civil e estrutura econômica são a mesma coisa e assim sendo, com a formação do Estado pela sociedade civil/estrutura econômica, estaria o regime político (Estado) subordinado as relações econômicas (sociedade civil-burguesa). (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

Conforme apontam Outhwaite e Bottomore (1996), nesta concepção marxiana, o conceito de sociedade civil perde sua especificidade, pois poderia ser substituído por termos como “economia”, ou simplesmente “sociedade”. Foi a partir de Antônio Gramsci, afirmam os autores, que o conceito retoma sua importância. Gramsci resgata a ideia hegeliana, mas lhe faz alterações profundas, retirando o conceito do âmbito do econômico para realocá-lo no estado, da política cultural, como um instrumento de formação de consentimento.

De acordo com Montaña e Duriguetto (2010), o contexto histórico-social em que Gramsci estava inserido era diferente daquele em que Marx realizou sua leitura das determinantes; tratava-se de um momento de intensa socialização política, que ocorria devido à presença de organizações de classe diversas, num novo cenário, mais complexo, de relações de poder. Assim, Gramsci define a sociedade civil como o espaço onde se manifestam os interesses de diferentes grupos sociais organizados, que difundem valores, culturas e ideologias (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010). Tais valores, ideologias, projetos de sociedade, defendidos pelos grupos sociais de interesse, disputam a hegemonia sobre a sociedade, por meio de suas instituições (igrejas, escolas, sindicatos, etc.) (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996). Tem-se, dessa forma, a concepção gramsciana de Estado ampliado, que consiste na sociedade política, cuja função é a coerção pelo aparato policial, militar, judiciário e administrativo, incorporada da sociedade civil, que é a esfera de formação do consenso e a hegemonia na sociedade.

Esta concepção gramsciana de sociedade civil, conforme salientou Simionatto (2010), teve importante papel nos países como Brasil e Argentina nos anos da ditadura, quando da mobilização dos sujeitos na construção de um projeto de sociedade. A autora faz uma análise crítica acerca do uso da concepção de sociedade civil, atualmente pensado a partir de uma perspectiva neoliberal, afirmando que este tem sido utilizado como instrumento de manutenção da hegemonia burguesa. Para ela, no “discurso participacionista”, as

organizações do chamado “terceiro setor” mascaram e homogeneizam os interesses de classe e os projetos de sociedade que estão em disputa, num movimento de despolitizar o conceito de sociedade civil, retirando-lhe a perspectiva crítica marxista, e colocando-o sob uma perspectiva liberal-democrática.

Assim, Simionatto (2010) defende o uso do conceito de sociedade civil, na perspectiva gramsciana. Em seus termos:

A concepção de sociedade civil em Gramsci, portanto, permite superar sua identificação com o conceito de terceiro setor (ONGs, voluntariado, filantropia), visto que é atravessada pela perspectiva de totalidade e unidade entre as esferas política e econômica, cultural e política, compreendidas em seu processo dialético e contraditório. [...] (a sociedade civil) não se restringe à luta pela cidadania e pelos direitos sociais, embora esta represente um momento de mediação fundamental da práxis política, [...] “mas o confronto de projetos societários, cujo horizonte, para as classes subalternas, é a socialização do poder político e da riqueza socialmente produzida”. (SIMIONATTO, 2010, p. 50)

Nesse sentido, compreenderemos neste trabalho as organizações políticas de jovens a partir do conceito gramsciano de sociedade civil, ou seja, como grupos de interesse da sociedade que buscam a difusão e hegemonia de seus valores, ideologias e projetos, tendo como condição, para isso, a disputa dos projetos de sociedade, do poder político e da riqueza socialmente produzida com os demais grupos de interesse. Os grupos farão esta difusão e disputa de ideologias na sociedade por meio da práxis política e social.

Nos tópicos seguintes analisaremos as organizações políticas de jovens a partir de algumas dimensões de suas práxis: as atividades práticas operadas na sociedade, os meios e instrumentos dos quais as organizações lançam mão para a efetivação de suas práxis e por fim os conhecimentos e finalidades que sustentam tais práticas. Ressaltamos, uma vez mais, se tratar de uma divisão meramente didática, a fim de facilitar a análise, devendo ser este fenômeno compreendido em sua totalidade, quando na realidade concreta.

2.2 ATIVIDADES POLÍTICAS DAS ORGANIZAÇÕES DE JOVENS NO BRASIL

Trataremos neste tópico as atividades enquanto ações ou práticas operadas na realidade concreta. Para tratarmos da questão das atividades políticas devemos considerar antecipadamente o momento histórico e cultural na qual estas atividades estão inseridas e das quais são parte. Esta questão nos possibilita compreender quais atividades são admitidas como legais e quais as ilegais, quais as legitimadas socialmente, quais as convencionais e as não-convencionais. A história nos mostra que houve tempos em que eram ilegais as lutas pela

abolição da escravidão ou pelo voto direto dos representantes políticos, por exemplo. Também as greves, passeatas e manifestações já foram contidas por intervenção do Estado. Em suma: nossa compreensão de atividade política está localizada num momento histórico e cultural, que dá a esta atividade um lugar conforme a lei vigente (classificando as práticas como legais ou ilegais), conforme as atividades usuais (convencional ou não-convencional) ou ainda conforme os meios e regras estabelecidas em que se efetiva (formais ou informais). Portanto, não podemos compreender as atividades políticas das/dos jovens no Brasil se não recorrermos aos elementos históricos e sociais.

Para tanto, tomaremos como referência, basicamente, duas pesquisas voltadas a esta temática. A primeira delas parte da pesquisa realizada por Augusto Caccia-Bava e Dora Isabel Paiva da Costa, publicada na obra intitulada *Jovens na América Latina* (CACCIA-BAVA; PÂMPOLS; CANGAS, 2004). Nesta, os autores fazem um resgate dos principais movimentos em que se dá o protagonismo das/dos jovens no Brasil. A segunda pesquisa tem origem no Conselho Latino Americano de Ciências Sociais – CLACSO, órgão que manteve um Grupo de Trabalho cuja temática era “Juventud y nuevas prácticas políticas em América Latina”. No Brasil, as pesquisas relacionadas a esta linha foram realizadas por um Grupo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, sob o título de “Jovens Urbanos: ações estético-culturais e novas práticas políticas”. Tomando como fundamentação as ideias de Antonio Gramsci e Raymond Williams, partem da concepção de cultura como práticas simbólicas de resistência e contestação, expressas na vida cotidiana, em atividades artísticas e intelectuais, na produção e apropriação da própria cultura, bem como na disputa pela hegemonia (BORELLI et al., 2009). Portanto, vão considerar as práticas culturais como intrinsecamente políticas, enquanto práticas de resistência, e que vão tomar a forma de música, cinema, uso do corpo, etc.

Inicialmente é preciso pontuar que a história da participação dos sujeitos jovens no Brasil é imprecisa, visto que o próprio recorte etário e a percepção da juventude como categoria específica de análise são relativamente recentes na história da nossa sociedade. A literatura pesquisada irá datar a partir da metade do século XIX os primeiros movimentos de significativa participação juvenil. Caccia-Bava e Costa (2004) apontam para o protagonismo da participação política da juventude nos movimentos abolicionistas desta época. Para os autores:

O debate aglutinou dois pólos de ação política: a juventude de linha moderada chamada emancipacionista, a qual entendia que a propriedade escrava era legítima, portanto a liberdade dos cativos deveria vir acompanhada por vários tipos de

indenizações, desde as alforrias pagas pelo próprio escravo, até aquelas pagas pelo Estado Imperial. A juventude de linha mais radical, chamada abolicionista, denunciava a propriedade escrava como roubo e só aceitava a abolição total e imediata. A ação desses últimos jovens tinha duas estratégias específicas: a campanha propagandística com atuação no parlamento e na imprensa e a agitação direta das massas nas ruas e fazendas (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004, p. 67).

Dentre as ações das organizações de jovens abolicionistas estavam a facilitação de fugas em massa de escravos, o uso dos meios de comunicação da época para a publicação de colunas debochadas e humoradas que “[...] satirizavam a aristocracia e os homens de poder da época”, além de formarem sociedades e clubes abolicionistas, que angariavam fundos para a indenização de escravos (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004, p. 68).

Na década de 1920, outros três movimentos, protagonizados por sujeitos jovens, atuaram na sociedade brasileira: o Movimento da Semana da Arte Moderna, o Movimento Tenentista e o movimento político partidário que resultou na formação do Partido Comunista (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004).

O Movimento da Semana da Arte Moderna, datado de 1922, fez emergir jovens artistas da literatura, da música e das artes plásticas no cenário nacional. O movimento buscava uma atualização estética e um rompimento com a aristocracia e o conservadorismo que predominavam na arte daquele tempo (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004). Já o Movimento Tenentista era formado por jovens oficiais que propunham um contraponto aos padrões republicanos e oligárquicos até então dominantes. De acordo com os mesmos autores, dentre suas ações, caracterizadas como uma espécie de rebelião militar, estavam desde a formulação de programa de reformas sociais até ações diretas, como o sequestro de um avião e posteriormente a formação da chamada Coluna Prestes⁷. Ainda em 1922 inicia, no Rio de Janeiro, o movimento de Criação do Partido Comunista a partir de um grupo organizado por Astrojildo Pereira. O partido recrutou muitos membros do movimento tenentista e já nos anos seguintes a sua criação sofreu perseguições, com prisões e deportações de seus militantes (GOHN, 2003b).

O movimento juvenil integralista inicia seus primeiros trabalhos também na década de 1920 sendo que, até os dias de hoje, mais ou menos organizado, ainda podem ser encontrados grupos de jovens que cultivam os ideais que tiveram como principal representante o jovem Plínio Salgado. Para Caccia-Bava e Costa (2004):

⁷ A Coluna Prestes foi um movimento liderado por Luís Carlos Prestes que percorreu o território brasileiro com o objetivo de promover confrontos com as forças militares do Rio de Janeiro, a fim de desviar a atenção militar e facilitar a tomada do poder federal por meio de um golpe. (GOHN, 2003b).

Em 1932, [Plínio Salgado] funda uma sociedade dentro da qual se idealizaria a Ação Integralista Brasileira, movimento político-popular que dá origem à formação de um movimento juvenil de massas inspirado na mobilização dos jovens italianos e alemães chamados ao voluntariado por Benito Mussolini e Adolfo Hitler: os *Camisas Verdes*. [...] O que para nós importa foi a capacidade de o movimento permanecer presente na história política e cultural do Brasil, até a década de cinquenta do século XX através da Confederação de Centro Culturais de Juventude, da qual Plínio Salgado foi presidente de honra (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004, p. 84-85).

Tratava-se de um movimento que, diferente dos anteriores aqui relatados, não tinha sua tendência política à esquerda, mas sim à direita, conservadora, cuja ideia era do fortalecimento de uma nacionalidade brasileira, de um Estado forte e Integral. O movimento de Juventude Integralista organizava-se a partir de Centros Culturais da Juventude, que chegaram a mais de quinhentos em todo o país (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004).

No ano de 1937, nasce a União Nacional dos Estudantes – UNE, entidade representativa dos estudantes universitários, e em 1948 a entidade dos estudantes secundaristas, a União Brasileira de Estudantes Secundaristas – UBES. Entre as primeiras ações da UNE estava a mobilização contra o nazismo e questões relacionadas à Segunda Guerra Mundial e a participação do Brasil. Contudo, assim que foi alterando a conjuntura política, também as bandeiras de luta foram modificando:

Com o fim da ditadura getulista, como ficou conhecido o governo do então presidente Getúlio Vargas, no ano de 1945, a UNE assume bandeiras diretamente relacionadas a questões nacionais, como a campanha pela criação da empresa estatal de exploração do petróleo, a Petrobrás. Com essa iniciativa, entre outras, tornou-se a primeira organização juvenil brasileira que imprimiu dimensão nacional aos seus movimentos de resistência e luta. A entidade era marcadamente nacionalista até os anos de 1960, quando sobre o impacto da revolução cubana assume bandeiras antiamericanistas (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004, p. 88).

Dentre as principais ações da UNE nesta época estão a realização de manifestações e protestos, além de espaços de debate político, especialmente os congressos de estudantes. Uma das principais ações da UNE na década de 1960 foi a criação do Centro Popular de Cultura – CPC, cujo objetivo era promover a consciência revolucionária na população por meio das artes.

Para Borelli et al. (2009), a década de 1960 destaca-se pelo Tropicalismo e as passeatas, estas especialmente ocorridas no ano de 1968, contra o regime militar, além do teatro e do cinema, que foram instrumentos de denúncia social, tal como os filmes de Glauber Rocha (BORELLI et al., 2009). As ações das/dos jovens desta década estão ligadas ao

movimento estudantil e a movimentos culturais, ambas se manifestam e se posicionam ideologicamente em relação ao regime militar e a esquerda comunista.

Ao longo das décadas de 1950 e 1960 foram desenvolvidas ações junto a Igreja Católica que objetivavam estimular os/as jovens a participarem ativamente da vida política, formando-se assim a JAC (Juventude Agrária Católica), JEC (Juventude Estudantil Universitária), JIC (Juventude Independente Universitária, formada por mulheres), JOC (Juventude Operária Católica) e JUC (Juventude Universitária Católica) (GOHN, 2003b). De acordo com Caccia-Bava e Costa (2004), este movimento à esquerda da Igreja Católica teve influência da atuação do Papa João XXIII e uma postura do Vaticano de reflexões acerca das questões sociais, dos pobres e excluídos. Com este referencial, as/os jovens católicas/os passaram a participar da política e ocupar espaços de representação dentro do próprio movimento estudantil. Organizavam-se por meio de núcleos de base, equipes de direção e realizavam manhãs de formação (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004).

Para Borelli et al. (2009), as práticas das/dos jovens na década de 1970 foram marcada pela resistência à ditadura militar e a formação das guerrilhas urbanas, inspiradas nos ideais socialistas e na experiência da revolução cubana. Além da ação direta e armada, ocorria o que os autores chamam de “combinação de política e comportamento”: suas práticas políticas estavam diluídas no cotidiano, como o uso da maconha, os debates políticos e filosóficos, o surrealismo, o rock e o tropicalismo, o *black* e o *soul music* nas periferias, a liberdade e a experimentação sexual em tempos de repressão, a onda *hippie* e suas práticas de contestação ao consumismo capitalista e estilos de vida menos opressores, fizeram parte do cenário de disputa, por vezes simbólica, desta década. Destaque desta época a chamada *Geração mimeógrafo*, ou a poesia marginal. Tratava-se de poetas que produziam artesanalmente as tiragens de seus trabalhos para venderem de mão em mão (BORELLI et al. 2009). Ainda nesta década, a UNE criava a chamada UNE-Volante, que se caracterizava pelo deslocamento da diretoria da organização, juntamente com o Centro Popular de Cultura, para os estados do país, realizando debates nas faculdades, entrevistas aos meios de comunicação e apresentações artísticas (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004).

Sobre a década de 1980, Borelli et al. (2009) afirmam ter se caracterizado pela retração do movimento estudantil, que sofria constantes repressões do Estado, e pela campanha pelo voto direto para presidente da República que se dava, entre outras formas, por meio de passeatas. Foi o período de surgimento de diversas *tribos*, *bandos*, *agremiações*, com uma infinidade de identidades juvenis expressas em elementos estéticos, como vestimentas, adereços, músicas, etc. Muitos destes grupos faziam seus protestos por meio da música

(*rappers, punks*), ou ainda outras expressões artísticas, como os *grafiteiros* e *pichadores*. As/os jovens católicos, na década de 1980, passam a organizar-se enquanto Pastoral da Juventude, discutindo temas relacionados à militância dentro e fora do espaço da Igreja, debatendo a situação política do país e do mundo e ampliando seus espaços formativos (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004). De acordo com os autores, um exemplo desta perspectiva de atuação política e cristã ocorre em 1986, quando instituem o Dia Nacional da Juventude (DNJ), cujo tema foi “Juventude e Participação Política”.

Foi na década de 1990 o emblemático momento histórico do *Impeachment* de Fernando Collor de Melo, que contou com a massiva mobilização de jovens conhecida como “caras-pintadas”, em passeatas e ocupações de rua (BORELLI et al., 2009). Os caras-pintadas ficaram assim conhecidos devido ao fato da maioria dos participantes da manifestação pelo *impeachment* pintarem o rosto com as cores da bandeira nacional. Esse movimento teve a participação massiva de estudantes da UNE e UBES, mas também da população em geral (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004). Ainda sobre a década de 1990, Borelli et al. (2009) afirmam ter se tratado de um período de consolidação do rap nas periferias de São Paulo, e do *black music* com os bailes *funks*. Caccia-Bava e Costa (2004) apontam para a formação dos grupos de jovens negros, oriundos das favelas e periferias de grandes centros, que passaram a se expressar por meio do *hip-hop*. Constantemente alvos de violência (urbana, Estatal, violação de direitos) os coletivos de jovens negros de *hip-hop* buscavam resgatar a autoestima e da cultura negra para combater a violência (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004).

Correspondente aos anos 2000, Borelli et al. (2009) evidenciam os encontros como Fórum Social Mundial (FSM), onde uma heterogeneidade de grupos, coletivos e movimentos de jovens mobilizaram-se para debater questões mundiais. É desta época ainda a ocupação da reitoria da Universidade de São Paulo (USP) no ano de 2007, que já aqui se utilizava de novas maneiras de fazer assembleias, de meios digitais e espaços de discussão e formação, como palestras e projeção de filmes sobre os temas. Sobre o uso de tecnologias e meios e comunicação, apontam os autores:

A tecnologia passou a pautar a vida juvenil com forte ênfase na sociabilidade, mas ampliou-se também o uso político da tecnologia: o emergente ciberativismo passou a organizar algumas ações juvenis, como por exemplo, as discussões sobre o uso do espaço urbano e as atividades colaborativas em prol de softwares abertos, internet livre e compartilhamento de arquivos gratuitos (Leão, 2004). A visibilidade das culturas juvenis das periferias das grandes cidades foi ampliada, re-configurando o espaço social por meio da produção cultural desses jovens. Verifica-se uma efervescência cultural protagonizada pelos jovens das periferias das grandes cidades; são formas de participação e intervenção sociais que envolvem pequenos estúdios,

rádios comunitárias, produção de fanzines, vídeos e saraus literários (BORELLI et al. 2009, p. 312-313).

Os autores, ao analisarem o desenvolvimento histórico das práticas juvenis, identificam um deslocamento das práticas dos jovens dos espaços mais institucionalizados para aderirem as micropolíticas do cotidiano. Esse deslocamento, apontam, deve-se ao surgimento dos movimentos culturais e no Estado autoritário, que fragmentou a juventude em pequenos agrupamentos juvenis (BORELLI et al., 2009). Defendem os autores, por fim, que a produção cultural, para além da construção de identidades, também se apresenta como uma forma de denúncia social, especialmente quando se tratam de jovens oriundos do subúrbio e periferia, e como um modo de se fazer política e agir no sentido da mudança de suas condições (BORELLI et al. 2009).

Observamos, portanto, que as organizações e movimentos de atuação das/dos jovens, notadamente no século XX, iniciaram sem distinção etária, ou seja, a participação das/dos jovens mesclava-se com a de adultos acerca de temáticas gerais da sociedade. Tratavam-se dos movimentos *com* jovens, que tinham a sua participação, mas não de maneira exclusiva. Posteriormente, surgiram os movimentos *de* jovens, compostos basicamente por eles e cuja atuação não se limitava ao âmbito da juventude, como foi o caso dos movimentos políticos de jovens (juventude integralista, juventude comunista) e o movimento estudantil. Os movimentos da Igreja Católica da década de 1950 (JAC, JEC, JIC, JOC e JUC) apresentam-se como os primeiros movimentos direcionados especificamente à juventude, colocando-a como pauta, alvo e promotora de ações. Tem-se, desse modo, os movimentos *para* jovens, ou seja, voltados especificamente à temática dos jovens, embora ainda não sejam totalmente coordenado por jovens. Inclui-se aqui também o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), formado na década de 1980 para atender os interesses deste segmento. Os movimentos *de* jovens e *para* jovens são mais recentes, e a Pastoral da Juventude é um exemplo dessa categoria. Trata-se de um movimento coordenado por jovens e direcionado ao público jovem, mesmo que não exclusivamente.

Pode-se dizer que durante o século XX, foram três os principais movimentos de participação de jovens, que as/os inseriram na vida política e servem de eixos na análise das práticas de jovens, a saber: movimentos partidários, movimentos estudantis e movimentos religiosos. Esses três eixos formam a base da participação da juventude e na prática mantinham correlações; os jovens católicos participavam do movimento estudantil, assim como os militantes estudantis participavam de movimentos partidários, e assim por diante.

Estes *lócus* aglutinadores e socializadores das/dos jovens, como a escola, a universidade, a igreja, tem uma importância histórica como espaços potenciais de mobilização à participação política. Contudo, ao final deste século, novas possibilidades de organização de jovens foram emergindo no cenário nacional, como derivações destes eixos, derivações de outras organizações sociais, ou ainda como propostas originais e inovadoras de participação política das/dos jovens. Destacam-se aqui movimentos como a Juventude do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Levante Popular da Juventude (LPJ), os movimentos em defesa da ecologia e do meio ambiente, entre outros.

Os tradicionais *lócus* aglutinadores de jovens, como a universidade, continuam possibilitando a organização das/dos jovens, contudo, de maneira mais ampla e a partir de uma diversidade de demandas e representações. O próprio Movimento Estudantil brasileiro vivenciou transformações, como a criação da Assembleia Nacional de Estudantes – Livre (ANEL), no ano de 2009, que surge como organização paralela à UNE na representação dos estudantes universitários. Nascida a partir de uma votação em um Congresso Nacional dos Estudantes, a ANEL surge da avaliação de determinado segmento do Movimento Estudantil de que a UNE não se apresentava como um instrumento legítimo de representação estudantil, sendo necessária uma nova forma de organização, independente política e financeiramente dos governos, que estivesse presente em todos os processos de luta do Movimento Estudantil. Entre suas bandeiras de lutas se apresentam o apoio em campanhas contra a privatização da educação em países como Chile e Argentina, os movimentos “Fora Sarney”, em campanhas contra o aumento da tarifa do transporte “Passe-livre Já”, a defesa de 10% do PIB para a educação pública, entre outras (ANEL, 2013).

De acordo com Mesquita (2003), o movimento estudantil vem perdendo gradativamente sua capacidade de identificação com os estudantes e outras formas de organização, no seio da universidade, emergem como possibilidades de participação política, tais como as Executivas de Curso, os coletivos de cultura, grupos de estudantes negros, grupos de extensão universitária, estágios de vivência, coletivo de mulheres e outras tantas formas de organização que o autor afirma ser resultado da interação entre o movimento estudantil e os outros movimentos sociais e das novas configurações de jovens e de suas demandas.

Autônomos, mais democráticos e organizados de uma forma horizontal, esses grupos se fortalecem no interior das universidades como uma nova forma de intervir politicamente, criando ações coletivas que dão respostas às muitas das novas demandas dos estudantes. [...] Estas novas experiências sugerem o surgimento de uma nova sociabilidade militante no movimento estudantil, contrapondo-se às

práticas mais tradicionais da militância dos estudantes, reprodutora de um comportamento político institucionalizado e (re)produzida nos espaços de apoio do movimento estudantil como os partidos, sindicatos, etc. (MESQUITA, 2003, p.135).

Vemos, portanto, que as atividades políticas das/dos jovens apresentam alguns traços em comum, tais como o constante uso das artes para suas manifestações, além da irreverência com relação à ordem estabelecida e suas figuras de poder. Podemos observar que suas atividades políticas tem um forte caráter comunicativo, mas que também se utiliza da ação direta, por vezes transitando na ilegalidade. Ao longo da história, pode-se perceber a ampliação das expressões organizativas e do repertório de ações, na medida em que ocorre também o aumento dos espaços de interação entre movimentos sociais, bem como o aumento da percepção das demandas e traços identitários entre as/os jovens.

No tópico seguinte, trataremos dos meios e instrumentos das práxis política e social das/dos jovens, discutindo o uso dos recursos tecnológicos disponíveis em seu tempo, em especial o uso da internet como instrumento de atuação política.

2.3 MEIOS E INSTRUMENTOS DAS PRÁXIS

O propósito deste tópico é fazer algumas considerações sobre uma das dimensões das práxis no contexto desta pesquisa, a saber, os meios e instrumentos de que os sujeitos se utilizam para realizar suas ações na realidade concreta. Não se trata aqui, portanto, da ação em si, nem dos conhecimentos e ideologias que a fundamentam - questões estas tratadas em outros tópicos deste capítulo - mas sim o modo com que se opera a realidade, os percursos, metodologias e recursos para se chegar a determinado fim.

Um agricultor, por exemplo, que necessita garantir sua subsistência (telos), pode fazê-lo a partir do trabalho (meio). Neste caso, poderá se utilizar da enxada (instrumento), ou outra ferramenta que lhe auxilie a atingir seu propósito. Tendo o trabalho como *meio* de conseguir sua subsistência, deverá plantar a semente (prática) e criar condições para o seu desenvolvimento, a partir dos conhecimentos de que dispõe sobre a agricultura (dimensão cognoscitiva). Em outras circunstâncias, o agricultor de nosso exemplo poderia garantir sua subsistência por *meio* do roubo, quando certamente faria uso de outros instrumentos (uma arma, por exemplo), além de utilizar-se de outras práticas. Vemos assim que determinados meios para se alcançar um objetivo/finalidade conduzirão para a execução de determinadas práticas e uso de instrumentos adequados.

Aproximando essa discussão ao escopo desta pesquisa, questionamos: quando o objetivo/finalidade é operar o conjunto da sociedade, a forma como produzimos e distribuímos nossa riqueza, como nos organizamos socialmente, de que meios e instrumentos os sujeitos sociais (jovens) tem se utilizado?

A resposta desta questão é relativa, e dependerá de uma série de determinações, tais como o momento histórico e social em que a sociedade se encontra e consequentemente o modo como esta sociedade produz sua riqueza e estabelece suas relações; o conhecimento disponível e a partir do qual se compreenderá a sociedade; a correlação de forças e as formas como o poder está distribuído socialmente, entre outras tantas determinações.

De maneira geral, a forma como a sociedade moderna burguesa está organizada nos oferece como meio para operar tais transformações sociais a *política*, tendo como principal instrumento o *Estado*. É o Estado o instrumento capaz de atuar no conjunto da sociedade, utilizando-se das leis, políticas públicas, violência, entre outros. A política, contudo, não tem o Estado como instrumento exclusivo, sendo possível atuar no conjunto da sociedade utilizando-se de outros instrumentos, tais como as organizações da sociedade civil. Estas podem existir como instrumentos com relativa autonomia do Estado ou como organizações necessárias para operá-lo, complementá-lo, contestá-lo, enfrentá-lo, etc.⁸

Note-se, contudo, que a política não é o único meio possível de operar transformações sociais. Uma análise mais profunda, como nos sugere o marxismo, colocaria a economia em local privilegiado de atuação, compreendendo ser esta a estrutura sobre a qual a sociedade irá se organizar, inclusive politicamente. Outro meio possível de operar transformações sociais e que atua de modo indireto na política – e intrinsecamente ligado a ela – é a *cultura*, na medida em que, a partir de seus instrumentos de perpetuação, como a *educação* e as *artes*, busca transformar ou reiterar as formas de compreendermos o mundo, nossos comportamentos, etc.

Os caminhos da transformação social para as juventudes – tenha essa transformação o tamanho que tiver – parecem ser uma questão de relevância neste debate. A política se faz crer como o meio legítimo de transformações na sociedade neste momento histórico e social e as organizações da sociedade civil, especialmente ao longo do século XX, foram os principais

⁸ Conforme vimos no item “Organizações da Sociedade Civil” deste capítulo, na concepção marxista o Estado é compreendido como forjado pela sociedade civil, como um produto desta. A análise de Marx do Estado do século XIX qualifica-o como instrumento de uma classe dominante, cuja razão de ser é legitimar e garantir a manutenção dos interesses burgueses (VÁZQUEZ, 2001). Coutinho (1996) classifica esta como uma “concepção restrita” de Estado, que trata de um momento histórico e social específico de análise de Marx. Segundo o autor, “concepções ampliadas” de Estado foram sendo desenvolvidas por outros marxistas (notadamente Gramsci), cujo fundamento está na crescente participação de organizações de massa na esfera política, anteriormente restrita a pequenos grupos oligárquicos.

instrumentos das ações políticas na sociedade; em outras palavras, foi por meio da política, e utilizando-se como instrumentos as organizações da sociedade civil, que se operaram as principais transformações sociais daquele século. Desse modo, foram imprescindíveis na história do Brasil os sindicatos dos trabalhadores, os partidos políticos, o movimento estudantil (notadamente a UNE e a UBES) como organizações propulsoras da democracia em que vivemos hoje. Por outro lado, devemos considerar que talvez tenha sido a juventude o segmento que mais apontou para a cultura como meio de transformação social, identificando nas práticas cotidianas, nos valores, costumes e comportamentos as suas raízes ideológicas e opressoras. Em um cenário de desgaste do meio político, a cultura pode se apresentar como meio mais promissor de transformação social.

Além dos meios pelos quais as/os jovens realizam suas práxis, os instrumentos dos quais se utilizam possibilitará ou não determinados tipos de ações e formas de organizar-se. O avanço tecnológico de nosso momento histórico tem possibilitado, dentre outras ferramentas, aquelas destinadas à comunicação e difusão de informações. Trata-se de um momento histórico e social no qual as pessoas têm maiores possibilidades não apenas de acesso, mas também de produção de informação, possível especialmente pelo uso da internet. A internet se tornou em um potente instrumento de ação política da juventude e por isso faremos algumas considerações sobre a influência do seu uso na práxis política/social das/dos jovens na atualidade.

A internet como tecnologia de comunicação permite uma maior interação entre as pessoas de diferentes lugares do mundo, por meio de ciberespaços como os *blogs*, *youtube*, *twitter*, *facebook*, entre outros disponíveis atualmente, fazendo com que as informações localizadas, anteriormente concentradas em pequenos grupos, possam ter uma circulação mais ampla. Este avanço tecnológico possibilita também o acesso dos sujeitos às informações através de *websites* de busca, de plataformas de informações públicas, entre outros. A internet permite uma *interatividade* entre leitor/a e produtor/a de informações, sejam eles/elas pessoas ou organizações, além da possibilidade de acesso às fontes primárias de informação, sem necessitar de mediação dos tradicionais meios de comunicação.

Em termos ideológicos há espaço para a construção e disseminação de discursos contra-hegemônicos, na medida em que diferentes atores sociais (indivíduos ou organizações) passem, gradativamente, a comunicar perspectivas de mundo e ideologias e que diferentes pessoas tenham acesso a elas, o que anteriormente era dificultado pelo monopólio da comunicação radiofônica e televisiva. Porém, deve-se considerar que o discurso hegemônico também se apropriou deste ciberespaço, e que a diversidade de atores sociais que passam a

comunicar suas perspectivas de mundo não garante a heterogeneidade das ideologias; o discurso hegemônico não o é por acaso, se não como produto de um modo de organização social e econômica e das instituições que garantem sua reprodução.

Quando pensado esse fenômeno no campo da política, tem-se uma disseminação de informações acerca das tomadas de decisões, uso do equipamento e dos recursos públicos, somado, no caso do Brasil, a outros tantos mecanismos de controle social sobre as ações públicas. Nessa perspectiva, vão se desenvolvendo mecanismos jurídicos que buscam garantir o direito ao acesso às informações, como é o caso da Lei Complementar Nº. 131/2009, a chamada Lei da Transparência (BRASIL, 2009). Do mesmo modo, as informações podem circular enquanto denúncias, verdadeiras ou não, quando do mau uso dos recursos públicos, dos esquemas de corrupção, entre outros. Estas podem funcionar como um potencial instrumento de indignação, abrindo possibilidades de realização de ações concretas, individuais ou coletivas, ou podem provocar o asco e a repulsa com relação à política, resultando em posturas de indiferença e de pouca participação nos espaços políticos institucionalizados.

Este parece ser o cenário em que transita a juventude, cuja representação no senso comum oscila entre ser o jovem “apolítico” e desinteressado, tendo em outros momentos a incumbência de ser o agente de transformação social, indignado, que ocupa ruas e reivindica direitos. Deve-se considerar que as/os jovens têm buscado outras formas de participação, e que estas nascem do desejo de superação destes modos “tradicionais” de se fazer política, vistos como desgastados e corruptíveis, buscando ainda utilizar instrumentos que considerem mais seguros e adequados para atuar na sociedade.

Ressaltamos até aqui a influência da ampliação dos modos de comunicação para as tomadas de posição política das/dos jovens. Salientamos, contudo, que embora haja um momento de intensa circulação de informações, a maneira como estas serão recepcionadas, assimiladas pelos sujeitos, ou ainda a intensidade e diversidade a que estes estão expostos, ocorrerá de maneiras distintas, de acordo com as inúmeras determinações históricas, sociais, culturais, econômicas que atravessam os fenômenos e os sujeitos. O que lhes é comum é a crescente tendência a estarem expostas a estas informações pelas mais diversas mídias.

Melucci (1997) afirma que vivemos em uma sociedade complexa, onde as produções não se dão apenas no plano econômico ou material, mas também no simbólico e relacional. Desse modo, cria-se uma intensa troca de informações, o que o autor denomina sistema de informação de alta densidade. A maneira como damos sentido e significado as nossas experiências dependerá dos códigos a que estivermos expostos. Estes códigos, no entanto, não

são homogêneos, ou seja, estão em constante disputa na sociedade. Aqui Melucci (1997) chama a atenção para o papel dos movimentos sociais de juventude na contemporaneidade; estes passam a ser fenômenos discursivos e políticos, passam a disputar não apenas condições materiais, mas também os códigos culturais, e o fazem não necessariamente pela sua ação efetiva, mas por sua existência própria, que denuncia os códigos dominantes. Para o autor:

O antagonismo dos movimentos juvenis é eminentemente comunicativo [...] Nos últimos trinta anos a juventude tem sido um dos atores centrais em diferentes ondas de mobilização coletiva: refiro-me a formas de ação inteiramente compostas de jovens, assim como à participação de pessoas jovens em mobilizações que também envolveram outras categorias sociais. [...] mesmo [que as ações coletivas com a participação dos jovens] se apresentam diferenças históricas e geográficas com o passar das décadas, elas dividem características comuns que indicam um padrão emergente de movimentos sociais em sociedades complexas, pós-modernas. Nesses sistemas cada vez mais baseados em informação, a ação coletiva particularmente aquela que envolve os jovens oferece outros códigos simbólicos ao resto da sociedade — códigos que subvertem a lógica dos códigos dominantes. (MELUCCI, 1997, p. 11-12)

Assim, para o autor, ao subverterem os códigos dominantes, os movimentos revelam a violência e o poder arbitrário de tais códigos. Por fim, Melucci (1997) afirma que os movimentos juvenis sofrem uma mudança morfológica, tomam a forma de redes de diferentes grupos, dispersos e fragmentados, que se formam em resposta a algum problema específico e tencionam para uma redefinição de categorias analíticas destes atores coletivos.

Também Gohn (2013), ao realizar uma análise dos movimentos sociais, aponta que em dois momentos da história os protestos e manifestações causaram inovação nas ações coletivas, foram eles as manifestações de 1968, e as de 2011/2012. Para a autora: “Nos dois momentos históricos analisados, há vários elementos em comum, destacando-se a grande participação de jovens e inúmeras inovações tecnológicas e culturais nas práticas das ações coletivas e nas formas de comunicação que utilizam.” (GOHN, 2013, p. 8-9).

A autora também observa um novo modelo de associativismo civil nos jovens do mundo contemporâneo, marcado pela diferença nos repertórios, formas de comunicação, identidades, pertencimentos de classe, as formas como aproveitam as oportunidades políticas e as formas como veem os partidos e as organizações políticas. (GOHN, 2013). Com relação às novas tecnologias, a autora afirma: “Marchas, manifestações e ocupações na atualidade são promovidas por coletivos organizados que estruturam, convocam/convidam e organizam-se *on-line*, por meio das redes sociais. A participação nos eventos acontece via agregação *ad hoc*.” (GOHN, 2013, p. 21).

Observa-se que os avanços tecnológicos têm possibilitado formas organizativas diferenciadas das possibilidades de gerações anteriores. Utilizando a internet como ferramenta, organizações e movimentos sociais conseguem trocar informações, planejar ações, mobilizar pessoas para manifestos, entre outros, superando as limitações espaciais de localização geográfica de seus membros ou participantes.

Pode-se tomar o exemplo da Rede de Juventude pelo Meio Ambiente (REJUMA). Trata-se de uma rede de jovens criada no ano de 2003 em torno de questões ambientais, mais que discute para além delas. A REJUMA funciona como uma plataforma virtual nacional, um ciberespaço de comunicação e compartilhamento de informações, que busca empoderar os grupos locais que o compõem por meio do uso de estratégias como listas de discussão online, o “wiki”, onde são armazenados os registros de reuniões, encontros e ações da rede, e de um *chat* onde são debatidas questões de caráter operacional (LUIZ; ANTUNES; BORGO, 2013). Por seu formato em rede, a REJUMA busca a horizontalidade nas relações entre os seus “elos”, ou organizações que a compõem, de modo a preservar a autonomia destes em suas ações locais, sendo as tomadas de decisão a nível macro, feitas coletivamente nos espaços de debate do site. Destaca-se nesta forma organizativa a maior facilidade na vinculação e desvinculação de seus membros, negando estruturas de organização internas fixas e hierarquizadas. Também suas ações macro na esfera pública ocorrem de maneira pontual e com uma finalidade específica, quando são formadas comissões para atuarem em determinadas atividades, conferências, manifestações, etc.

Outro exemplo de formas de organização diferenciadas que foram possibilitadas pelos meios de comunicação é o chamado *Anonymous*. Inicialmente utilizado para nomear ações irreverentes na internet, o *Anonymous* se tornou politizado em meados do ano de 2008, quando denunciaram os excessos da Igreja da Cientologia. Afirmam-se sem a figura de um líder, sem hierarquia ou epicentro geográfico e buscam a liberdade de informação (COLEMAN, 2011). De acordo com Stalder (2012), *Anonymous* não se trata de grupo ou rede, mas de coletivos que se apoiam mutuamente, organizados sem a figura de representantes, em benefício da participação direta de cada um:

Esses coletivos temporários – que também podem ser descritos como “enxames”, ou *swarm* [...] são compostos de indivíduos independentes, que utilizam ferramentas e regras simples para se organizar horizontalmente. Como salienta o fundador do Partido Pirata sueco, Rick Falkvinge, “como todo mundo é voluntário [...], a única maneira de dirigir é ganhar o apoio dos outros”. Assim, a força do coletivo vem do número de pessoas que ele reúne e da luz que lança sobre seus projetos diversos e independentes. (STALDER, 2012, p. 34).

Como coletivos do ciberativismo, seus projetos consistem basicamente em atacar páginas da internet de órgãos públicos ou privados, como algumas empresas e multinacionais, de acordo com determinada situação ou justificativa contestatória. Além do termo (*Anonymous*), tornou-se também um “avatar”, ou uma imagem de identificação destes coletivos, a máscara do personagem *V de Vingança*, da história em quadrinhos de Alan Moore e David Lloyd (STALDER, 2012).

A partir destes dois exemplos, podemos considerar a diferença, de acordo com Silveira (2009), das lutas políticas “na Internet” e as “da Internet”. No primeiro caso mencionado, da REJUMA, trata-se de lutas sociais pelo meio ambiente e outras bandeiras, que ocorrem fora do ciberespaço. Assim, a internet potencializa, unifica ações que ocorrem localmente e possibilita que ações macro sejam organizadas e planejadas a partir do recurso de suas listas de discussão e *chats*. No segundo exemplo, trata-se de lutas da rede, que ocorrem pela apropriação deste espaço, através de ações de ciberativismo. O que há em comum nos dois casos, portanto, é o uso das tecnologias nos seus processos de organização e ação coletiva.

O uso da internet pode ainda ocorrer nas mobilizações para as manifestações em espaços públicos, como é o caso das manifestações que vem ocorrendo no Brasil principalmente a partir de 2011, os movimentos ocorridos no Oriente Médio, como a Primavera Árabe, ou na América do Norte e Europa, com os movimentos *Occupy*. Nestes protestos, protagonizados pela juventude, a mobilização massiva foi feita através de redes sociais, especialmente o *facebook*. Sobre tais manifestações no Brasil, Gohn (2013) faz a seguinte análise da conjuntura:

De fato, no segundo semestre de 2012, os problemas econômicos tomaram conta das manchetes: queda do PIB, endividamento excessivo da população, baixa produtividade e competitividade dos produtos brasileiros no plano internacional, dificuldade de inserção regional, etc. A escolha de um modelo baseado na exportação de *commodities* agrícolas, regulação do câmbio e das taxas de impostos afetando a dinâmica anterior do mercado financeiro, a política de recomposição do salário mínimo dos trabalhadores, das políticas sociais compensatórias de proteção e inclusão social, aliados à ativação do consumo interno das camadas populares emergentes, alçadas pela propaganda como “classes médias”, provocou uma acelerada desindustrialização e enfraqueceu o movimento sindical. Como resultado, buscaram-se novos pactos, acordos, entre o governo, trabalhadores e empresários, que possam minimizar os efeitos da crise em termos da inflação e retomada do crescimento econômico. (GOHN, 2013, p. 54).

Aliado a isso, deve-se considerar ainda a crise de proporção mundial no sistema econômico financeiro, iniciada em 2008, e que atinge fortemente a Europa e Estados Unidos.

Uma onda de manifestações populares que ganham as mídias, denunciando os altos índices de desemprego, a drástica redução de gastos sociais em muitos países, entre outros.

Vimos neste tópico a influência do uso da internet como instrumento para a atividade política das/dos jovens. A ênfase dada à internet não significa que não existam outros instrumentos, como a própria arte com o uso da música, teatro, cinema, conforme vimos em tópicos anteriores. Ressaltamos a internet por compreendermos que ela indica um elemento novo, do ponto de vista histórico da práxis política e social e que, portanto, se fazem necessárias tais considerações a seu respeito.

No tópico seguinte serão tratadas as questões cognoscitivas e teleológicas das atividades políticas, buscando evidenciar os sistemas e conjuntos de ideias que tem fundamentado a práxis política e social de organizações durante o século XX.

2.4 DIMENSÕES COGNOSCITIVAS E TELEOLÓGICAS: IDEOLOGIAS E UTOPIAS DAS PRÁXIS

Não é mais verdade que um credo oficial único seja o único guia operativo para a ação. Coexistem mais que uma ideologia, uma mistura de modos de pensar e esquemas de referência, e não apenas na sociedade em geral, mas também dentro do Partido e dentro da liderança [...] Um “marxismo-leninismo” rígido e codificado não poderia, a não ser na retórica oficial, responder às verdadeiras necessidades do regime (LEWIN, 1983 apud HOBBSAWN, 2013, p. 447).

Ao pesquisarmos quais as práxis políticas/sociais das/dos jovens, nossa análise deve considerar aquelas ações ou práticas políticas/sociais que se pretendem influir deliberadamente no conjunto da sociedade, com vistas a transformações (ou manutenção) das formas de organização e/ou distribuição de recursos. Temos desta afirmativa o objeto da ação (a sociedade) e a finalidade (intervir nas formas de organização da sociedade e distribuição dos recursos). Em outras palavras, o que definirá uma ação como práxis política/social, discriminando-a de outros tipos de práxis, será a finalidade desta ação, seu *telos*, que encontra sentido em determinada concepção de ser humano e de sociedade, em um conjunto de ideias, conhecimentos ou representações de mundo.

Quando tratamos das ações das organizações sociais na história, não podemos deixar de considerar que durante todo o século XX, alguns projetos de sociedade disputaram a hegemonia e serviram de horizonte para as práticas e ações coletivas dos sujeitos no mundo. Eric Hobsbawm, em sua obra “Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991” (2013) faz um resgate da história do século XX, apontando para a polarização ideológica que tomou conta deste século. Lançando um olhar sobre o século XX, Hobsbawm (2013) sinaliza três

grandes momentos significativos: o primeiro, que denominou Era de Catástrofe, refere-se ao período de 1914 até o final da Segunda Guerra Mundial. O segundo período foi a Era do Ouro, que foi assim chamada devido ao grande desenvolvimento econômico e social ocorrido, e estendeu-se até meados da década de 1970 e por fim a terceira parte refere-se ao tempo do desmoronamento, da decomposição, incerteza e crise. Este momento refere-se à década de 1980 e 1990 e é marcado pela simbólica queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética no ano de 1991.

A Era da Catástrofe foi marcada, além da eclosão das duas Grandes Guerras Mundiais, do colapso das até então crescentes sociedades capitalistas europeias com a quebra da bolsa de valores no ano de 1929. Tem-se a ascensão do socialismo como alternativa ao capitalismo em alguns países, chegando este a atingir cerca de um terço da população do mundo (HOBSBAWM, 2013). Neste período vê-se avançar o fascismo em alguns países europeus por meio de regimes autoritários e a formação de uma aliança entre capitalismo liberal e comunismo para enfrentá-la. Segundo o autor, a derrota de Hitler foi um feito da União Soviética que se não o fosse, o mundo provavelmente teria muitas outras variações de organização autoritária ou fascista.

Em sua Era do Ouro, tanto os países comunistas como os capitalistas passaram por um grande processo de desenvolvimento econômico que não encontrou precedentes com equivalência de tempo na história da humanidade. Esta Era, contudo, criou uma economia mundial integrada que transcendeu as fronteiras (físicas e ideológicas) dos Estados. A crise que se instala a partir de meados da década de 1970 atinge o mundo como um todo; busca-se novamente a economia de *laissez-faire* sem, contudo, dar conta dos problemas econômicos e sociais que emergiam. O contexto do desemprego em massa, desigualdades (mais) severas nas rendas entre outras questões econômicas, políticas e até mesmo morais foram levando ao fim da União Soviética e ao fim de uma era, e começo de outra (HOBSBAWM, 2013).

Partindo desta síntese histórica podemos observar que algumas ideias, programas, formas de organização social e política se difundiram durante este século. Observa-se, por exemplo, o capitalismo como uma forma de produção e de organização social que se alimenta de ideias do liberalismo e posteriormente em sua atualização no neoliberalismo. Quando analisamos o socialismo, vemo-lo fundamentado em um conjunto de ideias que teve como seu maior representante Karl Marx e que, mesmo que esse conjunto de ideias tenha sido produzido por inúmeros autores, convencionou-se chamá-lo de marxismo. Também o fascismo, o anarquismo e alguns fundamentalismos religiosos se apresentaram (e ainda se

apresentam) como possibilidades de organização social que buscaram se realizar em alguns lugares do mundo.

A esse conjunto de ideias a que temos nos referido daremos o nome de ideologias políticas. Compreendendo, contudo, ser ideologia um conceito controverso nas ciências sociais, cabe algumas considerações acerca do uso deste conceito antes de tratarmos do conteúdo de algumas ideologias políticas em si.

Em uma tentativa de síntese, Heywood (2010) oferece uma concepção de ideologia como “[...] um conjunto de ideias mais ou menos coerente que fornece a base para a ação política organizada, a qual pode ter a intenção de preservar, modificar ou derrubar o sistema de poder vigente” e, para tanto, estas devem oferecer uma visão de mundo, uma concepção de sociedade ideal e um caminho para a mudança política e social (HEYWOOD, 2010. p. 25).

Esta concepção tenta abarcar de maneira genérica o conjunto de ideias políticas produzidas socialmente, na busca de estabelecer traços comuns entre elas. Quando tratamos essa concepção a partir da análise histórica da humanidade, podemos inserir neste conceito alguns elementos que lhe possibilitam maior criticidade.

Conforme nos aponta Chauí (2008), a humanidade, a partir das condições que lhe são possíveis em dado momento histórico e social, instaura modos de sociabilidade e procura fixá-las por meio de instituições e de ideias ou representações de mundo. Para a autora:

Em sociedades divididas em classes (e também em castas), nas quais uma das classes explora e domina as outras, essas explicações ou essas ideias e representações serão produzidas e difundidas pela classe dominante para legitimar e assegurar seu poder econômico, social e político. Por esse motivo, essas ideias ou representações tenderão a esconder dos homens o modo real como as relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia (CHAUÍ, 2008, p. 24).

A concepção de ideologia sustentada pela autora nos indica seu caráter de mistificação da realidade e de uso de ideias e representações de mundo para legitimar e assegurar relações de dominação social. Esta concepção de ideologia, fundamentada no materialismo histórico-dialético, tem seus primeiros escritos na obra “A Ideologia Alemã”, de Karl Marx e Friedrich Engels (1998). Nesta, afirmam os autores:

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder *material* dominante numa determinada sociedade é também o poder *espiritual* dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. Os

pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob forma de ideias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as ideias de sua dominação (MARX; ENGELS, 1998, p. 48).

Temos nesta obra a concepção de que os pensamentos dominantes são expressões das relações materiais de dominação. Afirma-se, uma vez mais, a relação intrínseca entre prática e teoria e a primazia da questão material e concreta, inclusive no que se refere ao que se produz de abstrato, tal como as teorias e ideias. Nesta concepção, portanto, a ideologia é entendida como um instrumento da classe dominante para manter sua relação de dominação.

Esta concepção de ideologia defendida por Marx e Engels em sua análise da sociedade alemã de sua época, conferiu a ela uma conotação negativa ao longo da história. Conforme afirma Heywood (2010), foi com Lênin, em sua obra “Que fazer?”, que o marxismo considerou suas próprias ideias como ideologia, tratando-as como “ideologia socialista” ou “ideologia marxista”. Ideologia deixa de ser uma questão pejorativa e falseadora da realidade para ser compreendida como o conjunto sistematizado de ideias de determinada classe social (HEYWOOD, 2010).

Será com Antonio Gramsci que o marxismo tratará de maneira mais aprofundada a questão da ideologia. O marxismo, até Gramsci, compreendia que a tomada de poder pela classe operária se daria por meio da violência, de maneira a transformar radicalmente as questões econômicas e política da sociedade. Gramsci aponta para a necessidade de fazê-lo por meio do consentimento, atribuindo importância às questões culturais e ideológicas como caminhos para a revolução do proletariado (ALVES, 2010). Assim, Gramsci compreende que não se trata apenas da dominação econômica e política que sustenta o sistema de classes capitalista, mas as ideias e teorias burguesas, disseminadas na sociedade de maneira dominadora e monopolista, caracterizando assim sua concepção de hegemonia (HEYWOOD, 2010).

Para Gramsci, uma das condições da classe dominante tomar e manter o poder é a dominação cultural e sua capacidade de difundir ideias, valores, filosofias e visões de mundo como se fossem formas únicas e naturais de compreender o mundo. Assim, o autor compreende a cultura como instrumento da emancipação política das classes subalternas, que deve ocorrer para além da esfera econômica, mas também intelectual e moral (SIMIONATTO, 2009). A cultura tem papel fundamental na construção da contra-hegemonia, do consenso e da direção política e ideológica das classes subalternas.

A luta pela hegemonia nas sociedades de capitalismo avançado, contudo, não se trava, para Gramsci, apenas nas instâncias econômica e política (relações materiais de produção e poder estatal), mas também na esfera da cultura. A elevação cultural das massas assume importância decisiva neste processo, para que possam libertar-se da pressão ideológica das classes dirigentes e elevar-se à condição destas últimas (SIMIONATTO, 2009, p. 46-47).

Para tanto, Gramsci discute a necessidade de superação do senso comum. Para o autor, o senso comum é fragmentado e constituído de um sem fim de perspectivas e visões de mundo que formam um conglomerado. Ainda que não se defina como uma filosofia em si, esse senso comum opina sobre o mundo, oferece juízos de valor e garante alguma organização intelectual e moral acerca das experiências vividas (SIMIONATTO, 2009). O senso comum, portanto, atua como força ideológica e superá-lo significa proporcionar às classes subalternas (proletariado) condições para questionar criticamente o pensamento comum (em nossa sociedade, de base liberal) para a construção de um pensamento contra-hegemônico (SIMIONATTO, 2009).

Assim, a partir desta perspectiva crítica de ideologia, faremos uma breve consideração sobre aquelas ideologias que consideramos de maior impacto social, especialmente a partir do século XX, a fim de percebermos alguns elementos de seu conteúdo.

Uma significativa ideologia política foi o liberalismo. O termo liberalismo vem do latim *liber*, que quer dizer livre, se referindo à classe de homens livres, que não eram nem servos nem escravos; trata-se de uma filosofia da liberdade (HEYWOOD, 2010). O liberalismo é um programa político formulado entre o século XVIII e XIX, inicialmente na Inglaterra e Estados Unidos, depois por outros países da Europa. A concepção do liberalismo clássico defende a liberdade individual, a propriedade privada, o livre comércio com a limitada ação governamental e a paz. Não cabe ao Estado impor seus projetos, mas facilitar a execução dos projetos e desejos de seus indivíduos. Ao Estado cabe manter a ordem e garantir a propriedade (vida, liberdade e posses). Parte-se da ideia de que o livre comércio estimula o poder produtivo do homem e faz multiplicar os meios de subsistência.

Esta ideologia nasce com o propósito de transpor as barreiras entre senhores e servos, naquele tempo estabelecido pelos privilégios da hereditariedade da riqueza dos pais, para estabelecer direitos iguais de ascensão social para todos. Tem como propósito garantir o bem estar material dos homens. Uma sociedade onde os princípios liberais são aplicados é chamada de sociedade capitalista.

De acordo com Heywood (2010), existe a diferença entre liberalismo clássico e liberalismo moderno: o primeiro caracteriza-se pela postura do já citado “Estado mínimo”,

com o domínio da ação individual e na confiança na economia de mercado. O liberalismo moderno defende um Estado que deve ajudar as pessoas a se ajudarem, promovendo o desenvolvimento pessoal.

Como uma forma de desdobramento deste primeiro, de acordo com Teixeira (1996), o neoliberalismo nasce após a Segunda Guerra Mundial retomando a ideia de que o mercado é a única instituição capaz de coordenar racionalmente os problemas sociais, sejam eles econômicos ou políticos. Segundo o autor, o neoliberalismo acabou por se apresentar como uma teoria de alcance prático uma vez que se vive um processo de transnacionalização do sistema capitalista de produção e de retirada do Estado de seu poder de fazer política de maneira autônoma.

Na teoria neoliberal, afirma Teixeira (1996), o mercado desempenha um duplo papel: garante a liberdade econômica, que é parte da ideia geral de liberdade; e é instrumento para a obtenção da liberdade política. Dessa ideia a afirmação de necessidade do mercado para o processo de produção e reprodução da vida social (TEIXEIRA, 1996).

De acordo com Duriguetto (2007), o capitalismo, na passagem do século XIX para o século XX, sofreu uma transição do seu estágio concorrencial para a sua fase monopolística, acompanhada por um modelo fordista de acumulação e um regime keynesiano de regulação social. No keynesianismo, conforme aponta a autora, a regulação social é realizada pelo Estado, que intervém no crescimento da economia, assim como na incorporação de demandas sociais dos trabalhadores, através do modelo chamado Welfare State, ou Estado de Bem-Estar.

Esse modelo, no entanto, a partir da década de 1970 passa a entrar em colapso com quedas de taxa de lucro e altos índices de desemprego, resultando em uma crise estrutural do capital (DURIGUETTO, 2007). A resposta a essa crise foi a tentativa de recuperação do patamar de acumulação anterior, por meio do chamado projeto neoliberal. Nele a autora aponta para as seguintes características:

- a) modelo mais flexível de acumulação: introdução de técnicas informatizadas de gestão da força de trabalho; produção variada para atender demandas individualizadas de mercado; produção desconcentrada e terceirizada; o envolvimento do trabalhador, sobre a égide de “participação”; trabalho multiprofissional; estrutura produtiva horizontalizada;
- b) como consequência desse modelo flexível (DURIGUETTO, 2007): desregulamentação dos direitos do trabalho; aumento da fragmentação da classe

trabalhadora; precarização e terceirização da força de trabalho; mutação do sindicalismo de classe para um sindicalismo de empresa;

- c) a redução do Estado: combate a legislação trabalhista e perda dos direitos sociais garantidos no Welfare State para redução dos gastos públicos com políticas sociais; redução de seu poder de intervenção na economia.

Em um contraponto a esta ideologia política temos o marxismo. Trata-se de um pressuposto escrito inicialmente por Karl Marx e Frederich Engels, a partir da metade do século XIX na Europa Ocidental e que posteriormente foi desenvolvida por seus seguidores, dando o nome de marxismo. Conforme ressalta Netto (2006), não existe um marxismo, mas várias vertentes e alternativas para o marxismo. Trata-se de uma teoria da sociedade burguesa, um complexo de hipóteses extraídas de uma análise da organização social na sociedade capitalista (NETTO, 2006). Surgida no contexto do capitalismo crescente, o marxismo busca dar respostas aos problemas da sociedade burguesa a partir de propostas de intervenção protagonizada pela classe operária por meio de uma revolução (NETTO, 2006). De acordo com o autor:

A perspectiva revolucionária confere sustentação social ao caráter radicalmente crítico da teoria marxiana, um caráter, aliás, imprescindível a qualquer conhecimento que não se contente apenas com a contestação dos fatos – mas que tome os fatos como sinais e índices, avançando deles para os processos nos quais adquirem sentido e significação. O conteúdo crítico da obra de Marx, portanto, é uma síntese de exigências teóricas e práticas, permitindo a produção de um conhecimento vinculado explicitamente à transformação social estrutural (NETTO, 2006, p. 22).

De acordo com Outhwaite e Bottomore (1996), o marxismo tem três elementos principais: uma análise das sociedades humanas e a sua forma de produção na determinação do conjunto de sua vida social, inclusive na constituição de classes sociais a partir da divisão social do trabalho. O segundo elemento apontado pelos autores é o modo de transição de uma sociedade para outra, que considera as questões tecnológicas e o desenvolvimento das forças produtivas e por fim a análise do capitalismo moderno, marcado pelo conflito de classes entre burguesia e proletariado, que resultaria no momento de transição para uma nova forma de organização social: o socialismo (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996).

No marxismo, o ser humano é concebido como um ser prático e social, transformando a natureza e a si mesmo por meio da práxis, que tem no processo do trabalho seu momento privilegiado. É o trabalho o gerador de riqueza no mundo, e as contradições sociais e a construção de toda a sociedade se sustenta na forma como é dividido o trabalho.

Além disso, o marxismo busca compreender a totalidade da sociedade, enquanto um sistema dinâmico e contraditório.

Sua concepção de materialidade lhe possibilita admitir que o material veio antes do que o subjetivo ou ideal. Aplicado aos conceitos hegelianos de dialética enquanto movimento da realidade, retira dessa concepção o seu componente idealista para inseri-lo na materialidade (TRIVIÑOS, 1987).

A partir da ideia de dialética, observa a história concreta da humanidade e vê os antagonismos sociais presentes nas diferentes formas de organização. Do conflito entre as classes existentes a partir das relações materiais de produção se daria o próprio movimento do real, a partir do princípio dialético de uma tese a ser negada pelo seu antagônico (antítese) consequenciando em uma síntese, que conterà elementos dos outros dois momentos.

Também compõem este cenário de ideologias políticas do século XX o fascismo, definido por Outhwaite e Bottomore (1996) como um gênero de política moderna que se inspira na convicção de um renascimento nacional para a superação de determinados períodos de decadência social e cultural, tendo sua expressão ideológica no nacionalismo. Segundo os autores, o fascismo serviu de base racional para a formação de partidos políticos de ultradireita, que se opuseram ao liberalismo, socialismo e conservadorismo no período entre Guerras Mundiais.

Paxton (2007) define o fascismo como uma forma de comportamento político que parte de uma percepção decadente e humilhante de determinado país para oferecer unidade, energia e pureza a partir da limpeza étnica e da expansão externa. Para tanto, faz uso de um partido político popular de militantes nacionalistas, estabelece alianças com elites e conservadores, e utiliza-se da violência, sem restrições éticas ou legais (PAXTON, 2007). O autor afirma que não se trata de uma concepção fixa, mas de uma série de acontecimentos ocorridos ao longo do tempo, que se efetivou na Alemanha, com Hitler, e na Itália, com Mussolini, demonstrando outra importante característica: a presença de lideranças carismáticas.

Heywood (2010) define o fascismo como:

[...] uma comunidade nacional organicamente unificada, expressa na crença na “força por meio da união”. Segundo essa ideologia, o indivíduo, em sentido literal, não é nada: a identidade individual deve ser totalmente absorvida pela comunidade ou pelo grupo social. O ideal fascista é o do “novo homem”, um herói motivado pelo dever, pela honra e pela abnegação, pronto para dedicar a vida à glória de sua nação ou da raça a que pertence e para obedecer de modo incondicional a um líder supremo. (HEYWOOD, 2010, p. 205).

Ainda de acordo com esse autor, essa ideologia teve duas expressões significativas na história, com pressupostos distintos: o fascismo italiano de Mussolini, que pregava uma fidelidade absoluta a um Estado totalitário, e o alemão de Hitler, que era baseado em teorias raciais, onde o povo ariano era concebido como uma espécie de raça superior.

Por fim, cabem algumas considerações sobre o anarquismo. Nesta ideologia, um importante conceito é o princípio de liberdade. De acordo com Bakunin (apud Muller, 1999), a liberdade deve ser compreendida como direito básico do ser humano, uma manifestação racional do homem, como o domínio sobre as coisas externas, a independência em relação às exigências pretenciosas e os atos arbitrários dos homens. Mas essa liberdade não quer dizer isolamento; para Bakunin, os homens e mulheres somente serão livres quando todos os homens e mulheres o forem. A negação desta liberdade, por meio da dominação, principalmente do Estado, faz com que o Anarquismo defenda a ideia de recusa da autoridade. Esta autoridade é compreendida como *natural*, quando dos costumes, tradição, opinião pública, ou *artificial*, referindo-se ao Estado propriamente dito (MULLER, 1999).

O Anarquismo propõe a redução do domínio do Estado e do privilégio, com a abolição do governo, do poder, e de toda instituição que possua meios coercitivos. De acordo com Walter (2009), Anarquia é a ausência de governo, de autoridade instituída e de chefes permanentes num grupo humano; trata-se de um posicionamento contra o monopólio da autoridade. Para Bakunin (apud Vilain, 2011, p. 7): “Toda mentira do sistema representativo repousa sobre a ficção de que um poder e uma câmara legislativa emanados da eleição popular devem absolutamente, ou mesmo, podem representar a vontade real do povo”.

De acordo com Malatessa (2009), o anarquismo nasce da revolta moral contra as injustiças sociais, partindo do princípio de que tais injustiças tem sua origem na luta entre homens, sendo que os vencedores dominam e os derrotados são oprimidos e explorados. Desta relação nasce a propriedade privada e o Estado. Faz-se necessário, desse modo, não haver governo ou outro organismo autoritário que imponha aos demais sua própria vontade (MALATTESTA, 2009).

Para Gallo (1996), o Anarquismo vem sendo recuperado pela literatura em razão da chamada “crise de paradigmas” das ciências sociais, que ocasionam uma falta de referências sólidas para uma análise política da realidade. O autor utiliza a concepção de filosofia política do anarquismo, que deve se compreender a partir de uma atitude de negação da autoridade e afirmação da liberdade. O Anarquismo não deve, contudo, ser compreendido como doutrina política, pois desta maneira se estaria negando a própria liberdade da qual defende.

Enquanto um princípio gerador e uma atitude, o Anarquismo teria, para Gallo (1996), quatro princípios básicos de teoria e ação. Seriam eles: autonomia individual, a autogestão social, internacionalismo e ação direta.

Por autonomia individual o autor compreende que cada indivíduo é uma célula de um grupo ou associação, e este não pode ser desprezado em nome do grupo. As ações anarquistas, portanto, irão se basear em cada um destes indivíduos que compõem a sociedade, e voltada para cada um deles (GALLO, 1996). Sobre a autogestão social, o autor se refere ao posicionamento contrário as formas institucionalizadas e hierarquizadas de poder e autoridade, devendo a sociedade fazer a gestão de seus próprios frutos de maneira direta, dentro de uma perspectiva de democracia participativa, ao contrário da democracia representativa que hoje vigora na sociedade. Por internacionalismo o autor aponta para o princípio de que a construção dos Estados-nação esteve ligado à ascensão e consolidação do capitalismo. Desse modo, a emancipação dos trabalhadores somente faria sentido se fosse globalizada. Por fim, Gallo (1996) afirma a ação direta como a tática das massas de construir e gerir a revolução. Consistem basicamente em ações de despertar a consciência das massas acerca das contradições sociais, por meio, principalmente, da propaganda e da educação.

Vimos aqui as principais ideologias políticas presentes no século XX. Estas ofereceram aos indivíduos e grupos aparatos teóricos para a fundamentação da ação, colocando horizontes sociais a serem alcançados. Ocorre, contudo, que desde meados da década de 1950, e mais fortemente depois da década de 1990, no cenário intelectual e político, têm se discutido acerca da efetiva presença destes ideais como fundamento da ação. Em outras palavras, com a queda das demais ideologias e presença do (neo)liberalismo como ideologia dominante no mundo, caberia a pergunta: estaríamos vivenciando o fim das utopias? A discussão sobre o fim das utopias, estritamente relacionada às (más) experiências soviéticas do século passado, mas também de outras experiências de organização social, política e econômica que não lograram êxito, como fascismo e anarquismo, colocam em xeque o cenário de disputa político-ideológica do mundo? Ou seriam elas mesmas expressões de uma ideologia que reivindica a sua hegemonia?

Obra mundialmente conhecida sobre esse tema, “O fim da história e o último homem”, livro de Francis Fukuyama escrito no começo da década de 1990, defende a tese de que o triunfo da ideia ocidental ocorre pelo esgotamento de alternativas viáveis ao liberalismo (FUKUYAMA, 1993 apud JACOBY, 2001). Para o autor, o seu triunfo não levaria ao fim das ideologias, mas ao que o autor chama de vitória arrasadora do liberalismo. Seria o fim da história, fazendo menção aos escritos hegelianos da ideia de um fim no estágio de evolução da

sociedade, que resultaria na concretização da liberdade na terra; não podendo imaginar um mundo essencialmente diferente do atual e ao mesmo tempo melhor, estaria na democracia liberal o ápice da evolução social da humanidade (FUKUYAMA, 1993 apud JACOBY, 2001).

Para Jacoby (2001), na década de 1950 já se vivia a tônica da perda das ideologias, com escritos como o de Daniel Bell. Após a gradativa perda da força política da União Soviética, essas ideologias tiveram um reascenso a partir da década de 1960, com uma série de manifestações, especialmente do movimento estudantil europeu, que ainda reivindicavam utopias para a sociedade. O ano de 1989, contudo, simboliza novamente esse enfraquecimento das ideologias, com a queda do muro de Berlim. O que Jacoby (2001) defende, contudo, é que com a perda da radicalização da esquerda (socialismo e comunismo), o próprio liberalismo perde a sua vitalidade.

Sobre essa questão, Vázquez (2001) aponta para a impossibilidade de falarmos em um fim da utopia. Para o autor (p. 378), utopia deve ser compreendida como “todo projeto ou ideia de uma nova sociedade que, pelos valores e princípios que assume, considera-se melhor e superior à sociedade presente, na qual esses valores ou princípios são negados, limitados ou esquecidos”. Ainda para o autor:

Deve ser notado que a questão do “fim” nestes diversos campos é quase sempre apresentada de um modo geral, abstrato e particular, concreto dentro de um movimento histórico no qual não há nada absoluto que o transcenda. Essa transformação do particular, concreto e relativo em universal, abstrato e absoluto, como se sabe muito bem desde Marx, constitui um dos traços distintivos da ideologia, como consciência deformada ou ilusória da realidade (VÁZQUEZ, 2001, p. 353).

O autor remonta as ideias de utopia, diferenciando a utopia platônica, que se dá no campo do ideal sem nenhum compromisso com a sua realização no campo do real (utopias verticalizadas), com as utopias que buscam efetivar-se, a partir da denuncia da diferença entre o real e o ideal, a exploração do possível e a proposição de um novo modelo de sociedade (VÁZQUEZ, 2001).

Retomando os escritos de Marx e Engels, Vázquez (2001) ressalta a diferenciação que estes fizeram da utopia de um marxismo-comunismo de um “socialismo utópico”. Embora façam uma crítica aos “utopismo”⁹ desta forma de socialismo, o pensamento de Marx não nega a utopia, mas se constitui de outros elementos, tais como a crítica à realidade

⁹ Marx chama de “utopismo” o empenho inútil de realizar o impossível (VÁZQUEZ, 2001).

existente e concreta, o conhecimento desta realidade que se critica e se pretende transformar e sua vocação prática. Os escritos marxistas não negam um projeto de emancipação como alternativa social ao capitalismo, porém buscam retirar o seu caráter imaginativo para inserir elementos concretos, da realidade sobre a qual se quer transformar.

Vázquez (2001) observa duas principais origens para as críticas à utopia no marxismo: a crítica conservadora, que se desliga da realidade e faz a crítica em nome de um realismo político, que descarta as ideias e oculta a ideologia subjacente. Nesta forma de crítica o argumento é de que as mudanças radicais são ineficazes, pois se chocam com o muro da natureza humana, que é imutável. Uma segunda crítica tem origem liberal e aponta para os efeitos perversos da liberdade do indivíduo, sacrificada pela vontade utópica da planificação. Subtrai-se a razão e realiza-se por meio da violência. Trata-se de uma crítica baseada no “socialismo real”, onde a falta de consenso teve de apoiar-se na violência. Porém não podem ser generalizadas como próprias de toda a utopia, pois ocorreram em determinadas condições históricas e sociais. Todas elevam o concreto e particular ao nível abstrato de uma tese ou lei universal.

Vázquez (2001) reconhece o enfraquecimento da utopia, em relação às crenças que se tinha em décadas passadas. Sobre essa questão estão atravessadas uma série de determinações, tais como o crescimento de ideologias de consumo e egoísmo, que encurtam a distancia entre o real e o desejável; o ceticismo pelos efeitos da utopia no socialismo real; a difusão de um relativismo moral e política que não permite se pensar outras possibilidades; a corrupção política e moral sendo entendidas como atributos da natureza humana, entre outros.

O fracasso das revoluções na Europa na década de 1920, a ascensão do fascismo ao poder e a integração ao sistema capitalista do sujeito histórico – o proletariado –, que deveria ser o seu coveiro, contribuíram – como ficou patente no pessimismo da Escola de Frankfurt – para o enfraquecimento da utopia socialista, como alternativa ao capitalismo (VÁZQUEZ, 2001, p. 369).

Mesmo com essas perspectivas, não é possível se falar em uma perda das utopias. Para o autor, a perda das utopias resultaria na perda da vontade humana de dar forma a história e, portanto, sua capacidade de compreendê-la. Assim, a utopia existirá enquanto ela tiver sua origem na discordância da realidade concreta e na crítica e inspiração para uma vida melhor. O fim da utopia só pode ocorrer, afirma o autor, em uma relação ilusória com o real. Nesse caso, se trata também uma ideologia que justifica o presente e desclassifica a mudança. Nas palavras de Hobsbawm (2013, p. 16), “[...] enquanto houver raça humana haverá história”.

3 A CARACTERIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DAS/DOS JOVENS DE IRATI-PR

Vimos nos capítulos anteriores sobre a emergência da temática da juventude nas políticas públicas e sobre a participação das/dos jovens no meio político e social. Analisamos a categoria práxis e dela desmembramos suas práticas, suas teorias, identificadas como ideologias políticas, bem como alguns instrumentos e meios para a realização destas ações, com ênfase nas organizações sociais.

Neste capítulo discutiremos de maneira mais sistemática de que forma tem se configurado as organizações políticas de jovens do município de Irati-PR, buscando estabelecer um recorte histórico, social e geográfico que nos permita analisar suas práticas, formas de organização, suas finalidades, entre outros. Para tanto, buscaremos elucidar alguns elementos culturais e históricos da cidade, para em seguida realizarmos uma caracterização das organizações políticas de jovens de Irati-PR. No último tópico discutiremos algumas experiências de formas de organização política protagonizadas pelas/pelos jovens de Irati-PR enquanto possibilidades do agir político neste momento histórico e social. Consideramos pertinente, contudo, iniciarmos o capítulo tecendo algumas considerações acerca da metodologia utilizada na pesquisa para a obtenção dos dados que se seguem.

3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA

Neste tópico faremos uma breve exposição dos procedimentos e instrumentos metodológicos utilizados nesta pesquisa. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de método dialético e caráter exploratório, que utilizou como procedimentos de investigação a pesquisa bibliográfica e documental e a pesquisa de campo, sendo utilizada nesta última a observação participante, a aplicação de formulário e o Círculo de Cultura. A análise dos dados se deu por meio da Análise de Conteúdo.

Sobre pesquisa qualitativa, de acordo com Richardson (1999), trata-se daquela que busca a compreensão dos significados e características dos comportamentos, em lugar da produção de medidas quantitativas. De acordo com Triviños (2010), embora seja difícil definir pesquisa qualitativa, uma vez que isso se dará de acordo com o referencial teórico da pesquisa, pode-se dizer que existem pelo menos dois traços característicos: a tendência a desreificar os fenômenos, o conhecimento e o ser humano e a rejeição da neutralidade do saber científico.

Acerca do método dialético, Richardson (1999) afirma que este se configura pelos princípios de conexão universal dos objetos e fenômenos e de seu movimento permanente de desenvolvimento. Pauta-se, basicamente, em três leis: unidade e luta dos contrários; a transformação da quantidade em qualidade e vice-versa e a negação da negação (RICHARDSON, 1999). Demo (2009) compreende a dialética como a processualidade de estruturas históricas, o movimento da realidade social. Desse modo, compreende-se que toda a realidade social é contraditória e essa condição lhe possibilita ser historicamente superada. Isso quer dizer que a própria realidade produz consigo a sua negação (unidade de contrários), que lhe será a antítese que provocará a síntese. Ao tratar da relação teoria e prática na dialética, Demo (2009) afirma a impossibilidade de separá-las, ou de estudar problemas sociais sem enfrentar problemas sociais. Contudo, conforme aponta, a prática apegue a teoria, pois não pode ultrapassar a condição histórica de uma versão dela (DEMO, 2009).

Por pesquisa bibliográfica compreende-se aquela realizada sobre material já produzido (GIL, 1987), que no caso desta pesquisa foi composto por pesquisa em livros, revistas, artigos, dissertações e teses científicas que tratam dos temas relacionados à pesquisa. Da mesma forma, na pesquisa documental, trabalha-se com documentos ainda não tratados (GIL, 1987), que nesta pesquisa caracterizou-se por atas de organizações de jovens, registros em equipamentos públicos entre outros documentos que nos auxiliaram no levantamento das organizações existentes no município.

Na pesquisa de campo utilizou-se a observação participante, os formulários e o Círculo de Cultura. Por observação participante, May (2004) afirma que o pesquisador coletará os seus dados pela sua participação ativa no mundo social, inserindo-se nas atividades diárias das pessoas a quem se pretende entender. Esse método parte da ideia de que a vida social e as relações sociais entre as pessoas estão em constante transformação, sendo necessário que o pesquisador se torne parte dessas vidas para que compreenda tais mudanças; ao se tornar parte desse ambiente do pesquisado, o pesquisador poderá se apropriar dos significados que dão sentido as ações, aos costumes e linguagens das culturas (MAY, 2004).

Para Cozby (2003) este método consiste em observar, em um determinado campo de estudo e por um período grande de tempo, o ambiente, o relacionamento pessoal, as reações das pessoas em determinados eventos, e as demais características que se apresentam naquele lugar. Este método de pesquisa é utilizado quando se quer descrever ou compreender como as pessoas vivem, trabalham e experienciam em seu ambiente, sendo necessário para isto que o pesquisador mergulhe na situação a que se deseja investigar, de modo a possibilitar um quadro completo e preciso (COZBY, 2003). Podem ser utilizadas diferentes técnicas de

coleta de dados como relatórios, que devem ser preenchidos com informações levantadas por meio da observação de pessoas ou eventos, entrevistas e análise de documentos produzidos neste ambiente, bem como das interpretações diárias do pesquisador acerca destes conteúdos (COZBY, 2003).

De acordo com Richardson (1999), na observação participante o observador não é apenas um espectador do fenômeno estudado, mas se coloca na posição das outras pessoas que compõem tal fenômeno, de modo a ter melhores condições de compreender os hábitos, atitudes, interesses e características da vida diária de um grupo ou uma comunidade. O autor enfatiza que nesse método de coleta de dados é necessário um bom relacionamento entre pesquisados e pesquisador, sendo que este deve ter o preparo técnico e emocional para que os dados não se apresentem enviesados.

A análise dos dados coletados por observação participante, de acordo com Becker (1979, apud MAY, 2004), deve passar por quatro estágios que possibilitam a categorização de tais informações. O primeiro estágio é o da “seleção e definição dos problemas conceitos e índices”, que corresponde ao momento de levantamento dos problemas e conceitos que permitirão entender a situação social. O segundo estágio seria a “frequência e distribuição dos fenômenos”, que visa identificar como os eventos são disseminados entre as categorias de pessoas daquela situação social, a probabilidade de ocorrência de tal evento e as razões de tal probabilidade. O terceiro é a “construção de modelos de sistemas sociais”, que é a inserção dos modelos individuais em um sistema mais generalizado e por fim a retirada de campo para a análise final (BECKER, 1979, apud MAY, 2004).

Nesta pesquisa, a observação participante se deu a partir da inserção do pesquisador nos espaços de participação política de jovens do município. Assim, o pesquisador participou dos processos de construção das Conferências Municipais e do Conselho Municipal de Juventude, bem como da manifestação pública ocorrida em junho de 2013. Junto àquelas organizações que consentiram em participar da observação participante, o pesquisador pode participar de algumas das ações organizadas pelas/pelos jovens, tais como reuniões e eventos da CEB e DCE, Pastoral da Juventude, Associação CORAJEM, Roda Pagu, Inspira-SUS, JUFRA, Levante Popular da Juventude, além de outras organizações de jovens do município que não possuíam caráter político e que, portanto, não entraram no quadro das organizações pesquisadas.

No que se refere aos formulários, Gil (1987) afirma que alguns autores utilizam o termo formulário para fazer a distinção entre questionário e entrevista; trata-se de uma técnica de investigação que possui um número relativamente elevado de questões, cujo interesse é o

de conhecer as crenças, opiniões, situações vividas, etc. e cuja aplicação se dá pela leitura e preenchimento dos campos pelo próprio pesquisador. O formulário utilizado nesta pesquisa segue no APÊNDICE D.

Por Círculo de Cultura entendemos serem os espaços criados pelo educador Paulo Freire, para substituir a ideia de sala de aula. Para Paulo Freire, a construção do conhecimento acontece a partir do diálogo entre as pessoas e, portanto, criar espaços onde as pessoas possam dialogar é criar espaços de ensino e aprendizagem (MARINHO, 2009).

Assim, em lugar da escola, que nos parece um conceito, entre nós, demasiado carregado de passividade, em face de nossa própria formação [...] lançamos o Círculo de Cultura. Em lugar do professor, com tradições fortemente “doadoras”, o Coordenador de Debates. Em lugar da aula discursiva, o diálogo. Em lugar do aluno, com tradições passivas, o participante de grupo. (FREIRE, 2003, apud MARINHO, 2009, p. 51).

A cultura, para o Freire, é fruto da produção humana, ou seja, ao agirmos no mundo e sobre o mundo nós produzimos cultura. Os espaços de diálogo, como é o caso do Círculo de Cultura, através da nossa linguagem e do processo de falar e refletir sobre nossas ações, possibilitam a interpretação e a consciência daquilo que fazemos no mundo, a construção do sentido para as nossas práticas. Ao questionarmos as nossas práticas, o mundo, potencializamos as nossas ações e temos melhores condições de decidir sobre nossas escolhas, de provocar as transformações no mundo e de nos posicionarmos diante dele. Desse modo, o Círculo de Cultura apresentou-se como uma proposta de espaço onde as organizações de jovens puderam nomear suas práxis e refletirem coletivamente sobre elas.

A linguagem-pensamento se traduz pela palavra (fenômeno especificamente humano) nas suas dimensões constituintes: ação e reflexão. A possibilidade de pronunciar o mundo, na dialética ação-reflexão mediada pela linguagem-pensamento faz parte do processo de constituição do sujeito. Por isso Freire deu tanta ênfase ao diálogo (como palavra que não pode ser privilégio de poucos) e ao movimento que a constitui (ação e reflexão) que ao objetivar-se em diálogo comprometido dos sujeitos, nomeia e reflete sua práxis (LOUREIRO; FRANCO, 2012, p. 13-14).

Em termos práticos, o Círculo de Cultura consiste em um espaço onde uma pessoa provoca questionamentos entre as pessoas participantes, a fim de garantir o que Paulo Freire chamava de “participação criadora” (BRANDÃO, 1999).

Dentre as orientações para a realização desse tipo de metodologia, ao coordenador dos debates cabe, principalmente, uma postura de reduzida intervenção, a fim de conduzir um grupo, mas não dirigi-lo, de ter o cuidado de não emitir suas opiniões pessoais (e fazê-las soar

superior) e de provocar a participação de todas as pessoas (MARINHO, 2009). O espaço de primazia do diálogo, em detrimento de um saber que se julgue superior, favorece a exteriorização da visão de mundo das pessoas participantes.

Como parte ainda da metodologia do Círculo de Cultura, o processo de codificação e decodificação apresenta-se como um momento em que, dada uma informação codificada, tal como foram os dados estatísticos acerca das organizações de jovens do município, estimula-se, por meio do diálogo, a sua decodificação: a passagem do abstrato ao concreto; a substituição da abstração pela análise crítica do concreto; do todo para depois retornar as partes (MARINHO, 2009).

Com relação aos procedimentos da pesquisa buscou-se, inicialmente por meio de pesquisa documental e bibliográfica, o conjunto de organização da sociedade civil do município. Assim, por meio de cadastros nas Secretarias municipais e instituições públicas, registros em listas telefônicas, notícias em jornais locais (busca online) e indicações de outras organizações, identificou-se um total de 116 organizações da sociedade civil. Estas organizações foram classificadas de acordo com a participação dos jovens na organização, seguindo o esquema de perguntas que segue no APÊNDICE B. A partir deste esquema, estabeleceram-se sete tipos de organizações:

- a) organização de jovens para jovens (16 organizações);
 - constituídas predominantemente por jovens,
 - possuem trabalhos voltados principalmente ao público jovem,
 - são coordenados por jovens,
- b) organização para jovens (6 organizações);
 - constituídas predominantemente por jovens,
 - possuem trabalhos voltados principalmente ao público jovem,
 - não são coordenados por jovens,
- c) organização de jovens (4 organizações);
 - constituídas predominantemente por jovens,
 - o foco de seu trabalho não é o público jovem,
- d) organização com jovens com trabalho para jovens (28 organizações);
 - não é exclusiva de jovens, mas é também constituída por eles,
 - possuem trabalhos direcionados ao público jovem,
- e) organização com jovens (46 organizações);
 - não é exclusiva de jovens, mas é também constituída por eles,

- não possuem trabalhos direcionados ao público jovem,
- f) organização sem jovens para jovens (6 organizações);
 - não é constituída por jovens,
 - possui trabalhos direcionados ao público jovem,
- g) organização sem jovens e sem trabalho para jovens (10 organizações).
 - não é constituída por jovens,
 - não possui trabalhos direcionados ao público jovem,

A partir dessa classificação, a pesquisa ocorreu com os três primeiros tipos de organização: *de jovens para jovens*; *para jovens* e *de jovens*. Estas corresponderam a 26 organizações, dentre as quais a pesquisa conseguiu aplicar o formulário para levantamento de informações acerca de suas características a 22 delas¹⁰.

Depois de aplicado o formulário às organizações, foi realizado um novo recorte, sendo selecionadas aquelas que durante a aplicação do formulário, deliberadamente declaravam-se com atuação política, entendidas como: 1) aquelas organizações que afirmaram a participação nos espaços de tomada de decisão junto ao Poder Público, em seus mais diversos espaços, instituições e equipamentos de atuação e/ou 2) aquelas que declararam realizar espaços de debate e formações políticas e/ou 3) aquelas que tinham por finalidade realizar transformações estruturais no conjunto da sociedade. Foram identificadas 15 organizações de jovens com esse recorte, sendo que estas foram convidadas a participar de um Círculo de Cultura sobre a participação política da juventude no município.

Realizado no dia 14 de junho de 2014, o Círculo de Cultura foi um espaço de debate entre representantes de organizações de jovens de Irati sobre as formas de participação política dos jovens no município. Realizou-se na manhã de sábado, tendo duração de aproximadamente 3h 30min e contando a participação de 10 pessoas, representando 5 organizações. Neste espaço, foi apresentada uma sistematização parcial dos dados coletados das organizações de jovens no município por meio do formulário, e discutido coletivamente os modos como as/os jovens tem participado politicamente. O Círculo de Cultura foi filmado e posteriormente transcrito para análise. Infelizmente, uma semana antes da data marcada para a realização do Círculo de Cultura o município de Irati sofreu uma grande enchente que paralisou a maior parte dos serviços públicos. As aulas escolares e da universidade foram

¹⁰ Das organizações não participantes, a Associação de Cultura Regional de Irati – ACRI; Grêmio Nossa Senhora de Fátima e Grêmio Padre Baltazar não foi conseguido estabelecer contato com seus representantes. Já a Força Jovem, da Igreja Universal, tentou-se por 3 ocasiões aplicar o formulário sendo que nas duas primeiras não foi possível pois havia a necessidade da autorização do pastor e na terceira a coordenação estava envolvida em uma atividade da organização no momento marcado para a aplicação do formulário.

canceladas durante a semana, o que prejudicou a mobilização para a participação no Círculo de Cultura.

Participaram do Círculo de Cultura as seguintes organizações Inspira-SUS, Associação CORAJEM, Roda Pagu, JPT e PJ, conforme quadro a seguir. Para maiores informações sobre as organizações participantes, consultar APÊNDICE F.

QUADRO 1 - ORGANIZAÇÕES DE JOVENS PARTICIPANTES DO CÍRCULO DE CULTURA JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE IRATI-PR.

Nome	Abreviação utilizada na pesquisa	Ano de criação	Nº. de jovens na organização	Área de atuação
Coletivo Inspira-SUS	Inspira-SUS	2013	20	Saúde Pública; Educação.
Comissão Organizadora da Adolescência e Juventude Ecumênica Missionária – Associação CORAJEM	CORAJEM	2004	15	Educação Popular; Juventude; Economia Solidária.
Grupo Roda de Conversa Pagu	Pagu	2013	10	Feminismo; Gênero.
Juventude do Partido dos Trabalhadores	JPT	2010	6	Política Partidária; Juventude.
Pastoral da Juventude	PJ	1988	80	Juventude; Religião; Política.

Fonte: O autor.

A análise dos dados ocorreu por meio da análise de conteúdo que, segundo Bardin (1994), consiste em um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que por meio da descrição do conteúdo de tais mensagens, permitem a realização de inferências acerca das condições de produção de tais mensagens. Os dados coletados a partir do formulário aplicado às organizações de jovens e dos debates no Círculo de Cultura foram sistematizados e organizados em nove categorias de análise: origens, práticas, condições materiais, público destinatário, relações externas, relações internas, arranjos organizacionais, concepções de mundo e finalidade. Tais categorias possibilitaram estabelecer uma caracterização das organizações políticas de jovens de Irati-PR.

QUADRO 2 – SISTEMATIZAÇÃO DAS ETAPAS DE COLETA DE DADOS DA PESQUISA.

Etapas da pesquisa	Recorte	Procedimento	Total
Levantamento das organizações da sociedade civil	Organizações da sociedade civil de Irati	Levantamento junto às instituições públicas (Secretaria de Cultura, Secretaria de Bem-estar Social, Secretaria de Esportes, Casa dos Conselhos, Fórum eleitoral), bem como por notícias veiculadas em um jornal local (por meio de busca online), busca em lista telefônica e por indicações de outras organizações.	116 orgs.
Aplicação do formulário	Organizações da sociedade civil de Irati compostas predominantemente por jovens	- Contato com organizações da sociedade civil, pessoalmente ou via telefone, aplicando o esquema de perguntas para a classificação das organizações; - As organizações que se constituíam predominantemente por jovens foram convidadas a participar da pesquisa, sendo apresentados os seus objetivos, termo de consentimento e marcado dia para preenchimento do formulário.	26 orgs. levantadas 22 orgs. entrevistadas
Observação participante	Organizações políticas de jovens de Irati	- Convite às organizações para participação na pesquisa. Solicitação de participação do pesquisador em seus espaços de reunião e eventos; - Participação do pesquisador em espaços públicos de atividade política das/dos jovens, tais como conferências, conselhos de juventude e manifestações.	07 orgs. conferência, conselho e manifestação.
Círculo de Cultura	Organizações da sociedade civil de Irati compostas predominantemente por jovens que tenham participação política	- A partir dos dados levantados no formulário e das observações feitas pelo pesquisador no campo, foram identificadas as organizações com participação política a partir destes critérios: ✓ Organizações que participem de espaços de tomada de decisão junto ao Poder Público, em seus mais diversos espaços, instituições e equipamentos de atuação; ✓ Organizações cujo objetivo seja da educação política; ✓ Organizações que assinalaram no formulário buscar transformações estruturais na sociedade por meio da superação do capitalismo; - Foi entregue uma Carta Convite, contendo os dados da pesquisa sistematizados e não analisados, os termos de consentimento e explicação da proposta de trabalho.	15 orgs. convidadas, 05 participantes

Fonte: O autor.

3.2 O CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE IRATI-PR

Este recorte de chão, desenhado pela ação dos homens e mulheres na história e pelas relações que se construíram no tempo, outrora se confundiu com um só território, e antes ainda, com o mar. A descoberta de fósseis marinhos na região comprova que há milhões de anos essas terras eram cobertas pelo oceano (FARAH; GUILL; PHILIPPI, 2008). O massacre material e cultural da colonização portuguesa não deixou possibilidade de conhecermos a fundo como a população indígena, nativa da região, relacionava-se com essa porção de terra que hoje chamamos Irati. Os registros do “homem branco” nos dizem que esse mesmo território já foi parte de pelo menos outros cinco municípios: Paranaguá, a partir de 1648, com a Carta régia; Curitiba, a partir de 1693; Castro, a partir de 1788; Ponta Grossa, a partir de 1855; Imbituva, a partir de 1871 para então denominar-se Irati, a partir de 1907 (FARAH; GUILL; PHILLIP, 2008).

Que histórias esconde esse território? Se nele foi derramado sangue, ou se nele proclamou-se um dono. Quando essas terras, bens naturais que nada tinham com a forma com que a humanidade se organiza, passaram a ser propriedade? Quando a cerca designou o privado? Quando fez do bem natural um bem de raiz? Se acaso havia quem nessa terra habitasse, foi-se embora, com qualquer registro de sua permanência.

Compreender a complexidade que é a formação cultural, étnica, econômica e política de um município, considerando toda a sua diversidade, seria uma tarefa que por si só renderia uma pesquisa das mais relevantes. Não é intuito deste tópico o levantamento pormenorizado dos dados acerca do município. Propõe-se apenas, e já de grande valia para a análise dos dados levantados, lançar um olhar sobre a cidade, buscando observar dela elementos que possam nos auxiliar na compreensão do ambiente e o momento histórico que os fenômenos pesquisados produzem e são produto. Não queremos com isso outra coisa se não assinalar a complexidade do real e assumir nossa limitação ao apreendê-lo neste breve tópico.

Considerando inicialmente sua localização geográfica, Irati situa-se distante aproximadamente 150 km da capital do Estado do Paraná, Curitiba, e aproximadamente 90 km de Ponta Grossa, cidade de médio porte de referência na região. Está localizado na região Sudeste do Estado (IBGE, 2010), situa-se no segundo planalto, o de Ponta Grossa, aos pés da Serra da Esperança, que estabelece o terceiro planalto.

Foi essa aproximação com Ponta Grossa que consolidou a formação do município. Wachowicz (1988) relata que nos séculos XVIII e XIX era intensa a circulação de pessoas e mercadorias pela chamada Estrada da Mata, ou também conhecida como Rota dos Tropeiros.

Estes circulavam de Viamão, no Rio Grande do Sul até Sorocaba, no estado de São Paulo, levando, dentre outras coisas, alimentos, notícias e especialmente carne produzida nas terras gaúchas, para subsidiar o ciclo do ouro que se fortalecia no estado de Minas Gerais. Onde hoje se localiza o município de Ponta Grossa era, naquele século, um pouso para os tropeiros, que foi agregando pessoas ao seu entorno. Nesta rota, as pousadas, que posteriormente se tornariam cidades, distanciavam-se entre 40 e 50 km uma das outras, o equivalente a um dia de viagem de um tropeiro.

A localização onde hoje se conhece Irati foi, até o início do século XX, município de Imbituva. Também Imbituva era rota das tropas, uma vez que um caminho alternativo ao Viamão-Sorocaba se fez tendo como ponto de partida a cidade de Corrientes, na Argentina. Esta rota passava por Chapecó-SC, Palmas-PR, Guarapuava-PR até encontrar Imbituva, para em seguida atingir Ponta Grossa e a rota original dos tropeiros (WACHOWICH, 1988). Embora não se possa dizer que as tropas tenham passado pela região onde hoje se encontra o município de Irati, considerando a grande extensão de terras que se denominavam Imbituva, é incontestável a influência que o tropeirismo teve no desenvolvimento daquela região.

Antes mesmo de sua emancipação, Irati já se desenvolvia como caminho ou rota de escoamento para o comércio, comunicação e transporte entre outras cidades. Também nesse sentido, no ano de 1899, atravessou nessas terras a estrada de ferro da Empresa Ferroviária São Paulo-Rio Grande (ORREDA, 1981). Esta estrada deveria sair de Itararé-SP e seguir até o Uruguai, passando neste percurso por Ponta Grossa, que recém havia recebido a estrada vinda do Porto de Paranaguá, seguindo em direção a União da Vitória, sentido Rio Grande do Sul. No porto, às margens do Rio Iguaçu, esperava-se alcançar o Oeste do Estado, especialmente Foz do Iguaçu, para realizar comércio. Posteriormente, entre a década de 1930 e 1940, foi construído um ramal que ligava Irati até Guarapuava e só nos anos 1990 este ramal foi atingir o Oeste, ligando-se a cidade de Cascavel (GIESBRECHT, 2013).

Sobre a influência da estação ferroviária, relata Orreda (1981):

Através dos cargueiros, único meio de transporte existente na época, chegavam os produtos agrícolas, erva mate, farinha de milho, tocinho, charque e outros. A ferrovia fez de IRATI um grande entreposto comercial, aonde moradores de longínquos lugares vinham vender e embarcar seus produtos. No retorno, esses cargueiros levavam sal, tecidos, ferramentas e mercadorias necessárias à produção e sobrevivência no sertão. A estação de IRATI se tornou centro comercial de grande expressão. (ORREDA, 1981, p. 5).

Mesmo nos tempos atuais, Irati permanece caminho para aquelas pessoas que buscam os grandes centros. Hoje as cargas que circulam necessitam atingir regiões cada vez

mais distantes, e em tempo cada vez menor. Parte do trecho da ferrovia foi desativada nos anos 1990, e os “cargueiros” de hoje são os caminhões que ocupam as rodovias que contornam a cidade e ligam os extremos do estado e país. Por Irati passa a BR-277, rodovia que corta o estado do Paraná, ligando Foz do Iguaçu a Paranaguá, além da BR-153, rodovia que liga a região Norte e Sul do Brasil.

A relação da cidade com a ferrovia e posteriormente com as rodovias contribuiu para o modelo de desenvolvimento do município, pautado no escoamento da exploração da terra, inicialmente pela indústria madeireira, com o corte de pinheiros, depois da exploração da erva-mate (IRATI, 2008). Essas terras sofreram com a exploração de seus recursos que em muito contribuíram para o enriquecimento do Estado. No entanto, não houve qualquer planejamento para que o município tivesse um desenvolvimento, sendo utilizadas as terras com o único fim de exploração.

Em termos históricos, a ocupação da região dos Campos Gerais, segundo Wachowich (1988), foi feita inicialmente por paulistas, uma vez que a ocupação do território paranaense se deu primeiramente no litoral, atingindo posteriormente a região de Curitiba, levando algum tempo para que essa população subisse ao segundo planalto. São Paulo encontrava-se em plena expansão no século XVIII, e a figura dos bandeirantes foi primordial na ocupação do território nacional. Relata o autor que as terras dos Campos Gerais inicialmente foram habitadas para simples exploração e retirada de lucro, uma vez que seus proprietários sequer moravam nelas; deixavam-nas sob responsabilidade de seus escravos de confiança. Relata ainda que foram nessas terras, pouco ocupadas e ainda de matas cerradas, que se refugiavam escravos vindos de São Paulo, Curitiba e litoral paranaense, formando alguns quilombos.

Acerca da vinda dos bandeirantes para a região, Orreda (1981) afirma que em 1839, chegaram às terras de Irati duas famílias vindas de São Paulo, estabelecendo-se no povoado de Bom Retiro (hoje distrito de Guamirim) e outra na localidade de Pirapó (comunidade rural do município). Segundo o autor, as primeiras famílias a habitarem a região onde se compreende a cidade teriam vindo dos municípios de Palmeira, Campo Largo, Lapa, Assungui e Curitiba, no ano de 1865, por ocasião da Guerra do Paraguai (ORREDA, 1981).

Sponhols (1971) chama a atenção para a falta de oportunidade de desenvolvimento intelectual dos colonos, especialmente poloneses, vindos de um país onde sofriam opressão e pouco estímulo à aprendizagem de sua língua. O próprio Estado brasileiro só pode dar condições verdadeiras de desenvolvimento educacional ao povo imigrante instalado ao meio rural na metade do século XX. No município de Irati isso ocorre a partir de propostas como o

Conselho Municipal de Desenvolvimento da Juventude Rural de Irati, desenvolvido pelo então Inspetor de Educação, Sr. José Maria Orreda.

Aponta Wachowicz (1988) que a estrutura da sociedade brasileira nos primeiros séculos era escravocrata. No caso do Paraná, as primeiras pessoas de Portugal a ocuparem este território estabeleceram-se no Litoral, inicialmente em Paranaguá, local onde se encontrou pela primeira vez uma quantidade razoável de ouro. Segundo o autor, na maior parte dos estados do Brasil, especialmente Rio de Janeiro e Minas Gerais, o número de escravos negros foi muito maior em relação ao Paraná. O povo português que aqui chegou não tinha condições de comprar os escravos africanos, sendo predominante na região, em meados do século XVII, a escravidão indígena e o trabalho de posseiros e famílias.

Na região dos Campos Gerais, contudo, nos primeiros anos, era predominante a presença dos escravos que trabalhavam com a pecuária que, como dissemos, cuidavam das terras para seus donos, que sequer a habitavam (WACHOWICZ, 1988). Havia um movimento político no país que buscava a liberdade das pessoas escravas; em 1831 surge a primeira Lei neste sentido, mas a partir de 1850, com a chamada Lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico escravo no país, houve dificuldade entre os donos de terra para a compra de escravos. Nasce assim um movimento de busca de imigrantes que, segundo o autor, tinha como pano de fundo a ocupação do território do Paraná (ainda pouco habitado no século XIX), a produção de alimentos, tendo em vista a dificuldade da compra dos escravos, além de uma preocupação da elite em não tornar a população negra, por conta dos escravos africanos (WACHOWICZ, 1988). Os dados atuais do município são resultado destas primeiras políticas carregadas de preconceito de gênero: em Irati, no ano de 2010, mais de 80% da população se declara branca, quase 17% parda e pouco mais de 1% negra (IPARDES, 2012).

Wachowicz (1988) relata que as primeiras tentativas de imigração no Paraná ocorreram em 1829, com a vinda de alemães que se estabeleceram as margens do Rio Negro, havendo em seguida algumas outras tentativas nos anos de 1859 na colônia Assungui, em 1876 com os imigrantes russos e em 1885, nas chamadas “sociedades de imigração”, de Alfredo d’Escagnolle Taunay ou Visconde de Taunay, presidente da província do Paraná na época. Do período de 1895 a 1907 houve uma paralisação das imigrações devido a Revolução Federalista que ocorria no sul do Brasil. Retoma naquele ano com as chamadas “Novas Colônias Federais”, que ocorriam nos municípios mais afastados, entre eles Irati.

De acordo com Orreda (1981), no ano de 1908 Irati recebia seus primeiros colonos, os holandeses e em seguida poloneses e ucranianos, estes últimos localizados onde hoje se tem o distrito de Itapará. Onde hoje se encontra o distrito de Gonçalves Júnior, em 1909,

vieram imigrantes alemães e os anos seguintes ucranianos e poloneses. A partir de 1913 vieram alguns italianos da região de Campo Largo ocupar as áreas onde hoje se encontram as comunidades de Rio do Couro e Mato Queimado. Relata Orreda (1981):

E apesar da evasão que se verificou após esse primeiro desbravamento colonizador, em virtude das péssimas condições de vida e sobrevivência no sertão, as endemias, a falta de mercado para seus produtos, os colonos holandeses, alemães, ucranianos, poloneses, italianos e seus descendentes, na fusão de raças com os portugueses, espanhóis e nacionais, disseminados em todas as áreas do município, tornaram-se a grande força e a motivação da economia de IRATI. (ORREDA, 1981, p.15).

De acordo com Wachowicz (1988), algumas influências podem ser percebidas a partir da imigração europeia no Paraná. Para o autor, os imigrantes deram a base para a formação de uma classe média rural e urbana; promoveram uma revolução agrícola ao introduzirem novos instrumentos e alimentos; produziram avanços no ciclo rodoviário, com a construção de carroças (carroção eslavo e carroça polaca) que substituíram os carros de boi e os muares, que eram mais lentos; permitiram a subsistência das cidades com sua produção e tornaram a população paranaense predominantemente branca. Além destas, considera ainda a mudança da perspectiva sobre o trabalho manual, fortemente a agricultura, mas também os trabalhos de marcenaria, carpintaria, entre outros. O autor afirma que o trabalho na terra, na cultura indígena, era obrigação das mulheres, e que gerava certo constrangimento aos índios escravizados, que preferiam por vezes perder a vida a ter que se submeter a esse trabalho. Também os donos de terra, elite econômica, não iam eles mesmos realizar os trabalhos manuais, restringindo dessa forma o trabalho às pessoas de pouca ou nenhuma propriedade. Dessa forma, o trabalho manual tinha baixo status social, condição que foi se alterando a partir da entrada de imigrantes com diferentes perspectivas culturais.

Uma das mais significativas influências europeias na cultura local se deu por conta da religiosidade. É incontestável a participação da igreja Católica no processo de colonização do Brasil e não diferente do Estado do Paraná. O papel dos jesuítas na formação das primeiras povoações (ou ainda, das chamadas reduções, locais de aglomeração e catequização dos índios, ainda sob comando dos espanhóis), marca a religiosidade como um instrumento histórico através do qual se operam as vontades - se não as divinas, as dos homens.

Viu-se nascer, desse modo, juntos as povoações do Paraná, suas igrejas, inicialmente Católicas (herança colonial), mas também outras religiões que adentraram ao longo do tempo nestas terras. Localidades com nomes de santos e santas vão indicando o quão processual e

difícil foi - e talvez ainda o seja - a separação entre religião e Estado e isso, por certo, trouxe implicações no modo como o próprio Estado atuava – e atua.

O forte cristianismo presente na região tem suas raízes na Europa e a imigração, especialmente polonesa, contribuiu para a sua consolidação nestas terras. De acordo com Sponhols (1971), para o povo polonês, os espaços de socialização disponíveis em seu país de origem eram a comuna e a paróquia. Diz o documento Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa:

Vivendo pois numa comunidade semi-feudal, possuía oportunidades de pertencer a poucas instituições sociais. A comuna e a paróquia era o seu mundo. Sua participação na primeira era muito limitada. Medidas restritivas do governo faziam com que a sua participação na administração comunal fosse a de expectador passivo, sobretudo na parte russa, onde seus direitos comunais eram mais limitados. A única instituição com a qual estava mais familiarizado, e de cuja vida participava, era portanto a paróquia. Ali êle atuava, era solicitado pelo pároco, ocupava cargos na administração, fazia parte de associações religiosas. Ali ele era gente, era alguém (ANAIS DA COMUNIDADE BRASILEIRO-POLONESA apud SPONHOLS, 1971, p. 37-38).

A religiosidade se materializa no município por meio de instituições como as igrejas, os colégios administrados por religiosos (Colégio São Vicente, Colégio Nossa Senhora das Graças), Hospital de Caridade São Vicente de Paulo, o Seminário Santa Maria, monumentos tais como a imagem de Nossa Senhora das Graças, o “Monumento à Bíblia” numa praça central da cidade, e outros tantos resquícios da hegemonia cristã que certamente tem seus reflexos nos processos de subjetivação de sua população.

O município de Irati-PR, portanto, é marcado ao longo de seu desenvolvimento pela questão do tropeirismo da região, da exploração das riquezas naturais de seu território, pela construção da ferrovia e consequente escoamento da produção, pela forte influência do movimento imigratório europeu, especialmente no que se refere à cultura e a religiosidade.

Atualmente, de acordo com o plano diretor em vigência no município (IRATI, 2008), economicamente Irati se caracteriza como fornecedora de insumos básicos de baixo valor agregado, o que faz com que sua economia se caracterize por ciclos de monoculturas (madeira, batata, cebola, fumo). De acordo com dados do IPARDES (2012), o território de Irati concentra boa parte de sua economia e a ocupação de seu povo em atividades agrícolas. A maior parte de sua área está ocupada com lavouras temporárias, e as produções que geram valores mais altos são feijão, soja, fumo e milho. O município tem uma receita aproximada de 90 milhões, sendo desta quase 62 milhões de transferências correntes (da União, Estado e outras), quase 7 milhões de contribuições e 12 milhões de impostos e taxas.

Sua economia mantém íntima relação com seu território. Atualmente pouco mais de 70% de seu território é ocupado por atividades agrícolas (agricultura e pecuária) e menos de 5% de sua área corresponde ao perímetro urbano. As demais áreas são de preservação ou de dificuldade de ocupação por conta do relevo (IRATI, 2008).

Com relação a sua população, o município de Irati-PR conta, de acordo com dados do IPARDES (2012), com uma população total de pouco mais de 56 mil habitantes, sendo destes aproximadamente 14 mil com idade entre 15 e 29 anos. Isso quer dizer que a população jovem do município segue a mesma proporção nacional, com quase um quarto da população jovem. Trata-se de uma parcela considerável da população, demandante de ações e políticas específicas que lhes assegure um desenvolvimento e inserção social plena.

Com relação às políticas públicas para a juventude, as ações do município de Irati direcionadas aos jovens estiveram prioritariamente vinculadas a Secretaria Municipal de Bem-Estar Social, e numa espécie de ajuste ou readequação de projetos e programas existentes para a infância e adolescência, que atendem ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Poderíamos destacar ainda ações realizadas pela Secretaria da Educação e Secretaria de Saúde e Núcleo Regional de Saúde, no que se refere, especialmente, a programas de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis e drogas junto às escolas do município.

Na Secretaria de Bem-Estar Social desenvolvem-se projetos como “Vivendo nos Bairros”¹¹ e “Jovem Aprendiz”¹², sendo que o primeiro ocorre por meio de oficinas de música, dança, teatro, entre outros, nos bairros da cidade, e o segundo refere-se a uma parceria setor público e privado, para a contratação de adolescentes e jovens em forma de estágio nas empresas do município. Ambos são projetos criados pela própria Secretaria de Bem-Estar Social. Outras ações no município também ocorrem em parceria com segmentos organizados da sociedade civil. São elas o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e a Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Criança e o Adolescente.

Além destas, algumas ações são deliberadas a nível Federal e pactuadas pelos municípios, como é o caso dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e o

¹¹ Hoje passou de projeto para programa do município. O Vivendo nos Bairros nasceu no ano de 2005 e se pretendia um projeto que “tirasse as crianças e adolescentes da ociosidade, fazendo prevenção das drogas, gravidez na adolescência, melhoria no relacionamento entre pais e filhos e prevenção da violência, através do teatro, música e esportes”. Disponível em: <<http://vivendonosbairros.blogspot.com.br>>. Acesso em 15 de outubro de 2013.

¹² O projeto Jovem Aprendiz é direcionado para adolescentes e jovens com idade entre 14 e 24 anos. Consiste em uma parceria entre a Prefeitura Municipal e as empresas da cidade, onde adolescentes e jovens são encaminhados para realizarem estágio em empresas do município.

Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), que realizam eventuais atividades com o público infanto-juvenil, tais como grupos de convivência de adolescentes e atendimento a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual ou violência.

Em suma, o que se observa é que o município, assim como o estado, prevê ações para o campo da Criança e do Adolescente, em virtude de um maior tempo de consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído no ano de 1990, bem como das diretrizes da Assistência Social, mas não se têm consolidadas ainda ações específicas para o campo da juventude. Assim, a maior parte dos programas e projetos iniciaram ou se modificaram entre os anos de 2004 e 2005, a fim de se alinharem a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que institui o Sistema Único de Assistência Social no Brasil (SUAS), bem como a Norma Operacional Básica do SUAS em 2005.

Nesse contexto, quando analisado sob o prisma da juventude, o ECA, tanto a nível Federal como Municipal, por um lado contribuiu iniciando um debate na sociedade sobre a necessidade de políticas específicas a esses grupos sociais. Por outro, como afirma Dayrell e Carrano (2003), limitaram as ações públicas, excluindo, de certa maneira, um grupo que deixava de ser atendido pelo Estatuto (que previa ações até os 18 anos), mas que ainda não possuía estabilidade e um conforto econômico e pessoal.

Observa-se também a falta de dados relacionados a esse grupo social nos diferentes equipamentos governamentais. A dificuldade de sistematizar as ações com foco na juventude e manter um controle estatístico sobre elas é uma realidade de muitos municípios, que dificulta a visualização acerca de quem são as/os jovens do município, o que fazem e quais as suas principais demandas sociais. Isso se reflete na falta de ações efetivas do município, de políticas e ações próprias e adequadas a realidade local. Nesse sentido, as organizações de jovens se apresentam como uma possibilidade de participação política das juventudes que busca superar a distância entre a realidade e as ações do Estado direcionadas à juventude, além de possibilitarem a garantia de direitos políticos da juventude para além da democracia eleitoral e representativa.

Buscamos neste tópico elucidar elementos do cenário onde atuam as organizações de jovens de nossa pesquisa, considerando questões referentes à sua história, mas também a forma com que as políticas públicas se efetivam no município, com ações direta ou indiretamente direcionadas ao público jovem. No tópico a seguir, faremos uma caracterização das organizações políticas de jovens de Irati-PR, buscando evidenciar elementos de suas práticas políticas e sociais.

3.3 AS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS DE IRATI-PR

Neste tópico buscaremos descrever algumas características das organizações políticas de jovens a partir da identificação de suas práticas, a maneira como as realizam, seus objetivos e concepções de mundo. Esta análise se dará exclusivamente em relação às 15 organizações de jovens da sociedade civil de Irati-PR que foram classificadas como de atuação política, conforme descrito no tópico 3.1, Considerações sobre a metodologia, neste capítulo.

De antemão, apresentaremos um quadro com o nome completo das organizações participantes desta pesquisa, bem como o nome abreviado, que utilizaremos ao longo do texto.

QUADRO 3 – NOME DAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS PARTICIPANTES DA PESQUISA E SEU NOME ABREVIADO.

Nome completo da organização	Nome Abreviado
Grêmio Estudantil do Colégio Duque de Caxias	Grêmio Duque
Grêmio Estudantil Prof. José Maria Orreda (Colégio Gonçalves Júnior)	Grêmio Gonçalves Jr.
Grêmio Estudantil do Colégio João XXIII	Grêmio João XXIII
Grêmio Estudantil do Colégio Trajano Grácia	Grêmio Trajano
Grêmio Estudantil do Colégio Antônio Xavier da Silveira	Grêmio Xavier
Conselho de Entidades de Base	CEB
Coletivo Inquietude Livre	Inquietude Livre
Grupo Roda de Conversa Pagu	Pagu
Coletivo Inspira-SUS	Inspira-SUS
Associação Comissão Organizadora da Adolescência e Juventude Ecumênica Missionária	CORAJEM
Levante Popular da Juventude	LPJ
Juventude do Partido dos Trabalhadores	JPT
Juventude Socialista do Partido Democrático Trabalhista	JSPDT
Juventude Franciscana Irmão Lobo	JUFRA
Pastoral da Juventude	PJ

Fonte: O autor.

Origens

Um primeiro elemento observado foi que estas organizações de jovens não nasceram de maneira desarticulada; toda organização pesquisada teve sua origem a partir de outras instituições que lhe possibilitaram as condições concretas para a sua existência. Denominaremos **instituições-matriz** aquelas instituições que criaram o espaço

(físico/político/simbólico) capaz de agregar um número de jovens e estabelecer entre eles algum tipo de relação. As instituições-matriz são responsáveis por gerar a situação para a formação das organizações de jovens e elas indicam que tais organizações são possíveis a partir da possibilidade do encontro entre jovens, de seus espaços de socialização, de trocas simbólicas e afetivas. Evidentemente, na criação de uma organização mais de uma instituição pode estar envolvida, mas buscamos identificar aquela que se apresentou de maneira primordial. Ao todo, foram identificadas 5 instituições-matriz dentre as organizações pesquisadas, sendo elas: escola, universidade, ONGs/movimentos sociais, partido político e instituições religiosas. Assim, temos o seguinte panorama das organizações políticas de jovens e suas instituições-matriz:

QUADRO 4 – ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS E SUAS INSTITUIÇÕES-MATRIZ.

Organizações políticas de jovens pesquisadas	Instituição-matriz
Grêmio Estudantil do Colégio Duque de Caxias	Escola
Grêmio Estudantil Prof. José Maria Orreda (Colégio Gonçalves Júnior)	Escola
Grêmio Estudantil do Colégio João XXIII	Escola
Grêmio Estudantil do Colégio Trajano Grácia	Escola
Grêmio Estudantil do Colégio Antônio Xavier da Silveira	Escola
Conselho de Entidades de Base	Universidade
Coletivo Inquietude Livre	Universidade
Grupo Roda de Conversa Pagu	Universidade
Coletivo Inspira-SUS	Universidade
Associação Comissão Organizadora da Adolescência e Juventude Ecumênica Missionária	ONGs / Movimentos Sociais
Levante Popular da Juventude	ONGs / Movimentos Sociais
Juventude do Partido dos Trabalhadores	Partido Político
Juventude Socialista do Partido Democrático Trabalhista	Partido Político
Juventude Franciscana Irmão Lobo	Instituição Religiosa
Pastoral da Juventude	Instituição Religiosa

Fonte: O autor.

Nota: As instituições-matriz caracterizadas como ONGs/Movimentos Sociais também podem ser denominadas de Movimentos Populares. Optamos por utilizar essa nomenclatura para evidenciar a natureza destes movimentos.

Observa-se a predominância daquelas organizações cujas instituições-matriz são vinculadas à educação (escola e universidade), somando nove. A predominância destas duas áreas, poderíamos supor, deve-se aos principais espaços de socialização disponíveis aos jovens. Somam-se duas as organizações de jovens que possuem instituição-matriz tanto religiosa, político partidária, como também ONGs/Movimentos sociais.

Algumas organizações de jovens tem sua existência condicionada à existência de sua instituição-matriz: o grêmio existe porque existe a escola, assim como a juventude partidária depende da existência de seu partido. Contudo, mesmo em uma relação de dependência, as instituições-matriz tendem a abrir espaço para diálogos e debates com estas organizações de jovens uma vez que, na maioria das vezes, é estimulada a criação destas organizações justamente para possibilitar a participação efetiva das/dos jovens na manutenção da instituição-matriz e/ou para atuar de maneira complementar no sentido de contribuir para o seu desenvolvimento.

Já outras organizações têm sua origem junto às instituições-matriz, mas adquirem independência em relação a elas, como é o caso especialmente das organizações surgidas a partir de ONGs/movimento sociais, ou algumas das organizações do meio universitário. Estas organizações não dependem de nada além de si mesmas para garantir sua própria existência e não estabelecem qualquer relação de subordinação ou dependência com sua instituição matriz ou outras organizações com as quais se relaciona. Contudo, mesmo com a autonomia das organizações de jovens, a instituição-matriz tende a deixar uma herança relacionada a um modo de agir ou de pensar sobre o mundo.

Nas instituições-matriz que tem dentre suas finalidades a disseminação de valores, ideologias, perspectivas de mundo, as organizações de jovens tendem a servir como uma forma de inserção de uma nova geração a esse sistema de valores e ideias, na busca de uma espécie de “perpetuação dos genes” que a instituição-matriz carrega. Desse modo, por vezes, pode-se observar o esforço em utilizar-se de linguagem, metodologia e abordagem que estabeleça pontos de conexão entre os valores e concepções de mundo das instituições-matriz e aquilo que se compreende ser da identidade das/dos jovens.

Observar as instituições-matriz possibilita situar as organizações de jovens enquanto identidade e demanda, oferece referências quanto ao seu nível de autonomia e nos dá indícios acerca da abrangência de suas atuações, que pode limitar-se ao espaço das instituições-matriz ou extrapolar seus limites e atuar no conjunto da sociedade.

Práticas

Foram organizados seis tipos de práticas com suas respectivas descrições e solicitado às organizações que indicassem quais destas eram práticas que a organização realizava ou tinha entre seus propósitos realizar, podendo indicar mais de uma alternativa. Estas práticas foram divididas em: assistencialistas, corporativistas, eleitorais, políticas, comunicativas e

revolucionárias. Tais tipos de práticas foram estabelecidas tomando como base os trabalhos de Nogueira (2005) e de Melucci (1997). Obtivemos os seguintes resultados:

QUADRO 5 – NÚMERO DE ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS SEGUNDO O TIPO DE PRÁTICAS REALIZADAS.

Práticas	Descrição	Orgs.
Assistencialistas	Ajudar os mais necessitados, doando-lhes recursos para atendimento de suas necessidades básicas (alimentos, roupa, etc.).	07
Corporativistas	Beneficiar um grupo específico (trabalhadores de uma área, estudantes de uma escola ou universidade, etc.) na garantia de melhores condições para estas pessoas.	08
Eleitorais	Atuar em campanhas e disputas eleitorais.	02
Políticas	Participar da gestão pública e das decisões do governo, no direcionamento de recursos e ações, e na construção de políticas públicas.	09
Comunicativas	Buscar transformações nas formas como a sociedade compreende e dá significado as experiências sociais.	13
Revolucionárias	Buscar mudanças/transformações estruturais na sociedade, nas suas formas de distribuição do poder, por meio de uma revolução e/ou superação do capitalismo.	06

Fonte: O autor.

Destaca-se nesse quadro o número de organizações que dizem ter práticas do que denominamos comunicativas. São 13 organizações que anunciaram possuir este tipo de prática, das 15 com atuação política, sendo que apenas dois grêmios estudantis afirmaram não realizar este tipo de prática. Também chama a atenção as ocorrências de práticas assistenciais, com 7 organizações afirmando possuí-las, sendo destas todos os grêmios estudantis participantes (total de 5) e duas organizações religiosas. Deste quadro temos ainda que as práticas eleitorais ficaram restritas às organizações de jovens vinculadas aos partidos políticos, não havendo outra organização que afirmasse ter práticas relacionadas às eleições. As práticas políticas tiveram a ocorrência em 09, sendo destas apenas uma organização religiosa, assim como as práticas revolucionárias, que das seis organizações que afirmaram ter esse tipo de prática, apenas uma era religiosa.

Uma leitura mais crítica dos dados nos sugere que as práticas comunicativas dizem respeito ao campo das disputas ideológicas. Tem-se em vista que toda a prática é ideológica, sendo essa ideologia mais ou menos consciente para os sujeitos que a realizam. Assim, as organizações, ao consolidarem um conjunto de valores e saberes, assumem uma posição política dentro de determinado cenário, que dialeticamente terá em si elementos de opressão e de emancipação. Além disso, a predominância de práticas relacionadas às disputas ideológicas

nos sugere também o uso crescente de estratégias e instrumentos que possibilitem a difusão de ideias e valores. Nas palavras de uma das participantes do Círculo de Cultura:

Como atingir as pessoas que não tem a mesma percepção que você sobre aquilo? Aquilo tá naturalizado. Eu acho bem difícil assim. Por isso talvez que tem essa grande aderência à mídia, né. É uma forma de a gente mostrar nossas ideias, da gente... falar que tem outra forma de pensar, tentar fazer pequenas modificações assim (RITA, INSPIRA-SUS).¹³

O uso dos recursos midiáticos acaba se tornando uma das principais estratégias das organizações de jovens, quer seja para agregar outras/outros jovens à organização, quer seja para cumprir com os objetivos a que se propõe. No gráfico a seguir, sistematizamos os principais meios de que as organizações afirmaram se utilizar em suas práticas:

GRÁFICO 2 – FORMAS DAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS REALIZAREM SUAS PRÁTICAS.



Fonte: O autor.

Observa-se no gráfico que as formas de atuação das organizações são predominantemente de difusão de informações por meio de mídias, apresentando-se em todas as organizações pesquisadas, e 12 destas apontaram a realização de palestras, cursos e formações. Estas são formas de atuação características de difusão de ideias, valores, ideologias e que vão ao encontro da perspectiva das disputas ideológicas sinalizadas nos dados do QUADRO 5. Ainda sobre o último gráfico, ressalta-se a participação em conferências e conselhos e as atividades culturais, presente em 10 organizações, 9 que realizam passeatas/marchas, 8 realizam reuniões com o poder público e promovem atividades

¹³ Os sujeitos de pesquisa serão apresentados com nomes fictícios.

relacionadas ao esporte/lazer, 7 promovem abaixo-assinados, 5 ocupações em espaços públicos/privados e 2 apoiam políticos em campanhas eleitorais.

Embora os dados indiquem que as organizações realizam essa disputa ideológica, observa-se que esta não ocorre nos espaços de campanhas e disputas eleitorais. Apenas duas organizações sinalizaram realizar suas práticas nestes espaços. Esses dados fortalecem a ideia de que as/os jovens têm buscado outras formas de participação política, diferentes dos *convencionais*, considerando a representação negativa da política eleitoral no senso comum.

Compreender as ações das organizações de jovens como predominantemente de disputas ideológicas, permite-nos reflexões acerca da importância do significado dos fenômenos sociais para o controle social de comportamentos e garantia de poderes a determinadas classes. Retomando a discussão acerca de ideologia, temos:

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros de uma sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer (CHAUÍ, 2014, p. 53).

A história da juventude na modernidade é marcada pela “desadaptação social” ou, conforme nos aponta Ianni (1968), pela percepção das contradições sociais e da conformação de seus comportamentos, que lhe provoca a rebeldia. O conjunto de ideias e valores explicativos para a sociedade – ideologia – pode funcionar como um instrumento para a conformação do jovem com sua condição social, a fim de manter a estabilidade do sistema instituído dos poderes, ou pode utilizar-se desta “desadaptação social” como força motriz para uma perspectiva de transformação dessa realidade social, no caso de uma ideologia crítica. Nesse sentido, quando reconhecemos a existência de disputas ideológicas, de valores, de significados e representações na sociedade, a formação se apresenta como um importante instrumento.

[A Associação CORAJEM] teve um trabalho imenso, com muitas atividades de mobilização, de formação, né, enfim. Já passaram muitos jovens pela Associação, nas atividades de formação, atuando dentro da Associação, como educadores [...], em torno de momentos de formação em que a gente teve em torno de cem jovens, cento e cinquenta (TINA, ASSOCIAÇÃO CORAJEM).

Acho que o papel da organização é muito dessa formação... e da ação também. Um amparo politicamente, não só se manifestando, indo pra rua e tal [...], mas de dar continuidade, dar seguimento a essa luta, na prática do dia a dia (LENA, PASTORAL DA JUVENTUDE).

Realizando uma síntese das práticas das organizações de jovens, observamos a predominância de práticas formativas e informativas, no sentido da reprodução de ideias, valores e condutas aos jovens e à sociedade como um todo. A disputa ideológica da qual tratamos neste tópico se apresenta, portanto, como o processo de produção de significados e representações sociais que as organizações fazem acerca do mundo e do cotidiano e que disputam a hegemonia, de maneira mais ou menos sutil. Será a partir do conhecimento e dos valores acumulados pelo grupo que um comportamento no mundo poderá ser entendido como machista, alienado, conservador, pecado, opressor, ou qualquer outra compreensão que o grupo possa dar.

É importante salientar, contudo, que as próprias teorias se transformam a partir da dinâmica da realidade e que as próprias organizações são espaços de disputa ideológica internamente, podendo coexistir, em uma mesma organização, mais de uma perspectiva sobre um mesmo problema. Além disso, há de se considerar que, mesmo em uma organização cuja ideologia está plenamente definida, não se pode esperar que ela se apresente pura, genuína e homogênea, mas sim atravessada por um sem-número de outras perspectivas de mundo que compõem essa amálgama do senso comum, das experiências de vida dos integrantes das organizações e das interpretações que estes fazem do conhecimento que compartilham. Assim, isto que denominamos disputa ideológica talvez seja melhor representado se o compreendermos enquanto disputas dos significados dos fenômenos sociais a partir de dois momentos interpretativos: o primeiro deles é a interpretação que a organização faz de determinado conjunto de conhecimentos científicos/filosóficos/teológicos. Em um segundo momento, é a interpretação do fenômeno social que a organização faz, a partir do resultado do primeiro momento interpretativo. Em última instância, o esforço interpretativo, a difusão e disputa sobre essas interpretações dos fenômenos sociais, revelam um esforço por atribuir sentido, significado, racionalidade, valor à realidade social, na expectativa de que isto auxilie na produção de novas práticas, sintonizadas com esta perspectiva de mundo.

Condições materiais

Com relação ao espaço físico das organizações, os dados da pesquisa nos revelam que das 15 organizações participantes da pesquisa, uma possui uma sala cedida pela escola e outra possui uma sede, cuja propriedade é da prefeitura municipal e o uso se dá por meio de comodato. As demais organizações encontram-se em salas/salões da igreja, salas de aula da

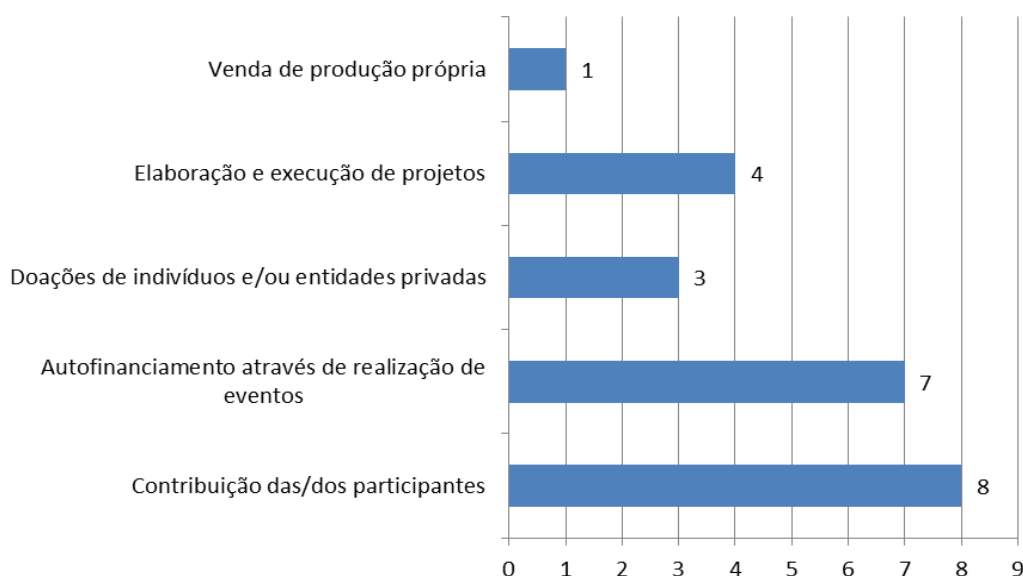
escola ou universidade, nas casas de seus participantes, variando conforme as necessidades e possibilidades.

[...] uma das lutas da Associação era de conquistar um espaço. Pronto. Aí quando a conquista acontece, parece que sossega [...] A CORAJEM hoje tem sede, e cadê os jovens da sede? (TINA, ASSOCIAÇÃO CORAJEM).

A dificuldade das organizações em ter um espaço próprio, além de conquistá-lo, é de mantê-lo, tendo em vista que a manutenção de uma sede requer uma série de gastos. E quais são as fontes de recursos das organizações?

A partir da pesquisa, conforme o gráfico abaixo, as organizações de maneira geral arrecadam fundos por meio da contribuição de participantes, sendo identificado em 8 organizações, seguido da promoção de eventos, que ocorrem em 7 organizações. A elaboração e execução de projetos ocorrem em 4 organizações, as doações ocorrem em 3 e a venda de produção própria ocorre em uma organização.

GRÁFICO 3 – FONTES DE RECURSOS FINANCEIROS DAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS.



Fonte: O autor.

Considere-se ainda que três das quinze organizações participantes da pesquisa afirmaram não movimentar recurso financeiro. Podemos inferir que mesmo estas tenham seus gastos para a realização mínima de suas atividades; desde o deslocamento das/dos jovens até um local de encontro/reunião, até a impressão de um material, entre outros. Estas despesas não contabilizadas geralmente são pagas pelos próprios participantes e, se considerássemos

essa hipótese, somariam 11 organizações com esse perfil. Insistindo ainda nessa perspectiva, poderíamos analisar que a participação das/dos jovens é, salvo raras exceções, voluntária e exige um mínimo de investimento de seus participantes, de tempo, deslocamento, entre outros, mesmo naquelas organizações que tem outras fontes de renda.

A maior parte das organizações tem seus recursos, portanto, oriundos das próprias pessoas que participam da organização. Mesmo a realização de evento para angariar recursos exige o recurso humano, o investimento prévio na compra de insumos e materiais, que geralmente ocorre por doações das/dos participantes ou de pessoas de fora, comércio, etc.

Algumas outras fontes de recursos foram apontadas, tais como a elaboração e execução de projetos e doações de indivíduos ou entidades privadas. Esta última aparece como uma possibilidade mais eficaz quando da realização de atividades pontuais, visto que as doações são voluntárias e não fixas. Já a realização de projetos exige das organizações, quando não uma formalidade (CNPJ ou conta bancária), pelo menos pessoas aptas à elaboração, execução e prestação de contas do projeto, que em sua grande maioria é tomado por instrumentos burocráticos e legais dos quais grande parte da população em geral não tem domínio.

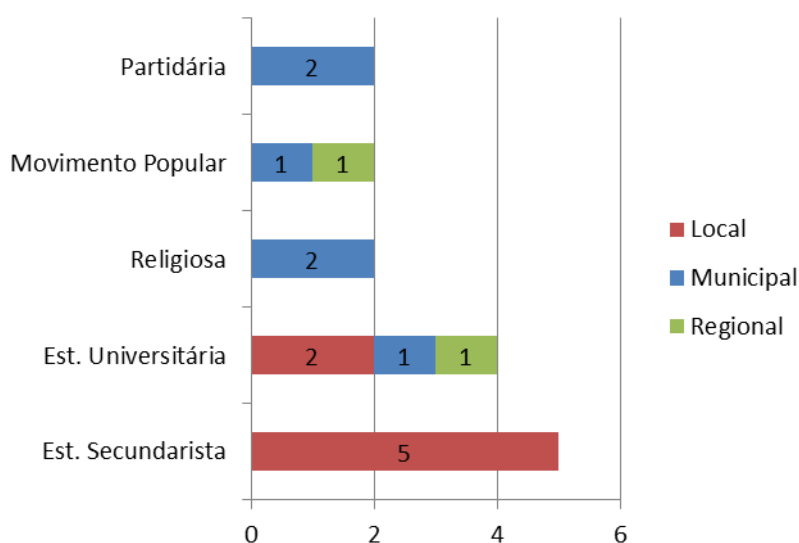
O caso da venda de produção própria, apesar de ocorrer em uma única organização, apresenta-se como uma interessante possibilidade de levantamento de recursos, do ponto de vista da garantia da autonomia das organizações. Este modo de levantamento de recurso foi encontrado em um único caso, onde algumas jovens da organização possuem conhecimento de artesanato tais como a confecção de *filtro dos sonhos*, pulseiras, entre outros, além da confecção de carteiras a partir de caixas de leite. Em outros municípios, outro grupo desta mesma organização confecciona camisetas e lenços para vender e arrecadar fundos.

O que estamos inferindo a partir destes dados é que, pela sua lógica de manutenção financeira, as organizações de jovens tem uma menor possibilidade de acúmulo de recursos materiais para a realização de suas atividades, tais como uma sede, um computador, uma impressora, ou qualquer outro recurso que necessitar. Seria necessária, para isso, uma fonte consistente e constante de recursos financeiros, que a realização de eventos, por sua esporadicidade, não permite. A contribuição das/dos participantes, fonte de recurso mais encontrada nas organizações pesquisadas, pode mostrar-se mais eficaz. Contudo, condiciona a participação das/dos jovens a condições financeiras determinadas.

Público destinatário da ação

As condições materiais das organizações certamente influenciarão a amplitude de suas ações. De acordo com os dados da pesquisa, 7 organizações possuem atuação em âmbito local (escola, universidade), 6 organizações possuem atuação prioritária no âmbito municipal, e 2 no âmbito regional (abrange também municípios próximos).

GRÁFICO 4 – ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS DE IRATI-PR DE ACORDO COM O NÍVEL DE ABRANGÊNCIA DE SUAS AÇÕES.



Fonte: O autor.

Neste ponto devem-se tomar em conta os objetivos a que as organizações se propõem, bem como as concepções que tem acerca do modo de suprir suas demandas sociais. Contudo, as organizações que possuem menor potencial de mobilização de recursos também são as que prioritariamente têm atuação mais localizada, como é o caso dos grêmios estudantis. Destacam-se nesse gráfico, portanto, as ações de nível local das organizações de jovens relacionados à educação (secundaristas e universitária), que tem pouca ou nenhuma colaboração financeira de suas instituições-matriz, no caso, escolas e universidades.

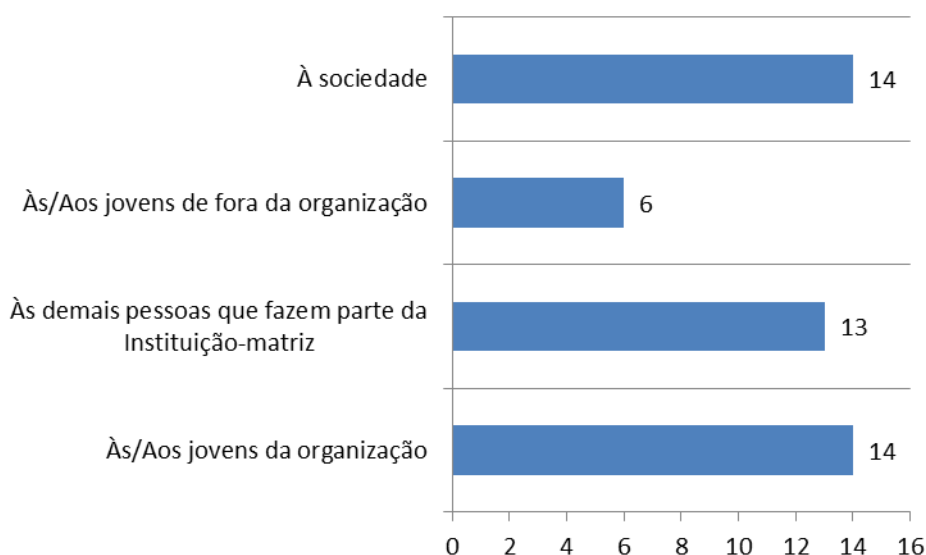
Os dados nos apontam para ações mais restritas, especialmente no que se refere às organizações secundaristas, direcionadas para seu âmbito local (escolas). Contudo, são representativas as duas organizações que tem sua origem na universidade, mas que atuam para além dela, ampliando suas ações no nível municipal e regional.

Ressalta-se que o gráfico trata do âmbito prioritário, o que não significa que a organização não possa se envolver, ainda que esporadicamente, em situações ligadas ao país

ou ao mundo. A participação em Conferências, por exemplo, são formas de agir localmente com vistas na construção nacional de políticas. No entanto, é importante salientar a limitação financeira para a realização de ações para além do campo imediato de vivência do jovem. Por exemplo, para um jovem, estudante de uma escola de seu bairro e sem uma fonte de renda, nem para si nem para sua organização, pode ter dificuldades em acessar o centro da cidade, municípios vizinhos, etc.

Quando da análise do público a que a organização pretende atingir, estabelecemos quatro níveis para o direcionamento das ações a partir dos dados coletados na pesquisa: 1) direcionado às/aos jovens que fazem parte da própria organização; 2) às demais pessoas que fazem parte da instituição-matriz da organização de jovens (igreja, escola, universidade, etc.); 3) às/aos jovens da sociedade e 4) à sociedade. Uma mesma organização pode realizar ações em mais de um destes níveis. Obtivemos a seguinte distribuição:

GRÁFICO 5 – PÚBLICO PARA O QUAL AS AÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS DE IRATI-PR SÃO DIRECIONADAS.

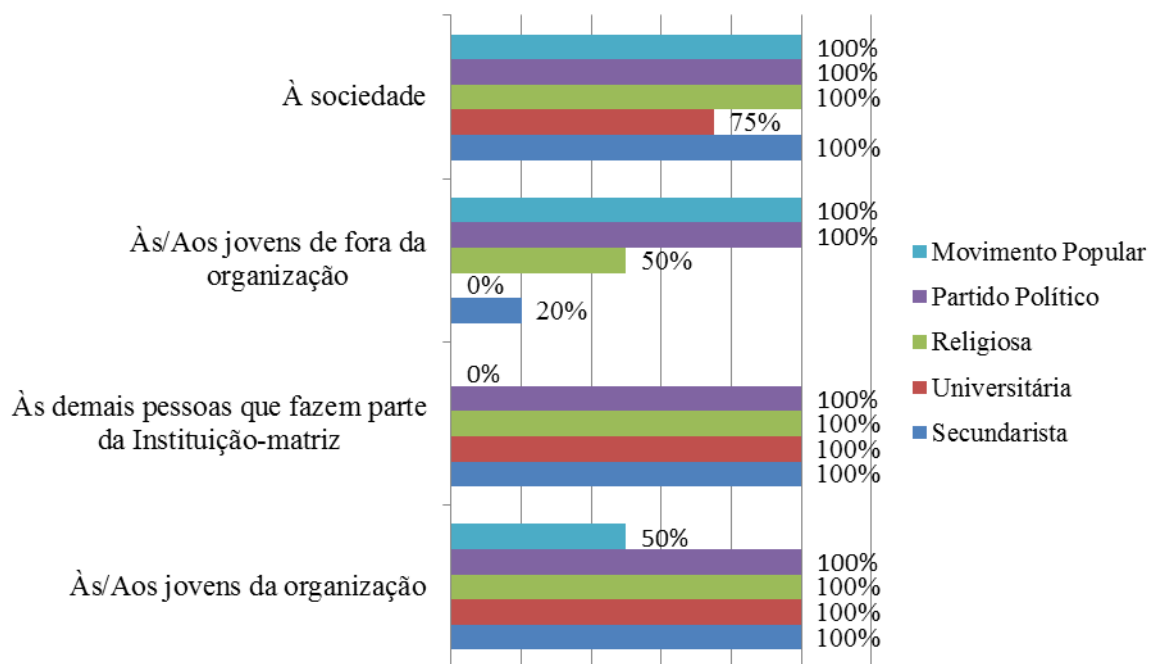


Fonte: O autor.

A partir do gráfico acima podemos observar que as ações das organizações de jovens estão prioritariamente direcionadas para os jovens que compõem a organização e ações direcionadas à sociedade, caracterizando 14 das 15 organizações participantes da pesquisa. Valor relativamente baixo está para as ações direcionadas às/aos jovens de maneira geral. Apenas 6 organizações relataram direcionar suas ações para outras e outros jovens que não aquelas e aqueles participantes de sua organização. As organizações que relataram realizar trabalhos junto às demais pessoas que fazem parte de sua instituição-matriz somaram-se 13.

Se organizarmos estes dados de acordo com as áreas de atuação das organizações pesquisadas, temos os seguintes resultados:

GRÁFICO 6 – PÚBLICO PARA O QUAL AS AÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS DE IRATI-PR SÃO DIRECIONADAS, DE ACORDO COM AS SUAS ÁREAS DE ORIGEM.



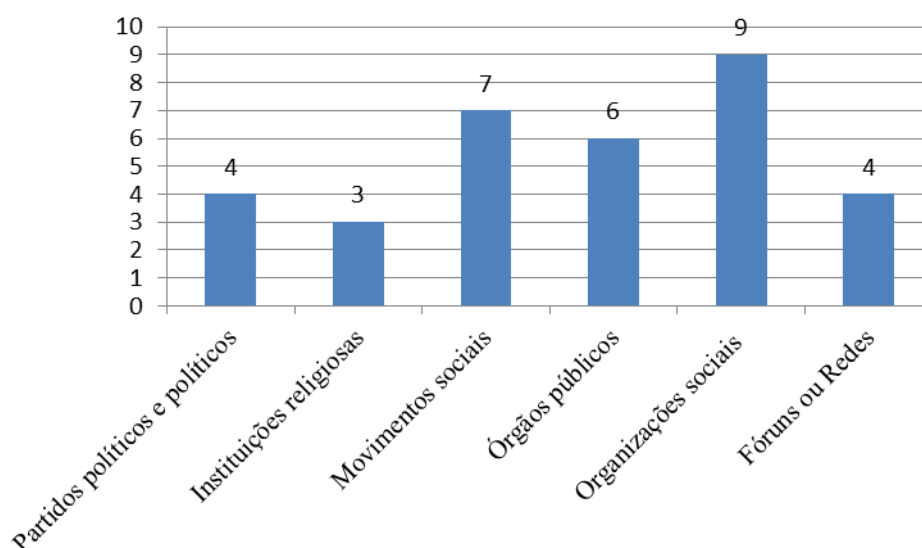
Fonte: O autor.

Acerca destes dados, vemos que as ações direcionadas às/aos jovens de fora da organização não são o foco de quase todas as organizações políticas de jovens ligadas à educação (universitárias e secundaristas). Neste quesito incluem-se ações tais como proposição de políticas públicas para a juventude, participação em espaços como conselhos e conferências de juventude, ações para garantia de direitos para a juventude, ou trabalhos mais pontuais que considerassem a especificidade da juventude. Como se vê no gráfico, o público que menos há ações direcionadas é o da juventude em geral: não há organizações do meio universitário que promovam ações específicas para a juventude e apenas uma das cinco organizações secundaristas afirmou realizar ações para a juventude. Além disso, pode-se observar que as organizações com origem nos movimentos populares não direcionam suas ações às demais pessoas que compõem suas instituições-matriz. Essa característica se justifica pela relação de independência que estas organizações estabelecem com suas instituições-matriz.

Relações externas

Além das condições materiais e concretas para a realização de suas ações, as organizações contam com articulações que podem favorecer ou não o seu trabalho. Sobre as relações externas, representadas pelas parcerias que as organizações formam, vejamos o gráfico seguinte:

GRÁFICO 7 – INSTITUIÇÕES COM AS QUAIS AS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS MANTÉM PARCERIA.



Fonte: O autor.

No gráfico em questão, observamos que as organizações e movimentos sociais, assim como os órgãos públicos, se apresentam como as maiores parceiras das organizações de jovens do município. A parceria com partidos políticos e com redes ou fóruns acontece em 4 das 15 organizações, e a parceria com instituições religiosas ocorre em 3 organizações.

As parcerias com os órgãos públicos, predominantemente estão relacionadas com o uso de estruturas e/ou com a realização de atividades em conjunto. No caso das parcerias relacionadas às organizações sociais, tais como Organizações Não Governamentais, Associações, Sindicatos, entre outras, as parcerias ocorrem em apoios políticos (quando da natureza da organização), ações conjuntas e eventuais colaborações financeiras e formativas. As parcerias com as instituições religiosas referem-se às organizações que possuem uma instituição-matriz religiosa, ou seja, grupos e organizações de jovens de determinadas igrejas, que recebem destas suporte formativo, estrutural e eventualmente financeiro (não regra, considerando haver, inclusive, queixa de algumas organizações de jovens acerca do abandono ou descaso das instituições religiosas para com suas práticas).

As parcerias junto a movimentos sociais são em sua maioria de caráter político, na realização de ações conjuntas ou apoio as ações mútuas. Nessas parcerias predominam as organizações de jovens de origem dos movimentos populares, as vinculadas a partidos políticos e a maior parte das relacionadas à universidade.

Cabe alguma ressalva acerca das suas relações enquanto redes e fóruns. Dependendo do ponto de vista com que se analisam as organizações, poderíamos afirmar que todas elas são parte de alguma rede. De acordo com Scherer-Warren (2006), a sociedade civil se organiza em diferentes níveis para a realização de suas ações, sendo o primeiro nível o associativismo local, o das associações, ONGs e demais organizações que pensam a partir do cotidiano onde estão inseridas. Essas associações locais podem se articular com outras organizações semelhantes espalhadas por determinado território, aumentando sua amplitude de atuação, formando assim conexões e estabelecendo-se em rede. A autora afirma que essas articulações podem ocorrer ainda inter-organizações, formando redes de redes, especialmente possíveis graças às tecnologias de informação de nosso tempo. Um terceiro nível de organização são as chamadas mobilizações na esfera pública, que articula e transcende as redes até então constituídas para uma ação mais ampliada, que permite maior visibilidade e pressão política (SCHERER-WARREN, 2006). A autora aponta o conceito de Rede de Movimento Social como o conjunto destas articulações em rede dos movimentos, que transcende as pautas empíricas e localizadas dos sujeitos e articulam as pautas de reivindicação em esferas maiores de ação.

Uma organização local reconhece a necessidade de se articular em outros níveis de participação e ação política e social, podemos supor, a partir do acúmulo de debate interno sobre suas pautas, pela identificação e reconhecimento de que suas demandas são partilhadas por outros grupos, ou ainda, que as causas de seus conflitos têm sua origem em esferas políticas maiores. Articular-se e/ou reconhecer-se em rede não é, pois, um processo automático, mas sim fruto de um aprofundamento e um amadurecimento dessas organizações.

Por outro lado, esse processo se apresenta em uma via dupla: as articulações em rede, as mobilizações, ou ainda, e fazendo uso do conceito de Scherer-Warren (2006), a Rede de Movimento Social, ocorridas em um nível macro, também mobilizam sujeitos e impulsionam as organizações locais a repensarem suas demandas e práticas. Tomemos como exemplo a organização de jovens feministas e de gênero Roda Pagu. Seu surgimento se dá na interseção entre a demanda local e as mobilizações em níveis internacionais. Vivia-se o eclodir de manifestações das chamadas “Marcha das Vadias”, ou “Slutwalk” que ocorreu pela primeira vez em Toronto, Canadá, no ano de 2011. As marchas reivindicavam, entre outras coisas, os

direitos da mulher e a sua liberdade, a partir de um caso de estupro ocorrido na universidade daquela cidade. No ano de 2013, o município de Irati teve um caso de estupro, também ocorrido na comunidade universitária. Houve ainda outros casos de violência contra a mulher na mesma semana no município. Esse evento foi o disparador das primeiras discussões ocorridas na universidade sobre o feminismo e as formas de violência sofridas pela mulher.

A proposta inicial era de fazer Marcha das Vadias. Mas resolveram discutir primeiro, pra não fazer uma coisa zoadada. Achamos melhor ter uma discussão antes, para saber o que fazer na rua. Pensando a realidade de Irati, que ainda teria resistência a uma Marcha das Vadias (BIA, RODA PAGU).

[...] Muita gente só queria a Marcha das Vadias, né, que era uma onda que *tava* acontecendo na época (BIA, RODA PAGU).

Estas esferas de mobilização, portanto, devem ser compreendidas como retroalimentadas: a organização local ganhou força a partir da força política que tiveram as manifestações pelo mundo. Tais manifestações, contudo, só foram replicadas tendo em vista a identificação dos sujeitos sociais locais e a correspondência das demandas macro com as suas realidades, como foi o caso de Irati. Forma-se, desse modo, o que chamaremos de **franquia de manifestação**, que consiste no uso de um determinado nome, ou *marca*, e por vezes de um *know-how*, ou uma série de modos de agir que caracterizam essa forma de manifestação.

Obviamente que tais manifestações não visam comercialização, vendas, produção ou lucro. O uso do termo “franquias” se refere ao efeito que tem no âmbito local o uso do nome/marca de reconhecimento nacional ou internacional. O uso do nome de uma manifestação ocorrida em outros lugares tem efeitos positivos no auxílio à mobilização para ações *ad hoc*, tais como as “Marcha das Vadias” e as “Mobilizações pelo Passe-Livre”, pois fortalece e dá segurança ao argumento da causa da manifestação e estabelece interessantes conexões entre as demandas em nível local e global. As *franquias de manifestação* podem se apresentar como uma estratégia de mobilização social, especialmente quando se deseja atingir a um público que ainda não possui uma cultura de participação política e social.

Pouco articuladas com seus pares, contudo, apresentam-se as organizações estudantis secundaristas, os grêmios escolares, que, embora possuam representação estadual e nacional (União Paranaense de Estudantes Secundaristas – UPES e União Brasileira de Estudantes Secundarista – UBES), não estão vinculadas a elas, ou articuladas entre si municipalmente. Algumas poucas ações isoladas foram apontadas nas entrevistas, tais como a realização de festivais musicais em que três grêmios articularam-se na execução.

Uma possibilidade de articulação local entre estas organizações se configurou no ano de 2012, quando da construção do Conselho Municipal de Juventude. Este conselho, no entanto, não se consolidou suficientemente para articular o conjunto das organizações de jovens do município. Das 15 organizações políticas que compõem esta pesquisa, quatro delas fazem parte do Conselho Municipal de Juventude e apenas uma articula-se em outro conselho que não o da Juventude¹⁴.

Relações internas

Querendo ou não aquela discussão de que a gente tá em vários espaços é isso [...], eram sempre as mesmas pessoas [...] se tinham os conselhos pra se participar [...] era muita coisa pra uma única pessoa (ELEN, JPT).

Além de você ter que trabalhar fora, porque você tem que se sustentar, quando você tá de voluntário num espaço assim, você tem que trabalhar também, né, não tá ganhando nada (ELEN, JPT).

Há organizações que reconhecem a importância do espaço do conselho e de outras instâncias e níveis de participação. Contudo, esbarram na limitação do acúmulo de responsabilidades, sejam elas de sua participação na organização, seja de sua vida pessoal.

Sobre a sobrecarga de responsabilidade das/dos jovens das organizações, podemos considerar as seguintes questões: a) haverá sobrecarga conforme for o arranjo interno da organização, ou seja, o modo com que ela distribui internamente as tarefas, informações ou, em uma palavra, o poder; b) a sobrecarga também está relacionada à amplitude de suas ações e seus objetivos, ou seja, no caso dela ser responsável por um grande número de ações, de modo que cada participante necessite responsabilizar-se por um excessivo número de tarefas; c) a pouca disponibilidade ou implicação de seus participantes para a realização das ações propostas pela organização.

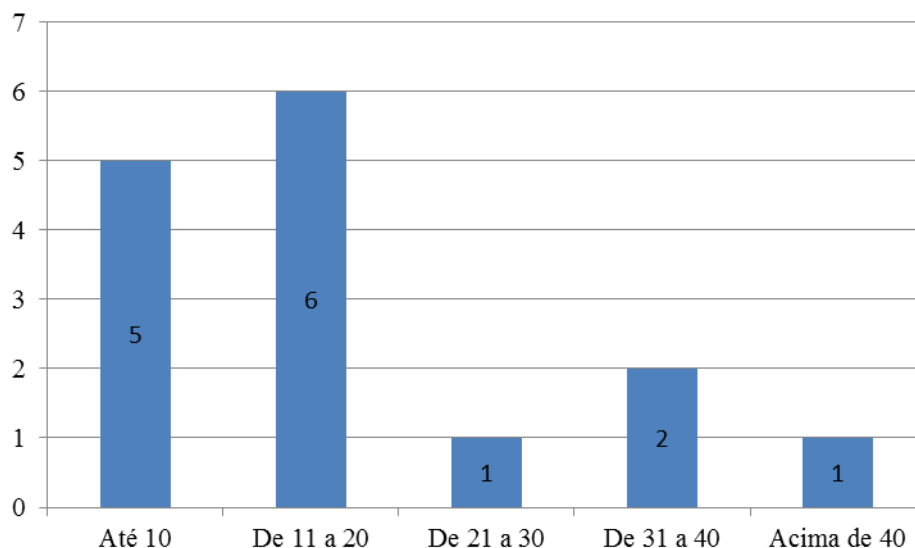
Observemos inicialmente o número de participantes das organizações. Temos que para 11 das 15 organizações que compõem a pesquisa, o número de participantes não é superior a 20 jovens. Para 5 das organizações, o número de participantes não é superior a 10. O número reduzido de participantes da maior parte das organizações pode contribuir para o acúmulo de tarefas e o comprometimento do vínculo da/do jovem com a própria organização.

[...] às vezes parece que as práticas lá em Ponta Grossa, lá em Curitiba, vêm e ecoa pra gente. Parece que eles são um grupo muito grande [...]. E daí quando a gente vai

¹⁴ O tópico seguinte (3.4 Outras experiências organizativas entre jovens) tratará de maneira mais detalhada sobre a formação do Conselho Municipal de Juventude de Irati-PR.

ver a maioria não passa de vinte pessoas. Às vezes é duas, cinco, sete pessoas que *tão* à frente ali e depende muito da forma como as coisas ecoam (BIA, RODA PAGU).

GRÁFICO 8 – ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS DE IRATI-PR SEGUNDO O NÚMERO DE PARTICIPANTES.



Fonte: O autor.

Além do número de participantes, os grupos apresentam outra característica quanto a sua participação: as/os jovens podem vincular-se a mais de uma organização, participando contínua ou esporadicamente das atividades de outras organizações. Chamaremos esse fenômeno de **multivinculação**, conforme apontam as/os jovens no Círculo de Cultura:

[...] Além do problema do tamanho dos grupos, a verdade é que muitos dos participantes, eles transitam por vários grupos. Então na verdade [risos], acho que ele é mais reduzido ainda o número de participantes, porque vocês estão em dois, três movimentos (IGOR, JPT).

Mas eu vejo que entrar num grupo leva você a entrar em outro, porque você começa a ver que vai pra além da transformação daquele fenômeno, sabe? Não sei, por exemplo, entrar no movimento estudantil me fez pensar na questão do feminismo, que é algo importante. Então isso fez com que eu fosse entrando em mais movimentos também (RITA, INSPIRA-SUS).

Queira ou não, acaba caindo sobre as mesmas pessoas. Por exemplo, eu sou da Pastoral da Juventude, mas também simpatizo com o Levante Popular da Juventude, participo dos espaços que tem. E aí acaba reduzindo... a representatividade acaba ficando só centrada, queira ou não, em algumas pessoas. (LENA, PASTORAL DA JUVENTUDE).

A multivinculação pode ocorrer tanto pelas necessidades pessoais dos sujeitos, que muitas vezes são supridas em diferentes espaços, quanto pelo reconhecimento por parte destes sujeitos da importância do fortalecimento das organizações que participam. Estando a/o

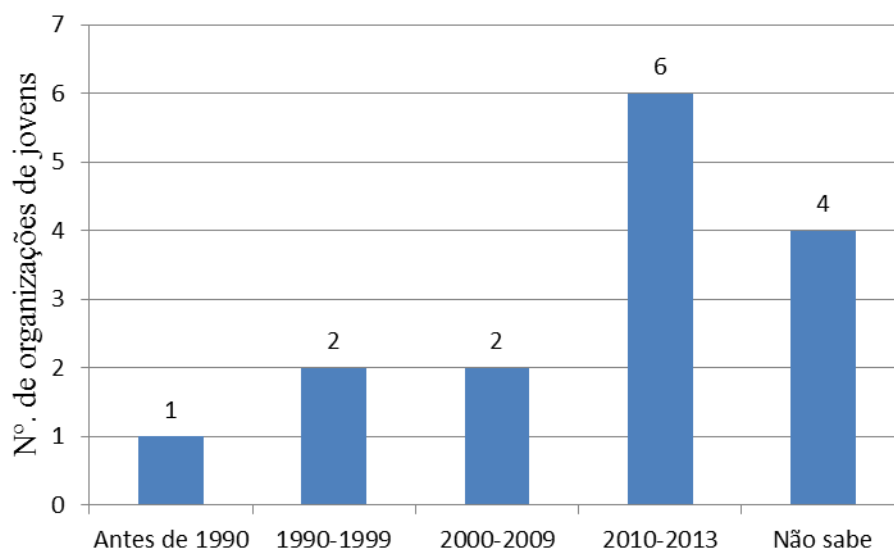
jovem em mais de um espaço, a possibilidade de sobrecarga de responsabilidades também aumenta.

Toda organização gera uma série de responsabilidades para que sua existência possa ser garantida e seus objetivos alcançados. Conforme vimos no item acerca das condições materiais, por exemplo, ter fontes de recurso mais seguras e constantes e uma estrutura mais favorável à execução das atividades, tais como uma sede, um CNPJ, uma conta bancária, geram despesas contínuas e são condições que exigem certa responsabilidade de seus membros, ou pelo menos daqueles que foram designados pelo grupo a zelarem pelo seu patrimônio (material e imaterial).

Você falou de ocupar espaço, né [sede para a organização]. Tem muito do se organizar, do se responsabilizar, o que é complicado, por essa fluidez das pessoas, né (BIA, RODA PAGU).

A rotatividade de participantes deixa o problema da *herança*: além de seus bens materiais, que muitas vezes necessitam de manutenção, a herança da organização pode vir a ser as conquistas de espaços de participação, conquista de direitos, acúmulo de conhecimentos, ou a própria história da organização. Ao analisarmos o ano de criação das organizações, por exemplo, podemos observar que uma parcela das organizações (quatro) não soube dizer com precisão o ano de sua criação. A ausência de documentos e a rotatividade de participantes são os principais motivos para a perda da história da origem da organização.

GRÁFICO 9: ANO DE CRIAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS ATUANTES EM 2013 NO MUNICÍPIO DE IRATI-PR.



Fonte: O autor.

Daquelas que souberam apontar o ano de criação da organização, observa-se que seis delas tem sua origem nos últimos três anos (2010 a 2013). Duas organizações disseram terem sido criadas na década entre 2000 e 2009, duas delas na década entre 1990 e 1999 e uma apontou sua origem para uma data anterior à década de 1990. É importante salientar que estamos tratando aqui do ano de criação anunciado pela organização. Como a maior parte delas existe de maneira informalizada, não se teve acesso a documentos que comprovassem o ano de criação anunciado.

Outra consideração que se deve fazer referente a essa questão é que muitas organizações passam por períodos de oscilação na participação de sua juventude. Assim, por exemplo, alguns grêmios escolares foram fundados há 10 anos ou mais, contudo, não significa que estiveram ativos durante todo esse período. O mesmo para o Diretório Central dos Estudantes - DCE, organização representativa dos estudantes da universidade, que no período de coleta de dados esteve inativo, ficando a representação estudantil universitária a cargo do Conselho de Entidades de Base – CEB. Dentre as mais antigas registradas encontram-se organizações de origem religiosa, e das organizações mais recentes destacam-se as organizações universitárias, sendo três delas dos últimos dois anos. Diante destes dados, chegamos a uma categoria importante na análise das organizações de jovens, que é a **transitoriedade**, *das e nas* organizações.

São poucas - ainda que costumem existir - as situações em que os jovens permanecem em uma organização por um período muito extenso. As/os jovens nas escolas têm em geral disponíveis três anos de ensino médio. As/os jovens universitárias/os quatro ou cinco. Nas igrejas, a condição de casamento, filhos, emprego, início de outras atividades, tais como o ingresso na universidade, vão conduzindo as/os jovens a outros espaços de sociabilidade, a outro conjunto de relações, a outras responsabilidades. Além disso, os anseios, as demandas e motivações que levam a participação da/do jovem na organização podem vir a se modificar nesse tempo. Pode-se dizer que, em geral, a maior parte das/dos jovens não irá se sentir jovens para sempre, e a condição de transitoriedade já está dada; resta saber se o período de permanência na condição de jovem será maior ou menor para cada um.

Acho que enquanto juventude a gente tem esse sonho [...] talvez seja a fase dos sonhos, por que... eu vejo assim, depois de um certo tempo as pessoas com mais idade, elas também enquanto juventude tiveram todos esses sonhos, essas lutas... [...] talvez enquanto juventude a gente tem isso, talvez a gente perca isso com o passar dos anos. Não sei, né, depende das nossas frustrações, as conquistas (TINA, ASSOCIAÇÃO CORAJEM).

Mesmo que haja transitoriedade, alguns bens materiais que eventualmente possam ser adquiridos pela organização exigem condições de permanência. Não raras as vezes em que vemos as instituições-matriz subsidiando as organizações em seus bens, seja a escola que guarda os livros-ata dos grêmios, seja a igreja que disponibiliza uma pessoa da instituição para acompanhar, de maneira permanente, o grupo.

Temos com isso, portanto, não apenas o elemento quantitativo (ou seja, a quantidade de jovens vinculados a uma organização), mas também qualitativo desse vínculo, que varia conforme o modo como a organização irá administrar as vontades, interesses e desejos individuais de seus membros.

Ainda sobre a qualidade do vínculo, faz-se necessário estabelecer uma distinção sobre as formas de participação verificadas nas organizações pesquisadas. Há organizações em que se permitem formas de vinculação que chamaremos aqui de *participação passiva*, enquanto que outras exigem que seus participantes assumam maiores responsabilidades e compromissos, no que chamaremos de *participação ativa*.

As formas de participação passiva são comuns nos casos de organizações para jovens, ou seja, feitas e coordenadas por adultos, onde a/o jovem pode participar e identificar-se enquanto membro sem, contudo, precisar responsabilizar-se por ela. Esse tipo de participação também pode ocorrer em organizações cujo arranjo de distribuição de poder estabeleça alguma hierarquia, e onde as lideranças assumam posturas paternalistas, autoritárias e /ou centralizadas.

Obviamente, o processo de construção desse sentimento de responsabilização ou coresponsabilização (juntamente com outras/outros jovens) irá variar conforme forem as condições materiais destas/destes jovens, as oportunidades de desenvolvimento desse sentimento que tiveram ao longo de suas vidas, o quanto a organização e a temática lhes mobilizam sentido, entre outras tantas questões envolvidas. Contudo, a forma de distribuição de poder, seus arranjos internos, vai favorecer mais ou menos uma participação ativa destes sujeitos, considerando ainda a possibilidade de uma participação ativa ser indesejada por uma ou outra organização, conforme for a abertura que esta tem para ideias e valores que se diferenciem daqueles já consolidados. A participação passiva garante a coesão interna, enquanto que a ativa dinamiza, tenciona, movimenta a organização.

Shirky (2012), ao realizar uma análise acerca da influência do uso de ferramentas de comunicação nas estruturas das organizações sociais da atualidade, aponta para o gasto necessário nas organizações para unicamente existirem. Segundo o autor, uma das principais dificuldades das organizações é de manter a concordância entre os seus membros, visto que a

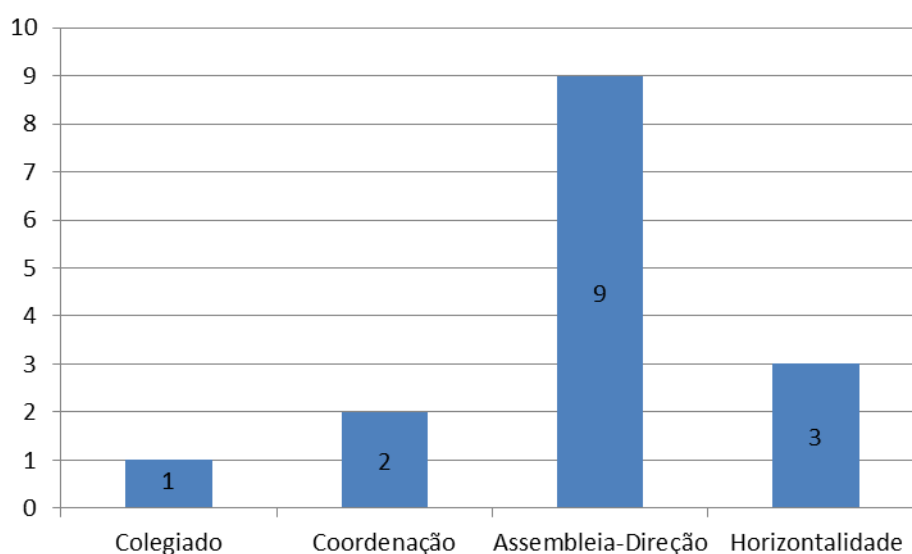
complexidade de uma organização será sempre maior do que a simples relação entre cada um individualmente. Desse modo, para compreendermos a complexidade da questão, tomemos o exemplo do autor: para que haja a concordância entre uma pessoa e outra, é necessário haver apenas uma relação de concordância (ou seja, A concordar com B. Relação A-B). No caso de três pessoas, são três relações de concordância (A-B, A-C e B-C). Um grupo de cinco pessoas, por exemplo, é preciso que ocorram 10 relações de concordância. Num grupo com 10 pessoas, são 45 relações de concordância e no caso de grupos com 20 pessoas, esse número multiplica para 190 relações de concordância.

Diante de tamanha complexidade, como dar conta da concordância, por exemplo, de um grupo de 80 participantes em uma mesma organização? Para responder a essa questão devemos nos ater aos arranjos de distribuição de poder observados, tendo em vista que o arranjo da organização pode não colocar em questão o elemento da concordância entre seus membros e pautar-se em figuras de liderança ou que valores inquestionáveis.

Arranjos organizacionais e distribuição de poder

Estabelecemos quatro estruturas de distribuição de poder com base nos arranjos encontrados nas organizações políticas de jovens de Irati, sendo eles o colegiado, a coordenação, a assembleia-direção e a horizontalidade.

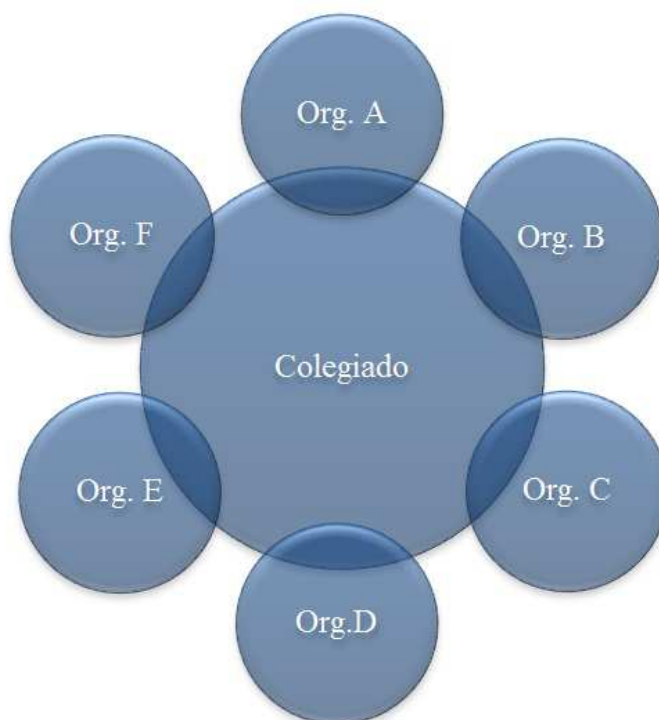
GRÁFICO 10 – ARRANJOS ORGANIZACIONAIS DAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS DE IRATI-PR.



Fonte: O autor.

Colegiado: O modo colegiado consiste em uma organização cujos participantes são oriundos de outras organizações ou representam os interesses de um conjunto de pessoas. Por esta característica, é comum observarmos este tipo de arranjo em espaços de rede e de conselhos, onde se faz necessária a tomada de decisão coletiva. As/os participantes do colegiado podem ser indicados por suas organizações ou serem seus representantes efetivos (presidentes, coordenadores). Neste tipo de arranjo, a distribuição de poder é feita de maneira igualitária, ou seja, cada pessoa que compõe um colegiado tem direito a um voto nas tomadas de decisão. Esta estrutura está presente apenas no Conselho de Entidades de Base, que é formada por representantes dos Centros Acadêmicos de cada curso da universidade. Contudo, este arranjo também pode ser observado no Conselho Municipal de Juventude. Este tipo de arranjo pode também sofrer algumas variações como, por exemplo, a eleição/indicação interna de uma pessoa para exercer algum cargo específico, de coordenação/presidência, secretaria, entre outros.

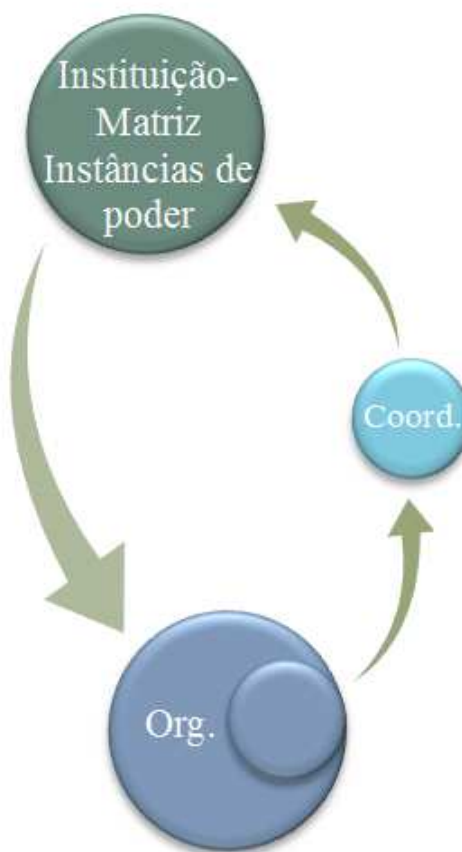
FIGURA 1 – REPRESENTAÇÃO DE ARRANJO ORGANIZACIONAL DO TIPO COLEGIADO.



Fonte: O autor.

Coordenação: O modo de organização por coordenação consiste em estabelecer uma ou mais pessoas para conduzir a organização em suas atividades, bem como representá-la frente às demais instâncias de poder na qual a organização se articula, que pode ser frente à instituição-matriz, nos espaços onde a organização se articula em rede, ou onde quer que a organização necessite de sua representação. Assim como a horizontalidade, trata-se de uma forma de organização menos formal, cujo processo de escolha das/dos coordenadoras/es pode se dar a partir do exercício cotidiano da liderança de seus membros, do reconhecimento do grupo das capacidades de determinada pessoa, ou por processos informais de escolha. Esse arranjo se apresentou em 2 das 15 organizações pesquisadas.

FIGURA 2 – REPRESENTAÇÃO DE ARRANJO ORGANIZACIONAL DO TIPO COORDENAÇÃO INTERNA.



Fonte: O autor.

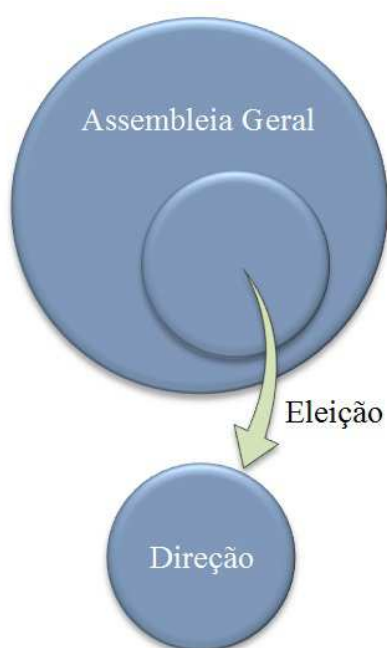
Assembleia-Direção: Este modelo organizativo consiste na escolha feita pelo conjunto de participantes de uma organização de um grupo de pessoas que irá compor a direção da organização. Esta escolha ocorre por meio de uma eleição, realizada em um evento especialmente realizado para este fim, denominado assembleia. A finalidade da direção será a

de executar as propostas aprovadas pelo conjunto da organização em suas assembleias, bem como executar aquilo que estiver disposto no estatuto da organização. Parte-se, portanto, do princípio de que o poder da organização está no conjunto de pessoas que a compõem e que em suas assembleias ou conferências são eleitas pessoas que representem o conjunto da organização, seus interesses e valores, administrem-na, e executem aquilo que é determinado pelo conjunto da organização em sua assembleia.

Este tipo de organização tem fundamentação legal no código civil brasileiro que prevê a formulação de um estatuto da organização, o estabelecimento de alguns cargos (Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Vice-Secretário, Tesoureiro, Vice-Tesoureiro, entre outros), além de algumas instâncias, como conselhos fiscalizadores. Contudo, a organização pode adaptar os cargos conforme o seu entendimento, podendo substituir o termo presidente pelo de secretária/o executiva/o, entre outras possibilidades. A estrutura e a forma de distribuição do poder, contudo, permanece a mesma.

O arranjo assembleia-direção se apresenta na maioria das organizações pesquisadas, somando 09, das 15 organizações. É preciso ressaltar que para obter CNPJ, reconhecimento em cartório, entre outras formalidades, é preciso se adaptar a esse tipo de arranjo organizacional, sendo, portanto, um modelo organizativo de caráter formal.

FIGURA 3 – REPRESENTAÇÃO DE ARRANJO ORGANIZACIONAL DO TIPO ASSEMBLEIA-DIREÇÃO.



Fonte: O autor.

Horizontalidade: As organizações que fazem a opção por estruturas horizontais buscam não estabelecer hierarquias, sendo as decisões tomadas coletivamente. Observa-se, contudo, que isso não quer dizer que não se estabeleçam relações de poder, mas que estas circulam com maior fluidez na organização, permitindo que um sujeito esteja mais empoderado diante de determinada situação, quer seja pelas informações e conhecimentos que tem sobre o assunto, quer seja pela divisão de tarefas que se estabelece na própria organização. Este poder, porém, oscila de tal maneira que qualquer pessoa pode representar a organização, desde que com o aval dos demais participantes. Nesse tipo de arranjo organizacional se tem uma ideia central, ou um conjunto de princípio que se estabelece formal ou tacitamente, sustentada e defendida pela maioria dos participantes, que garantem à organização certa coerência em suas ações.

Nas formas de organização em que se tem uma maior distribuição de poder, como é o caso do colegiado e da horizontalidade, é comum o uso das representações como práticas que garantem o funcionamento da organização. Assim, embora as definições da organização sejam feitas coletivamente e com direitos iguais de voto, a organização indica uma pessoa para que a represente em determinado espaço ou determinada atividade, podendo ser pontual ou não, de modo a comunicar e fazer valer o ponto de vista da organização. Este arranjo organizacional foi identificado em 3 organizações, todas de origem universitária.

FIGURA 4 – REPRESENTAÇÃO DE ARRANJO ORGANIZACIONAL DO TIPO HORIZONTALIDADE.



Ideias, teorias e concepções de mundo

No que se refere ao conjunto de ideias e teorias, de antemão devemos sinalizar a limitação deste processo, uma vez que a apreensão efetiva de um elemento de tamanha complexidade em uma organização exigiria procedimentos de pesquisa que nos oferecessem maior profundidade de análise, tais como estudo de caso, visto que essas concepções de mundo nem sempre estão sintetizadas para as organizações, permanecendo latentes ou diluídas nas práticas e relações que se estabelecem interna e externamente. Para este momento, contudo, nos será suficiente a análise das ideias e conhecimentos de referência anunciados pela própria organização que, se não efetivados em suas práticas e/ou relações, estabelecem ao menos um ideal que a organização se propõe a alcançar.

No quadro a seguir, vemos o panorama das suas matrizes teóricas e/ou conjunto de conhecimentos deliberadamente anunciados pelas organizações.

QUADRO 6 – ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS DE IRATI-PR DE ACORDO COM AS SUAS MATRIZES TEÓRICAS OU CONJUNTO DE IDEIAS DE REFERÊNCIA.

Organização	Referencial teórico-filosófico / Conjunto de ideias
CEB	Não possui referência sistematizada
Inquietude Livre	Princípios e estatuto da ANEL
CORAJEM	Educação Popular e metodologia crítico-freireana
Grêmio Duque	Não possui referência sistematizada
Grêmio Gonçalves Junior	Não possui referência sistematizada
Grêmio João XXIII	Não possui referência sistematizada
Grêmio Trajano	Não possui referência sistematizada
Grêmio Xavier	Não possui referência sistematizada
JPT	Carta de princípios e estatuto do PT
JSPDT	Estatuto da JSPDT
JUFRA	Escrituras de São Francisco de Assis
LPJ	Marxismo e metodologia crítico-freireana
Pagu	Não possui referência sistematizada
PJ	Teologia da Libertação; Doc. 85 da CNBB; Conferência de Pueble e Medelín; Bíblia da PJ
Inspira-SUS	Não possui referência sistematizada

Fonte: O autor.

A partir do quadro anterior, pode-se observar que 8, das 15 organizações pesquisadas, declaram não possui referencial teórico, filosófico ou conjunto de ideias sistematizadas que lhes embase, coletivamente, as ações. Estas 8 organizações estão ligadas ao movimento estudantil - secundarista e universitário, sendo que das 4 organizações do meio universitário, apenas uma afirmou ter um conjunto de ideias que orienta as suas ações.

Observa-se, contudo, que o fato de não possuir um conjunto de ideias organizadas não significa necessariamente que não haja no grupo uma compreensão de mundo com bases científicas, filosóficas ou teológicas; em alguns casos existe na organização mais de uma referência e a dificuldade está em estabelecer unidade dentro da diversidade.

[...] como a gente viu lá na Roda Pagu, parece que cada um tem um tipo de feminismo [...] só que isso foi surgindo depois que a gente montou o grupo. E daí como que a gente vai separar só uma linha teórica? Por exemplo, se é interseccional, se é eco-feminista, se é queer, por exemplo, se é radical, dependendo de cada uma. Cada uma das meninas tem uma visão diferente do feminismo, mas tem outras coisas que engloba todo mundo (LISE, RODA PAGU).

Enquanto o espaço da universidade possibilita à/ao jovem o acesso a outras perspectivas teóricas, a escola parece ainda não provocar uma perspectiva crítica ou situar teoricamente os jovens diante das inúmeras perspectivas de mundo presentes no tecido social. Assim, nenhum dos grêmios estudantis pesquisados afirmou possuir algum referencial teórico. Um dos elementos que colaboram nesse sentido é a idade dos jovens participantes dos grêmios, que costumam ser entre 15 e 17 anos, e que ainda estão tendo aproximações com os conceitos filosóficos, sociológicos e políticos.

Mas acho que tem muito menos horizonte [na escola]. Quando a gente entra na universidade acho que a gente tem contato com outras coisas que na escola a gente não tem (RITA, INSPIRA-SUS).

Às vezes é um professor que vai e fala. Falta espaço de formação pra talvez ampliar, né (BIA, RODA PAGU).

A formação, o acesso e compreensão das teorias e concepções de mundo são um elemento chave para as organizações instituírem seu referencial teórico. Nesse sentido, pode-se observar a influência que os cursos ligados às ciências humanas e sociais têm para o fortalecimento do debate político no espaço universitário. As quatro organizações universitárias são constituídas, de maneira expressiva, por estudantes dos cursos de psicologia e história.

As duas organizações religiosas, de caráter cristão, baseiam-se nos escritos bíblicos e religiosos para as suas ações. O que os diferencia, contudo, das demais organizações religiosas de jovens do município é o uso de uma leitura mais crítica dos escritos bíblicos e da própria realidade, conforme aponta a representante de um dos movimentos:

A nossa leitura enquanto Pastoral da Juventude tem muita raiz na Teologia da Libertação. [...] ela vem assim de um movimento mais de esquerda, da pra se dizer,

dentro da igreja, que relacionam muito essa teoria da fé com a vida, com a prática concreta. Uma leitura social, política, das comunidades em que estamos inseridos, faz parte da nossa vivência enquanto PJ, sabe? [...] Acho que esse modo de olhar teórico é muito da raiz identitária também de cada movimento. Por exemplo, o nosso modo, enquanto movimento Pastoral da Juventude dentro da Igreja, o nosso modo de olhar a igreja, é um modo olhar diferente do que o modo do Ministério Jovem, por exemplo. Por que o nosso olhar é um olhar mais político do nosso seguimento bíblico (LENA, PASTORAL DA JUVENTUDE).

O caso da Pastoral da Juventude define a postura crítica em um conhecimento religioso: a organização parte do conhecimento religioso, teológico e de referência bíblica. Contudo, esse conhecimento é atravessado por outros conhecimentos, fortemente os científicos, que o tencionam e o colocam em movimento, na busca de respostas e explicações também em outras fontes e métodos de conhecer.

Conforme vimos nos capítulos anteriores, esta interpretação crítica, não apenas da realidade social, mas dos próprios escritos bíblicos, são característicos da Teologia da Libertação. De raiz marxista, a Teologia da Libertação teve forte expressão na América Latina, fundamentando ações de pastorais e comunidades eclesiais de base em práticas de enfrentamento à pobreza e a injustiça social. Este conhecimento parte do princípio de que a Igreja Católica deve fazer a opção pelos pobres e, nesse sentido, o campo da política se apresenta como lugar legítimo para a libertação do povo oprimido.

Outro elemento observado nesse contexto é a presença na organização de jovens universitárias/os, oriundos dos cursos de humanas e sociais. Também aqui se observa que a inserção das/dos jovens em cursos universitários que possibilitam o olhar crítico para a sociedade contribui para o fortalecimento das organizações de atuação política no município. O que não quer dizer que a formação acadêmica seja o suficiente para a postura crítica e o engajamento político, mas que esta se apresenta como uma influência positiva neste contexto.

Ainda sobre as organizações que indicaram suas referências teóricas, três delas afirmaram basear-se em princípios e estatutos próprios, que são partilhados por um número maior de organizações a nível nacional. Foi o caso das organizações partidárias, mas também de uma organização universitária que participa da Assembleia Nacional dos Estudantes Livre – ANEL. Nestas, observa-se em comum a relação que estabelecem com os interesses da classe trabalhadora e de enfrentamento ao capitalismo, o que lhes confere um posicionamento à esquerda na política.

Outras duas organizações apontaram Paulo Freire e a teoria crítico-freireana como referencial teórico e estabelecem a Educação Popular como o caminho para a transformação

da sociedade. Tal concepção tem suas bases no marxismo, e a influência deste nas organizações de jovens é uma questão importante de ser discutida.

O marxismo é entendido por algumas organizações como necessário, outras compreendem que se trata de uma teoria que necessita de revisões e ponderações. Algumas organizações a consideram ultrapassada, contrapondo-a especialmente com a pós-modernidade. Sobre isso, apontam algumas/alguns jovens:

Esses teóricos da pós-modernidade também, né... sei lá, cara [risos]. [...] Antigamente, quando a raiz era marxista, você tinha a União Soviética, depois desmoronou, o que também foi uma perda muito grande, porque era um horizonte. Mas a teoria marxista te puxa pra ação, né. Então chega de pensar o mundo, a hora agora é de transformar, né. Marx já começou lá no século XIX. Aí vêm esses teóricos, sei lá qual vocês tão citando [...] Bauman... e aí vem uma coisa subjetivista assim, muito irracional, que não mobiliza, ela desmobiliza, na verdade. Aí começa a ver o quanto que é difícil, e não o quanto que é possível. E aí, claro, todo um preconceito contra o marxismo, que tá superado, que não sei o que, né, Marx as ideias não resolvem mais, e tal. Mas eu acho que é uma tradição possível, com todos os seus problemas, que deveria ser resgatada e repensada. É justamente você fugir um pouco desses teóricos da pós-modernidade e tentar resgatar um pouco da raiz marxista mesmo, que daria mais possibilidade (IGOR, JPT).

É, isso que eu vi bastante na última vez que eu fui *no* negócio lá de mulheres em luta, eles falaram muito do feminismo classista e tal, daí eu comecei a pensar bastante nisso também, né, das coisas da pós-modernidade e do marxismo, por exemplo. Eu vejo bastante prática marxista, de uns trabalhos em que vai pra frente as coisas, só que é uma questão pra mim, individual mesmo, que eu não consigo acreditar, por exemplo, que uma ideologia, igual do marxismo, por exemplo, que elas falavam: ah, com a mudança das classes não vai existir mais machismo. Eu não acredito nisso, eu acho que a prática que as pessoas vão fazer nos movimentos sociais vai mudar alguma coisa. Mas não é com socialismo, ou com outra coisa, que vai mudar a ideologia do machismo, por exemplo (LISE, RODA PAGU).

Por isso que é importante esse tentar amarrar. Não vai mudar, mas, por exemplo, o que tem a ver o marxismo com o feminismo? Tipo esses links que às vezes não são feitos que acabam não amarrando os movimentos, né [...] no que que eles convergem, no que eles conversam (BIA, RODA PAGU).

O advento de outras perspectivas teóricas que questionam o marxismo, especialmente a pós-modernidade, que põem em cheque a concepção de uma metanarrativa, faz surgir as dúvidas e inseguranças por assumir tal postura teórica, embora ela seja percebida como a teoria que mais conduz à ação. Nesse sentido, o marxismo passa a ser melhor aceito quando feita uma “adaptação” ou “releitura contextualizada”.

Eu acho que ele foi usado, ele teve uma função num determinado contexto social, com o foco... que hoje em dia não existe mais esse contexto social, a gente tá em outra época, mas eu acho que ele pode ser adaptado. Não tem como pegar o marxismo daquela época e colocar no dia de hoje, assim, não tem como, né. São

outras lutas, são outras coisas. Mas eu vejo como uma possibilidade. Não que tenha que ser ou tenha que ser, sabe? (RITA, INSPIRA-SUS).

Acho que essa questão marxista... não vou ficar criticando aqui, mas acho que é uma questão da gente adequar um pouco o que vem de lá, não descartar. Não da pra descartar uma história, né. Mas acho que assim, a gente tem que ver de acordo com a realidade, com o que está acontecendo, as pessoas com quem a gente tá trabalhando. (TINA, ASSOCIAÇÃO CORAJEM).

Embora com as limitações apontadas pelas/pelos jovens, o marxismo é visto por algumas organizações como necessário, não apenas pelo conjunto de conhecimentos filosóficos e científicos dos quais dispõem para a compreensão da realidade, mas pelo ideal de sociedade, ou ainda, pelo *sonho* e *esperança* que inspira.

Eu acho que ainda é uma abordagem assim que se faz necessária, sabe? O que me inspira assim, no marxismo, nessa derivação na Teologia da Libertação, é muito desse sonho ainda, sabe? Por uma igualdade, pela superação de algumas limitações que o capitalismo coloca e que são limitações que roubaram totalmente a dignidade do ser humano. Acho que isso é inquestionável. Então, essa inspiração da luta, da defesa da vida, da justiça social, acho que ainda é algo romântico, né [...], mas acho que é algo que ainda nos traz esperança (LENA, PASTORAL DA JUVENTUDE).

Para algumas organizações, o marxismo se apresenta como suporte teórico e uma concepção de mundo, mas também como um horizonte social para as ações. De fato, para além do estudo do capitalismo e das relações sociais produzidas a partir dele, o marxismo propõe a transformação desta realidade com o estabelecimento de novas formas de produção, distribuição da riqueza, e de relações sociais. O socialismo e o comunismo se apresentam não como fins em si, mas como meios e condições através das quais se compreende que a sociedade superaria suas contradições sociais, tais como suas relações de injustiça social, de exploração e opressão de classe, de alienação, de reificação, entre outras presentes no sistema capitalista de produção.

Essa reflexão nos aponta para a dimensão teleológica da práxis das organizações de jovens, as metas ou finalidades de suas ações. Trata-se de uma questão relevante no contexto das organizações de jovens tendo em vista o cenário social e a ideia circulante no senso comum da perda das utopias, dos horizontes sociais, especialmente quando relacionado ao público jovem.

Objetivos e finalidades

Para esta questão, elaboramos um quadro onde estão organizados os dados coletados das organizações políticas de jovens acerca de suas finalidades, ou dito de outra forma, o que a organização pretende alcançar ao realizar suas ações. Tais finalidades foram organizadas a partir de categorias e serão apresentadas junto de sua frequência, conforme segue:

QUADRO 7: NÚMERO DE ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS DE IRATI-PR DE ACORDO COM SEUS OBJETIVOS E FINALIDADES.

Objetivos/Finalidades	Orgs.	Descrição das organizações
Representar o interesse de determinado grupo de jovens	08	CEB, Grêmio Duque, Grêmio João XXIII, Grêmio Trajano, Grêmio Gonçalves Junior, Grêmio Xavier, JPT e JSPDT.
Garantia e defesa de direitos	10	CEB, Inquietude Livre, CORAJEM, Grêmio João XXIII, JPT, JSPDT, LPJ, Pagu, PJ e Inspira-SUS.
Promover e/ou qualificar a participação política	04	Inquietude Livre, CORAJEM, JPT e JSPDT.
Promover transformações estruturais no conjunto da sociedade	06	Inquietude Livre, CORAJEM, JPT, JSPDT, LPJ e PJ.
Educação/vivência em teorias / valores / moral / normas / ideologias.	08	CORAJEM, JPT, JSPDT, JUFRA, LPJ, Pagu, PJ e Inspira-SUS.
Realizar reparos e melhorias em seu ambiente físico de atuação	04	Grêmio Duque, Grêmio Gonçalves Junior, Grêmio Trajano e Grêmio Xavier.
Promoção de bem-estar, integração e convivência	04	Grêmio João XXIII, Grêmio Gonçalves Junior, Grêmio Trajano e Grêmio Xavier.

Fonte: O autor.

O quadro acima traz, por meio de algumas categorias criadas a partir da sistematização e análise dos dados, os objetivos e finalidades anunciados pelas organizações, considerando que as organizações em geral apresentaram mais de um objetivo/finalidade. Como pode ser observado, o objetivo de *Garantia e defesa de direitos* foi anunciado por 10 organizações, das 15 que compõem a pesquisada. Nesta questão consideramos as ações anunciadas nos objetivos das organizações que considerassem a construção de políticas

públicas, a promoção de direitos sociais, políticos, humanos, a defesa de direitos de grupos minoritários, entre outros.

A categoria que trata da educação/vivência em teorias/valores/moral/normas/ideologia foi apontada por 8 organizações pesquisadas. Nesta, consideramos os objetivos de promover determinado conhecimento na organização, para determinado grupo ou para a sociedade como um todo, por meio de cursos, palestras, vivências, intervenções, evangelizações (conhecimento religioso), rodas de conversa, grupos de estudo, entre outros.

Também com 8 organizações, a categoria de representação dos interesses de determinado grupo de jovens consiste na defesa dos interesses ou dos pontos de vista dos participantes da organização nos espaços de tomada de decisão e participação política, especialmente na Instituição-matriz. Esse é o caso dos grêmios escolares, das organizações partidárias e universitária.

Acerca do objetivo de realizar transformações estruturais no conjunto da sociedade, consideramos aquelas finalidades que propunham a superação do capitalismo e estabelecimento de outro sistema de organização social, política e econômica. No total foram 6 organizações com esse propósito.

Os demais objetivos/finalidades estiveram presentes em 4 das organizações pesquisadas. Foram eles a promoção e/ou qualificação da participação política, compreendendo este objetivo os propósitos desde a promoção da organização comunitária, a busca de uma participação mais efetiva nos espaços de tomada de decisão, até o incentivo e apoio aos movimentos sociais. Há ainda a realização de reparos e melhorias no ambiente físico de atuação da organização, consistindo no propósito de promover melhorias imediatas e concretas, como reparos na quadra de esporte, no plantio de árvores, entre outros. Também a promoção de bem-estar, integração e convivência, que está relacionado à realização de eventos e ações como torneios esportivos e festas, rádio do grêmio na hora do recreio, entre outros. Note-se que estas duas últimas categorias foram anunciadas exclusivamente por organizações escolares (grêmios).

Cabe-nos, portanto, fazer algumas considerações sobre estas organizações a partir de suas finalidades. A começar pelos grêmios estudantis, que são organizações a parte neste cenário político municipal. Trata-se de organizações políticas, na medida em que interferem em uma política pública, no caso, a educação básica. A atuação deles, contudo, apresenta-se restrita ao espaço escolar, com pouca perspectiva sobre uma atuação direta na política do município, ou sobre a educação em um nível maior de abrangência. A tônica de suas práticas

está em qualificar o ambiente escolar, desde a sua estrutura física até o conjunto de suas relações (estudante – escola; estudante – professor; estudante – estudante). Nesse sentido, a relação que estabelecem com sua instituição-matriz, no caso a escola, é diferente, por exemplo, da relação estabelecida entre as organizações cuja instituição-matriz é a universidade. Nos grêmios, a escola, sua direção e equipe pedagógica, são compreendidas como parceiras na realização de tarefas, na perspectiva de que ambos têm objetivos em comum, sendo observada ainda a relação de autoridade da direção da escola. Pode-se dizer, com isso, que no ambiente escolar não há entre os grêmios a compreensão da dimensão política do lugar que ocupam e que há pouca percepção das macrodeterminações que atravessam o ambiente escolar.

Das quatro organizações cuja instituição-matriz é a universidade, duas tem a sua atuação voltada para a gestão da universidade, o debate da educação superior enquanto política pública e a garantia dos direitos dos estudantes. Nestas organizações, há uma percepção de que o espaço universitário é um espaço de disputa de interesses. Estes interesses podem estar organizados em torno de determinada ideologia ou podem estar relacionados ao favorecimento individual ou de determinado grupo. Os interesses no ambiente da universidade se tornam evidentes quando se trata da gestão de recursos, das diretrizes pedagógicas, entre outras questões. Em suma, a percepção do ambiente universitário enquanto um campo de disputas de interesses e sendo, portanto, um ambiente político, mobiliza os jovens a tomarem uma posição frente a este cenário.

Uma destas organizações, o CEB, assim como poderíamos considerar o DCE na existência deste, é em si mesmo um campo de disputa, uma vez que os estudantes, para comporem estas organizações, formam chapas a partir de interesses, objetivos, concepções de mundo em comum e concorrem às eleições. As ações destas organizações podem ou não estar em consonância com os interesses dos estudantes, conforme se der a postura dos representantes destas organizações nos espaços de disputa.

A existência de uma organização estudantil com princípios e ideologias mais consolidados, como é o caso do Coletivo Inquietude Livre, exerce também uma função neste cenário político de tensionamento sobre os mecanismos de representação e gestão universitária (incluindo o próprio CEB/DCE) no sentido do fortalecimento dos interesses dos estudantes, sob a perspectiva da garantia de seus direitos. A percepção política sustentada na organização permite a esta compreender as macrodeterminações que compõem o campo da educação, e suas ações também estão voltadas ao tensionamento e a reivindicação nas políticas nacionais, por meio de sua ação em rede, junto à ANEL.

As organizações Roda Pagu e Coletivo Inspira-SUS são frutos do fértil terreno que é o campo das ciências sociais e humanas na universidade local. Cursos de graduação tais como psicologia, pedagogia e história, têm possibilitado o desenvolvimento de uma perspectiva crítica, questionadora e problematizadora da realidade social. Mas a influência da universidade também se faz transparecer nas práticas destas organizações, que tem em seu cerne a busca do aprofundamento teórico sobre o tema sem, contudo, perder de vista a prática e a aplicação deste saber no conjunto da sociedade. O campo das políticas públicas é o local privilegiado de suas atuações, embora estas organizações considerem também a cultura como um campo primordial de suas práxis.

As organizações partidárias apresentam objetivos/finalidades bastante abrangentes, buscando se inserir no campo político desde a disputa ideológica até a disputa do próprio Estado, nas eleições, além de ter como horizonte político a superação do capitalismo. Tais organizações mantêm relação estreita com suas instituições-matriz – partidos políticos, o que confere à organização uma finalidade de também fazer a representação do segmento da juventude dentro de seus partidos, ampliando suas ações quando contribuem para o desenvolvimento do partido como um todo.

As organizações religiosas têm como principal finalidade proporcionar uma vivência religiosa entre os jovens, promovendo valores cristãos. Há nas duas organizações o intuito da discussão política entre as/os jovens. Contudo, a JUFRA, enquanto organização que ainda está se consolidando, possui atuação política ainda pouco efetiva no conjunto da sociedade. A Pastoral da Juventude, por sua vez, tem consigo uma experiência de mais de vinte anos de história no município, com grupos de jovens em algumas comunidades e participação na construção das conferências e do conselho de juventude de Irati-PR. Para a PJ, promover valores cristãos significa estabelecer um novo tipo de relação que supere as condições de injustiça e desigualdade social provocadas pelo capitalismo e, nesse sentido, realizar transformações estruturais na sociedade é uma condição necessária para a formação de laços mais fraternos e solidários.

O Levante Popular da Juventude e a Associação CORAJEM, embora não tenham uma relação direta entre si, apresentam finalidades semelhantes, uma vez que ambas tem influências teóricas próximas e circulam por uma mesma rede de relações externas e articulações com outras organizações populares. A construção do Projeto Popular para o Brasil, finalidade a que se pretende o Levante, consiste, em síntese, na construção de um programa político popular de modificações estruturais e profundas no campo econômico, social e cultural a partir do acúmulo de forças sociais de esquerda no Brasil. Trata-se,

portanto, de um horizonte político compartilhado por outras organizações e que o Levante se conecta a esse conjunto de forças sociais, se propondo a contribuir com a organização e a formação de jovens, bem como a mobilização para este Projeto Popular, utilizando-se da Agitação e Propaganda.

A Associação CORAJEM também se propõe a uma transformação estrutural da sociedade a partir da perspectiva da Educação Popular. Coloca como objetivos a formação de grupos em bairros e comunidades como formas de organização popular, além da realização de espaços de formação que possibilitem a desmistificação e problematização da realidade para gerar na população uma visão mais crítica, política e cidadã. A juventude é um dos seus focos, mas também propõe ações relacionadas às mulheres, famílias e a economia solidária. Insere-se neste conjunto de forças sociais que se propõem a construir o Projeto Popular para o Brasil, articulando-se em redes de nível nacional, como a Rede de Educação Cidadã – RECID.

Procuramos neste tópico discutir algumas das características das organizações políticas de jovens de Irati-PR, a partir dos dados coletados a campo. Temos tratado até aqui o termo organizações de jovens da sociedade civil enquanto os grupos, coletivos, células, núcleos, entidades, movimentos, associações, agremiações mais ou menos formalizados que se organizam em torno de um objetivo comum e que são compostos em sua maioria por jovens. Contudo, a pesquisa identificou outras duas formas das/dos jovens da sociedade civil de Irati-PR se organizarem para realizar atividades políticas com vistas a transformações no conjunto da sociedade. Uma delas diz respeito às *Conferências Municipais de Juventude* e ao *Conselho Municipal de Juventude* que, na experiência do município de Irati-PR, foram protagonizadas pelas/pelos jovens da sociedade civil. Outra forma de organização significativa foi a que desencadeou as *manifestações públicas* ocorridas especialmente no mês de junho de 2013 em todo Brasil e que tiveram sua repercussão também no município em que realizamos esta pesquisa. Assim como as Conferências e Conselhos, tais manifestações foram realizadas primordialmente por jovens da sociedade civil de Irati-PR e se caracterizaram por uma forma específica de organização, que consideramos ser relevante para este debate.

O tópico seguinte tratará dessas duas experiências organizativas protagonizadas pelas/pelos jovens de Irati-PR que se apresentam significativos para estes debates não apenas pelo impacto que tais experiências causaram para o cenário político do município, mas também por elas expressarem formas diferenciadas de organização política da sociedade civil, distinguindo-se dos modelos de organização que vimos neste tópico.

3.4 OUTRAS EXPERIÊNCIAS ORGANIZATIVAS ENTRE JOVENS

A partir da análise apresentada no tópico anterior, podemos observar que as organizações políticas de jovens de Irati-PR possuem caráter democrático e que, de uma maneira ou de outra, nascem enquanto possibilidades de participação política de jovens em espaços de tomada de decisão, especialmente relacionadas às políticas de Estado.

Como herança das lutas do século XX, no Brasil consolidados na Constituição de 1988, muitos direitos sociais, políticos e civis foram assegurados em Lei e o desafio, ao menos imediato da maior parte das organizações de jovens, é assegurar esses direitos e garantir que a/o jovem os acesse. Embora todas as organizações políticas de jovens pesquisadas dialoguem, de uma maneira ou de outra, com o Estado, apenas as organizações partidárias disputam o Estado em si.

Porque você participar dos conselhos, né, nesse sentido da democracia participativa, supõe você entrar na estrutura do Estado. E aí, você não pode votar nulo nesse sentido. Porque minimamente você tem que disputar o Estado. [...] O Estado produz riqueza e o distribui pra quem o controla. Se você deixar o Estado nas mãos do [partido de oposição] [...] aí você tá entregando, né. Aí não vai ter sentido você disputar [a política pública] porque a gestão do Estado, por onde o orçamento vai ser votado e que é aonde vai tá a verba, vai estar nas mãos de pessoas que pensam diferente e atendem outros interesses e tal. [...] Então, bem ou mal, minimamente, a gente consegue, tendo acesso ao Estado, o centro da decisão, algumas coisas a gente consegue pautar. [...] E se você não disputa o Estado... sei lá, perde um pouco do sentido, né. [...] Ou então é a revolução: você entrega o Estado pra burguesia, faz os trabalhadores se organizarem e toma. Mas acho que esse já é um modelo que já não tá mais tão facilitado. O caminho que tem é institucional ainda, infelizmente. (IGOR, JPT).

Este relato sintetiza o que parece ser o dilema das organizações políticas de jovens: temos que os direitos (sociais, políticos, civis, humanos) pelos quais a maior parte das organizações de jovens pesquisadas lutam, devem ser garantidos pelo Estado, que o faz por meio de suas leis e políticas públicas. Em algum nível, portanto, as/os jovens necessitam operar o Estado, a fim de promover nele os mecanismos de garantia de direitos. E quais são os meios de que as/os jovens dispõem para operar o Estado?

Um meio de operar diretamente o Estado, conforme vimos, seria o caminho partidário e eleitoral. Contudo, também vimos o desgaste e o descrédito das organizações partidárias na sociedade em geral e em especial entre as/os jovens - obviamente, deve-se ressaltar que o desinteresse de grande parte da população pela política eleitoral faz concentrar o poder de decisão sobre o conjunto da sociedade a um grupo cada vez mais reduzido de pessoas.

Além da política eleitoral, para as organizações que mantêm a perspectiva de mudanças estruturais na sociedade, existe o horizonte da revolução: a tomada do Estado pela classe trabalhadora para a construção de novas relações sociais e de produção a partir do socialismo. Contudo, a revolução não faz parte do nível imediato da ação das organizações, visto que não tem uma data pra se realizar, pois depende de uma série de determinações históricas e sociais e de uma articulação de grandes proporções com um conjunto de forças sociais.

Além do campo eleitoral e da revolução, outros dois caminhos se apresentam como possibilidades de operar o Estado. Um deles é ocupando os espaços legítimos e institucionalizados de participação política para neles operar, na qualidade de sociedade civil, sobre as ações do Estado. Outro caminho é o da pressão social, que ocorre a partir da realização de manifestações públicas que comunicam, às autoridades políticas e à sociedade em geral, uma causa ou um direito violado. É sobre essas duas possibilidades de atuação política que este tópico se propõe a discutir, a partir das experiências políticas protagonizadas pelas/pelos jovens do município de Irati-PR.

Com relação à ocupação de espaços formais de participação política trataremos da questão das Conferências Municipais de Juventude e de criação do Conselho Municipal de Juventude.

As conferências e o conselho são formas de organização amparadas pelo Estado, ou seja, públicas, abertas à participação, constituídas pela sociedade civil em conjunto com o poder público. Tem o objetivo principal de discutir e propor políticas públicas, embora também possa definir outras questões.

Em Irati foram realizadas três conferências municipais de juventude, sendo a última delas ocorrida no ano de 2012. Nela, cerca de 100 jovens participantes de organizações da sociedade civil se reuniram para a primeira conferência ocorrida por iniciativa dos próprios jovens. A Conferência tinha um objetivo claro: realizar a primeira eleição das representações da sociedade civil no Conselho Municipal de Juventude de Irati. Nesta oportunidade foram eleitas/os oito Conselheiras/os titulares e três suplentes, além de sete organizações, ou entidades da sociedade civil, com trabalhos relacionados à juventude (IRATI, 2011), que deveriam indicar seus representantes, titulares e suplentes, para comporem o Conselho.

A ideia de criar um Conselho já havia sido pensada por alguns jovens, ainda que de maneira incipiente, após a realização da I Conferência Municipal de Juventude, em 2008. Essa Conferência consistiu em uma etapa local da I Conferência Nacional de Juventude e oportunizou pela primeira vez a reunião de alguns dos sujeitos sociais ligados ao tema da

juventude no município. No entanto, a ideia de um Conselho de Juventude em Irati criou corpo e vias de efetividade na II Conferência, já no ano de 2011. Nesta, a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Bem-Estar Social, em parceria com o Núcleo Regional de Educação, ficaram responsáveis pela realização da Conferência, convidando duas organizações de jovens para comporem a Comissão Organizadora¹⁵. As informações sobre a Conferência se estenderam e aos poucos outras organizações da sociedade civil passaram a participar das reuniões desta Comissão Organizadora, criando assim um espaço continuado de diálogo entre estes sujeitos, que acabaria se tornando o embrião de um Conselho de Juventude no município.

Na II Conferência Municipal foram selecionadas dez pessoas entre delegadas e suplentes, para destas serem escolhidas três para participar da etapa estadual. Além disso, foram votadas quinze propostas de Políticas Públicas para a juventude, em torno de cinco eixos¹⁶. Entre as propostas elaboradas pelas/os jovens estava a criação de um Conselho Municipal de Juventude, de um Departamento Municipal de Juventude e da realização anual de Conferências Municipais de Juventude.

Assim que votadas e aprovadas as propostas e dadas as formalidades de encerramento da II Conferência, foi encaminhado, por iniciativa das/dos jovens que acompanharam as reuniões da Comissão Organizadora, a formação de um Grupo de Trabalho, que passaria a se reunir periodicamente para discutir e elaborar as estratégias para a criação do referido conselho. Aderiram ao grupo quatorze pessoas, sendo destas: onze jovens, representantes de sete organizações da sociedade civil; duas pessoas representantes do poder Executivo e uma do poder Legislativo¹⁷.

Após quatro meses de trabalho, esta comissão formulou o projeto de Lei nº 41/2011, que tratava sobre a criação do Conselho Municipal de Juventude. Em sua justificativa, o projeto afirmava: “[...] retira-se a juventude do papel de objeto passivo, tratando-a como sujeito social, capaz de criar, construir, formular.”. Ainda no texto: “A presente proposta de

¹⁵ As organizações convidadas foram a Comissão Organizadora da Adolescência e Juventude Missionária - Associação CORAJEM, e o Grupo de Escoteiros Pérola do Sul. Ambas tinham participação em outros espaços de diálogo com a Administração Pública do município, especialmente no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

¹⁶ Os cinco eixos são referentes ao texto base da 2ª Conferência Nacional de Juventude, a saber: 1) Direito ao desenvolvimento integral; 2) Direito ao território; 3) Direito à experimentação e qualidade de vida; 4) Direito à diversidade e à vida segura e 5) Direito à Participação. (BRASIL, 2011a).

¹⁷ Esse Grupo de Trabalho posteriormente tornou-se a Comissão Municipal de Juventude, nomeada para realizar a III Conferência Municipal por meio do decreto de nº. 091/2011. Era composta por jovens das seguintes organizações: Associação CORAJEM, Pastoral da Juventude, Juventude do Partido dos Trabalhadores, Juventude do Partido Democrático Trabalhista, Diretório Central dos Estudantes da UNICENTRO, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná e Instituto Equipe de Educadores Populares - IEEP.

lei nasceu na II Conferência Municipal de Juventude, e foi construída com a participação de um grupo de jovens dispostos a contribuir com o desenvolvimento social e cultural da comunidade” (IRATI, 2011, p.1). O projeto de lei elaborado foi aprovado pelo Legislativo em dezembro daquele mesmo ano, tornando-se a Lei Municipal de nº 3.393/2011. A III Conferência Municipal de Juventude para a eleição das representações da sociedade civil foi realizada seis meses depois, conforme citado inicialmente.

Compreendemos que as experiências de conferência e posteriormente criação do conselho de juventude no município de Irati-PR, fizeram emergir um sujeito coletivo, capaz de dialogar com certa autonomia com o Estado, pautando e reivindicando políticas mais adequadas as suas realidades e necessidades. Consideramos, desse modo, que foi na realização das Conferências Municipais de Juventude, e o posterior Conselho Municipal de Juventude, que se constituiu para o Estado, enquanto sujeito coletivo, a/o jovem de Irati.

É necessário, porém, realizarmos as devidas ponderações a esta afirmativa. Não estamos dizendo com isso que não houvesse políticas voltadas aos jovens, ou que não existissem grupos, organizações e movimentos compostos por jovens no município que de uma maneira ou outra pautavam o Estado. O que apontamos é o nascimento de um grupo social capaz de dialogar *coletivamente* com o Estado e demandar deste políticas para si, a partir de *suas* leituras de realidade, e não mais a partir do olhar do adulto sobre o jovem. Trata-se aqui de um salto democrático que provoca a inversão da lógica das práticas locais.

Este sujeito jovem coletivo, sob o ponto de vista da dialética, forja-se a partir da negação da infância e a adolescência, mas também da negação da condição adulta; nasce da negação do olhar do adulto sobre o jovem, hegemônica, com vistas a sua autonomia, ao passo que necessita deste mesmo olhar para negá-lo. Como síntese, cria um Conselho Municipal de Juventude, enquanto instância formal e institucionalizada de se operar políticas públicas.

Como outra forma de operar o Estado temos as manifestações públicas. Trataremos especialmente aquelas ocorridas em junho de 2013, no município de Irati e no Brasil como um todo.

Inicialmente as manifestações ocorreram na cidade de São Paulo a partir do aumento da passagem da tarifa do transporte público, de R\$3,00 para R\$3,20 e ganharam proporção nacional quando a Polícia Militar agiu de maneira desproporcional e violenta contra os manifestantes, utilizando-se de balas de borracha e gás lacrimogêneo, deixando vários feridos, inclusive jornalistas.

A polícia militar fez a estimativa oficial do número de manifestantes nos atos contra o aumento da passagem na cidade de São Paulo, divulgando que o primeiro ato, iniciado no

dia 06 de junho, concentrou cerca de 2 mil pessoas; o segundo, no dia 07 de junho, aproximadamente 1 mil pessoas; o terceiro, dia 11 de junho, 12 mil pessoas e o quarto, dia 13 de junho, 5 mil pessoas. O ápice da violência da polícia militar se deu neste quarto ato, sendo que o Datafolha fez a estimativa que no ato seguinte, ocorrido dia 17 de junho, concentraram-se cerca de 65 mil pessoas e no dia posterior 50 mil pessoas. O Movimento Passe Livre São Paulo fez a estimativa de que no quinto ato do dia 17 de junho estiveram aproximadamente 100 mil pessoas (ESTADÃO DADOS, 2013).

Essas manifestações foram protagonizadas pelo Movimento Passe Livre São Paulo - MPL, movimento criado no ano de 2005, na ocasião do Fórum Social Mundial. O MPL possui coletivos em várias cidades brasileiras, tendo como bandeira de luta a tarifa zero para o transporte público. Sua organização interna se baseia no princípio da autonomia e independência, apartidarismo e horizontalidade, conforme informam em sua página no facebook, baseado em sua carta de princípios:

Formas de organização: 1) Autonomia e independência: acreditamos que as pessoas diretamente envolvidas na luta são responsáveis pelas escolhas e criação das regras do movimento, sem depender de organizações externas como partidos e/ou entidades estudantis e financiamentos que exijam contrapartidas; 2) Apartidarismo: acreditamos em uma nova forma de se fazer política e não nos organizamos para eleições. Pressionamos o governo por políticas públicas, mas defendemos na nossa prática cotidiana que existe política além do voto. No entanto, é preciso deixar claro que ser "apartidário" não significa ser "antipartidário". Militantes de partidos políticos são totalmente bem vindos para colaborar na luta por passe livre; 3) Horizontalidade: não existe hierarquia neste movimento. Não existe uma direção centralizada onde poucos decidem por muitos. Todos têm igual poder de participação. (PASSE LIVRE SÃO PAULO, 2013).

Os princípios de organização do Movimento Passe Livre de São Paulo – MPL, foram refletidos e reproduzidos em grande parte das manifestações por todo o país, encontrando ressonância em grande parte da sociedade, ainda que em muitos casos de modo distorcido. O posicionamento do MPL de se colocar “apartidário”, por exemplo, demonstra o já mencionado desgaste de tais instituições políticas, e que foi compartilhado por muitos dos manifestantes. No entanto, expressões de “antipartidarismo” foram observadas também nas ruas, quando militantes partidários chegaram a sofrer violência física por levantarem as bandeiras de seus partidos. O que alguns movimentos fazem, tal como o MPL, é romper com essa relação, tida como “dependente”, reivindicando a autonomia de seus membros. Pode-se dizer ainda que o MPL é um movimento composto em sua grande maioria por jovens, e seus princípios organizativos deixam claro o desejo da superação das formas organizativas tradicionais e ainda defendem a proposta de uma “nova forma de se fazer política”.

As manifestações desencadeadas pelo Movimento Passe-Livre de São Paulo espalharam-se pelas cidades do Brasil. Também em Irati ocorreram duas manifestações organizadas pelas/pelos jovens do município, nos dias 20 e 25 de junho.

A organização para a manifestação em Irati-PR iniciou-se pelo facebook. Uma primeira postagem foi feita por um jovem atuante na juventude de um partido político, no grupo do Diretório Central dos Estudantes – DCE, da universidade instalada no município. “E quando vai ter protesto contra a situação absurda do transporte coletivo em Irati? Se tiver, *to dentro!*”. A postagem data de 14 de junho, uma sexta-feira, e dentre os comentários sugeriu-se de reunir os movimentos sociais da cidade para discutir o assunto e outro de realizar um movimento que se assemelhasse ao de Ponta Grossa, cidade de maior porte situada há aproximadamente 90 km de Irati. Lá estava programada a primeira manifestação de rua para o dia 17 de junho, na segunda-feira.

Algumas/alguns jovens começavam a dialogar e amadurecer a ideia de fazer uma manifestação semelhante as que ocorriam pelo país, no município de Irati. No dia 16 de junho criou-se um grupo no facebook denominado “Frente de luta pelo transporte – Irati”, na perspectiva de fazer “[...] uma mobilização em apoio às manifestações que estão ocorrendo no Brasil – e fora dele também – e para reivindicar sobre alguns problemas específicos do transporte iratiense”. O grupo foi divulgado pelo facebook e, ainda no dia 16, definiu: 1) a realização de uma manifestação em Irati; 2) por meio de enquete, a data da manifestação para o dia 20 de junho (com base em uma indicação de manifestação nacional neste dia) às 17h 30min na Praça da Bandeira; 3) por meio de enquete, definiram-se as principais reivindicações: apoio às manifestações de São Paulo e Rio de Janeiro; contra a criminalização dos movimentos sociais; pelo transporte público; pela saúde pública e pela educação. O grupo do facebook tornou-se um espaço de diálogo e debate sobre a manifestação, mas também sobre os problemas do município, especialmente com relação ao transporte público, além de postagens fazendo críticas aos governos em exercício e denunciando a corrupção na política. Criou-se a partir destas discussões, ainda no dia 16, um evento no facebook para divulgar a manifestação.

Foi marcada uma reunião presencial no dia seguinte (17), às 12h na universidade, para definir estratégias de organização e mobilização. Mais de trinta jovens estiveram presentes, predominantemente estudantes universitárias/os, mas também estudantes do ensino médio que aderiram ao grupo. Definiram-se nessa reunião que seriam confeccionados panfletos sobre a manifestação, para serem distribuídos nas escolas e nos semáforos da cidade, além da realização de oficinas para a confecção de cartazes para serem usados no dia

da manifestação. Discutiu-se sobre a formulação de documentos de aviso à Polícia Militar e Guarda Municipal, além da necessidade de produzir fotos e vídeos da manifestação. As oficinas ocorreram na universidade, além de algumas escolas e casas de jovens participantes.

A maior parte dos acordos quanto à organização da manifestação foi feito por meio do facebook, e os acordos que se faziam fora deste espaço, como no caso da reunião presencial, foram ainda assim comunicados no espaço do grupo. Além da data, local de concentração, foi estabelecido o trajeto que a manifestação faria, o caráter pacífico e de repúdio a ações de “vandalismo”, tais como danos em estabelecimentos comerciais ou públicos, brigas, etc., além do entendimento de que se tratava de um “movimento apartidário”, ou seja, não seria coordenado por um partido político específico.

Do período do dia 16 de junho ao dia 20 foram compartilhadas fotos, frases, músicas de protesto, imagens e fotos que orientavam para a manifestação e/ou comunicavam alguma indignação com os governos ou serviços públicos. Foram entregues panfletos nas escolas, semáforos e no comércio das ruas por onde a manifestação passaria. Nesse curto período pré-manifestação, alguns medos circulavam entre as/os jovens que participavam da organização: a falta de controle sobre as pessoas que participariam gerava o medo de atos violentos. Também a falta de compreensão das dimensões daquilo que realmente estava acontecendo fazia com que as/os jovens se questionassem acerca das repercussões, a nível nacional, destas ações, com vistas na possibilidade de um segundo impeachment, ou um segundo golpe militar.

Às 17h 30min do dia 20 de junho de 2013, na Praça da Bandeira, sob tempo chuvoso, começavam a chegar as/os participantes da manifestação. Com cartazes, guarda-chuvas, alguns rostos pintados, jovens, adultos, crianças, idosos, formavam um conjunto de aproximadamente 500 pessoas, que caminharam pela avenida principal da cidade, sentido à Câmara Municipal de Vereadores. Algumas “palavras de ordem” se ouviram, entre elas aquela que se tornou manchete do jornal local: “Não é Copa, não é carnaval! É Irati caindo na real!”. Como em muitos municípios, cantou-se o Hino Nacional várias vezes. Não havia carro de som, tampouco voz de comando ou uma palavra de ordem que estivesse antecipadamente compartilhada por todas/todos. Havia apenas dois megafones cujo som foi abafado pelo barulho da chuva. Por alguns momentos a manifestação caminhou de maneira silenciosa – o que é pouco esperado para uma manifestação.

Outro elemento observado nesta manifestação é que não havia total concordância com relação ao conteúdo individual da indignação/reivindicação; uns atribuíam os problemas da educação e saúde públicas à má administração, outros à corrupção, outros ao “sistema”. Alguns cartazes pediam a garantia de direitos, outros criticavam alguns direitos garantidos.

Embora se reconheça a dificuldade de uma sistematização acerca das manifestações, tendo em vista a proximidade dos fatos e a diversidade de expressões e entendimentos do processo nas diferentes regiões do país, podem-se perceber alguns elementos em comum. Um deles refere-se à forma de organização destas manifestações, onde se podem considerar algumas características: 1) a ausência ou enfraquecimento da figura de liderança ou de representação - princípio de horizontalidade; 2) a relativa autonomia dos participantes com relação ao conteúdo manifestado – multicausalidade; 3) a hostilidade dos manifestantes com relação às estruturas convencionais de poder, como cargos e partidos políticos, mídias tradicionais e d) uso de redes sociais para mobilização e acesso a informações.

Gohn (2013) aponta que uma das análises mais comuns feitas é a de uma falta de programas e estratégias claras para essas mobilizações que partem da perspectiva teórica da esquerda. O que ocorre, segundo a autora, é que grande parte destes movimentos são mais inspirados em ideais do anarquismo do que da esquerda tradicional (GOHN, 2013). Tais princípios têm sido expressos por formas de organizações autogestionadas, horizontais, sem hierarquias, e que buscam a autonomia e liberdade dos sujeitos. De fato, pode-se observar a influência de elementos anarquistas nestas manifestações, a começar pelo princípio da autonomia individual, que está intimamente ligada ao da autogestão. Observamos que as manifestações ocorridas buscaram garantir a autonomia de seus membros, quer seja pela sua estrutura organizativa horizontalizada, onde cada membro tem peso igual nas tomadas de decisão, quer pela capacidade de cada membro vincular-se e desvincular-se, a sua transitoriedade.

Sobre essa transitoriedade Melucci (1997) afirma ser uma característica deste momento sócio-histórico, onde são apresentadas às/aos jovens uma infinidade de possibilidades, mais do que lhes são possíveis experimentar, fazendo com que as vinculações e associações dos jovens aconteçam de modo a possibilitar a fácil desvinculação. Somado a isso, vive-se tempos do efêmero, e da fluidez de identidades, e os processos de identificação com os movimentos pode variar ao longo do tempo, pois os próprios jovens precisam redefinir-se constantemente (MELUCCI, 1997).

Há de se considerar ainda a autonomia que estas manifestações buscaram garantir para além de sua organização interna. Nas suas relações com outros movimentos ou organizações, quando se afirmavam “apartidárias”, por exemplo, ou mesmo na relação com o Estado, quando da busca da superação da autoridade, da dominação e concentração de poder.

Esta autonomia e a liberdade são buscadas a partir de formas de atuação direta dos indivíduos, em uma democracia participativa, em contraposição à representativa. Nas redes

como o REJUMA, conforme vimos no capítulo dois, existe a preocupação de que as organizações locais possam atuar diretamente em suas realidades, modificando-as a partir do protagonismo das/dos jovens, assim como nas ações a nível nacional. Nos coletivos *Anonymous* e as manifestações também afirmam este princípio quando não elegem representações para as suas ações; cada indivíduo executa a ação, que é direcionada ao seu opositor/adversário, quando este se expressa no ciberespaço, como no caso do *Anonymous*, ou em suas expressões físicas e materiais (neste caso cabem as ocupações em espaços públicos, enfrentamento a polícia, etc.).

Já outros princípios do anarquismo, tal como o do internacionalismo, no entanto, não se pode observar nas manifestações ocorridas. Assumir esse princípio é identificar que as injustiças sociais tem sua origem na formação dos Estados-nação e do capitalismo e que, portanto, este deve ser superado e de maneira global. Ou seja, significa que buscarão formas de superação do capitalismo para outras formas de organização da sociedade que tenham como princípios a liberdade e autonomia dos sujeitos.

A partir disso, pode-se afirmar que alguns princípios do anarquismo se difundem enquanto possibilidades de formas. No entanto, é preciso ponderar que não estamos com isso afirmando que as manifestações tenham caráter anarquista. Podemos afirmar, unicamente, que traços do anarquismo podem ser observados no modo de organização destas manifestações e sugerimos que eles possam indicar uma postura das/dos jovens frente às formas de se fazer política. Tais princípios sinalizam o descrédito nas formas de representação políticas convencionais e mostram que os sujeitos, mais empoderados pelo fluxo de informações a que estão expostos e pela percepção da multiplicidade de discursos e determinações, negam as posições de poder convencionais, pelo desgaste próprio que estas historicamente tiveram, mas também para reivindicar o seu papel na democracia.

Vimos neste tópico, portanto, experiências de ação e organização política das/dos jovens do município de Irati-PR que nos permitem questionar quais os caminhos as/os jovens tem buscado trilhar para operar o Estado, para o exercício de sua cidadania. Faz-se necessário analisá-las tendo em vista que demonstram alguns dos caminhos que as/os jovens têm percorridos em suas práxis políticas e sociais e aquilo que podem ser algumas das tendências para seus arranjos organizativos, suas ações coletivas e suas tendências ideológicas. Assim, ter organizações da sociedade civil ocupando espaços institucionalizados de diálogo com o Estado, na proposição de políticas públicas para a juventude certamente é resultado de uma série de questões que vão desde a abertura do próprio Estado para o diálogo com a sociedade até a compreensão e intenção das/dos jovens da importância deste espaço (Conferências,

Conselhos) e reconhecimento do Estado como local legítimo para operar algumas das transformações das quais tal organização se propõe. Assim também as manifestações de junho, que expressaram não apenas uma indignação das/dos jovens (e também da sociedade como um todo) com as situações de corrupção, violência e negação de direitos, mas também a discrepância entre seus ideais de sociedade, seus valores, suas concepções de mundo com a realidade posta, sua descrença nos espaços tradicionais de operar transformações sociais, a dificuldade de participação contínua e formação de vínculos mais duradouros em uma organização, entre outras tantas questões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo nesta pesquisa foi realizar uma caracterização das organizações políticas de jovens do município de Irati-PR, identificando suas práticas, suas formas de organização, suas metas, finalidades, objetivos, entre outros elementos que se mostrassem relevantes à compreensão de tais organizações.

Para tanto, partimos de uma compreensão dialética da realidade histórica, ou seja, a partir da compreensão da realidade social como dinâmica, como movimento que ocorre por força de suas contradições internas. Também nos fundamentou a compreensão de ser humano enquanto aquele que age sobre o mundo e faz história a partir de suas práticas, dotadas de consciência e finalidade. Nesse sentido, a categoria práxis se apresentou como importante mediadora neste processo de investigação das organizações de jovens.

A práxis, conforme vimos, é definida como uma atividade prática, consciente e objetiva, adequada a determinados fins e que transforma o mundo (natural e humano). Vázquez (2007) identificou na práxis alguns elementos que a configuram, e deles destacamos sua *dimensão cognoscitiva* (conhecimentos que orientam a atividade prática), *dimensão teleológica* (finalidade da atividade prática) e os *meios e instrumentos* que se utiliza para realizar tais atividades. Buscamos, portanto, caracterizar as organizações políticas de jovens de Irati-PR a partir da investigação de alguns elementos que compõem suas práxis e, ainda, compreendendo que tais organizações são produto e produtoras da práxis humana.

Inicialmente vimos nesta pesquisa que a concepção de juventude é algo que está em disputa na sociedade: ora definida com critérios de idade, ora a partir de comportamentos e atitudes socialmente esperadas, em outros momentos ainda a partir de análises mais profundas, que consideram as condições materiais, históricas e sociais de existência das/dos jovens. Compreendida nesta pesquisa como fruto da modernidade, dos processos de industrialização e educação para a mão-de-obra fora do espaço familiar, a juventude é também aquela que anuncia e denuncia o modo como o capitalismo conforma os comportamentos humanos, a partir de sua percepção das contradições da sociedade capitalista (IANNI, 1968).

Pudemos observar que a juventude tem sido, a partir do final dos anos 1980, tema de debates pelo mundo, tanto pelo seu crescimento populacional quanto pela condição de vulnerabilidade. As políticas neoliberais, formalizadas pelo Consenso de Washington de 1989, direcionaram os Estados a uma postura de redução de gastos públicos para um equilíbrio fiscal; políticas sociais foram interrompidas e a juventude foi particularmente

prejudicada neste cenário (NOVAES, 2012). Desde então, várias iniciativas, públicas e privadas, se lançaram no intuito de dar respostas às demandas sociais da juventude, até formalizar-se em 2005 uma Secretaria Nacional de Juventude - SNJ e um Conselho Nacional de Juventude - CONJUBE, como espaços privilegiados de construção de políticas públicas à juventude no Brasil.

Na condição de conselho de políticas públicas, o CONJUBE exige a participação paritária de sociedade civil e representantes governamentais, o que coloca em jogo a participação política das/dos jovens.

Quando pensado no plano da política, vimos que não raro a juventude está associada a questões de revolta e rebeldia, cuja referência se deu nos movimentos culturais de 1968, as resistências juvenis no tempo de ditadura, ou no papel das/dos jovens em momentos políticos históricos do país, tal como as campanhas “Diretas Já” e no impeachment do então presidente da República, Fernando Collor de Mello (Collor, PRN, 1990-1992). Esta mesma referência, contudo, também foi responsável por atribuir à juventude dos últimos anos o estigma de despolitizada. A pesquisa buscou evidenciar o contexto de crise da política partidária e eleitoral, da qual a juventude tem demonstrado ser desfavorável, apresentando novas formas e expressões políticas, a partir do uso de meios e instrumentos diversos aos tradicionais e convencionais. Também se buscou evidenciar a existência de outros elementos mediadores entre a juventude e a política, tais como a religião e as artes, que possibilitam outras portas de entrada para a ação política das/dos jovens.

Desse modo, ao olharmos a história das atividades políticas das organizações de jovens no país, nos deparamos com ações realizadas por meio da política, mas também por meio da cultura. Grosso modo, poderíamos dividir em dois os tipos de práticas realizadas pelas organizações de jovens no Brasil. A primeira delas é o tipo de prática comunicativa, que compreende as campanhas, mobilizações, manifestações, debates, protestos, ocupações, formações, entre outras, que se utiliza dos meios de comunicação de sua época, as artes, os próprios comportamentos como instrumentos. Outro tipo de prática são aquelas compreendidas como ações diretas, que podem ser tanto práticas ilegais, como roubos, sequestros, guerrilhas, *hackeamentos*, como também aquelas práticas que visam resultados imediatos cujo sujeito da ação é a/o própria/o jovem, tais como projetos que buscam transformações na comunidade ou em seu ambiente imediato de ação. Entre os instrumentos utilizados pelas/pelos jovens nos últimos anos, a internet se destaca, tanto pela sua facilidade de difusão de informações, quanto pela diversidade de arranjos organizativos que ela possibilita.

O horizonte político de tais práticas, contudo, terá seus contornos nas dimensões cognoscitivas e teleológicas. Vimos que algumas ideologias compuseram o cenário político mundial durante o século XX e estas disputaram a hegemonia na sociedade; uma disputa ideológica, simbólica, mas também concreta, quando das guerras e confrontos armados. Como resultado, vimos no alvorecer do século XXI um predomínio do liberalismo e neoliberalismo, um socialismo fragilizado pelas experiências soviéticas e outras ideologias políticas pouco representativas. O fim das utopias é anunciado pelos liberais. A pesquisa, contudo, demonstrou que há expressões de resistência.

A caracterização das organizações políticas de jovens de Irati-PR abrangeu nove categorias de análise: origens; práticas; condições materiais; público destinatário; relações externas; relações internas; arranjos organizacionais; concepções de mundo e finalidades.

Sobre as origens das organizações, vimos a influência do que chamamos de **instituições-matriz**, enquanto aquelas que oferecem as condições concretas para a formação das organizações. São as instituições em torno das quais as/os jovens irão se reunir e estabelecer algum tipo de relação. Foram identificadas como instituições-matriz as escolas, universidade, ONGs/movimentos sociais, partidos políticos e instituições religiosas. Estas instituições são significativas, pois oferecem às organizações uma herança (valores, teorias, práticas, protocolos ou procedimentos para a ação), que poderão ser apropriadas, modificadas, intercambiados ou negadas pela organização de jovens. Além disso, da relação com sua instituição-matriz, as organizações derivam suas demandas e sua identidade.

Quando observamos as práticas das organizações, a pesquisa demonstrou que uma dimensão significativa de tais práticas é o esforço em produzir e difundir interpretações acerca da realidade social, disputando os significados e, conseqüentemente, o sentido da sociedade. Obviamente, estes significados não são um fim em si, mas eles são compreendidos como mediações entre os sujeitos e seu cotidiano, ou seja, tais interpretações lhes servem de referência para sua interação com o mundo e provocam uma forma específica de agir e se comportar diante dele. Assim, poderíamos dizer, não se tratam apenas de práticas comunicativas, mas de disputas de formas de interpretar o mundo e de como proceder diante dele.

E quais seriam as interpretações em disputa? Sobre as concepções de mundo das organizações, poderíamos dividi-las em três grupos. O primeiro são as organizações compostas por jovens de 15 a 17, notadamente os grêmios estudantis pesquisados. Nestas trata-se de uma interpretação pautada em elementos do senso comum, de informações correntes nos grandes meios de comunicação em massa, com pouca problematização destas

informações. Conforme vimos, trata-se de grupos que ainda não tiveram acesso ou não se apropriaram de um referencial crítico de sociedade e a base do conhecimento que operam é fundamentalmente empírica. Um segundo grupo seria daquelas organizações que se baseiam em referenciais marxistas e suas derivações. Estas partem de um olhar crítico para a realidade social e suas ações tem a perspectiva de uma transformação estrutural da sociedade, com vistas à superação do capitalismo e construção de um socialismo no Brasil. Um terceiro grupo seria o das organizações que cujo referencial teórico se apresenta de maneira híbrida e não sistematizada pela organização. Nestas, o que define e forma a organização não é a interpretação que fazem da realidade social, mas a transformação que buscam realizar na sociedade. As/os jovens, neste caso, se agregam em torno da resolução de um problema. Obviamente, a definição de um fenômeno social como um problema já implica, em si, uma interpretação e um conjunto de conhecimentos aplicados à realidade social e este parece servir como ponto de partida para a construção das ações da organização.

Sobre as condições materiais para a realização de suas práticas, predominam as organizações que possuem poucos recursos e escassa estrutura. As organizações que fizeram parte desta pesquisa fazem uso, principalmente, de recursos oriundos dos seus próprios membros, o que limita o seu potencial de ação. Formas de organização que exijam menos custos, como aquelas que se articulam por meio da internet, poderão fomentar a participação de jovens, na medida em que se universalizar a internet. Os efeitos em longo prazo do maior acesso da população a internet podem modificar de maneira consistente o modo como as organizações de jovens realizam suas práticas.

Quando do público destinatário das ações das organizações de jovens pesquisadas, vimos que em termos de abrangência, as organizações tendem a priorizar o nível local ou municipal, havendo correlação entre os recursos que a organização consegue mobilizar e a abrangência de suas ações. As organizações direcionam suas ações para a sociedade como um todo e para as/os jovens da própria organização, sendo observado que um número reduzido de organizações promove ações para a juventude enquanto uma categoria específica. As organizações estudantis (secundaristas e universitárias) praticamente não trabalham o tema da juventude, focando suas ações em outras áreas de atuação.

Nas suas relações externas, vimos que a maior parte das organizações mantêm parcerias com outras organizações e movimentos sociais, o que remete às ações em redes e fóruns. As tecnologias de informação tem possibilitado às organizações conectarem suas demandas locais às ações em nível global. Como uma das consequências destas trocas simbólicas entre organizações vimos a reprodução de modelos de manifestações ocorridas em

outros lugares do país ou do mundo, naquilo que denominamos de *franquia de manifestação*. Trata-se do uso do nome de uma manifestação, um jeito de fazer, como uma estratégia de mobilização que atinge mais facilmente a população, especialmente aquela que não possui uma cultura de participação política e social.

A forma como se dá as relações internas das organizações também foram identificadas e nesta questão observou-se que as organizações, em sua maioria, têm um número reduzido de participantes (a maior parte inferior a 20 pessoas) e que uma parte significativa destes participantes vincula-se em mais de uma organização, ocorrendo o que chamamos de *multivinculação* das/dos jovens. Outra questão identificada refere-se à transitoriedade, *das* e *nas* organizações. A maior parte das organizações de jovens tem um tempo determinado para sua participação: o tempo na escola, na universidade, ou mesmo o tempo da própria juventude, subjetivo neste caso, e que varia para cada participante. Como consequências, temos o problema da herança (material e simbólica) que tende a ser perdida e a oscilação das organizações, que podem passar períodos desativadas ou com atividades suspensas.

Quando tratamos dos arranjos organizacionais, vimos predominar aqueles baseados no sistema assembleia-direção. Trata-se do arranjo mais tradicional do associativismo, previsto no código civil brasileiro, próprio das organizações formais ou com vistas à formalização. Outro arranjo significativo identificado foi o da horizontalidade, que visa formas mais igualitárias de distribuição de poder nas organizações. Arranjos horizontais permanecem concentrados nas organizações cuja instituição-matriz é a universidade, mas também puderam ser vistos nas manifestações de junho de 2013. São significativas, pois materializam uma postura de jovens com relação às estruturas de poder tradicionais.

Sobre as finalidades, pudemos observar que as organizações comumente alimentavam mais de uma finalidade para suas ações, mas dois terços das organizações pesquisadas tem a garantia e defesa de direitos entre suas finalidades. Herdeiras das lutas sociais do século XX, cuja tônica se deu na conquista de direitos e que no Brasil se consolidaram na Constituição de 1988, estas organizações lutam para que tais direitos sejam efetivados. Nesse sentido, sua própria existência denuncia a existência de grupos sociais que não acessam seus direitos, denunciam as contradições e desigualdades da sociedade. Para algumas dessas organizações, embora a garantia de direitos seja uma finalidade, ela é compreendida como um estágio, uma mediação em um processo mais amplo de transformação estrutural da sociedade. Em seis organizações políticas de jovens foi identificada a finalidade de superação do sistema capitalista e construção do socialismo como

horizonte político. Tais organizações divergem quanto aos caminhos a serem percorridos, mas quase todas apostam em processos educativos, vivências e espaços de formação e reflexão sobre a sociedade como momentos importantes para a construção deste socialismo, no sentido da consolidação de um pensamento contra hegemônico.

Consideramos relevante, por fim, apresentar outras possibilidades políticas identificadas no cenário de nossa pesquisa. Foi a construção da III Conferência Municipal de Juventude de Irati juntamente com o Conselho Municipal de Juventude de Irati, e as manifestações de junho de 2013.

Na conferência e conselho, vimos uma ação inter-organizações que fez emergir para o município a/o jovem enquanto sujeito coletivo, autônomo e participativo, que reivindica seu papel junto ao Estado na formulação das políticas públicas para a juventude. Este acontecimento político é síntese de um processo amplo, que envolve desde a abertura do próprio Estado para a democracia participativa, até a maturidade política das organizações de jovens de reconhecerem e ocuparem o espaço que lhes era de direito. Assim, se por um lado existe certa resistência de jovens a participarem diretamente da política partidária e eleitoral, as conferências e conselhos parecem se apresentar como espaços de mediação para que as/os jovens operem o Estado. O desafio passa a ser da efetividade destes espaços.

Já as manifestações de junho de 2013, protagonizadas pelas/pelos jovens, tiveram como características o princípio da horizontalidade e a repulsa por estruturas convencionais de poder, tais como partidos políticos, e a organização e mobilização primordialmente feita através das redes sociais. A pesquisa procurou demonstrar que tais manifestações guardam traços de similaridade com princípios anarquistas, como horizontalidade, autogestão, ação direta, embora não se possa atribuir tais manifestações a qualquer matriz teórica ou ideológica, dada sua pluralidade e diversidade. Embora para a maior parte das/dos manifestantes as causas se traduzissem em indignação, o que estava em jogo era a garantia de direitos, que iam desde o direito ao transporte público, ou direito de acesso a cidade, até o próprio de direito de se manifestar, tão duramente reprimido pela Polícia de São Paulo na ocasião que desencadeou as manifestações.

Esta pesquisa não teve a pretensão de esgotar o tema, mas tão somente apresentar um panorama das organizações de jovens do município de Irati-PR, e seus modos de exercer a política. Compreendemos que a temática da juventude, em especial as suas organizações e formas de participação na sociedade, requerem análise permanente, uma vez que estão em constante transformação.

Novas pesquisas sobre esse tema podem ser realizadas, podendo ser aprofundadas as questões da práxis a partir do estudo de caso de uma organização, por exemplo. Com esta metodologia, outras questões poderiam ser evidenciadas, tais como as tensões internas das organizações, uma análise de suas práxis criadoras ou reiterativa, bem como as possíveis discrepâncias entre as ações que as organizações propõem e as ações que conseguem concretizar, entre outras questões.

Por fim, ressalta-se a colaboração das organizações de jovens de Irati-PR, que gentilmente abriram suas portas para esta pesquisa. Em nosso trabalho de campo encontramos jovens preocupados com a sua escola, sua comunidade, sua cidade, com outros jovens ou com toda a sociedade. Vimos jovens que se organizam porque acreditam em Deus, ou no socialismo, ou na luta pela equidade ou pela garantia de direitos, ou em tudo isso. Seu agir no mundo é manifestação de sua fé, sua arte, sua cultura, suas ideias. A pluralidade destas organizações fez do processo de coleta de dados uma rica vivência.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M.(orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

ALVES, A. R. C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**, São Paulo, 80: 71-96, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n80/04.pdf>>. Acesso em 23 de novembro de 2013.

ANEL – Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre. Disponível em: <<http://anelonline.com>>. Acesso em 10 de novembro de 2013.

ANTUNES, M. A. M. Materialismo histórico-dialético: fundamentos para a pesquisa em história da psicologia. In: ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R.; MARTINS, S. T. F. (orgs.) **Método histórico-social na psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BARDIN, I. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 1994.

BOBBIO, N. **As ideologias e o poder em crise**. 4 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

BOBBIO, N. Sociedade Civil. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 9ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

BORELLI, S. H. S.; ROCHA, R. M.; OLIVEIRA, R. C. A.; LARA, M. R. Jovens urbanos: ações estético-culturais e novas práticas políticas. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**. Vol. 7, N°. 1, ene-jun, 2009. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cinde-umz/20131106050649/art.SilviaHelenaS.pdf>> Acessado em 19 de julho de 2013.

BOURGUIGNON, J. A. **A particularidade histórica da pesquisa no serviço social**. São Paulo: Veras Editora; Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2008.

BRANDÃO, C. R. **O que é Método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL. **Lei Complementar nº. 131, de 27 de maio de 2009**. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/LCP/Lcp131.htm>. Acesso em 15 de dezembro de 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005.** Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm>. Acesso em: 04 de dezembro de 2013.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Conselho Nacional de Juventude. **2ª. Conferência Nacional de Juventude: Conquistar direitos, desenvolver o Brasil.** Texto base. Brasília, Conselho Nacional de Juventude, 2011a.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Conselho Nacional de Juventude. **Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003-2010.** Brasília: Presidência da República, 2011b.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Conselho Nacional de Juventude. **1ª Conferência Nacional de Juventude – Levante sua bandeira. Caderno de Resoluções.** Brasília, 2008.

BRENNER, A. K.; CARRANO, P. 2008. **Formas da participação de jovens na vida pública.** [Online] Observatório Jovem do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Disponibilidade: <<http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/formas-e-conte%C3%BAdos-da-participa%C3%A7%C3%A3o-de-jovens-na-vida-p%C3%BAblica>>. Acessado em 11 de outubro de 2012.

BRENNER, A. K.; CARRANO, P. C.; LANES, P. A arena das políticas públicas de juventude no Brasil: processos sociais e propostas políticas. In: **Jovenes – Revista de Estudios sobre Juventud. Centro de Investigación y Estudios sobre Juventud e Instituto Mexicano de la Juventud.** Ano 9, Número 22, Jan/Jun. 2005.

CACCIA-BAVA, A.; PÀMPOLS, C. F.; CANGAS, Y. G (orgs.). **Jovens na América Latina.** São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

CACCIA-BAVA, A.; COSTA, D. I. P. O lugar dos jovens na história brasileira. In: CACCIA-BAVA, A.; PÀMPOLS, C. F.; CANGAS, Y. G (orgs.). **Jovens na América Latina.** São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

CASTRO, L. R. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, v.16, nº 30, p. 253-268, jun, 2008.

CASTRO, M. G. VASCONCELOS, A.. Juventudes e participação política na contemporaneidade: explorando dados e questionando interpretações. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco. 2007.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M.. **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª. Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.** Brasília: RITLA. 2009.

CEDEÑO, J. A. Arte y política. Entre propaganda y resistencia. **Anuario colombiano de historia social y de la cultura.** Vol. 37, n. ° 2 – 2010.

CHAUÍ, M. **A ideologia da competência.** Belo horizonte: Autêntica, 2014.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

COLEMAN, G. **Anonymous, du lulz à l'action collective.** 12 de dezembro de 2011. Disponível em: <www.owni.fr>. Acesso em 05 de agosto de 2013.

COUTINHO, C. N. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

COZBY, P. C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento.** São Paulo: Atlas, 2003.

DALLARI, D. A. **O que é participação política?** São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984.

DAYRELL, J. O Jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação.** N. 24. 2003.

DAYRELL, J.; CARRANO, P. **Jovens no Brasil: Difíceis travessias de fim de século e promessas de outro mundo.** 2003. Disponível em: <http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/JOVENS_BRASIL_MEXICO.pdf>. Acesso em: 26 de julho de 2013.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DURIGUETTO, M. L. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário.** São Paulo: Cortez, 2007.

ESTADÃO DADOS. **Veja número estimado de manifestantes em SP desde o início dos protestos.** Disponível em: <<http://blog.estadaodados.com/veja-estimativas-do-numero-de-manifestantes-em-sp-desde-inicio-dos-protestos/>>. Acesso em: 05 de agosto de 2013.

FARAH, Audrey; GUIL, Chico; PHILIPPI, Silvio. **Irati 100 anos.** Curitiba, PR: Arte, 2008.

GALLO, S. O paradigma anarquista em educação. **Nuances,** V. II, 1996.

GIESBRECHT, R. M. Estações Ferroviárias do Brasil. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/>>. Acesso em 25 de novembro de 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1987

GOHN, M. G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003a.

GOHN, M. G. **História dos movimentos e lutas sociais: A construção da cidadania dos brasileiros**. 3ª.ed. São Paulo: Loyola, 2003b.

GOHN, M. G. **Sociologia dos movimentos sociais: indignados, Occupy Wall Street, Primavera Árabe e mobilizações no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2013.

GOHN, M. G. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 8ª. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. 2ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1992.

HERRERA, M. C.; OLAYA, V. Ciudades Tatuadas: Arte Callejero, Política Y Memorias Visuales. **Nómadas** (Col), Nº. 35, octubre, 2011, p. 99-116.

HEYWOOD, Andrew. **Ideologias políticas: do liberalismo ao fascismo**. São Paulo: Ática, 2010.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos, o breve século XX**. Cia das Letras. 2013.

IANNI, Otávio. O jovem radical. In: **Sociologia da juventude**. Rio de Janeiro. Zahar, 1968.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010. Características da População e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro, IBGE, 2011. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf> Acesso em 05 de agosto de 2013.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Juventude: Documento de conclusão. Versão Final**. 2004. Disponível em: <<https://registrojuventude.files.wordpress.com/2011/02/dicas-projeto-juventude-final-1.pdf>>. Acesso em: 07 de outubro de 2013.

IPARDS – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno estatístico município de Irati**. 2012. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_municipios/irati2012.pdf>. Acesso em 19 de fevereiro de 2013.

IRATI. **Lei Nº. 3.393, de 07 de dezembro de 2011.** Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Juventude e da outras providências.

IRATI. Plano Diretor Municipal. **Diretrizes permanentes da comunidade para a gestão pública participativa do município de Irati no contexto da Microrregião Centro Sul do Estado do Paraná.** Março de 2008.

ISLAS, José Antonio Pérez. Juventude: um conceito em disputa. In: GUIMARÃES, M. T. C.; SOUSA, S. M. G. (orgs.). **Juventude e contemporaneidade: desafios e perspectivas.** Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Goiânia: Editora UFG: Cânone Editorial, 2009.

IVO, A. B. L. Cidade - Mídia E Arte De Rua. **Caderno Crh**, Salvador, v. 20, n. 49, p. 107-122, Jan./Abr. 2007.

JACOBY, R. **O fim da utopia: política e cultura na era da apatia.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e bem, 1992.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro: Paz e bem, 1986.

KRISCHKE, P. Questões sobre juventude, cultura política e participação democrática. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

LEON, A.; ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. **Juventude: tempo presente ou tempo futuro? Dilemas em propostas de políticas de juventudes.** São Paulo: GIFE – Grupo de Institutos Fundações e Empresas, 2007.

LEÓN, O. D. Uma revisão das categorias de adolescência e juventude. In: GUIMARÃES, M. T. C.; SOUZA, S. M. G. (orgs.). **Juventude e contemporaneidade: desafios e perspectivas.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Goiânia: Editora UFG: Cânone Editorial, 2009.

LEONTIEV, A. N. **Desenvolvimento do psiquismo.** Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LOUREIRO, C. F. B.; FRANCO, J. B. Aspectos teóricos e metodológicos do Círculo de Cultura: uma possibilidade pedagógica e dialógica em educação ambiental. **Ambiente & Educação**, vol. 17 (1), 2012.

LÖWY, M. Marxismo e religião: ópio do povo? In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas.** 2007. Disponível em:

<[http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap. 11.doc](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.11.doc)>. Acesso em 21 de novembro de 2013.

LUIZ, D. E. C.; ANTUNES, A. C.; BORGIO, G. A. M. Movimentos de juventude e formas de ação e compreensão da realidade. In: Seminário Internacional Juventudes na Contemporaneidade, I, Goiânia-GO, **Anais do I Seminário Internacional Juventudes na Contemporaneidade**. Goiânia: Faculdade de Ciências Sociais – UFG, 2013. p. 183-187.

MALATTESTA, E. **Anarquismo e anarquia**. Faísca Publicações Libertárias, 2009. Disponível: <http://www.alquimidia.org/faisca/arquivosSGC/malatesta_anarquismo.pdf>. Acesso em 17 de agosto de 2013.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. **Fundamentos da metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARINHO, A. R. B. **Círculo de Cultura: origem histórica e perspectivas epistemológicas**. São Paulo: s/n, 2009.

MARQUES, M. O. S. Escola noturna e jovens. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.5, p.63-75, 1997.

MARTINS, M. F. Práxis e catarsis como referências avaliativas das ações educacionais das ONGs, dos sindicatos e dos partidos políticos. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 3, p. 533-558, nov. 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MELO, D. Escracho, um instrumento de luta. **Le monde diplomatique Brasil**, ano 3, n.21, Maio de 2012.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação** [online]. Belo Horizonte, nº. 5/6, p. 5-14, 1997.

MESQUITA, M. R. Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos novos movimentos sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 66, Outubro, 2003, p. 117-149. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/66/RCCS66-117-149-Marcos%20Mesquita.pdf>> Acesso em 20 de janeiro de 2013.

MISES, L. **Liberalismo: segundo a tradição clássica**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, Brasil, 2010.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. v. 5. São Paulo: Cortez, 2010.

MULLER, H. I. **Flores aos rebeldes que falharam; Giovanni Rossi e a utopia anarquista: colônia Cecília**. Curitiba: Aos quatro ventos, 1999.

MÜXEL, A. Jovens dos anos noventa: À procura de uma política sem “rótulos”. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 5/6, p. 151-166, Mai/Dez. 1997.

NETTO, J. P. **O que é marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NOVAES, R. As juventudes e a luta por direitos. **Le monde diplomatique**, ano 6, nº. 64, novembro de 2012.

NOVAES, R. Juventude e ação social no Rio de Janeiro: resultados de pesquisa. In: LANDIM, L. (org.). **Ação em sociedade: militância, caridade, assistência, etc**. Rio de Janeiro: NAU, 1998.

NOVAES, R. Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz diferença? In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M.(orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

NOVAES, R. Os jovens “sem religião”: ventos secularizantes, “espírito da época” e novos sincretismos. Notas preliminares. **Estudos Avançados**, 18 (52), 2004.

NOVAES, R. **Como a juventude brasileira se relaciona com a religião?** Observatório jovem do Rio de Janeiro. 2007. Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/como-juventude-brasileira-se-relaciona-com-religi%C3%A3oresultados_do_universo.pdf>. Acesso em: 07 de julho de 2014.

NOVAES, R.; MELLO, C. C. Jovens do Rio: circuitos, crenças e acessos. **Comunicações do Iser**, nº.57-ano 21. Rio de Janeiro: Iser, 2002.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Fundo de População das Nações Unidas. Divisão de Informações e Relações Externas. **Relatório sobre a situação da população mundial 2011: pessoas e possibilidades em um mundo de 7 bilhões**. 2011. Disponível em: <www.un.org/files/PT-SWOP11-WEB.pdf>. Acesso em 29 de janeiro de 2013.

ORGANIZAÇÃO IBERAMERICANA DE JUVENTUDE. **El futuro ya llegó: 1ª Encuesta Iberoamericana de Juventudes**. Informe ejecutivo. Madrid: OIJ, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Desemprego juvenil no Brasil: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais**. 2. ed. - Brasília : OIT, 2001.

ORREDA, José Maria. **Irati**. Irati: EDIPAR, 1981.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PARANÁ. Assessoria Especial de Juventude. [2013]. Disponível em: <<http://www.juventudeparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>>. Acesso em 20 de junho de 2014.

PARANÁ. **Lei 15.604, de 15 de agosto de 2007**. Altera a denominação da Secretaria de Estado da Criança – SECR para Secretaria de Estado da Criança e da Juventude – SECJ, extingue o Instituto de Ação Social do Paraná – IASP e adota outras providências. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/sc_integras/leis/LOS00015604.htm>. Acesso em 12/08/2014>. Acesso em: 15 de novembro de 2013.

PARANÁ. Secretaria da Família e Desenvolvimento Social. **Centros da Juventude**. [2009]. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/ProjetoCentrodaJuventudeRev6_11_2012.pdf>. Acesso em 16 de março de 2014.

PARANÁ. Secretaria da Família e Desenvolvimento Social. **Pacto pela Infância e Juventude: Proteção às Crianças e Oportunidade aos Jovens**. [2006]. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/pactopelainfancia.pdf>>. Acesso em 16 de março de 2014.

PASSE LIVRE SÃO PAULO. Disponível em: <<https://www.facebook.com/passelivresp/info>>. Acesso em: 02 de agosto de 2013.

PÁTARO, C. S. O.; MEZZOMO, F. A. Juventude, religião e política: compreensão das representações político-religiosas na campanha eleitoral em Campo Mourão. **Anais dos Simpósios da ABHR**, v. 13, 2012.

PAXTON, R. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PEREZ, L. F.; OLIVEIRA, L.; ASSIS, M. A. Religião, valores morais e política entre a juventude mineira do Pólo Capital: observações preliminares. **Numen: revista de estudos e pesquisa da religião**, Juiz de Fora, v.7, n.1, 2004, p. 47-61.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e estado**, Brasília, v. 21, 2006, p. 109-130.

SHIRKY, Clay. **Lá vem todo mundo: o poder de organizar sem organizações**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SILVEIRA, S. A. Novas dimensões da política: protocolos e códigos na esfera pública interconectada. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, V. 17, n. 34, p. 103-113, 2009.

SIMIONATTO, I. Classes subalternas, lutas de classes e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Revista Katál**. Florianópolis, V. 12, N 1, p. 41-49, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v12n1/06.pdf>>. Acesso em 23 de novembro de 2013.

SIMIONATTO, I. Razões para continuar utilizando a categoria sociedade civil. In: LUIZ, D. E. C. (org.). **Sociedade civil e democracia: expressões contemporâneas**. São Paulo: Veras Editora, 2010.

SOFIATI, F. M. A juventude da teologia da Libertação. Dossiê: Juventude e Religião. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 10, n. 26, p. 333-356, abr./jun. 2012.

SPONHOLS, N. **A terra e o homem do sul do Paraná: problemas e perspectivas**. Irati: Martins & Abib Ltda., 1971.

SPOSITO, M. P.; SILVA, H. H. C.; SOUZA, N. A. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 11, n. 32, p. 248-267, 2006.

SPOSTIO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: FAVERO, O. (et al). **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, AMPed, 2007.

STALDER, F. Anonymous, a contestação mascarada. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, Ano 5, nº. 55, fev. de 2012.

TEIXEIRA, F. J. S. O neoliberalismo em debate. In: TEIXEIRA, F. J. S.; OLIVEIRA, M. A. (orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1996.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa na educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Biblioteca Central Prof. Faris Michaele. **Manual de normatização bibliográfica para trabalhos científicos**. 3 ed. rev. Ponta Grossa: UEPG, 2011.

VÁZQUEZ, A. S. **Entre a realidade e a utopia: ensaios sobre política, moral e socialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VIEIRA, W. BONIS, G. Os jovens compõem o grupo mais desprotegido da sociedade. **Carta Capital**, São Paulo, Ano XVIII, nº. 729, 02 de fevereiro de 2013.

VILAIN, E. Marxismo e anarquismo: aproximação, síntese ou separação? In: BERTHIER, R.; VILAIN, E. **Marxismo e anarquismo**. São Paulo: Editora Imaginário, 2011.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. Curitiba: Vicentina, 1988.

WALTER, N. **O que é anarquismo?** Faísca Publicações Libertárias, 2009. Disponível em: <http://www.alquimidia.org/faisca/arquivosSGC/oquee_nicolaswalter.pdf>. Acesso em 17 de agosto de 2013.

WANDERLEY, L.; E.; W. Os sujeitos sociais em questão. **Serviço social & Sociedade**. São Paulo, Ano XIII, nº. 40, p. 141-156, dez. 1992.

APÊNDICE A – Leis de criação dos Conselhos Municipais de Juventude no Paraná

QUADRO 8 – LEIS DE CRIAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE JUVENTUDE NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES.

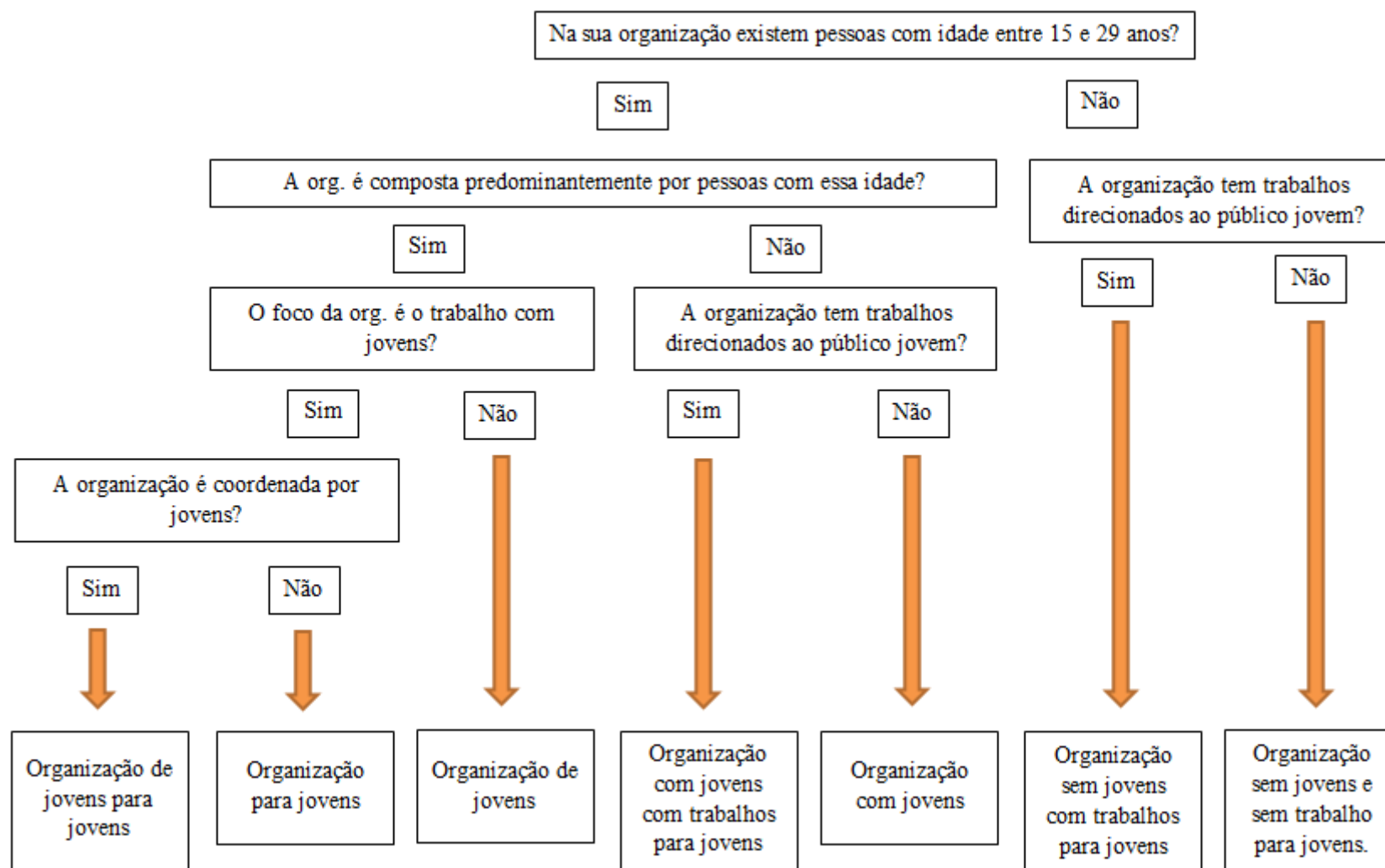
Município	População*	Lei de criação do Conselho de Juventude
Curitiba	1.751.907	Lei nº. 11.303 de 28 de dezembro de 2004
Londrina	506.701	Lei nº. 11.515 de 23 de março de 2012
Maringá	357.077	Lei nº. 4.417 de 11 de junho de 1997
Ponta Grossa	311.611	Lei nº. 7.039 de 20 de novembro de 2002
Cascavel	286.205	Lei nº. 5.754 de 31 de março de 2011
São José dos Pinhais	264.210	Não tem
Foz do Iguaçu	256.088	Lei nº. 3.736 de 03 de agosto de 2010
Colombo	212.967	Lei nº. 1.081 de 29 de outubro de 2008
Guarapuava	167.328	Não tem
Paranaguá	140.469	Criação prevista na Lei orgânica de 1990. Instituído pelo Decreto nº. 1.537 de 25 de outubro de 2010
Apucarana	120.919	Não tem
Toledo	119.313	Lei nº. 1.838 de 15 de maio de 2001
Araucária	119.123	Não tem
Pinhais	117.008	Lei nº. 1.522 de 23 de abril de 2014
Campo Largo	112.377	Lei nº. 2.289 de 18 de maio de 2011
Arapongas	104.150	Lei nº. 4.104 de 22 de maio de 2013
Almirante Tamandaré	103.204	Não tem
Umuarama	100.676	Não tem
Cambé	96.733	Lei nº. 2.453 de 15 de junho de 2011
Piraquara	93.207	Lei nº. 736 de 04 de novembro de 2004
Campo Mourão	87.194	Lei nº. 801 de 28 de junho de 1993
Sarandi	82.847	Não tem
Fazenda Rio Grande	81.675	Lei nº. 791 de 14 de dezembro de 2010
Paranavaí	81.590	Não tem
Francisco Beltrão	78.943	Não tem
Pato Branco	72.370	Lei nº. 1.691 de 16 de dezembro de 1997
Cianorte	69.958	Não tem
Telêmaco Borba	69.872	Não tem
Castro	67.084	Lei nº. 2.846 de 28 de março de 2014
Rolândia	57.862	Não tem
Irati	56.207	Lei nº. 3.393 de 07 de dezembro de 2011
União da Vitória	52.735	Não tem

Fonte: O autor.

* De acordo com os dados do último censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

APÊNDICE B – Esquema de perguntas para classificação das organizações da sociedade civil de Irati-PR

FIGURA 5 - ESQUEMA DE PERGUNTAS PARA CLASSIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE IRATI-PR.



Fonte: O autor.

**APÊNDICE C – Quadro do total de organizações da sociedade civil de Irati-PR
identificadas na pesquisa**

QUADRO 9 – ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE IRATI-PR, ANO DE 2013.

	Organização de jovens para jovens	Organização para jovens	Organização de jovens	Organização com jovens com trabalhos para jovens	Organização com jovens	Organização sem jovens com trabalhos para jovens	Organização sem jovens e sem trabalho para jovens.
1	Pastoral de Juventude	Rede Vertical (Igreja Alcance)	Roda de Conversa PAGU	Rede de Educação Popular do Paraná	Instituto Equipe de Educadores Populares	Rede de Enfrentamento a violência contra criança e adolescente	Coral Gaudeamus in Domino (Associação Coral Iratiense)
2	Câmara Temática da Juventude Rural	Força Jovem (Igreja Universal)*	Coletivo Inspira-SUS	Guarda-mirim	Associação Assis de Agroecologia	Associação Cultural e Esportiva União dos Amigos da Criança de Irati – ACEUACI	Grupo de Serestas de Irati
3	Juventude do Partido dos Trabalhadores	Juventude Espírita (Jesus e Maria)	Associação de Cultura Regional de Irati – ACRI*	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - APP	Grupo de Teatro Ir a Ti	Associação Santos Inocentes Cidade da Criança – ASI	Associação do Núcleo de Apoio ao Portador de Câncer de Irati – ANAPCI
4	Juventude Socialista do PDT	União da Mocidade da Assembleia de Deus de Irati (UMADIR)	Associação CORAJEM	Grupo de Escoteiros Pérola do Sul	Grupo de Teatro Os Cênicos	Associação da Imaculada Virgem Maria Casa de Promoção e abrigo São Valdomiro	Asilo Santa Rita
5	Conselho de Entidades de Base	Núcleo de Amizade da Juventude		Centro de Tradição Gaúcha XV	Partido – PR	Serviço Assistência Social	Fórum Municipal de Economia

	(UNICENTRO)	(Igreja Presbiteriana)		de Julho		Evangélico – SASE	Solidária
6	Coletivo inquietude Livre	Igreja Evangélica Batista		Centro de Tradição Gaúcha Terra dos Pinheirais	Partido – PP	Associação Cultural Ação pela Paz – Projeto Gente - ACAPAZ	Associação Iratiense de Artesãos
7	Levante Popular da Juventude			Grupo Folclórico Italiano Chiaro di Luna	Partido – PMDB		Associação Maria Mãe da Igreja - AMI
8	Juventude Franciscana – JUFRA			Grupo Folclórico Ucraniano Ivan Kupallo	Partido – PTB		Associação Comunitária São Benedito - Pirapó
9	PA/TLC			Grupo de Capoeira Muzenza	Partido – DEM		Associação Espírita Fé, Amor e Caridade
10	Juventude Luterana			Grupo Polonês Lublin	Partido – PPS		Província Brasileira Congregação irmãs Filhas da Caridade São Vicente de Paula
11	Grêmio Trajano Grácia			Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Irati – ASPADA	Partido – Pcdob		
12	Grêmio João			Associação	Partido – PSC		

	XXIII			Fraternidade de Irati (Comunidade Bethânia)			
13	Grêmio Gonçalves Júnior			Iraty Sport Club	Partido – PV		
14	Grêmio Duque de Caxias			Rotary Club de Irati	Associação dos Alcoólicos Anônimos – AAA		
15	Grêmio Nossa Senhora de Fátima*			Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Irati – ACIAI	Associação S.O.S Amigo Bicho		
16	Grêmio Padre Baltazar*			Liga Iratiense de Futebol	Grupo de Estudos Semente de Esperança – GESE		
17				Sociedade União Operária Beneficente e Recreativa de Irati	Pastoral da Criança		
18				União Recreativa Beneficente 7 de Setembro	Associação Espírita Allan Kardec		
19				Escola Sindical	Observatório Social de Irati		
20				Loja Maçonica União e Progresso	Sociedade Assistencial Mãe Maria de Nazaré		
21				Banco da	Ordem dos		

				Terra	Advogados do Brasil – OAB		
22				Associação Atlética do Banco do Brasil	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Irati		
23				Associação Comunitária de Incentivo a Cultura	Sindicato Rural de Irati		
24				Associação de Tênis de Mesa de Irati - ATEMI	Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP		
25				Irmandade do Hospital de Caridade de Irati	Associação de Pais e Mestres		
26				Associação dos Diabéticos de Irati	Sindicato dos Trabalhadores de Indústrias Metalúrgicas, mecânicas elétricas		
27				Associação Pró-Amor dos Deficientes Físicos de Irati – APADEFI	Sociedade Beneficente Cultural Iratiense		
28				Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE	Associação dos Pais Cristãos Cemic		
29					Sindicato do		

					Comércio Varejista de Irati		
30					Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Irati		
31					Associação Centro Sul de Revendedores Agroquímicos - ACESA		
32					Sopareli – Sociedade Paranaense Reflorestamento		
33					Associação dos Servidores Públicos Municipais de Irati		
34					Sindicato dos Empregados dos Estabelecimentos dos Serviços de Saúde		
35					Sindicato dos Oficiais Marceneiros de Irati		
36					Instituto de Saúde do Paraná		
37					Associação dos Fumicultores do Brasil - AFUBRA		
38					Associação dos Contabilistas de Irati		
39					Associação regional dos Engenheiros Civis de Irati		
40					Associação médica do Paraná – Regional de Irati		

41					Associação Copel Irati - SACI		
42					Associação Mancha Azul		
43					Associação de Apicultura Regional de Irati		
44					Associação de Apicultores da Região de Irati		
45					Associação Canesiana de Escolas Profissionais e Assistência Social - ACEPAS		
46					Associação dos Fruticultores de Irati e Região		

Fonte: O autor.

APÊNDICE D – Material entregue às organizações de jovens participantes do Círculo de Cultura



I Círculo de Cultura

Juventude e Participação Política em Irati

Irati, 14 de Junho de 2014

Estimadxs representantes

Durante o último ano estivemos realizando uma pesquisa no município de Irati sobre as organizações de juventude da sociedade civil. Buscamos compreender especialmente quais as práticas e as compreensões de mundo destas organizações, ou seja, suas ações e reflexões sobre o mundo social, a fim de descobrirmos que transformações fazem ou buscam fazer na sociedade.

Foi realizado um levantamento das organizações de juventude atuantes no município e destas identificamos as que possuem algum tipo de prática política, a partir de dois critérios:

✓ Organizações que participam de espaços de tomada de decisão junto ao Poder Público, em seus mais diversos espaços, instituições e equipamentos de atuação (escolas, universidade, conselhos gestores, etc.);

✓ Organizações que promovam a educação e formação de pessoas, a fim de torna-las mais participativas nas instâncias de tomada de decisão e no exercício da cidadania.

Sua organização está entre as selecionadas para fazer parte desta segunda etapa da pesquisa, que consistirá em um momento de diálogo entre as organizações de juventude de cunho político, para debatermos sobre parte dos dados coletados da pesquisa, bem como sobre elementos de nossa conjuntura social, política e cultural.

Portanto, convidamos sua organização a participar conosco do I Círculo de Cultura Juventude e Participação Política em Irati. A participação neste evento é voluntária e o diálogo resultante deste encontro servirá de análise parcial dos dados coletados na pesquisa.

Sua organização poderá ser representada com uma ou duas pessoas, conforme sua disponibilidade.

Contamos com sua presença!

Atenciosamente,

Guilherme Augusto Marena Borgo
Pesquisador do Programa de Ciências Sociais

Aplicadas

Universidade Estadual de Ponta Grossa
(42) 9938-8475 - gamborgo@gmail.com

Dia: 14 de junho, sábado.

Horário: das 8h 30min às 12h.

Local: Sede da APP Sindicato.

Rua Barão do Rio Branco, 43.

Programação:

HORA	ATIVIDADE
8h30	Café da Manhã
9h00	Apresentações dxs participantes e da proposta do Círculo de Cultura
9h15	Debate I: Configuração das organizações de juventude de Irati
10h30	Intervalo
10h45	Debate II: Análise de Conjuntura
12h00	Encerramento

Como Chegar:



O que é Círculo de Cultura?

Os Círculos de Cultura foram os espaços criados pelo educador Paulo Freire nos anos 60, para substituir a ideia de sala de aula. Para Paulo Freire, a construção do conhecimento acontece a partir do diálogo entre as pessoas e, portanto, criar espaços onde as pessoas possam dialogar é criar espaços de ensino e aprendizagem. Nas palavras do autor:

Assim, em lugar da escola, que nos parece um conceito, entre nós, demasiado carregado de passividade, em face de nossa própria formação [...] lançamos o Círculo de Cultura. Em lugar do professor, com tradições fortemente "doadoras", o Coordenador de Debates. Em lugar da aula discursiva, o diálogo. Em lugar do aluno, com tradições passivas, o participante de grupo. (FREIRE, 2003, apud MARINHO, 2009, p. 51)¹⁸.

A cultura, para o autor, é fruto da produção humana, ou seja, ao agirmos no mundo e sobre o mundo nós produzimos cultura. Os espaços de diálogo, como o caso do Círculo de Cultura, através da nossa linguagem e do processo de falar em refletir sobre nossas ações, possibilitam a interpretação e a consciência daquilo que fazemos no mundo, a construção do sentido para as nossas práticas. Ao questionarmos as nossas práticas, o mundo, potencializamos as nossas ações e temos melhores capacidades de decidir sobre nossas escolhas, e provocar as transformações no mundo e de nos posicionarmos diante dele:

A linguagem-pensamento se traduz pela palavra (fenômeno especificamente humano) nas suas dimensões constituintes: ação e reflexão. A possibilidade de pronunciar o mundo, na dialética ação-reflexão mediada pela linguagem-pensamento faz parte do processo de constituição do sujeito. Por isso Freire deu tanta ênfase ao diálogo (como palavra que não pode ser privilégio de poucos) e ao movimento que a constitui (ação e reflexão) que ao objetivar-se em diálogo comprometido dos sujeitos, nomeia e reflete sua práxis (LOUREIRO e FRANCO, 2012)¹⁹.

Desse modo, este Círculo de Cultura pretende ser um espaço para as organizações de juventude nomearem suas práxis (suas práticas conscientes sobre o mundo baseadas no conjunto de ideias que tem sobre ele), e refletirem coletivamente sobre elas.

¹⁸ ¹⁸ MARINHO, A. R. B. **Círculo de Cultura: origem histórica e perspectivas epistemológicas**. São Paulo: s/n, 2009

¹⁹ LOUREIRO, C. F. B.; FRANCO, J. B. Aspectos teóricos e metodológicos do Círculo de Cultura: uma possibilidade pedagógica e dialógica em educação ambiental. **Ambiente & Educação**, vol. 17 (1), 2012.

Inscrição de participante(s)

- ✓ Cada organização poderá participar com até dois/duas representantes, conforme sua disponibilidade;
- ✓ Para aqueles que desejarem, será disponibilizado auxílio para a locomoção, que poderá ser na forma de:
 - Carona de Carro - haverá um carro disponível para o transporte dos participantes. Esta opção é preferível nos casos em que os participantes moram em bairro de pouca ou nenhuma circulação de ônibus;
 - R\$5,00 – Será disponibilizada a quantia de cinco reais para ajuda de custo nos casos de necessidade de uso do transporte coletivo.
 - Observação: não serão pagas corridas de táxi, van, ou qualquer outra forma de locomoção que não as já mencionadas, salvo situações particulares e previamente combinadas.
- ✓ Será servido um café da manhã para a recepção dos participantes.
- ✓ Pedimos a gentileza de devolver essa ficha preenchida, digital ou manualmente, até às 17h do dia 13 de junho pelo e-mail gamborgo@gmail.com ou na sede da APP-Sindicato (Rua Barão do Rio Branco, 43).

Nome da organização: _____

Participante 1

Nome: _____

Idade: _____ anos

Telefone: (____) _____

E-mail: _____

Gostaria de receber ajuda de custo de transporte? (____) Sim (____) Não

Caso sim, qual? (____) Carona de carro

(____) R\$ 5,00

Participante 2

Nome: _____

Idade: _____ anos

Telefone: (____) _____

E-mail: _____

Gostaria de receber ajuda de custo de transporte? (____) Sim (____) Não

Caso sim, qual? (____) Carona de carro

(____) R\$ 5,00

É NESSE SÁBADO!



I Círculo de Cultura

Juventude e Participação Política em Irati

Data: Dia 14, sábado, das 8h30 às 12h
Local: APP Sindicato



Apresentação parcial dos dados

1) As organizações de juventude de Irati estão basicamente concentrados em 4 grupos, de acordo com a instituição na qual se organizam:

- a. Igrejas;
- b. Escolas;
- c. Universidade e
- d. Partido político

2) No total, foram aplicados formulários com 22 organizações de juventude;

Forma de organização interna:

Coordenadorxs	7
Diretoria	7
Horizontalidade	3
Colegiado	2
Secretaria	2
Outros	1

- Igrejas: 2/3 se organizam por meio de Coordenadorxs;
- Escolas: 100% se organizam por meio de Diretoria;
- Universidade: 75% se organizam de maneira horizontal;

Número de participantes

Até 10 pessoas	7
11 – 20	10
21 – 50	2
50 – 100	2
Mais de 100	1

- 48% das organizações tem número de participantes entre 11 e 20 pessoas;
- 81% das organizações têm até 20 participantes.

Participação em Conselho

- 18% das organizações fazem parte do Conselho Municipal de Juventude

Formas de atuação:

(8) Reuniões com poder público

- (17)Palestras, cursos ou formações
- (13)Atividades relacionadas a Esporte/Lazer
- (13)Atividades relacionadas à Cultura (teatro, música, cinema, etc.)
- (11)Passeata/marcha
- (11)Participação em Conferência/Conselho
- (5)Ocupações em espaços públicos/privados
- (6)Abaixo-assinado
- (19)Difusão de informações por meio de mídias
- (2)Indicação/apoio/campanha para candidatos políticos

- 86% das organizações difundem informações por meio de mídias
- 77% têm práticas de formação, como palestras e rodas de conversa.

Sobre as práticas:

- (12)Ajudam os mais necessitados, doando-lhes recursos para atendimento de suas necessidades básicas (alimentos, roupa, etc.); jovens contribuem. Jovens não gerenciam.
- (10)Beneficiam determinado grupo específico (trabalhadores de uma área, estudantes de uma escola ou universidade, etc.) na garantia de melhores condições para estas pessoas.
- (2)Atuam em campanhas e disputas eleitorais.
- (8)Participam da gestão pública e das decisões do governo, no direcionamento de recursos e ações, e na construção de políticas públicas.
- (17)Buscam transformações nas formas como a sociedade compreende e dá significado as experiências (códigos culturais), em lutas como a legalização do aborto, legalização da maconha, pelo direito da mulher, etc.
- (5)Buscam mudanças/transformações estruturais na sociedade, nas suas formas de distribuição do poder, por meio de uma revolução e/ou superação do capitalismo.

Transformações do indivíduo.

- 55% das organizações têm práticas assistencialistas;
- 45% das organizações têm práticas corporativistas;
- 9% das organizações têm práticas eleitorais
- 36% das organizações têm práticas políticas
- 77% das organizações têm práticas relacionadas à ideologia
- 23% das organizações têm práticas revolucionárias.

APÊNDICE E – Formulário aplicado às organizações de jovens de Irati-PR

Organizações de Juventude de Irati-PR

Data: ____|____|____

Nome da organização:	
Endereço (se tiver):	
Telefone (se tiver):	
E-mail (se tiver):	

Informações internas da organização

Ano de criação: _____

Possui sede própria:

() Sim () Não () N.S () N. R

Organização interna:

-
- () Secretaria
 () Comissões
 () Coordenação
 () Colegiados
 () Diretoria
 () Outra Qual? _____
 () N.S
 () N.R

Qual é o público com o qual a organização trabalha?

--

Quantas pessoas fazem parte da organização? _____ pessoas.

Objetivos da organização:

--

A organização se baseia em alguma matriz teórica, ou conjunto de ideias?

() Sim () Não () N.S () N. R

[No caso da resposta sim] Qual?

Que necessidades ou demandas a organização busca atender?

A organização movimenta recurso financeiro?

() Sim () Não () N.S () N. R

[No caso da resposta sim] Quais as fontes de recursos da organização?

- () Contribuição de membros
- () Autofinanciamento através de realização de eventos
- () Doações de indivíduos e/ou entidades privadas
- () Recursos do Estado (Município, Estado, União)
- () Financiamento internacional
- () Prestação de serviços
- () Outra Qual? _____
- () N.S
- () N.R

Informações sobre as relações externas da organização

Território de atuação da organização:

- () Bairro
- () Município
- () Região
- () Estado
- () País
- () Outra Qual? _____
- () N.S
- () N.R

Qual a forma de atuação da sua organização (pode assinalar mais de uma resposta):

- () Reuniões internas da organização
- () Reuniões com poder público
- () Palestras, cursos ou formações
- () Atividades relacionadas a Esporte/Lazer

- () Atividades relacionadas à Cultura (teatro, música, cinema, etc.)
 () Passeata/marcha
 () Participação em Conferência/Conselho
 () Ocupações em espaços públicos/privados
 () Abaixo-assinado
 () Difusão de informações por meio de mídias
 () Indicação/apoio/campanha para candidatos políticos
 () Outra Qual? _____
 () N.S
 () N.R

A organização tem algum tipo de parceria:

- () Partidos políticos e políticos
 Qual(is)? _____
 Que tipo de parceria? _____
 () Não
- () Entidades religiosas
 Qual(is)? _____
 Que tipo de parceria? _____
 () Não
- () Órgãos internacionais
 Qual(is)? _____
 Que tipo de parceria? _____
 () Não
- () Movimentos sociais
 Qual(is)? _____
 Que tipo de parceria? _____
 () Não
- () Órgãos públicos
 Qual(is)? _____
 Que tipo de parceria? _____
 () Não
- () Entidades e/ou organizações sociais (Associações, ONGs, etc.)
 Qual(is)? _____
 Que tipo de parceria? _____
 () Não
- () Fóruns ou Redes
 Qual(is)? _____
 Que tipo de parceria? _____
 () Não

A organização participa de Conselhos Municipais?

() Sim () Não () N.S () N. R

Por quê:

[No caso da resposta sim] Quais conselhos participam?**O que considera ser o papel do Conselho Municipal de Juventude de Irati?****Com relação às práticas da organização, pode-se considerar que (pode assinalar mais de uma resposta):**

- () Ajudam os mais necessitados, doando-lhes recursos para atendimento de suas necessidades básicas (alimentos, roupa, etc.);
- () Beneficiam determinado grupo específico (trabalhadores de uma área, estudantes de uma escola ou universidade, etc.) na garantia de melhores condições para estas pessoas.
- () Atuam em campanhas e disputas eleitorais.
- () Participam da gestão pública e das decisões do governo, no direcionamento de recursos e ações, e na construção de políticas públicas.
- () Buscam transformações nas formas como a sociedade compreende e dá significado as experiências (códigos culturais), em lutas como a legalização do aborto, legalização da maconha, pelo direito da mulher, etc.
- () Buscam mudanças/transformações estruturais na sociedade, nas suas formas de distribuição do poder, por meio de uma revolução e/ou superação do capitalismo.

Que outras organizações de juventude no município de Irati você conhece?

Obrigado!

APÊNDICE F – Organizações de jovens participantes do Círculo de Cultura

Descrição das organizações de jovens participantes do Círculo de Cultura

Pastoral da Juventude - PJ

A PJ é uma organização de jovens da Igreja Católica que se organiza por meio de grupos de jovens nas igrejas de cada bairro, e também na articulação destes grupos na diocese, regionais e nacionalmente. Nestes grupos, busca-se realizar um processo de formação com as/os jovens, que ocorrem tanto no plano individual (autoconhecimento, projeto de vida, entre outros), quanto no social, envolvendo assim um agir sobre a sociedade. Esse processo ocorre em reuniões geralmente semanais, em espaços de encontros com outros grupos de jovens, da PJ e de outros segmentos da igreja católica, ou com outros movimentos e grupos sociais.

Além disso, por se tratar de um movimento de amplitude nacional, algumas práticas da PJ ocorrem simultaneamente em todo o Brasil. Entre elas está a realização do Dia Nacional da Juventude (DNJ), evento formativo e celebrativo que ocorre geralmente no quarto domingo de outubro, onde os jovens fazem uma marcha pelas cidades, comunicando, por meio de carro de som e/ou outros materiais como informativos e folders, sobre algumas temáticas, sempre relacionadas à realidade da juventude.

Também por conta de no ano de 2013 haver ocorrido a Jornada Mundial da Juventude no Rio de Janeiro, os grupos da PJ de todo o país se mobilizaram para garantir a participação de seus membros. No caso dos grupos de Irati, houve evento na semana anterior a viagem, para a arrecadação de fundos, mas também para a preparação das/os jovens, no sentido de sua fé. Assim, a promoção de uma festa junina, romarias de São Gonçalo entre outras atividades foram realizadas.

Comissão Organizadora da Adolescência e Juventude Ecumênica Missionária – Associação CORAJEM

A CORAJEM nasce formalmente no ano de 2004, como fruto de uma articulação que se inicia no ano de 1996, com um grupo de jovens da Pastoral da Juventude, denominado Jovens Unidos São Miguel – JUSAM. A Pastoral da Juventude no município data suas atividades desde o final da década de 1980, mas foi a partir dos seus espaços de formação, com a afirmação da Educação Popular como proposta político pedagógica nos grupos da diocese, que se foi modificando a perspectiva da atuação, buscando formas de ação de cunho social e político. O desgaste político gerado com setores mais conservadores da igreja, aliado

a um aumento da demanda por parcerias formalizadas, levaram ao desmembramento do grupo com a igreja e a formação da Associação.

De 2004 até a presente data, as práticas da Associação tem se voltado a espaços de formação da juventude, ações de fomento à Economia Solidária, ao consumo responsável e soberania alimentar, além do fortalecimento de organizações comunitárias populares.

Nesse sentido, destacam-se ações como a formulação do projeto “Jovens de Periferia urbana em Cena” em parceria com a Universidade Estadual do Centro-Oeste, para o desenvolvimento de técnicas de comunicação e educação popular com jovens de bairros afastados do centro da cidade. Também o projeto “Juventude da comunidade gera nova sociedade”, que visava promover e incentivar práticas culturais de fomento a criatividade juvenil, realizando atividades como Oficinas culturais, grupos de dança, música e teatro.

Também se destacam suas ações como a realização de Escolas de Agentes Populares da Juventude, com formação cidadã para jovens; o Círculo de Culturas Livres, onde jovens tiveram formação em atividades culturais, além de realização de rodas de conversa e participação em Conselhos Gestores do município.

Coletivo Inspira-SUS

O Inspira-SUS nasce da percepção de estudantes da universidade de Irati, especialmente do curso de Psicologia, da necessidade de formação para preparação dos jovens para o trabalho nos setores da saúde. A participação de alguns jovens em Estágios de Vivência em outros estados do país fortaleceu uma iniciativa de construção destes mesmos estágios no estado do Paraná. Estes Estágios de Vivência configuram-se como um período de duas semanas de formação onde estudantes universitários, de modo interdisciplinar, acompanham a rede de saúde de uma cidade a fim de perceber suas potencialidades e limitações. Estes estágios de vivência são chamados de Ver-SUS, e ocorrem em vários estados do Brasil durante o período de férias letivas da universidade. Nessas vivências são realizadas também formações sobre o Sistema Único de Saúde, conversas com gestores municipais e pessoas de referência no assunto.

O coletivo Inspira-SUS nasce com um propósito de promover os Estágios de Vivência do SUS (Ver-SUS) no estado do Paraná. Porém, mais do que buscar formação para as/os acadêmicas/os da área da saúde, para atuarem com mais propriedade no SUS, o coletivo luta também pela garantia da saúde como direito e do SUS como Política Pública, para que o

serviço de saúde seja oferecido com qualidade para as/os usuárias/os, para que estes saibam cada vez mais sobre o SUS e possam participar melhor dos espaços de gestão compartilhada.

Portanto, realiza ações formativas que se caracterizam por promover rodas de conversa e debate. Promoveram diálogos sobre o SUS no município, para além do espaço universitário de onde a organização se originou, convidando secretários de saúde e gestores de outros municípios para debater sobre a saúde, promovendo sessões de cinema em praça pública sobre temas relacionados à saúde para disparar discussões com a comunidade, entre outras ações.

Roda de Conversa Pagu

O Grupo Roda de Conversa Pagu nasceu a partir da ocorrência de situações de estupro no município no ano de 2013. As ocorrências mobilizaram estudantes universitárias a criarem um espaço de formação e debate, a fim de instrumentalizar as mulheres e a sociedade como um todo, na garantia dos direitos das mulheres.

A partir disso, fazem uso de práticas que buscam gerar a problematização da realidade e sua perspectiva naturalizada sobre gênero. Como exemplo, uma ação chamada “Beijaço”, que consistiu em um momento de mobilização e manifestação pela diversidade sexual, onde várias pessoas deram beijos em outras pessoas do mesmo sexo publicamente. Essa ação ocorreu no espaço da universidade e foi difundido pelas redes sociais. Outra ação foi a colocação de cartazes pela universidade sobre feminismo, com frases questionadoras dos referenciais hegemônicos de dominação masculina.

O grupo caracteriza-se pela promoção de roda de discussão e debate sobre o feminismo no espaço da universidade, realização de reuniões internas de formação e criação de propostas de ação, a princípio, no município. Já houve ações no sentido de aplicação de questionário e análise dos dados para diagnóstico da demanda por uso de creche na universidade, por exemplo. O grupo também tem a preocupação de envolver e aproximar a comunidade, realizando oficinas de estêncil em local público da cidade, com cartazes e folders informando sobre o feminismo e os direitos das mulheres. Também a difusão e troca de informações por meio do facebook entre as participantes e simpatizantes, e participações em programas de rádio locais.

Juventude do Partido dos Trabalhadores - JPT

A JPT nasce de uma mobilização feita por alguns jovens que atuavam no Partido dos Trabalhadores – PT, do município, na ocasião do movimento Caça-Fantasmas da Assembleia Legislativa, no ano de 2010. Tal mobilização, ocorrida no centro da cidade, foi a disparadora para a organização dos jovens filiados neste partido. A partir de então, esses jovens passaram a se reunir e pleitear um espaço dentro do partido, que foi conquistado por meio de uma secretaria interna.

As ações de seus membros, em épocas de eleição, assemelham-se às de qualquer outro membro do partido: a realização de campanhas, das mais diversas formas, como divulgação dos candidatos políticos do partido, a elaboração conjunta do plano de governo dos candidatos do partido, a construção das diretrizes do partido, entre outras ações.

No caso da JPT, existe uma preocupação em promover a participação em espaços de tomada de decisão, tais como conferências e conselhos gestores. Tiveram, ao lado de outras organizações, importante papel na construção da II e III Conferência Municipal de Juventude e do Conselho Municipal de Juventude da cidade.

ANEXO A – Programas da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude do Paraná

Programas da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude do Paraná

Banco de Projetos do FIA/PR

Instrumento criado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná (Cedca-PR) para destinar recursos do Fundo da Infância e da Adolescência (FIA) para iniciativas que atuam na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Pessoas Físicas ou Jurídicas podem doar aos fundos para infância e adolescência, respectivamente, até 6% e 1% do valor devido do imposto de renda. No Paraná, esta doação pode ser de duas formas: ao FIA geral ou a projetos pré-aprovados pelo Cedca-PR que constam no Banco de Projetos.

Cedca/PR

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente é um órgão de natureza estatal especial, com instância pública essencialmente colegiada, compondo-se de forma paritária com representantes governamentais e não governamentais. O Conselho reúne-se mensalmente para formular, deliberar e controlar ações referentes à criança e ao adolescente em reuniões abertas à comunidade.

Centro Juvenil de Artes Plásticas

O Governo do Paraná construiu e inaugurou em 2006 a nova sede do Centro Juvenil de Artes Plásticas – CJAP (em Curitiba), uma escola de artes que busca estimular e desenvolver na criança e no jovem o gosto, interesse e domínios básicos no campo da linguagem artística pelo contato com a arte. O Novo Centro Juvenil abriga oficinas tradicionais do espaço: desenho, pintura, teatro, folclore, cerâmica, gravura, tecelagem, atendendo 250 jovens e crianças de 6 a 14 anos.

Centro da Juventude DESTACAR

Espaços comunitários que oferecem aos jovens formação profissional, pessoal e política, além de espaços de convivência para a prática de atividades culturais, artísticas e esportivas. O projeto arquitetônico inclui, além da área administrativa, ginásio poliesportivo, praça com pista de skate, salas multiuso, laboratório de informática, entre outros. São estruturas públicas, construídas pelo Governo do Paraná e mantidas pelas prefeituras. De 2009 a 2010 quatro novos centros foram criados em Cascavel, Maringá, Laranjeiras do Sul e Ponta Grossa e mais duas unidades iniciaram a construção em São José dos Pinhais e Piraquara. E foram deixados recursos para a construção de outros em Almirante Tamandaré, Apucarana,

Cambé, Campo Largo, Campo Mourão, Castro, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Jacarezinho, Lapa, Palmas, Paranavaí, Pinhais, Pitanga, São Mateus do Sul, Telêmaco Borba, Toledo e Umuarama.

Centros de Socioeducação (Censes) e Casas de Semiliberdade

Espaços de atendimento ao adolescente em conflito com a lei e que está cumprindo medida socioeducativa de internação, internação provisória e semiliberdade.

Concertos Didáticos

Realizados pela Orquestra Sinfônica do Paraná, os concertos são gratuitos e dirigidos ao público infanto-juvenil com vistas à difusão da música clássica, à formação de plateia e a despertar no público a sensibilidade e o gosto pelas obras sinfônicas.

Crescer em Família

Criado em 2007 pela Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, tem como objetivo a preservação do direito fundamental de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. É voltado para atender crianças e adolescentes afastados temporariamente de suas famílias por aplicação de medida de proteção determinada pelo juiz da Vara da Infância e

Juventude. É executado por prefeituras e instituições e subsidiado pelo Governo do Paraná por meio do Fundo da Infância e da Adolescência.

Escola de Dança Teatro Guaíra

Criada em 1956, é uma entidade educacional mantida pelo Centro Cultural Teatro Guaíra e está voltada essencialmente ao ensino da dança clássica para alunos de 6 a 21 anos.

Formação Continuada dos Atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná

Programa da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude que tem como objetivo a qualificação dos profissionais envolvidos na implementação de programas que atuam direta ou indiretamente na garantia dos direitos da criança e do adolescente, atingindo servidores estaduais e municipais, conselheiros tutelares, conselheiros municipais e estaduais de direitos da criança e do adolescente e membros de organizações não governamentais.

Guarda Mirim do Paraná

Programa de proteção direcionado a adolescentes de ambos os sexos, de Curitiba e Região Metropolitana, na faixa etária de 14 a 18 anos incompletos, que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social. A Guarda Mirim garante a continuação dos estudos desses jovens, a aprendizagem profissional e o encaminhamento para o mercado de trabalho.

Guia de Políticas Públicas para a Juventude

Publicação que reúne 92 programas desenvolvidos pelos diversos órgãos públicos estaduais voltados ao público jovem com endereços, sites, telefones, dicas dos contatos e ações de interesse da juventude. Mais em www.guiadajuventude.pr.gov.br.

Liberdade-Cidadã

Programa pelo qual a Secretaria de Estado da Criança e da Juventude fornece apoio técnico e financeiro às prefeituras e entidades não governamentais para a execução de programas socioeducativos de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

Pacto pela Infância e Juventude DESTACAR

Assinado em 12 de dezembro de 2007, o Pacto sintetiza a política pública de atenção às crianças, adolescentes e jovens do Estado do Paraná e propõe dez desafios prioritários ao Governo e à sociedade paranaense para que concentrem seus esforços, recursos, ideias e energia, formando uma aliança de proteção, de oportunidades e de práticas de cidadania.

Programa Aprendiz

O programa tem como objetivo garantir a profissionalização e a inclusão social de adolescentes de 14 a 18 anos que estão cumprindo medidas socioeducativas através da contratação como aprendizes. São 700 vagas em órgãos do Governo do Paraná criadas pela Lei 15.200/06.

Programa Atitude

Programa para proteção de crianças e adolescentes com direitos violados. Tem como foco a superação do ciclo de violências infanto-juvenil e foi implementado em dez municípios paranaenses. Lançado em março de 2009, tem entre suas principais linhas de ação a identificação dos casos de violência e fortalecimento das redes de proteção; oficinas

profissionalizantes, de artes, de esporte e de cidadania; formação de grupos de apoio às famílias; atendimento aos usuários de drogas e a formação de lideranças juvenis.

Redes de Proteção

As redes de proteção para crianças e adolescentes consistem na articulação de serviços de saúde, segurança pública, assistência social, atendimento jurídico e mobilização da sociedade para estabelecer canais de denúncia, atendimento à vítima e ao agressor, investigação e responsabilização, assim como possibilitar o reconhecimento de que a violência contra crianças e adolescentes é multifacetada e que seu enfrentamento envolve uma ação articulada e integrada.

Sicride

O Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas foi criado pela Secretaria da Segurança Pública em 1995, em uma forma inédita no país, com a incumbência exclusiva de identificar e localizar crianças desaparecidas. O Sicride centraliza o registro de ocorrências envolvendo crianças desaparecidas no âmbito do território estadual, promovendo a apuração dos fatos. A unidade também desenvolve trabalhos preventivos, como a operação Criança Segura no Litoral paranaense durante o verão, e também por meio da divulgação do gibi “Turminha da Segurança”, que traz histórias e passatempos com diversas dicas de segurança para crianças. A publicação também divulga fotos de crianças desaparecidas no Paraná.

Sipia (Sistema de Informação para a Infância e Adolescência)

Banco de dados nacional utilizado pelos Conselhos Tutelares para o registro dos casos de violação dos direitos fundamentais. Foi implantado no Paraná por meio de uma parceria entre o Governo Federal, por meio da Secretaria Especial de Direitos Humanos (Sedh), e do Governo Estadual, por meio da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude.